



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

THEREZA CAROLINA GONÇALVES VIEIRA

**EDUCAÇÃO EM VALORES, EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E JUSTIÇA SOCIAL:
COMO ESSE DIÁLOGO SE CONCRETIZA NA VIDA DE TRÊS JOVENS
INFLUENCIADORES DE UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS**

UBERABA-MG
2025

THEREZA CAROLINA GONÇALVES VIEIRA

Educação em Valores, Educação Midiática e Justiça Social: como esse diálogo se concretiza na vida de três jovens influenciadores de uma cidade do interior de Minas Gerais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração Educação (Linha de Pesquisa: Fundamentos e Práticas Educativas), da Universidade Federal do Triângulo Mineiro como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Alexandra Bujokas de Siqueira

UBERABA-MG
2025

[VERSO DA PÁGINA DE ROSTO]

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do
Triângulo Mineiro**

V719e Vieira, Thereza Carolina Gonçalves
Educação em valores, educação midiática e justiça social: como esse
diálogo se concretiza na vida de três jovens influenciadores de uma cidade
do interior de Minas / Thereza Carolina Gonçalves Vieira. -- 2025.
207 f. : il., fig., graf.

Tese (Doutorado em Educação) -- Universidade Federal do Triângulo
Mineiro, Uberaba, MG, 2025

Orientadora: Profª. Dra. Alexandra Bujokas de Siqueira

1. Educação – Minas Gerais (MG) 2. Valores. 3. Educação midiática.
4. Redes sociais on-line. 5. Justiça social. I. Siqueira, Alexandra Bujokas
de. II. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.

CDU 37(815.1)

THEREZA CAROLINA GONÇALVES VIEIRA

**EDUCAÇÃO EM VALORES, EDUCAÇÃO MÍDIÁTICA E JUSTIÇA SOCIAL:
COMO ESSE DIÁLOGO SE CONCRETIZA NA VIDA DE TRÊS JOVENS
INFLUENCIADORES DE UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração “Educação” (Linha de Pesquisa: Fundamentos e Práticas Educativas) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro como requisito parcial para obtenção do título de doutora.

Data da aprovação: 18/06/2025

Banca Examinadora:

Dra. Martha Maria Prata Linhares - Presidente da Banca
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Dr. Lúcio Álvaro Marques
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Dr. Flávio Henrique Dias Saldanha
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Dra. Maria Alzira de Almeida Pimenta
Universidade de Sorocaba

Dra. Roseane Andrelo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho



Documento assinado eletronicamente por Roseane Andrelo, Usuário Externo, em 18/06/2025, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFETM nº 215, de 16 de julho de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por Maria Alzira de Almeida Pimenta, Usuário Externo, em 20/06/2025, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFETM nº 215, de 16 de julho de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por MARTHA MARIA PRATA LINHARES, Professor do Magistério Superior, em 23/06/2025, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFETM nº 215, de 16 de julho de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por Lucio Alvaro Marques, Professor do Magistério Superior, em 23/06/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFETM nº 215, de 16 de julho de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por FLAVIO HENRIQUE DIAS SALDANHA, Professor do Magistério Superior, em 23/06/2025, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFETM nº 215, de 16 de julho de 2024](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufetm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1544117 e o código CRC 55248C39.

Dedico a conclusão desta Tese aos meus pais, cujos valores e exemplos de persistência, resiliência e honradez, em conjunto com as inúmeras oportunidades de estudo que me proporcionaram, pavimentaram minha estrada até aqui.

*Ando devagar
Porque já tive pressa
Levo esse sorriso
Porque já chorei demais*

*Hoje me sinto mais forte
Mais feliz quem sabe
Só levo a certeza
De que muito pouco eu sei
Eu nada sei*

*Conhecer as manhas e as manhãs
O sabor das massas e das maçãs*

*É preciso amor pra poder pulsar
É preciso paz pra poder sorrir
É preciso a chuva para florir*

*Penso que cumprir a vida
Seja simplesmente
Compreender a marcha
E ir tocando em frente*

*Como um velho boiadeiro
Levando a boiada
Eu vou tocando os dias
Pela longa estrada, eu vou
Estrada eu sou*

[...]

*Todo mundo ama um dia
Todo mundo chora*

*Um dia a gente chega
E no outro vai embora*

*Cada um de nós
Compõe a sua história
Cada ser em si
Carrega o dom de ser capaz
E ser feliz*

AGRADECIMENTOS

A GRADEÇO A DEUS...

Pela bendita oportunidade da presente reencarnação;

Por ter renascido junto a uma família que me acolheu e amparou;

Pelos meus pais que me ensinaram a “nunca olhar para trás” e que “tudo passa”;

Pelos meus três irmãos com quem divido a saudade de nossos pais;

Pela bendita oportunidade de ser mãe, recebendo dois seres espirituais maravilhosos, dois amigos, como filhos;

Pela família imensa de tios e primos que enchiam a casa dos meus avôs nas festas de Natal ou em um simples almoço de domingo;

Por ter vivido a minha infância em uma época de tranquilidade urbana, quando podíamos andar “soltos para todo lado”, sem a necessidade de sermos acompanhados/escortados no trajeto para a escola, para o clube, cinema, mercadinho, dentre tantos outros lugares;

Por poder contar com o apoio, a amizade e o amor de tantos que fazem parte da minha caminhada terrena nesta reencarnação sem os quais, muito provavelmente, minhas lutas seriam mais duras e meus dias menos felizes;

Pela bênção da saúde que me permite poder buscar o “pão-nosso-de-cada-dia” com meus próprios braços;

Pelos impostos pagos por muitos brasileiros, impostos estes que, quando geridos com responsabilidade e honestidade, possibilitam a existência de escolas e Universidades públicas, como a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) onde eu, agora, tive a oportunidade de cursar um Doutorado em Educação;

Pela orientação da professora Alexandra Bujokas de Siqueira que me apresentou novos conceitos, novos teóricos e tantas novas leituras edificantes.

Por fim, trago algumas palavras de Chico Xavier que sintetizam todas as bênçãos que são motivos de minha gratidão eterna e, também, uma mensagem psicografada, recebida em um momento de muita angústia e temor de não ser capaz de concluir minha tese:

*Nasceste no lar que precisavas,
Vestiste o corpo físico que merecias,
Moras onde melhor Deus te proporcionou, de acordo com teu adiantamento.
Possuis os recursos financeiros coerentes com as tuas necessidades, nem mais, nem menos,
mas o justo para as tuas lutas terrenas.*

*Teu ambiente de trabalho é o que elegeste espontaneamente para a tua realização.
Teus parentes, amigos são as almas que atraístes, com tua própria afinidade.
Portanto, teu destino está constantemente sobre teu controle.*

*Tu escolhes, recolhes, eleges, atraís, buscas, expulsas, modificas tudo aquilo que te rodeia a
existência.
Teus pensamentos e vontades são a chave de teus atos e atitudes...
São as fontes de atração e repulsão na tua jornada vivência.*

*Não reclames nem te faças de vítima.
Antes de tudo, analisa e observa.
A mudança está em tuas mãos.
Reprograme tua meta, busque o bem e viverás melhor.*

***"Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo,
qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim"***

CHICO XAVIER

*Não te detenhas na marcha do progresso.
Todo esforço no sentido da evolução com O Pai, será sempre abençoado.
O progresso é lei de Deus.
Se tens oportunidades de alargar teus horizontes, recebe-as e sejas grata,
pois, muitos são os que ainda rastejam na lama da ignorância e do mal.
A inteligência deve servir ao Bem da humanidade.
Todo movimento em busca da Luz, tem o auxílio do Mais Alto.
Faças sempre bom uso daquilo que recebes por acréscimo da misericórdia d'O Pai.
O esforço no Bem e para o Bem é a alavanca da evolução rumo a O Pai.
Ave Cristo.
Um amigo¹.*

¹ Mensagem recebida na noite de 11 de novembro de 2024, em Sessão de Desobsessão do Grupo Espírita Horizonta Lemos, em Uberaba-MG, psicografada por Thereza Carolina G. Vieira.

RESUMO

A popularização da internet fez com que a capacidade de comunicação deixasse de ser algo essencialmente local para se tornar verdadeiramente global, fenômeno esse que fez com que as redes sociais se tornassem um veículo para a expressão cultural. Antes das redes sociais, era a agenda da mídia (Agenda-Setting) que pautava o tema. Agora, vozes marginalizadas disputam poder no cenário midiático com as vozes institucionalmente validadas, tornando-se um fermento para a organização de movimentos sociais online que buscam justiça social. Considerando que o conceito de justiça social é fundamental para se pensar a educação, a presente tese investiga os valores subjacentes às postagens de influenciadores digitais que abordam o tema da justiça social em redes sociais. Parte-se do pressuposto de que, com a popularização da internet e o avanço das plataformas digitais, a comunicação deixou de ser local e institucionalizada para tornar-se global e descentralizada, possibilitando que vozes marginalizadas disputem espaço e influência com agentes tradicionais da mídia. Nesse novo cenário, os influenciadores emergem como protagonistas na construção e circulação de discursos públicos, incluindo os que mobilizam a ideia de justiça social. A pesquisa procura responder a pergunta: em que medida esses discursos refletem uma compreensão substantiva desse conceito, tradicionalmente vinculado a fundamentos filosófico-políticos complexos? Para tanto, realizou-se um estudo de campo com aplicação de entrevista, com abordagem qualitativa e análise interpretativa de conteúdo de postagens selecionadas, com base nos eixos de valores propostos pela World Values Survey (valores tradicionais vs. seculares-rationais e valores de sobrevivência vs. autoexpressão). O referencial teórico articula autores clássicos e contemporâneos, como Aristóteles, Platão, John Stuart Mill, John Rawls e Marshall McLuhan, sendo este último mobilizado para discutir a mediação tecnológica como condicionante do discurso. Conceitos como justiça, equidade, véu da ignorância, igualdade de oportunidades e bens primários (incluindo a educação midiática) orientam a análise dos dados. Os resultados apontam para tensões entre os valores veiculados nos discursos digitais e os fundamentos teóricos da justiça social, sugerindo que a estrutura do meio digital, embora democratize a participação, também pode dificultar a comunicação autêntica de conceitos complexos e polissêmicos. A pesquisa contribui, assim, para o debate, fundamental para todos os agentes da educação, sobre os desafios éticos, formativos e comunicacionais da esfera pública digital contemporânea.

Palavras-chave: Educação em valores. Educação midiática. Redes sociais. Justiça social.

ABSTRACT

The popularization of the Internet has changed the capacity for communication from being something essentially local to becoming truly global, a phenomenon that has made social networks a vehicle for cultural expression. Before social networks, it was the media agenda (Agenda-Setting) that set the agenda. Now, marginalized voices compete for power in the media landscape with institutionally validated voices, becoming a catalyst for the organization of online social movements that seek social justice. Considering that the concept of social justice is fundamental to thinking about education, this thesis investigates the values underlying the posts of digital influencers that address the issue of social justice on social networks. It is assumed that, with the popularization of the Internet and the advancement of digital platforms, communication has ceased to be local and institutionalized to become global and decentralized, allowing marginalized voices to compete for space and influence with traditional media agents. In this new scenario, influencers emerge as protagonists in the construction and circulation of public discourses, including those that mobilize the idea of social justice. The research seeks to answer the question: to what extent do these discourses reflect a substantive understanding of this concept, traditionally linked to complex philosophical-political foundations? To this end, a field study was conducted using interviews, a qualitative approach, and interpretative analysis of the content of selected posts, based on the value axes proposed by the World Values Survey (traditional values vs. secular-rational values and survival values vs. self-expression). The theoretical framework articulates classical and contemporary authors, such as Aristotle, Plato, John Stuart Mill, John Rawls, and Marshall McLuhan, the latter being mobilized to discuss technological mediation as a conditioning factor of discourse. Concepts such as justice, equity, veil of ignorance, equality of opportunity, and primary goods (including media literacy) guide the data analysis. The results point to tensions between the values conveyed in digital discourses and the theoretical foundations of social justice, suggesting that the structure of the digital environment, although democratizing participation, can also hinder the authentic communication of complex and polysemic concepts. The research thus contributes to the debate, which is fundamental for all education agents, on the ethical, formative and communicational challenges of the contemporary digital public sphere.

Keywords: Education in values. Media education. Social networks. Social justice.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Síntese da midiografia dos entrevistados	102
QUADRO 2	Valores associados às qualidades escolhidas pelos entrevistados	106
QUADRO 3	Qualidades escolhidas por cada entrevistado e respectivas justificativas	108
QUADRO 4	Concepções de justiça social dos três entrevistados	111
QUADRO 5	Dados extraídos da comparação entre as postagens dos três entrevistados	130
QUADRO 6	Análise do conteúdo do Perfil do Entrevistado 1	131
QUADRO 7	Análise do conteúdo do Perfil do Entrevistado 2	134
QUADRO 8	Análise do conteúdo do Perfil do Entrevistado 3	137

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Gráfico do teste The Political Compass	93
FIGURA 2	Certificado do teste The Political Compass do Entrevistado 1	98
FIGURA 3	Certificado do teste The Political Compass do Entrevistado 2	100
FIGURA 4	Certificado do teste The Political Compass do Entrevistado 3	101
FIGURA 5	Quadro comparativo dos certificados do teste The Political Compass dos Entrevistados	140
GRÁFICO 1	Posicionamento dos entrevistados no modelo WVS	107

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABC	American Broadcasting Company
Abrelivros	Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais
AI-5	Ato Institucional nº5
AIG	American International Group
APPC	Annenberg Public Policy Center
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CBS	Columbia Broadcasting System
CEMEA	Centro Municipal de Educação Avançada
Cemei	Centro Municipal de Educação Infantil
CEO	Chief Executive Officer
CIEDDE	Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNN	Cable News Network
DCP	Departamento de Ciência Política
EMC	Educação Moral e Cívica
EUA	Estados Unidos da América
FFCLRP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Fox News	Fox News Channel
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCN	International Fact-Checking Network
INAF	Indicador de Alfabetismo Funcional
IPL	Instituto Pró-Livro
ISD	Institute for Strategic Dialogue
LabGRIM	Laboratório de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual
MEB	Movimento de Educação de Base
MGTV	Telejornal local que vai ao ar pela TV Globo Minas Gerais
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MPE	Ministério Público Eleitoral

NBC	National Broadcasting Company
Netflix	Serviço online de streaming
NLP	The News Literacy Project
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAI	Perceived Algorithm Insensitivity
PAR	Perceived Algorithm Responsiveness
PC	Political Compass
PL	Projeto de Lei
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Semed	Secretaria de Educação de Uberaba
Snel	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
STF	Superior Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDICs	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
TJAM	Tribunal de Justiça do Amazonas
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UCLA	University of California Los Angeles
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
WVS	World Values Survey
WWW	World-Wide Web

APRESENTAÇÃO MEMORIAL

Minhas lembranças mais longínquas são da casa onde nasci em São Paulo. Um pequeno sobrado no bairro Sumaré. De lá, muitas são as lembranças das músicas que meu pai ouvia no “Móvel de Som” enquanto minha mãe preparava o almoço de domingo na cozinha, a casa todo rescendendo alegria. Lembro-me, também, da revista Seleções da Reader's Digest e das coleções de livros e Enciclopédias que meu pai comprava. Achava lindo, os livros com suas capas de couro, letras douradas. Comecei a ler cedo e lia tudo. Lembro-me de minha professora de piano – Dona Gemma – com quem aprendi a ler partitura e a tocar os primeiros acordes. Lembro-me da minha primeira escola, Colégio Notre Dame², onde estudei dos 4 aos 7 anos de idade (de 1972 – 1975). Ali, tive a oportunidade de estudar inglês e francês e de aprender a tocar outros instrumentos, como o Prato, na Fanfarra do colégio. Aprendi a bordar e a fazer dobraduras no papel colorido utilizando a arte do Origami, conteúdos que faziam parte da grade curricular a partir do Pré-primário. Dessa escola, passei à outra, Colégio Nossa Senhora das Dores³, onde tive oportunidade de aprender balé, a jogar vôlei e handebol. Além da aprendizagem escolar, também tive oportunidade de aprender a jogar tênis, no clube em que frequentava; oportunidade de continuar meus estudos de piano, agora, no Conservatório Estadual de Música Renato Frateschi⁴, onde aprendi também, flauta, violão e percussão. Ao concluir o Ensino Médio (1985), tive a oportunidade de continuar meus estudos na Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro (FCETM)⁵ onde cursei Administração de Empresas (1986 – 1989). De 2003 a 2004, cursei Especialização em Docência Universitária na Universidade de Uberaba (UNIUBE)⁶ quando tive novas oportunidades de vivências e aprendizagens. Em 2009, fui aprovada no processo seletivo para o Mestrado em Educação da Uniube, mas, por questões financeiras, não pude cursar. Em 2010, fui aprovada novamente e, dessa vez, com o auxílio de duas bolsas de

² Fundado em 1942, o colégio Notre Dame foi o primeiro empreendimento de ensino a ser construído em São Paulo pelas Irmãs de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Castres, as Irmãs Azuis. Disponível em: <<https://colegionotredame.com.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2025.

³ Fundando em 1885, o Colégio Nossa Senhora das Dores surgiu em Uberaba (MG) por iniciativa das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, originárias da França. Disponível em: <<https://cnsd.com.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 14 fev. 2025.

⁴ Instituição voltada para o ensino e a prática da música.

⁵ Instituição de ensino superior privada que oferece cursos de graduação na área de humanas.

⁶ Instituição de ensino superior privada, que oferece mais de 120 cursos de graduação de 200 de pós-graduação.

estudos (do Sindicato dos Professores de Uberaba e, da FAPEMIG⁷), consegui cursar e concluir. Neste curso, descobri o gosto pela pesquisa e apaixonei-me. Já naquele momento, sentia a necessidade de pesquisar a respeito da educação em valores, tomando como base minha própria vida pessoal e profissional, de estudante/aluna, docente do ensino superior e, também, mãe de dois filhos, hoje, adultos. Propus-me a investigar a educação em valores no Ensino Superior, questionando de que maneira a existência de um código de conduta poderia contribuir para a formação em valores de jovens universitários, transformando-os em hábitos. Essa pesquisa foi concluída em dezembro de 2012, quando defendi minha Dissertação. Nos anos de 2013 e 2014 participei, como ouvinte, de algumas aulas do Doutorado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia⁸ (UFU), além de cursar minha segunda graduação: Letras Português/Inglês, pela Universidade de Franca⁹ (UNIFRAN). Em 2017, fui aprovada para a 2ª Turma de Doutorado em Educação da Uniube e, novamente, por questões financeiras, não pude cursar. Em 2020, fui aprovada para a 1ª Turma de Doutorado em Educação da UFTM o qual, agora, concluo com um sentimento misto de satisfação pessoal e gratidão, MUITA GRATIDÃO por todas as oportunidades que me trouxeram até aqui!

⁷ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais é uma agência de fomento à pesquisa e à inovação científica e tecnológica do Estado de Minas Gerais.

⁸ Instituição de ensino superior pública brasileira, localizada em Uberlândia (MG).

⁹ Universidade de Franca, uma instituição de ensino superior privada localizada na cidade de Franca (SP).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – ÁGORA, ESFERA PÚBLICA, REDES SOCIAIS	24
1.1. A Esfera Pública nos Termos de Habermas	26
1.2. Desinformação	33
1.3. Regulação da Mídia, Responsabilidade das Plataformas e a Influência dos Algoritmos	42
1.4. Liberdade de Expressão	44
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO EM VALORES E EDUCAÇÃO MIDIÁTICA	48
2.1. Educação em Valores	49
2.2. Educação Midiática	60
CAPÍTULO 3 – SOBRE A JUSTIÇA SOCIAL	67
3.1. Uma Teoria de Justiça de John Rawls	70
3.1.1. Estrutura Básica	73
3.1.2. A Posição Original (ou O Véu da Ignorância)	74
3.2. Sandel: Justiça, o que é fazer a coisa certa?	75
CAPÍTULO 4 – O MEIO MODELA A MENSAGEM	80
4.1. Leitores Contemporâneos de McLuhan	82
4.2. A Modelagem Algorítmica	86
CAPÍTULO 5 – DESENHO METODOLÓGICO E CONSTRUÇÃO DOS DADOS	91
5.1. Apresentação dos Instrumentos Utilizados na Pesquisa	92
5.1.1. Questionário Online Political Compass	92
5.1.2. Entrevista Semi-Estruturada	95
5.1.3. Análise de Postagens	96
CAPÍTULO 6 – RESULTADO DAS ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS	98
6.1. Análise do Questionário The Polical Compass	98
6.1.1. Teste do Entrevistado 1	98
6.1.2. Teste do Entrevistado 2	99
6.1.3. Teste do Entrevistado 3	100

6.2.	Análise da Entrevista Semi-Estruturada	101
6.2.1.	Eixo 1 – Midiografia dos entrevistados e preferências culturais	101
6.2.2.	Eixo 2 – Como Se Posiciona em Relação aos Valores Medidos Pela World Values Survey	106
6.2.3.	Eixo 3 – Compreensão do Conceito de Justiça Social	109
6.2.4.	Eixo 4 – Como Justificam Suas Postagens Sobre Justiça Social	112
6.2.4.1.	Postagens da Entrevistada 1	112
6.2.4.2.	Postagens do Entrevistado 2	118
6.2.4.3.	Postagens do Entrevistado 3	126
6.3.	Análise do Conteúdo dos Perfis dos Entrevistados	131
6.3.1.	Entrevistada Número 1	131
6.3.2.	Entrevistado Número 2	134
6.3.3.	Entrevistado Número 3	136
6.4.	Discussão Geral dos Resultados	139
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS	147
	ANEXOS	161
	APÊNDICES	199

INTRODUÇÃO

Atualmente, vivemos um tempo em que a palavra inovação está em grande evidência. O enorme e generalizado acesso à tecnologia digital e à internet tem proporcionado contato com a mídia escrita e audiovisual e, conseqüentemente, ampliado a quantidade e a qualidade da informação. A popularização da internet fez com que a capacidade de comunicação deixasse de ser algo essencialmente local para se tornar verdadeiramente global, fenômeno esse que fez com que as redes sociais se tornassem um veículo para a expressão cultural. Vivemos a era da globalização do conhecimento e da convivência de natureza virtual. E essa convivência virtual, tem forte influência em nossas vidas, pois, “à medida que a Internet cresce em número de usuários e na diversidade de serviços, ela se torna mais influente na vida das pessoas” (Silva, 2020, p.ix), desde a forma como a criança dessa geração de nativos digitais¹⁰ brinca, passando por sua formação, até sua vida adulta, posto que a internet “tem o potencial de construir ou modificar a opinião, a percepção mental e os valores dos indivíduos. O que está sendo criado e publicado online é um reflexo dos valores e crenças das pessoas” (Magno; Almeida, 2021, p.9).

Hoje, parece que tudo passa pelo crivo internet e suas redes sociais, contribuindo para novos processos de relacionamentos e vivências. As atividades desempenhadas através de recursos digitais são incontáveis. Há uma infinidade de aplicativos e softwares designados para transações financeiras, divertimento, viagens, comércio em geral, relacionamentos, cuidados físico e emocional, *delivery* (a antiga “entrega em domicílio”), comunicação e educação, citando apenas alguns aspectos da vida cotidiana impactados pelo advento tecnológico. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) com seus aplicativos e softwares que facilitam o nosso dia-a-dia, promoveram modificações dos processos de produção de bens materiais e imateriais criando novos valores sociais, culturais, econômicos e, sobretudo, políticos.

As novas formas de interação e atuação política têm influenciado de forma contundente as instituições sociais com o surgimento de novas formas de participação da sociedade nas arenas públicas. As redes sociais amplificaram vozes historicamente

¹⁰ O conceito de nativos digitais foi cunhado pelo educador e pesquisador Marc Prensky (2001) para descrever a geração de jovens nascidos a partir da disponibilidade de informações rápidas e acessíveis na grande rede de computadores – a Web. Segundo Prensky (2001), esses jovens estão acostumados a obter informações de forma rápida e costumam recorrer primeiramente a fontes digitais e à Web antes de procurarem em livros ou na mídia impressa. Por causa desses comportamentos e atitudes e por entender a tecnologia digital como uma linguagem, Prensky os descreve como Nativos Digitais, uma vez que “falam” a linguagem digital desde que nasceram (PESCADOR, 2010).

marginalizadas. Antes das redes sociais, era a agenda da mídia (*Agenda-Setting*) que pautava o tema. Agora, vozes marginalizadas disputam poder no cenário midiático com as vozes institucionalmente validadas. A capacidade de mobilização e articulação dos cidadãos foi amplificada impactando diretamente na produção de informação que deixou de ser unidirecional e vertical (mídia tradicional) para ser agora, multidirecional e horizontal. Nas redes sociais, pessoas comuns que sofrem algum tipo de injustiça podem agora amplificar seus relatos. O compartilhamento de experiências semelhantes pode aumentar a conscientização sobre uma diversidade de questões a respeito da injustiça. E essa conscientização torna-se um fermento para a organização de movimentos sociais online que buscam justiça social. Ao compartilhar informações, mobilizar recursos e promover a conscientização sobre causas específicas, eles se empoderam. O fato de as redes sociais terem dado voz ao cidadão comum, causou um efeito colateral que está incomodando muita gente o que fez com que elas [as redes sociais] se tornassem “uma pedra no sapato dos poderosos em todo o mundo [...]” (Motta¹¹, 2024).

Essa mudança cultural engendrada pela rápida e intensa evolução tecnológica fez com que o debate público de questões sobre ética, justiça, direitos e deveres, liberdade, cidadania e demais assuntos ligados à vida cotidiana, tivessem suas fronteiras expandidas para a internet dando forma ao novo espaço público midiático: a internet e suas redes sociais. Juntamente com Salgado e Oliva (2018), podemos seguramente afirmar que, “não há mais como interpretar a situação política e social do país sem levar em conta o protagonismo do sistema midiático” o qual abrange “uma série de diferentes plataformas que agem como meios para disseminar as informações, como os jornais, revistas, a televisão, o rádio e a internet, por exemplo”. Entretanto, juntamente com a disseminação de informações temos, também, a disseminação de notícias falsas. É sabido que notícias falsas ou inverdades existem desde que o mundo é mundo, não tendo sido inventadas juntamente com a prensa de Gutenberg¹². Como categoricamente afirmado por Eugênio Bucci em seu livro *Existe Democracia sem verdade Factual?* “é óbvio que a mentira faz parte do repertório dos jornais desde que eles foram inventados” (Bucci, 2019, p.17).

¹¹ Roberto Motta é Economista, escritor e comentarista político. Comentário publicado no Instagram em 18 de abril de 2024 (Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C55oJuvONHU/?igsh=eDhrMHhucDNoNng1>>. Acesso em: 18 abr. 2024).

¹² Johannes Gutenberg (1398-1468) foi o inventor da prensa de tipos móveis (por volta de 1430) e, aparentemente, a desenvolveu a partir das prensas de vinho e azeite da época. A invenção de Gutenberg não somente revolucionou a fabricação de livros, mas, literalmente mudou o mundo no que se refere ao compartilhamento de ideias que, com o uso da palavra impressa podiam atingir maiores distâncias e públicos mais amplos do que antes (MARK, 2021).

Esses velhos problemas causados pela desvirtuação da liberdade de expressão, com o advento da internet, atingiram outra dimensão. A difamação e as notícias falsas ganham agora nova projeção e nomenclatura: desinformação, discurso de ódio, narrativas, extremismo, terrorismo, pós-verdade e *fake news*¹³. A desinformação distorce a percepção de questões sociais e cria conflitos que podem resultar na cultura do cancelamento¹⁴ e até no linchamento virtual. Nesses casos, o veredicto apressado do público e a ausência de um processo de julgamento justo só reforçam as injustiças. Nesse contexto, como se falar em promoção da justiça social se, a justiça social parte do princípio de que todos os indivíduos de uma sociedade têm direitos e deveres iguais em todos os aspectos da vida social?

Recentemente, Backx (2008), ao fazer uma busca na internet encontrou 278 mil registros para a expressão justiça social (apenas em português!). Verificando a fonte dos resultados apresentados, encontrou os mais diferentes atores e as mais diferentes finalidades: de partidos políticos (independente do espectro, se de direita ou de esquerda), passando por organizações não governamentais, páginas de governos (federal, estadual e municipal) até associações de categorias profissionais. Esse resultado ratificou o que Bobbio (2000) já defendia para o uso do termo justiça social como expressão “canônica”, que muitos utilizam como uma máxima, independente da circunstância. E esse abuso na utilização da expressão *justiça social* “ameaça destruir a concepção de lei que fez dela a salvaguarda da liberdade individual” (Hayek, 1985, p.80).

No que se refere ao abuso de sua utilização, a expressão justiça social é apenas um dos inúmeros temas que aparecem com frequência nos discursos políticos, sociais e jurídicos de nosso tempo. Todavia, como já apontado por Novak (2000), “o problema com a *justiça social* começa com o próprio significado do termo” desconhecido ou, na melhor das hipóteses, incompreendido pela grande maioria da população. Por carregar diferentes significados e interpretações, que variam de acordo com contextos históricos, culturais, filosóficos e ideológicos, o conceito de justiça social se caracteriza como um conceito polissêmico envolvendo uma série de princípios e valores que dizem respeito à igualdade, equidade, direitos humanos, distribuição de recursos e reconhecimento de diferenças sociais. “Hayek aponta que livros e tratados inteiros foram escritos sobre justiça social sem nunca oferecer uma definição dela” (Novak, 2000). E mesmo quando a expressão não aparece de forma

¹³ O termo Fake News, embora largamente usado, ainda não foi formalmente integrado à lista de palavras da Língua Portuguesa, tratando-se, portanto, de um estrangeirismo. Refere-se a “notícias falsas ou informações mentirosas que são compartilhadas como se fossem reais e verdadeiras, divulgadas em contextos virtuais, especialmente em redes sociais ou em aplicativos para compartilhamento de mensagens” (DICIO, [2019?]).

¹⁴ A cultura do cancelamento é uma forma de exclusão de uma pessoa, um grupo ou marca em posição de poder e influência após terem atitudes consideradas problemáticas ou erradas (GUIMARÃES, 2021).

explícita, o conceito a que ela se refere “se faz sentir, quase sempre traduzido em reivindicações e protestos”, tais como, “superação da pobreza, dívida social e redistribuição de renda” (Lacerda, 2016), bem como, na defesa da tributação das riquezas como sendo parte – se não, o todo – do que vem a ser justiça social.

Contudo, embora o termo *justiça social* apareça com frequência não só nos discursos políticos e jurídicos contemporâneos como, sobretudo, nos debates midiáticos das redes sociais, podemos afirmar com segurança, que todos os que dele fazem uso e, também, ou principalmente, os que ouvem esses discursos, conhecem o real significado do que seja justiça social?

Com base nos índices de analfabetismo funcional de nosso país que beiram os 30% (Inaf, 2018), há de se esperar que muito do que é discutido nos debates nas redes sociais (e, também, pessoalmente) seja a repetição de ideias (vagas) e discursos propagados aos montes e, atualmente, com um agravante: na velocidade da luz. E esse hábito de repetir a fala e ideias de outras pessoas sem compreender efetivamente os conceitos defendidos ou atacados, provoca outro agravante: a propagação de mentiras como se verdades fossem. Esse hábito que, *a priori*, pareça inofensivo, contribui sobremaneira para formar uma verdadeira legião de analfabetos políticos funcionais que são “presas fáceis, tanto do sistema de dominação quanto do mundo organizado do crime”, fator impeditivo preponderante na busca por “transformar o país numa nação desenvolvida, justa e digna de se viver” (Grabowski, 2017). Pesquisas apontam que boa parte dos jovens que chegam ao ensino médio (e até mesmo ao ensino superior), tem defasagens e dificuldades educacionais, sobretudo relativas à leitura e interpretação de textos (Nazar, 2023). Sendo essa uma realidade, como podem exercer a cidadania no que tange ao direito ao voto, alguém considerado analfabeto funcional? O questionamento se faz necessário posto que, se exercer a cidadania é exercer os direitos e deveres civis, políticos e sociais, a dificuldade de conseguir fazer uma leitura crítica dos fatos, independente do meio para esses fatos chegarem (se pela mídia impressa, digital, etc.) incapacita que a pessoa tenha condições de fazer uma leitura crítica com real discernimento do mundo. Segundo dados do último relatório do INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional (2018), 8% da população brasileira entre 15 a 64 anos foram classificados como analfabetos funcionais, ou seja: com base no censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística, que estimou um total de 208,5 milhões de habitantes no Brasil em 2018¹⁵, o número de analfabetos funcionais era de 16,68 milhões de brasileiros (INAF, 2018).

Esse cenário que vem se arrastando ao longo de décadas, na opinião de Grabowski (2017), não é uma causalidade, “mas sim um projeto e uma estratégia de manipulação da ‘elite’ econômica e política que domina e usurpa nossas riquezas naturais e humanas” porquanto, justamente em razão dessa incapacidade de leitura crítica, muitos do que se utilizam do termo “justiça social” o faz para “denotar um princípio regulador da ordem” cujo foco é o poder (Novak, 2000). O termo “justiça social”, “[...] torna-se um instrumento de intimidação ideológica, com a finalidade de obter o poder de coerção legal” (Novak, 2000, p.1).

Essa quase obsessão em se invocar a expressão justiça social em praticamente todos os debates políticos reivindicando-a como ação governamental, também, é observada por Kaufmann (2007) que alerta ser provável “(...) que não existam hoje movimentos políticos profissionais que não apelem, de imediato, para a ‘justiça social’ em apoio às medidas específicas que advogam”.

Frente ao exposto, a presente pesquisa investigou qual é a concepção que jovens influenciadores nos campos da política, da administração pública e da cultura têm de justiça social, onde aprenderam sobre esse conceito e como o expressam nas suas respectivas presenças online. Ao estudar sistematicamente alguns casos, à luz da educação em valores, da educação midiática e do conceito de justiça social segundo John Rawls¹⁶ e seus leitores, a pesquisa objetivou fornecer uma reflexão sistemática que possa orientar o trabalho daqueles que se comprometem com uma educação humanística.

Em razão do fato de vivermos em uma era em que a informação circula em ritmo acelerado e em múltiplos formatos, as redes sociais, os portais de notícia e as plataformas digitais se tornaram fontes predominantes de informação para grande parte da população. Em vista disso, a presente pesquisa buscou, também, ratificar que, nesse cenário, a educação midiática — a capacidade de acessar, analisar, avaliar, criar e agir com base em mensagens de mídia — articulada com uma formação sólida em valores éticos e humanísticos, torna-se uma poderosa ferramenta para a formação de cidadãos mais justos, críticos e responsáveis.

¹⁵ IBGE. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>>. Acesso em: 3 out. 2024.

¹⁶ John Rawls (1921 - 2002) foi um professor de filosofia política na Universidade de Harvard, autor de *Uma Teoria da Justiça* (1971), *Liberalismo Político* (1993) e *O Direito dos Povos* (1999).

Dos conceitos utilizados para embasamento teórico do presente trabalho, destacamos a justiça como equidade, o véu da ignorância, a igualdade de oportunidades e os bens primários (incluindo aqui, a educação midiática).

O objetivo da investigação se estabeleceu a partir de uma tese que considera a própria estrutura do meio social um fator complicador para a comunicação autêntica de um conceito polissêmico como o é, no caso em questão, o conceito de justiça social. Para tanto, recorreremos aos leitores contemporâneos de Marshall McLuhan, o acadêmico que cunhou o famoso bordão “o meio é a mensagem”.

Retornando à questão da popularização da internet, da globalização do conhecimento e da convivência de natureza virtual, é fato que nunca tivemos tanta informação e conhecimento técnico e teórico disponível e acessível para todos. Todavia, com todo esse conhecimento e informação disponíveis e acessíveis a todos, há potencial para formar pessoas justas na sociedade da hiperinformação? Segundo Baquero, Baquero e Moraes (2016), mesmo após décadas do advento da internet e tantos avanços tecnológicos decorrentes, “vivemos em sociedades cada vez mais desiguais, antagônicas e, em alguns casos, intolerantes”.

A internet tendo se tornado um espaço disputado, tanto a perspectiva libertária quanto as novas formas de dominação e controle estão redefinindo a questão da liberdade de expressão. E em tempos de grandes debates sobre controle e regulação das redes sociais, reflexões sobre a educação em valores não só continuam como, principalmente, se tornam necessárias e mais urgentes ainda, de forma a procurar conscientizar o indivíduo que o direito à liberdade de expressão vem junto com algumas responsabilidades/deveres no exercício desta liberdade. Essas questões orientaram o desenvolvimento do trabalho que se desdobra a seguir.

A tese está organizada em seis capítulos, como segue:

O capítulo 1 apresenta o contexto do estudo e discorre sobre os espaços públicos de debate, da Ágora grega às redes sociais. Nele, cinco temas são centrais: regulação, responsabilidade das plataformas, influência dos algoritmos, desinformação e liberdade de expressão.

O capítulo 2 discorre sobre as conexões entre educação em valores e educação midiática, e tem o objetivo de pontuar o que se entenderá aqui como pensamento crítico e habilidades para filtrar informações da internet, em contextos marcados pela aprendizagem informal das redes que compete com o papel da escola tradicional. Da Paidéia grega à debatida Educação Moral e Cívica¹⁷ que, se é um tabu na educação escolar brasileira,

¹⁷ A Educação Moral e Cívica (EMC) foi instituída pela Lei 869 de 12 de setembro de 1969, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa em todos os sistemas de ensino no Brasil.

certamente segue sendo ensinada, de um jeito ou de outro, na família e/ou na sala de aula. Neste cenário, o capítulo retoma a Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey – WVS, no original, em inglês), como uma régua para medir a importância da educação para a democracia e o desenvolvimento humano na sociedade contemporânea.

O capítulo 3 se dedica à discussão do polissêmico conceito de justiça social e retoma a Antiguidade Clássica até pensadores contemporâneos, considerando a origem e o desenvolvimento do conceito de justiça social, que evolui do sentido de virtude, passando pelo utilitarismo até a igualdade moral.

O capítulo 4 “restaura” o aporte teórico de Marshall McLuhan, em diálogo com seus leitores contemporâneos, para fundamentar a tese desta investigação.

O capítulo 5 apresenta o desenho metodológico e a construção dos dados da pesquisa.

O capítulo 6 apresenta a análise dos dados e os resultados encontrados. Algumas considerações finais serão feitas em linguagem pessoal.

CAPÍTULO 1 – ÁGORA, ESFERA PÚBLICA, REDES SOCIAIS

O debate público de questões sociais sempre esteve ligado a espaços também públicos. Um dos exemplos mais antigos que se tem notícia vem da Grécia onde, na antiguidade¹⁸, a cidadania era exercida no debate realizado em praça pública, a chamada Ágora, local onde os cidadãos se reuniam para discutir e decidir sobre temas diversos ligados à justiça, obras públicas, leis, cultura, dentre outras questões pertinentes ao cotidiano da população. A Ágora de Atenas é a mais conhecida e referenciada como berço da democracia, justamente pelo fato desse conceito ter se originado nos debates políticos que ali aconteciam.

A Ágora de Atenas é a mais conhecida, embora o termo tenha sido usado em outras cidades-estado para identificar espaços públicos onde se discutiam os eventos do dia, os mercadores montavam suas tendas e os artesãos vendiam seus produtos. Assim, Ágora é também entendida como a reunião de pessoas, bem como onde elas se reúnem. A Ágora de Atenas era localizada abaixo da Acrópole, próxima à construção hoje conhecida como Theseion (o Templo de Hefesto) e, até hoje, existem mercados ao ar livre na mesma localização. O local é frequentemente referenciado como berço da democracia, uma vez que foi ali que discussões e debates políticos deram origem ao conceito (Mark, 2021).

O local foi destruído, bem como o restante da cidade, durante a invasão do rei persa Xerxes, em 480 a.C., e foi reconstruído a mando do estadista ateniense Péricles (495-429 a.C.). Sócrates (470/469-399 a.C.) questionava os cidadãos de Atenas na Ágora, e foi ali que o jovem dramaturgo e aristocrata Aristocles de Atenas ouviu Sócrates pela primeira vez, queimou suas peças teatrais, e passou a dedicar-se ao desenvolvimento da filosofia grega sob o nome de Platão (428/427-348/347 a.C.). A Ágora foi também onde Sócrates foi julgado por impiedade em 399 a.C. e sentenciado à morte (Mark, 2021).

De origem grega, a palavra Ágora designa “praça pública onde se realizavam as assembléias políticas na Grécia antiga”; local onde se situavam os mercados e o comércio das cidades gregas (Dicio, [2019?]). Além do comércio ao ar livre a Ágora era, também, o espaço destinado para se ouvir anúncios cívicos, organizar campanhas militares ou discutir política. Esse local era muito importante para a comunidade por ser ali que a sociedade se reunia para discutir sobre temas variados do dia-a-dia da cidade: de religião, filosofia, a temas jurídicos e políticos. “A Ágora não era apenas o mercador diário de peixes e produtos agrícolas, era o mercado diário de ideias, o local que os cidadãos usavam como jornal diário completo, com manchetes sensacionalistas, furos de notícias, colunas e editoriais (Cahill, 2004, p.118). Inevitavelmente, a Ágora, era o ponto focal da vida pública da cidade, o centro da pólis, da cidade-estado.

A Ágora ateniense serviu de palco para filósofos posteriores a Sócrates, como Diógenes de Sinope (c. 404-323 a.C.), que na verdade vivia nas ruas, Crates de

¹⁸ Antiguidade é um período da história que, cronologicamente, teve início por volta de 3.500 a.C. (HISTÓRIA DO MUNDO. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-antiga>>. Acesso em: 06 maio2023).

Tebas (c. 360-280 a.C.) e sua esposa Hipárquia de Maroneia (c. 350-280 a.C.), que faziam o mesmo, e São Paulo (c. 5-64 d.C.), que pregou no Areópago. De acordo com o livro bíblico dos Atos dos Apóstolos (17:16-33), foi na Ágora ateniense que Paulo encontrou os estoicos e os epicuristas e, ali, pregou a eles a boa nova do evangelho de Jesus Cristo (Mark, 2021).

Embora em qualquer outra cidade grega encontrássemos uma Ágora, a de Atenas é a mais conhecida e referenciada. Isto se deve fortemente por Atenas ter sido a mais poderosa cidade-estado da Grécia, permanecendo como influência cultural e educacional por séculos, servindo como palco e pano de fundo para muitos dos eventos significativos da história contribuindo, dessa forma, para um período notável de grandes realizações intelectuais e artísticas. Muitos dos personagens que são associados com os maiores feitos da civilização grega clássica eram cidadãos de Atenas. Homens como Tucídides¹⁹, Ésquilo²⁰, Sófocles²¹, Demóstenes²², Fídias²³ e Praxíteles²⁴ foram responsáveis por plantar as sementes das civilizações ocidentais, e todos frequentaram a Ágora (Camp, 1986).

Conquanto o vozerio das conversas e debates públicos, o discurso imponente dos oradores e os gritos dos participantes pudessem ser ouvidos por todos que por ali passavam, nem todos podiam participar. Apenas os cidadãos do sexo masculino, de pais gregos, nascidos livres é que podiam exercer os seus direitos políticos participando dos debates na Ágora. Aos demais indivíduos restava, apenas, ouvir sem qualquer direito a participação. Esse privilégio e exclusivismo (da participação dos debates públicos) duraram até por volta 594 a.C. quando o estadista Sólon²⁵ (638 a.C. – 558 a.C.) criou a *Eclésia*, que era uma assembleia popular da qual participavam todos os homens livres atenienses, filhos de pai e mãe atenienses e maiores de 30 anos, rompendo, com esse feito, o domínio da classe superior na participação política, abrindo-a a todos os cidadãos de Atenas (Aristóteles, 2015). Por definição, Eclésia era o nome grego dado à instituição democrática da Assembleia do povo, que atuava no âmbito da política

¹⁹ Tucídides (460 a.C. – 400 a.C.) foi um historiador da Grécia Antiga. Escreveu a História da Guerra do Peloponeso, da qual foi testemunha e participante em que, em oito volumes, conta a guerra entre Esparta e Atenas ocorrida no século V a.C. (FRAZÃO, [202-?]).

²⁰ Ésquilo (525/524 a.C. – 456/455 a.C.) foi um dramaturgo da Grécia Antiga. É reconhecido frequentemente como o pai da tragédia (FRAZÃO, [202-?]).

²¹ Sófocles (497 ou 496 a.C. – 406 ou 405 a.C.) foi um dramaturgo grego, um dos mais importantes escritores de tragédia ao lado de Ésquilo e Eurípedes (FRAZÃO, [202-?]).

²² Demóstenes (384 a.C. – 322 a.C.) foi um preeminente orador e político grego de Atenas. Sua oratória constitui uma importante expressão da capacidade intelectual da Atenas antiga e providencia um olhar sobre a política e a cultura da Grécia antiga durante o século IV a.C. (FRAZÃO, [202-?]).

²³ Fídias (480 a.C. – 430 a.C.) foi um célebre escultor da Grécia Antiga. Autor de duas das mais famosas estátuas da Antiguidade: a Atena Partenos e o Zeus Olímpico (FRAZÃO, [202-?]).

²⁴ Praxíteles (395 a.C. – 330 a.C.) foi um dos mais famosos escultores da Grécia Antiga, sendo um dos grandes representantes do Classicismo Tardio. Sua criação mais afamada é a Afrodite de Cnido, a mais copiada de todas as obras da Antiguidade Clássica (FRAZÃO, [202-?]).

²⁵ Sólon (638 a.C. – 558 a.C.) foi um estadista, legislador e poeta grego antigo (FRAZÃO, [202-?]).

externa. Essa assembléia detinha poderes de “governança relativos à legislação, judiciais e executivos, decidindo, por exemplo, a destituição de magistrados”.

A Eclésia fiscalizava também todos aqueles que ocupavam postos de poder, de modo a que não abusassem do mesmo e desempenhassem as suas incumbências o melhor possível. Todos os cidadãos faziam parte da Eclésia, desde que cumprissem os requisitos exigidos: ter mais de dezoito anos, dois anos de serviço militar e ser filho de um pai natural da polis (a partir de 452 também a mãe o teria de ser) (Aristóteles, 2015).

Atualmente, podemos seguramente afirmar que os debates de assuntos ligados à vida cotidiana não mais estão restritos à Ágora grega e nem a qualquer outro espaço físico considerado próprio para isso – como as Prefeituras ou mesmo, praças públicas, por exemplo – mas, tiveram suas fronteiras expandidas para a internet dando forma ao espaço público midiático: a Ágora Virtual. “É evidente, portanto, que as redes sociais são, por muitas vezes, o novo espaço que se considera a esfera pública, sendo, nelas, concentrado o espaço de debates e propagação de informações” (Rodrigues; Lopes, 2021, p.6).

Antes de adentrarmos na questão da internet e suas redes sociais como a nova Ágora Grega, convém contextualizar o conceito de esfera pública na evolução dos espaços públicos destinados aos debates de ideias e disseminação de informações.

1.1. A Esfera Pública nos termos de Habermas

Em 1961, Jürgen Habermas (1929), filósofo e sociólogo alemão considerado um dos mais importantes intelectuais contemporâneos, apresentou à Faculdade de Filosofia de Marburgo (Alemanha) sua tese de livre-docência intitulada “A Transformação Estrutural da Esfera Pública: Uma investigação sobre uma categoria de sociedade burguesa”. Nesta sua obra, Habermas reflete sobre as origens, a natureza e evolução da esfera pública – como, também, da opinião pública – nas sociedades democráticas da Inglaterra, França e Alemanha do século 17 ao século 20. As questões centrais desse seu texto são as arenas e os espaços públicos de discussão examinando quais foram as condições sociais que levaram à criação de tais espaços nas sociedades modernas, espaços estes em que pessoas privadas promovem a discussão crítica e racional de questões comuns apoiando-se na ideia do discurso, da avaliação de diferentes argumentos, opiniões e pontos de vista, de forma a validar juízos – e, em consequência, validar também, ações e instituições políticas (Oliveira, 2021). Para Habermas (2003, p.132), “diante do tribunal da esfera pública, todas as ações políticas devem poder ser remetidas às leis que as fundamentem e que, por sua vez, estão comprovadas perante a opinião pública como leis universais e racionais”.

Ambos os conceitos – esfera e opinião pública – desenvolveram-se concomitantemente no século XVIII “na trilha da troca de mercadorias e da troca de informações iniciadas com o capitalismo financeiro e mercantil, desenvolvidas com as feiras e os burgos e o surgimento dos primeiros correios e imprensa” (Almeida, 2012).

Anterior ao surgimento da esfera pública burguesa, Habermas (2003) descreve outro espaço, também de discussões, todavia, apolíticas: a esfera pública literária que surgiu no cerne das atividades econômicas e culturais da sociedade civil cujas principais instituições são os salões, os cafés e as sociedades culturais. Formada por um público “que lia”²⁶, a esfera pública literária não tinha pretensões políticas, se restringindo a discussões de cunho acadêmico de natureza artística e literária.

Tendo se desenvolvido primeiro nos salões e cafés de Londres, a esfera pública (no princípio, literária) como concebida inicialmente por Habermas (2003), compreendia a esfera de pessoas privadas reunidas em um público cujas discussões gradativamente vão ganhando cunho mais politizado constituindo-se “[...] em antítese cultural à sociedade aristocrática, excludente. Trata-se de uma reflexão pública crítica, que antecede à crítica de caráter político”.

As pessoas costumavam encontrar-se nesses salões para discutir questões do momento, usando, como meio para esse debate, folhas de notícias e os jornais que estavam a começar a surgir. O debate político tornou-se um assunto de particular importância (Giddens, 2008, p.465).

Habermas considera, essas reuniões como sendo o gérmen do desenvolvimento do que viria ser a democracia moderna por envolver (em princípio, pelo menos) indivíduos que se encontravam de igual para igual num fórum de debate público os quais [os debates] culminaram por introduzir a ideia “de ser possível a resolução de problemas políticos através da discussão pública” (Giddens, 2008, p.465). Nas palavras de Habermas (1997, p.93), “a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos”.

A condição pioneira da obra de Habermas auxilia na reconstrução histórica da esfera pública burguesa na qual se estabeleceram noções essenciais de debate público, publicidade [Publizität] e participação coletiva, fundamentais para o fortalecimento de movimentos democráticos. O surgimento desses espaços públicos sugere uma disposição normativa para a formação de um público com disposições para a deliberação e o debate coletivo (Santos, 2019, p.85).

²⁶ Habermas refere-se a uma população composta de “cidadinos e burgueses, e transcendendo a república dos eruditos, um público leitor universal que não se limita a ler e reler intensivamente umas poucas obras tradicionais, mas que orienta seus hábitos de leitura para o fluxo de novas publicações [...]” (HABERMAS, 2003, p.38).

Habermas destaca que o olhar mais acurado sobre a esfera pública possibilita uma boa compreensão da sociedade, pois, “ela é o princípio organizacional no nosso ordenamento político” (Almeida, 2018, p.33).

A sociedade civil burguesa da época (que constituía a esfera privada) surgiu como um contraponto à autoridade estatal (esfera pública). Com o surgimento das companhias de comércio e expansão de território para seu mercado (a partir do século XVI), “o Estado moderno com sua máquina burocrática e a cobrança de impostos se apresenta como expressão do poder público [...]” que, “através das bolsas de mercadorias e imprensa, apresenta uma atividade contínua sobre a sociedade”. Nesse contexto, as próprias notícias tornaram-se mercadorias (Almeida, 2018, p.33).

As correspondências privadas de então continham noticiário amplo e minucioso sobre assembléias parlamentares e guerras, sobre resultados de colheitas, impostos, transportes de metais preciosos e, acima de tudo, naturalmente, notícias sobre o comércio internacional (Habermas, 2003, p. 34).

Por consequência, à medida que os comerciantes tinham, a cada dia, mais e mais necessidade de informações sobre eventos que poderiam influir tanto no comércio quanto na política verificamos, então, o surgimento da esfera pública. O antigo sistema de comunicação da representatividade pública chega a seu termo com a institucionalização dos correios e da imprensa como contatos permanentes de comunicação “e a ascensão de uma nova esfera pública, definida plebiscitariamente. Importam as informações de caráter comercial” (Almeida, 2018, p.33).

A esfera pública burguesa se delineou como setor da autonomia privada em contraposição ao Estado ao final do século XVIII, quando os representantes públicos dos poderes feudais – a igreja, a realeza e a nobreza – se esfacelaram, levando a um processo de polarização que resultou na distinção entre elementos públicos e elementos privados. “Uma vez que não está mais sob o *dominium* do poder soberano, a burguesia vai então se constituindo como classe consciente” (Oliveira, 2010, p.783). E, na constituição dessa nova classe pensante, tanto a troca de mercadorias como a de informações, foram fundamentais para a constituição da esfera pública burguesa, em contraposição ao antigo sistema feudal.

Enquanto no antigo sistema o legislador exercia um grande poder frente ao povo (oriundo da Igreja e da nobreza) aos poucos o legislador passa a ser apenas um representante do povo. Tanto a legitimidade governamental como também o poder do Estado, agora dependem cada vez mais da opinião pública (Persch, 2013).

No ambiente em reestruturação da época, a força da imprensa se desenvolveu passando a ter um caráter mais público, tornando-se um aliado do comércio em franca expansão. O jornalismo de então, começou a ter um caráter mais independente que, embora privado “circulava publicamente, sendo um dos principais elementos constitutivos da nascente

esfera pública” (Silveira, 2022). Nesse contexto histórico, toma forma a opinião pública quando, os que eram obrigados a escrever (posto, serem empregados dos jornais) passam a desenvolver suas próprias ideias, se posicionando contra seus próprios ordenadores (seus patrões).

A sociedade civil se apropria desse espaço e passa a usá-lo para pressionar o Estado. Essa massa é chamada por Habermas de “esfera pública burguesa”, constituindo uma categoria da sociedade liberal que passaria a influenciar o poder decisório sobre as políticas públicas da época (Oliveira, 2010, p.783).

Embora a esfera pública tenha se originado com os debates culturais e literários progredindo para os debates de cunho político, contudo, foi justamente o desenvolvimento da indústria cultural que contribuiu para o abafamento do debate democrático nas sociedades modernas. Como um perfeito paradoxo, o surgimento e expansão da imprensa teriam sido – no entendimento de Habermas – o fator determinante para a decadência da esfera pública, como instância crítica da sociedade (Almeida, 2018, p.24).

O desenvolvimento dos meios de comunicação social de massas e o entretenimento de massas leva a que a esfera pública se torne, em grande parte, um logro. A política é encenada no parlamento e nos meios de comunicação social, ao mesmo tempo que os interesses comerciais triunfam sobre os interesses do público. «A Opinião Pública» não se forma através de uma discussão aberta e racional, mas sim através da manipulação e do controlo - como, por exemplo, sucede na publicidade (Giddens, 2008, p.466).

Tendo servido de material de fomento para os debates nos primórdios dos grupos que formavam a esfera pública, a imprensa com suas notícias viriam a se tornar útil aos interesses do poder administrativo.

Os folhetins que surgiram por toda parte, primeiro na França como auxiliares dos escritórios de informações e de anúncios, tornam-se instrumentos prediletos do governo. De muitos modos, as agências noticiosas são assumidas pelo governo e os jornais informativos são transformados em boletins oficiais (Habermas, 2003, p. 36).

Dessa forma, a esfera pública original formada por um grupo de pessoas que discutem os assuntos ligados ao dia-a-dia da sociedade em que vivem, construindo, assim, “uma opinião pública, com base na racionalidade do melhor argumento, e fora da influência do poder político e econômico, e da ação estratégica”, já não mais existe (Almeida, 2012).

Trazendo esse quadro para os dias atuais, concernente à utilização das tecnologias de comunicação, também, pelo Poder Público, estudo recente²⁷ aponta que isso se dá desde o início do século XX, quando as administrações públicas e as instituições governamentais passaram a utilizar novas tecnologias de informação para se relacionar e se comunicar com os cidadãos (Lovari; Parisi, 2015). Muitos países em todo o mundo implementaram estratégias e políticas de governo eletrônico para digitalizar os serviços públicos, fomentar a transparência

²⁷ 2015

e promover a participação na vida pública e a deliberação entre os cidadãos sobre questões relevantes. No entanto, essa utilização das mídias sociais pelos governos é feita, geralmente, de forma assimétrica, apenas como ferramentas promocionais ou publicitárias em detrimento de utilizá-las [as plataformas digitais] de forma estratégica para promover a interatividade e um fluxo de comunicação bidirecional entre a administração pública e os cidadãos. De fato, as redes sociais privilegiam uma “participação simbólica em vez de uma participação genuína, fazendo com que as pessoas se sintam parte do processo, mas, não dando a ninguém uma voz genuína” (Kent, 2013, p. 343)

Embora os governos ainda privilegiem a participação cidadã de forma simbólica em detrimento de uma participação realmente genuína, a participação e o engajamento cívicos da população nas redes digitais têm se tornado mais visíveis por meio dos comentários e mensagens postadas nas redes sociais das administrações públicas como, também, por meio dos perfis dos agentes políticos que vão desde o assessor parlamentar até o Presidente da República. Nessas plataformas, além de curtidores passivos existem, também, “cidadãos vigilantes” que denunciam os desserviços às administrações locais, a fim de colaborar ativamente para corrigir falhas públicas e para proteger os bens públicos. Se antes, para conseguir fazer-se ouvir pelo governo e seus agentes políticos era necessário megafone, passeatas, carro de som, panfletagem e tantas outras ferramentas utilizadas para mobilizar multidões, atualmente, para se alcançar os “ouvidos” do Estado, as ferramentas são outras: redes sociais. De acordo com um relatório do Pew Research Center (2010), 47% dos cidadãos americanos recebem notícias sobre sua comunidade local semanalmente em várias plataformas baseadas na Internet (41% nos mecanismos de pesquisa; 11% no Facebook). Além disso, 41% dos adultos podem ser considerados “participantes de notícias locais” porque contribuem com suas próprias informações por meio de mídias sociais e outras fontes. No geral, seguindo o *continuum* entre atividades online e offline, o uso da mídia digital pode aumentar o envolvimento cívico entre os cidadãos que interagem ativamente por meio de redes comunitárias (Lovari; Parisi, 2015)

Conquanto o advento da internet tenha chegado ao Brasil em 1988, seu acesso se massificando somente por volta de 1995 (Evolução, 2022), as redes comunitárias de informação não são privilégio apenas das plataformas digitais. O Brasil viu surgir, na década de 70, as rádios comunitárias que tinham como único motivo de existência a divulgação de informações e serviços de utilidade pública. Segundo Prado (2012, p. 297), “o destaque da década de 1970 recai na consolidação das rádios comunitárias. Literalmente, um veículo para dar voz aos que não têm voz”.

Interessante refletirmos sobre o trecho acima citado: “um veículo para dar voz aos que não têm voz”. Devido ao seu alcance e forte influência na vida das pessoas “sendo capaz de criar modas, inovar estilos e inventar práticas cotidianas”, o rádio foi utilizado não somente como meio de informação e entretenimento, mas, sobretudo, como um instrumento político, “capaz de formar opiniões e mobilizar a sociedade em prol de determinados interesses”. Essa capacidade de mobilização social do rádio foi novamente, como no passado, percebida pelos governos que logo trataram de atacar em duas frentes: a de também se utilizarem desse poderoso meio de comunicação de massa para alcançar a população e, a de limitar o alcance das rádios. Quanto à primeira estratégia, um bom exemplo dessa dinâmica é a criação do programa “A Voz do Brasil”. Tendo sido criado inicialmente com o nome de “Programa Nacional” e, depois, “A Hora do Brasil”, seu principal objetivo era divulgar as realizações do governo federal bem como, “difundir o projeto político-pedagógico do Estado Novo²⁸, repassando a imagem de uma sociedade unida e harmônica, sem divisões e conflitos sociais” (Meneguel; Oliveira, 2007, p.2).

Um marco nessa época foi o pronunciamento em cadeia nacional do presidente Getúlio Vargas, sobre o decreto do Estado Novo, anunciando a criação do "Programa Nacional", depois chamado “A Hora do Brasil”, hoje denominado “A Voz do Brasil”. Em cada fase o programa tinha objetivos diferentes. Segundo Prado (2012, p. 99), “o Programa Nacional tinha por objetivo propagandear as realizações do governo federal. Sua obrigatoriedade veio em 1939, quando o país vivia a ditadura do Estado Novo e passou a se chamar A Hora do Brasil. O nome A Voz do Brasil só surgiu durante a ditadura militar” (Cleazar; Vitali, 2016).

Quanto à segunda investida, a de limitar o alcance das rádios, muitos foram os países que permitiam somente a criação de emissoras de rádios estatais e, como tais, controladas pelos governos e suas ideologias. No Brasil, ao se atentarem para a função estratégica na divulgação de uma ideologia, não tardou para as rádios sofrerem sanções e censura. Tanto que, “Getúlio Vargas e os vitoriosos da “Revolução” de 1930 criaram uma legislação que atribuía ao governo o total controle sobre tal veículo de comunicação (Meneguel; Oliveira, 2007).

A tecnologia da radiofusão foi trazida para o Brasil em 1923 quando, Roquete Pinto²⁹ fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, primeira emissora do país. Ciente do alcance que a tecnologia de radiofusão possuía, “meio de comunicação capaz de levar aos confins do

²⁸ O Estado Novo foi o período em que Getúlio Vargas (1882-1954) governou o Brasil, entre 1937 até 1945, de forma ditatorial, marcado pelo autoritarismo, censura e centralização do poder.

²⁹ Edgard Roquette-Pinto (1884 – 1954), foi médico e antropólogo, membro da Academia Nacional de Medicina, da Academia Brasileira de Letras e, também, fundador do Instituto Nacional de Cinema Educativo. Foi o responsável por fundar a primeira rádio do Brasil, tendo sido, também, diretor do Museu Nacional e um dos maiores divulgadores da ciência no Brasil.

Brasil notícias, informações, reflexões e entretenimento para a população” (Duarte, [2023?]), Roquete Pinto, durante uma transmissão afirmou:

O rádio é a escola dos que não têm escola, é o jornal de quem não sabe ler, é o mestre de quem não pode ir à escola, é o divertimento gratuito do pobre, é o animador de novas esperanças, o consolador dos enfermos e o guia dos sãos – desde que o realizem com espírito altruísta e elevado, pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil (Clezar; Vitali, 2016).

Juntamente com os programas de entretenimento e de informação veiculados pela rádio houve, também, a inserção de programas voltados para a educação. Em 1961 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), objetivando “desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas” (Fávero, 2010), criou um programa educativo intitulado Movimento de Educação de Base (MEB). “O MEB, voltado principalmente ao trabalhador rural, tinha a preocupação social de mostrar ao homem do campo seus direitos enquanto cidadão e aprimorar a consciência crítica da realidade social em que ele estava inserido” (Clezar; Vitali, 2016). Não obstante a criação desse programa educativo ter sido prestigiado pela Presidência da República e sua execução apoiada por vários ministérios e órgãos federais e estaduais, sete anos depois, em 1968, o MEB enfrentou restrições, “por ser de caráter conscientizador e aparentar perigos ao sistema ditatorial da época, sendo obrigado a moderar a pedagogia libertadora” (Prado, 2012, p. 216).

Em razão da importância e alcance que as rádios foram adquirindo, o governo passou a controlar as informações dos meios de comunicação.

Os meios de comunicação sempre tiveram papel importante para a formação da opinião pública. Por isso, regimes autoritários, como o que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, procuram ter controle sobre suas atividades, a fim de garantir que esses veículos de informação não desestabilizem seu poder. Chamamos esse controle sobre as informações que circulam em uma sociedade (notícias, críticas, músicas, publicações etc.) de censura e ela foi uma das principais características da ditadura militar no Brasil (Corrêa, [2023?]).

Essa vigilância e controle não se limitaram às rádios, mas, também, à mídia impressa e televisiva que, da mesma forma que a radiofusão, foram utilizadas como poderosas ferramentas de comunicação de massa. A censura aos meios de comunicação seguiu vigente até o restabelecimento do regime democrático com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo quinto estipula a liberdade de manifestação do pensamento.

A frase “pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro” atribuída a Heródoto (485 – 425 a.C.), importante historiador e geógrafo da Grécia antiga, ilustra bem o que estamos vendo acontecer presentemente em nossa sociedade. Ao olhar para a história das rádios no Brasil não é difícil compreender qual o real objetivo de, agora, discutirem sobre a regulação da internet: manter sob controle esse importante meio de comunicação. Como

podemos perceber, a questão não é o meio, mas, a quem se destina e com qual objetivo. E, da mesma forma que na época em que as rádios sofreram regulação e censura, hoje, a internet renova o debate entre liberdade de expressão e seus limites.

Com o advento da internet, velhos problemas causados pela desvirtuação da liberdade de expressão atingiram outra dimensão. A difamação, as informações e as notícias falsas ganham agora nova projeção e nomenclatura: desinformação, discurso de ódio, narrativas, extremismo, terrorismo, pós-verdade e *fake news*, essa última nada mais sendo que “notícias falsas ou informações mentirosas que são compartilhadas como se fossem reais e verdadeiras, divulgadas em contextos virtuais, especialmente em redes sociais ou em aplicativos para compartilhamento de mensagens” (Dicio, [2009?]). Em tempos de banimento e cancelamento³⁰ de redes sociais, perguntas do tipo “vou ser censurado(a) se postar minha opinião?”, “por que algumas contas são canceladas e outras não?”, “qual o embasamento para o cancelamento: técnico, moral ou político?”, entraram no radar dos debates públicos o que, para a pesquisadora Renée Di Resta³¹ tornam a discussão e o debate sobre a regulamentação das mídias não só justificados, mas, sobretudo, fundamentais.

1.2. Desinformação.

Antes do advento da internet com suas redes sociais, os meios de comunicação de massa – em específico, o jornalismo³² – desfrutavam de um monopólio discursivo, sendo considerado por muitos, como um sistema perito – um conjunto de práticas especializadas, no qual os consumidores depositavam uma confiança cuja solidez não tinham competência para avaliar (Miguel, 1999). Essa confiança podia ser dividida em três “momentos de crença”: confiança quanto à veracidade das informações relatadas; confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato; e, confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de “fatos disponíveis” (Miguel, 1999). A veracidade, a justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes e das notícias diante do estoque de “fatos disponíveis” do relato, somente poderiam ser verificadas nos casos em que o próprio consumidor conseguia ter acesso aos fatos em si. Exemplificando: o jornal veiculou que o cinema da cidade está fechado para reformas. Para comprovar, bastaria ir até o local. Porém, caso a notícia fosse a respeito de casos de crimes de guerra que estavam sendo cometidos do outro lado do mundo, só restava ao leitor/consumidor confiar no

³⁰ O cancelamento nas redes sociais é um fenômeno em que uma pessoa ou grupo é alvo de um boicote virtual. O objetivo é punir a pessoa ou marca por condutas consideradas incorretas.

³¹ Gerente de pesquisa do Observatório da Internet de Stanford, citada em Owen (2022).

³² Aqui entendido em sentido amplo, como produção e veiculação de notícias por quaisquer meios.

jornal/rádio/canal de TV que estava veiculando a notícia. E essa atitude de confiança mantida pelo consumidor nas informações veiculadas pela mídia de outrora (considerando o jornalismo como um sistema perito), não era gratuita. Conforme nos aponta Giddens (1991), a confiança vinha da experiência cotidiana que nos mostrava que aquele sistema funcionava. Miguel (1999) chama essa experiência cotidiana de “prova de efetividade”: “a crença no engenheiro se mantém quando se observa que seus edifícios não desabam”. Importa abordar um aspecto adicional: não é apenas a experiência prática do funcionamento de um sistema que sustentava a confiança nele, mas, também, a existência de “forças reguladoras”, isto é, “organismos que licenciam máquinas, mantêm vigilância sobre os padrões dos fabricantes de aeronaves, e assim por diante” (Giddens, 1991, p. 31).

Concernente ao jornalismo, se antes da internet, era quase impossível conseguir comprovar as informações passando pelos três “momentos de crença” restando ao consumidor apenas “confiar” na mídia, atualmente, o universo de fatos aos quais um indivíduo tem acesso, independe das empresas de jornalismo tradicionais. A reivindicação central do jornalismo profissional de ser “o agente autorizado a expor o mundo para o público” foi desafiado pelo rápido avanço das tecnologias de comunicação (Miguel, 2022). McLuhan, ainda em 1964, ao pesquisar sobre o estado do então emergente fenômeno dos meios de comunicação de massa, já refletia que os meios de comunicação social eletrônicos estavam a criar uma aldeia global – “as pessoas, por todo o mundo, assistem à divulgação das principais notícias e assim participam, simultaneamente, dos mesmos acontecimentos”. Esta sua obra – *Understanding Media: The Extensions of Man*³³ (1964) – foi considerada pelo Wall Street Journal “uma análise atemporal de como a linguagem, a fala e a tecnologia moldam o comportamento humano na era da comunicação de massa”, alertando, também, que esse livro era “um conto de advertência para os profissionais de marketing de hoje que ouvem o toque de sirene da Web e ignoram o poder da palavra falada”. Nos dias atuais, a internet possibilita, por exemplo, que uma pessoa moradora do interior do Brasil consiga acompanhar, em tempo real, qualquer evento em qualquer parte do mundo! Desde 2008, já declaravam que a globalização e o poder da Internet ameaçavam “eliminar as diferenças entre os média tradicionais, tornando-se assim o canal por excelência de oferta de informação, entretenimento, publicidade e comércio para os vários públicos dos média” (Giddens, 2008. p.456). A Internet perturbou a ordem estabelecida de produção e disseminação de notícias, entretenimento e informação. Enquanto os guardiões da elite determinavam em grande parte a quantidade e a

³³ Os Meios de Comunicação como Extensão do Homem (em português).

qualidade do conteúdo mediado, o modelo de rede distribuída dos meios de comunicação atuais permite que qualquer pessoa com um teclado e uma ligação à Internet crie e partilhe o seu próprio conteúdo (Amazeen, 2020).

Entretanto, esse acesso direto sem intermediários, não garante a análise crítica dos fatos possibilitando um público com uma visão mais ampla de mundo, um público com capacidade de discernir entre o que é real ou não, mesmo porque, juntamente com esta democratização do conteúdo, surgiu uma onda gigantesca de desinformação. Ao se ter acesso a fatos que nos são apresentados como sendo legítimos é necessário considerar o desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA) e suas inúmeras possibilidades de utilização (como no design de classificação algorítmica, a manipulação de imagens, dentre outros) que podem falsear a informação. Nesse sentido, da mesma forma que nos anos 90, quando apontavam o jornalismo como sendo um sistema perito podendo, em acréscimo, contar com “forças reguladoras” para atestar sua confiabilidade, atualmente, os fatos veiculados na internet passam pelo crivo das chamadas Agências de Checagem de Fatos (*fact checking agencies*). Segundo Meireles (2017), *fact checking* é o ofício de conferir a veracidade das informações. “Confirmar se são 100% verdade, se contêm algum exagero, algum dado inflado ou diminuído, a fonte de certa informação, o método de coleta de um dado ou estatística, etc.”. Capucho e Silva (2023) as considera ferramentas essenciais “para a análise crítica de notícias falsas pela sociedade e minimização dos efeitos e alcance de conteúdos incertos”.

O estabelecimento de mecanismos para tentar prevenir a ocorrência de informação falseada ou imprecisa pode ser identificado ainda nos primórdios do jornalismo moderno. O pioneiro na implantação de um setor especializado em checagem de fatos dentro de seu próprio jornal³⁴ foi Ralph Pulitzer³⁵. Com a tarefa específica de checar fatos antes de sua publicação, em 1913 foi criado o *Bureau for Accuracy and Fair Play*³⁶. A principal razão para o estabelecimento desse mecanismo interno de *fact cheking* foi o crescente número de processos contra o jornal *The World*, por calúnia e difamação: 37 processos entre os anos 1912 e 1913 (Palácios, 2019, p.79). E o que era uma ideia praticamente desconhecida se tornou uma prática padrão nas revistas e jornais pelo mundo todo.

Embora a preocupação com a veracidade das informações que chegavam aos jornais sempre tenha sido uma das premissas do trabalho dos jornalistas, o aumento exponencial no volume da produção que se deu a partir da segunda metade da década de 1990, somado a isso

³⁴ The World (ou New York World) jornal americano que circulou entre os anos de 1860 até 1931.

³⁵ Ralph Pulitzer (1879–1939) proprietário e editor do jornal *The World*. Filho de Joseph Pulitzer (1847 – 1911) fundador do referido jornal e idealizador do Prêmio Pulitzer.

³⁶ Escritório de Precisão e Jogo-Limpo (em português).

“a digitalização da informação, a transposição dos jornais tradicionais para a internet e, posteriormente, a proliferação das plataformas de mídia social”, muito do que hoje é veiculado não pode ser classificado como sendo material jornalístico, mesmo porque “notícias fabricadas passaram a ser circuladas também sob falsas logomarcas de jornais tradicionalmente estabelecidos, ou com atribuição de fonte a tais veículos, com o intuito de criar uma *credibilidade emprestada*” (Palácios, 2019).

O início do ofício de *fact-checking* de forma organizada como o conhecemos hoje, se deu em 1991, durante a campanha eleitoral para presidente dos Estados Unidos, quando um jornalista da CNN³⁷ de Washington, decidiu checar a veracidade dos discursos da propaganda eleitoral dos então candidatos, Bill Clinton e George Bush. Assim, surgiu a primeira agência de checagem de propaganda eleitoral, a Ad Police. “O sucesso do modelo foi tanto que desencadeou outros projetos pelo país e pelo mundo” (Galante; Mandelli, 2020). Em 2003 surgiu o primeiro site de checagem de fatos: o *factcheck.org*. Criado por uma fundação americana da Universidade da Pensilvânia, a Annenberg Public Policy Center (APPC)³⁸ com o objetivo de acompanhar o que era dito pelos principais atores políticos dos EUA em anúncios de TV, debates, discursos, entrevistas e comunicados de imprensa. Com foco nas eleições presidenciais americanas, o site monitora de perto a exatidão factual do que é dito pelo presidente e pelos altos funcionários do governo, bem como pelos líderes do Congresso e dos partidos. Na apresentação da Missão dessa plataforma consta que são “defensores do consumidor”, apartidário e sem fins lucrativos para os eleitores, seu trabalho visando reduzir o nível de engano e confusão na política dos EUA (Our Mission, [2024?]).

A comunidade jornalística vê esse novo papel do jornalismo – de checador de fatos – como um movimento de reforma profissional que vem auxiliar na recuperação da “relevância, confiabilidade e credibilidade da imprensa em tempos de pós-verdade”,

já que o objetivo dos checadores profissionais é qualificar o debate público, incentivar a participação cidadã, promover a responsabilidade dos discursos públicos e, conseqüentemente, fortalecer a democracia (Galante; Mandelli, 2020).

Mas, se a internet com suas redes sociais acabou com o monopólio da imprensa sobre a veiculação de notícias e informações, como fazer com que o público confie na checagem feita por essa mesma imprensa que ele – o público – deixou de confiar como sendo um sistema perito? Afinal, os profissionais que trabalham como “verificadores de fatos” baseiam-

³⁷ Cable News Network (CNN) é uma rede de notícias americana que transmite notícias de última hora, análises e cobertura jornalística em 24 horas.

³⁸ A APPC foi criada pelo editor e filantropo Walter Annenberg para criar uma comunidade de acadêmicos dentro da Universidade da Pensilvânia que abordaria questões de políticas públicas nos níveis local, estadual e federal (FACTCHECK.ORG. Disponível em: < <https://www.factcheck.org/about/our-mission/> >. Acesso em: 06 mar. 2024).

se em fontes de informação públicas disponíveis para qualquer pessoa. As fontes de informação do site americano factcheck.org, por exemplo, incluem programas de entrevistas e *talk shows*³⁹ das principais redes e estações de TV a cabo. (ABC, NBC, CBS, Fox News e CNN); anúncios veiculados na TV; sites oficiais das campanhas políticas, comunicados de imprensa e materiais similares; websites e redes sociais dos agentes políticos (Facebook e Twitter). O endosso pode estar em duas questões: a primeira seria que, o que diferencia esses profissionais do público leigo, são suas credenciais como repórteres ativos; a segunda, que os critérios de checagem utilizados por essas empresas de *fact checking* atendam aos requisitos da *International Fact-Checking Network* (IFCN).

Criada em 2015 por uma escola americana de jornalismo e pesquisa⁴⁰, a International Fact-Checking Network⁴¹ (IFCN) é uma rede de verificação de notícias que reúne canais de comunicação do mundo inteiro tendo, por objetivo “promover uma rede de troca, boas práticas e diretrizes na área de checagem de fatos” (Bomfim, 2020). Para se tornar uma agência signatária dessa rede é necessário cumprir alguns compromissos estabelecidos, sendo: a agência deve ser legalmente registrada, criada para fins de verificação de fatos, que publique regularmente relatórios apartidários sobre a exatidão factual de declarações de figuras públicas e instituições proeminentes e reivindicações amplamente divulgadas em texto, imagens e outros formatos focados principalmente em reivindicações relacionadas a questões de interesse público (IFCN, [2023?]). Em respeito ao primeiro critério de seleção para ser aceita como signatária da IFCN, é vedada a concessão “a organizações cujo trabalho editorial seja controlado pelo Estado, por um partido político ou por um político”. Não obstante, a agência que recebe financiamento de fontes estatais ou políticas para realizar jornalismo de serviço público, pode fazer parte da rede da IFCN, desde que, no processo de avaliação/inscrição, fique demonstrado de forma inequívoca que o controle editorial não se confunde com a influência estatal e/ou política (IFCN, [2023?]). Igualmente, a agência que concorre ao título de signatária da IFCN, além de cumprir com os quesitos já descritos deve, também, acatar um conjunto de diretrizes éticas dividido em cinco tópicos, sendo: “o apartidarismo e imparcialidade; transparência das fontes; transparência do financiamento e

³⁹ Um *talk show* é um programa de televisão ou rádio que consiste em uma conversa informal entre um apresentador e convidados sobre um tema específico. O formato é marcado por entrevistas, discussões e interações com o público, que pode participar ao vivo ou por meio de redes sociais.

⁴⁰ Poynter Institute for Media Studies, Inc. é uma instituição educacional que oferece jornalismo e educação em mídia e serviços de pesquisa. Sediada em São Petersburgo (Flórida), possui um jornal, *The Tampa Bay Times* (Disponível em: <<https://www.poynter.org/about/>>. Acesso em: 1 mar. 2024).

⁴¹ Aliança Internacional de Checagem de Fatos (em português).

organização; transparência da metodologia; e, política de correções aberta e honesta” (Bomfim, 2020).

Conquanto as diretrizes dessas agências de checagem de fatos declarem de forma expressa seu compromisso com o apartidarismo, a imparcialidade e com a transparência (das fontes de informação e de financiamentos), há quem considere que esse mercado de agências de *fact checking* seja uma ameaça à liberdade de expressão, pois, ao rotular de verdadeiro ou falso as informações que circulam na internet e suas redes sociais, pode-se incorrer em uma censura privada. É o que pensa a coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação⁴² (FNDC), Renata Mielli, para quem essa checagem exercida por empresas privadas “é uma nova forma de censura e uma nova forma de violação à liberdade de expressão que é muito grave e que vai atingir principalmente a mídia alternativa”. Renata defende que “o caminho é garantir a pluralidade de pensamentos”, questionando: “E quem vai ter o poder de dizer o que é mentira ou verdade? (Fernandes, 2018). Contrariamente ao argumento sobre garantir a pluralidade de pensamentos, um dos principais aspectos do atual ambiente comunicacional com suas novas tecnologias, não é a pluralização de vozes e de perspectivas sociais e políticas que ampliariam e aprofundariam o debate público, mas, “a formação de enclaves discursivos fechados em si mesmos (“bolhas”) e a erosão da referência a uma realidade fática comum, necessária para o avanço de qualquer troca argumentativa (“Pós-verdade”) (Miguel, 2022).

Em 2016 o termo Pós-verdade foi declarado “a palavra do ano” pelo Dicionário Oxford. Segundo esse dicionário, Pós-verdade é um adjetivo que “relaciona-se a circunstâncias nas quais os fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (Oxford, [2016?]). Não obstante alguns autores terem se esforçado para conceituar essa nova expressão, o termo Pós-verdade é, em grande medida, uma expressão retórica.

Ela busca sintetizar um conjunto de fenômenos que emergiram para a consciência pública no início do século XXI, concomitantemente à disseminação da internet e, em particular, das mídias sociais: ampliação da desconfiança nas fontes até então julgadas legítimas de saber (como a ciência, a escola e também o jornalismo) e disseminação de um relativismo radical, levando à crença de que não há possibilidade de estabelecer com segurança qualquer fato e à equalização de todos os discursos como “opiniões” de valor simétrico (Miguel, 2022).

Nessa nova era, da *pós-verdade* e das *fake news*, o conhecimento especializado construído e constituído pela ciência, comprovado e recomprovado ao longo do tempo e, até então, respeitado e considerado como sendo verdadeiro e seguro é, agora, desprezado em

⁴² Associação civil criada em 1995 com atuação no planejamento, mobilização, relacionamento, formulação de projetos e empreendimento de medidas legais e políticas para promover a democracia na Comunicação.

detrimento de um mercado de opiniões publicadas nas redes sociais, como o Twitter⁴³, por exemplo. Neste novo mundo de incerteza epistêmica⁴⁴ – generalizada ou localizada –, os cientistas, especialistas e catedráticos são “ridicularizados como indignos de confiança ou elitistas sempre que os seus fatos relatados ameaçam o governo dos bem financiados ou os preconceitos dos desinformados” (Lewandowsky; Ecker; Cook, 2017, p.354). Neste cenário, o poder está nas mãos dos mais expressivos e influentes nas redes sociais: desde celebridades e grandes corporações até cibercriminosos que podem mobilizar milhões de identidades ou contas falsas, através das quais um pequeno grupo de agentes pode criar a ilusão de uma opinião generalizada. Quando o artigo, do qual foi extraído o trecho descrito acima, foi escrito⁴⁵, os autores trataram este cenário como “distópico” questionando seus leitores sobre quão perto estavam deste futuro imaginário. Da época desse questionamento até os dias atuais, se passaram apenas oito anos (2017 – 2025). Quase o mesmo tempo que levou para as chamadas *fake news* explodirem nos meios de comunicação social e no discurso público. E o que parecia ser apenas casos de desinformação, pequenas falhas isoladas da cognição individual que poderiam ser corrigidas com ferramentas de comunicação apropriadas (Lewandowsky; Ecker; Cook, 2017) se transformou em uma real e perigosa ferramenta de manipulação da informação de forma permanente e sistemática. E essa manipulação da informação, atualmente travestida de pós-verdade e *fake news*, é utilizada de forma estratégica por agentes políticos. Segundo dados de uma pesquisa do Oxford Internet Institute⁴⁶, hoje é muito mais fácil para um agente político e para as pessoas em geral, manipular dados conforme sua vontade. Bucci (2018, p.22) alerta que as democracias mais estáveis do planeta estariam ingressando numa era em que os relatos sobre os acontecimentos “perderam referência na verdade factual (ou “verdade de fato”, ou, ainda, a verdade que se extrai da verificação honesta e do relato fidedigno dos fatos e dos acontecimentos).

É sabido que os agentes políticos sempre mantiveram uma relação de dependência dos meios de comunicação de massa para chegar até seus eleitores. Se a imprensa, depois o rádio e a televisão, proporcionaram, cada um a seu tempo, uma maior proximidade do público em

⁴³ Twitter, recentemente renomeado para X, é uma rede social e um serviço de microblog, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos, por meio do website do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento (Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Twitter>>. Acesso em: 18 set. 2023).

⁴⁴ Incerteza epistêmica refere-se à incerteza decorrente da falta de conhecimento ou compreensão de um fenômeno.

⁴⁵ Artigo escrito/publicado em 2017.

⁴⁶ Oxford Internet Institute, fundado em 2001 é um departamento multidisciplinar de pesquisa e ensino da Universidade de Oxford, dedicado às ciências sociais da Internet (Disponível em: <<https://www.oii.ox.ac.uk/about/>>. Acesso em: 5 mar. 2024).

geral com os candidatos, nos dias atuais, a internet elevou exponencialmente essa situação de “intimidade” de forma que, os políticos quase não se apresentam pessoalmente perante a população, mas, mais do que nunca, somente através dos meios de comunicação. E juntamente com a imagem, propriamente dita, do candidato, grande parte do que as pessoas hoje conhecem dele, chega até elas em “segunda” ou “terceira” mão, através da mídia de massa ou por outros meios como as redes sociais. “A informação nos meios de comunicação de massa torna-se o único contato que muitos têm com a política. Os compromissos, promessas e retórica encapsuladas em notícias, colunas e editoriais constituem grande parte da informação sobre a qual uma decisão de voto deve ser tomada” (McCombs; Shaw, 1972, p.176) fato este que reforça a relevância das atuais agências de *fact-checking*, pois, mesmo que o material de análise dos profissionais que trabalham como “verificadores de fatos” sejam fontes de informação públicas disponíveis para qualquer pessoa, o que certifica uma análise fidedigna e criteriosa dessas agências são as credenciais desses profissionais que assinam como repórteres ativos.

Conquanto a popularização da internet seja um fenômeno do século XXI, a influência dos meios de comunicação na formação da opinião pública é algo que já preocupa há muito mais tempo por impactar diretamente a ordem política e jurídica de um país. Há 51 anos, em 1972, McCombs e Shaw desenvolveram a *Teoria da Agenda-Setting* ou *Teoria do Agendamento* que estuda “a função dos meios de comunicação de influenciar a agenda pública, pautando as conversas entre os cidadãos” (Castro, 2014). Essa teoria ficou também, conhecida como O *Estudo de Chapel Hill*, por ter sido desenvolvida por dois pesquisadores da Universidade da Carolina do Norte, localizada na cidade de Chapel Hill nos Estados Unidos. Mais precisamente em 1968, por ocasião das eleições presidenciais americanas, Maxwell McCombs e Donald Shaw, decidiram investigar se os meios de comunicação poderiam, de alguma forma, influenciar a opinião pública. Seu público-alvo foi um pequeno grupo de moradores locais. Ao todo, foram investigados 100 eleitores indecisos. Basicamente, a pesquisa comparou a agenda de questões do grupo de eleitores indecisos (consideradas, por eles, como sendo as questões mais importantes do dia), com as questões públicas noticiadas pela mídia que este mesmo grupo de eleitores costumava acompanhar durante a campanha presidencial. O estudo revelou um coeficiente muito forte de correlação entre a agenda midiática e a agenda dos eleitores (Camponez; Ferreira, 2020). Intitulado *The Agenda-setting function of Mass Media*⁴⁷, o estudo foi publicado somente quatro anos depois, em 1972.

⁴⁷ A Função “Definição da Agenda” dos Meios de Comunicação de Massa (em português).

Embora Maxwell McCombs e Donald Shaw tenham sido os pioneiros na apresentação da hipótese do agendamento, a coincidência (ou não) dos temas propostos pela mídia com os temas das conversas interpessoais já vinha atraindo a atenção de outros pesquisadores sem, contudo, o termo “agenda-setting” ter sido conceitualizado. Foi em 1958 que a hipótese do agendamento temático dos meios de comunicação aparece pela primeira vez. Em um artigo escrito por Norton Long⁴⁸, o autor afirmou que “o jornal é o primeiro motor da fixação da agenda territorial. Ele tem grande participação na definição do que a maioria das pessoas conversará, o que as pessoas pensarão que são os fatos e como se deve lidar com os problemas” (Long, 1958). Em 1963, Bernard C. Cohen⁴⁹, em sua obra *A Imprensa e a Política Externa*, observou que a imprensa “pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o *quê** pensar. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redatores, editores e diretores do jornal que lêem” (Cohen, 1963, p. 72). Voltando um pouco mais no tempo, em 1922, Walter Lippmann⁵⁰, já refletia sobre o papel ocupado pela imprensa na sociedade moderna. Seu livro *Opinião Pública* (1922) tornou-se obra referencial no campo acadêmico da comunicação e do jornalismo. Robert Park⁵¹ com sua obra “The City” (1925), destacou que os meios de comunicação “definiam uma certa ordem de preferências temáticas” (Brum, 2003). Nessa consonância na conceitualização dos autores que se debruçaram sobre o tema – agenda-setting – a mídia é apresentada como “agente modificador da realidade social, apontando para o público receptor sobre o *quê* se deve estar informado”. No entendimento desses pesquisadores, essa construção “configura-se como um poder que os meios de comunicação exercem sobre a opinião pública, a sociedade” (Brum, 2003).

As pesquisas citadas anteriormente foram realizadas em uma época em que os meios de comunicação se limitavam ao rádio, à televisão e à mídia impressa (jornais e revistas). O advento da internet mudou drasticamente este cenário com a introdução de uma infinidade de novos canais. O email, os jornais online, os Chats, Websites e redes sociais que representam todos os nichos ideológicos, pessoais e comerciais, mudaram o comportamento

⁴⁸ Norton Enneking Long (1910-1993) autor de diversas obras nas áreas de política urbana e administração pública; foi professor do Centro de Administração e Política Pública do Virginia Polytechnic Institute and State University.

⁴⁹ Bernard Cecil Cohen (1926-2024) cientista político e educador americano da University of Wisconsin–Madison.

* grifo nosso.

⁵⁰ Walter Lippmann (1889-1974) foi um influente escritor, jornalista e comentarista político americano.

⁵¹ Robert Ezra Park (1864-1944) sociólogo e um dos mais eminentes pensadores da Escola de Chicago (EUA).

comunicacional das pessoas em todo o mundo. Contudo, o que poderia indicar um aumento sem fim de inúmeras agendas na sociedade contemporânea, o que alguns observadores sociais prevêm é justamente o contrário: o fim do papel de definição da agenda do jornalismo (pelo menos, tal qual a conhecemos hoje) à medida que as audiências se fragmentam, resultando em uma agenda pública caracterizada por uma diversidade considerável e pela dispersão da atenção pública, tendo em vista que, praticamente, todas as pessoas têm uma agenda midiática externa única, que é um composto altamente individualizado construído a partir da vasta riqueza de notícias e informações online, constituindo agendas pessoais idiossincráticas. Ocorre que as agendas dos meios de comunicação às quais o público assiste rotineira e habitualmente estão se tornando altamente heterogêneas (McCombs, 2005). Talvez resida aí, um dos motivos – se não, o principal deles – em se querer regular a internet. Leite (2018) argumenta que impedir a publicação de uma notícia sob o argumento de se tratar de *fake news* é uma forma de censura colaborando para um ambiente comunicacional mais fechado, com menos debate de ideias e confronto de opiniões. Possivelmente, o antídoto para todo esse panorama complexo e turbulento resida no consumo crítico da informação, diferenciando fato de opinião, identificando informações manipuladas ou falsas. Mas, como alcançar essa competência de abordar as mídias de forma crítica? Desenvolvendo o pensamento crítico.

1.3. Regulação da Mídia, Responsabilidade das Plataformas e a Influência dos Algoritmos

Os argumentos contra e a favor da regulação da mídia são muitos e de toda sorte. Há os argumentos que afirmam que pelo fato de as plataformas pertencerem a corporações empresariais de mídia digital então, como qualquer empresa que movimenta recursos, precisa ter sua parcela de responsabilização pelo que é veiculado em suas redes sociais (Ribeiro, 2023). Para Andréa Pinheiro, professora do curso de Sistemas e Mídias Digitais e pesquisadora do Laboratório de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia (LabGRIM-UFC), “não é razoável que esses espaços estejam favorecendo a propagação do ódio, da apologia ao nazismo e de vários outros crimes, sem que sejam responsabilizados por isso” (Ribeiro, 2023). Para o promotor Lucas Azevedo, “é importante que haja uma política interna dessas plataformas de acordo com a lei que regulamenta o marco civil da internet”. Samira de Castro, jornalista da Fenaj, defende ser necessário “reforçar a função do jornalismo como serviço: sair da factualidade dos casos e debater o assunto com mais profundidade”. Para a professora Helena Martins, doutora em Comunicação do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Ceará (UFC), as medidas mais efetivas devem passar por uma

educação para a mídia, acesso de qualidade para que as pessoas possam conhecer múltiplas versões dos fatos e transparência no funcionamento das plataformas. A regulação deve levar à redução do poder das plataformas digitais “e do impacto de seu modelo de negócios baseado em coleta de dados, na produção de bolhas (os públicos calculados) e na visibilidade condicionada ao pagamento” (Ribeiro, 2023).

A questão de todos terem acesso às múltiplas versões dos fatos está diretamente ligada à outra novidade trazida pela internet: a influência do algoritmo⁵² na promoção de pautas e pontos de vista. Segundo uma publicação do Institute for Strategic Dialogue (ISD)⁵³, “a maioria das plataformas de mídia social hoje, hospeda muito mais conteúdo do que os usuários poderiam consumir de forma realista. Com o aumento do volume de conteúdo e os períodos de atenção do usuário permanecendo fixos, as plataformas passaram de *feeds*⁵⁴ cronológicos reversos para classificação algorítmica para mostrar aos usuários o “mais interessante” em vez do mais recente conteúdo – com “mais interessante” geralmente sendo o conteúdo que tem o maior valor previsto para uma empresa, por exemplo, aumentando o tempo médio que os usuários passam em uma plataforma” (Bundtzen, 2022). Em uma entrevista recente⁵⁵, o engenheiro e cientista da computação, Virgílio Augusto Fernandes Almeida⁵⁶ alerta que, a interação entre as pessoas e os algoritmos tem vantagens e desvantagens, uma vez que aqueles “captam e filtram informações da internet, selecionam notícias, recomendam filmes, decidem sobre a qualidade do tratamento médico para cada paciente, enfim, influenciam e, por vezes, moldam a ação humana e a organização social” (Fioravanti; Vasconcelos, 2022, p.25).

Frente a essa nova realidade – os algorítmicos que podem moldar o consumo de informações e o comportamento online das pessoas – como acabar ou, pelo menos, diminuir os desequilíbrios de poder por trás dos processos de tomada de decisão e design de classificação algorítmica? Muitos países têm debatido como regular os sistemas de

⁵² Algoritmo é uma sequência de instruções bem definidas, normalmente usadas para resolver problemas de matemática específicos, executar tarefas, ou para realizar cálculos e equações. A origem da palavra “algoritmo” remete a Al Khowarizmi, famoso matemático árabe do século IX (Disponível em: <<https://rockcontent.com/br/blog/algoritmo/>>. Acesso em: 14 fev.2023).

⁵³ Instituto para o Diálogo Estratégico (ISD) é uma organização independente e sem fins lucrativos dedicada a proteger os direitos humanos e reverter a crescente onda de polarização, extremismo e desinformação em todo o mundo (Disponível em: <<https://www.isdglobal.org/about/>>. Acesso em: 14 fev.2023).

⁵⁴ Feed é um fluxo de conteúdo que você pode percorrer. O conteúdo é mostrado em blocos de aparência semelhante que se repetem um após o outro (Disponível em: <<https://support.google.com/adsense/answer/9189559?hl=pt-BR>>. Acesso em: 10 abr.2023).

⁵⁵ Setembro de 2022.

⁵⁶ Professor emérito do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor associado do Centro Berkman Klein para Internet e Sociedade, da Universidade Harvard, nos Estados.

recomendação algorítmica com o objetivo de garantir ambientes online mais seguros e confiáveis. Todavia, ambientes mais seguros e confiáveis para quem? É sabido que as grandes empresas de tecnologia de mídias sociais já fazem esse tipo de “regulação”. Em 2018, Mark Zuckerberg⁵⁷, fundador e CEO da empresa Meta Platforms Inc., controladora do Facebook, declarou que os resultados de uma pesquisa realizada por sua empresa sugerem que não importa onde a empresa determine os limites do que é permitido, porque, conforme um conteúdo se aproxima desse ponto limítrofe as pessoas, em média, mais se envolvem com ele – mesmo afirmando (depois) não gostarem do conteúdo visto (Constine, 2018). Da mesma forma como narrado por Guillaume Chaslot, um ex-engenheiro do YouTube⁵⁸, quando alertou colegas de que a plataforma de vídeo recomendava conteúdo conspiratório do Infowars⁵⁹, um colega respondeu: “As pessoas estão clicando nele. O que nós vamos fazer?” (Bundtzen, 2022, p.15). Afirmações como estas nos levam a crer que o problema não se resume aos algoritmos, mas, sobretudo, aos usuários que procuram por assuntos ou publicações consideradas impróprias, racistas, misóginas, sexistas e tantas outras formas de preconceito e/ou discursos de ódio. Zuckerberg afirma que os usuários devem ter a opção de escolha em ter acesso aos conteúdos considerados limítrofes, mesmo porque, esses mesmos conteúdos já foram verificados e considerados como não infratores dos padrões da empresa (Constine, 2018).

1.4. Liberdade de Expressão.

Essa questão de determinar o que pode ou não ser publicado sob a alegação de se combater a desinformação e discursos de ódio (dentre outros problemas) tem sido objeto de discussões e debates, não só das empresas de tecnologias como, também dos governos e pessoas comuns. No Brasil, a discussão em torno desse tema – regulação das mídias sociais, internet – chegou à Câmara dos Deputados no formato de Projeto de Lei. Apelidado de “PL das Fake News” ou “PL da Censura”, o Projeto de Lei nº 2630/2020 foi levado à votação em 25 de abril de 2023. Proposto em 03 de julho de 2020, em seus Artigos 1º e 21º esse projeto de lei estabelece

Art. 1º Esta Lei, denominada Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, estabelece normas, diretrizes e mecanismos de transparência para provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada a fim de garantir segurança e ampla liberdade de expressão, comunicação e manifestação do pensamento (Brasil, 2020).

⁵⁷ Meta Platforms é uma empresa americana de tecnologia e mídia social. Além do Facebook, também é proprietária do Instagram, WhatsApp, Oculus VR, Giphy e Mapillary.

⁵⁸ YOUTUBE é uma plataforma digital de compartilhamento de vídeos.

⁵⁹ InfoWars é um canal de comunicação no formato Podcast.

Em contrapartida ao estabelecimento de leis, diversas instituições têm procurado colocar essa questão como tema de debates públicos. Com o objetivo de “debater soluções e o papel que cada um de nós pode desempenhar para limitar o impacto do conteúdo falso”, a Escola de Saúde Pública da Universidade Harvard (EUA) organizou, em junho de 2022, um painel intitulado *Dismantling Disinformation*⁶⁰. Composto por especialistas de vários campos – comunicação, educação, psicologia comportamental e Lei da Primeira Emenda, esse evento discutiu propostas concretas “para dismantlar a desinformação nas comunidades, nas mídias sociais e por meio de políticas e regulamentações públicas” (Owen, 2022). Sobre a preocupação com a regulação pública, uma das participantes desse debate que é gerente da *Stanford Internet Observatory*⁶¹, Renée Di Resta, disse que, embora tenha a opinião de que o governo não deveria regular o conteúdo das plataformas de mídia social, todavia, essa regulamentação se justifica, uma vez que a desinformação “tem implicações de segurança nacional” (Owen, 2022). No tocante à segurança nacional, em Rudzit e Nogami (2010), encontramos que esta, “somente pode ser entendida como um problema político quando se tem uma ideia razoavelmente clara sobre a natureza de uma ameaça e as vulnerabilidades do objeto ao qual as ameaças são dirigidas”. Dessa forma, para a questão da regulação das redes sociais é necessário antes, que se especifique se estas se referem a uma ameaça ou a uma vulnerabilidade.

Em 2018, Salgado e Oliva, já refletiam o protagonismo do sistema midiático na situação política e social do país propondo o entendimento que nesse protagonismo se revelava “uma contradição muito esclarecedora: da mediação ao ativismo, percebe-se um deslizamento perturbador nas funções desse sistema” (Salgado; Oliva, 2018). Haja vista as imagens que correram o país de um grupo de jornalistas comemorando a vitória de determinado candidato à presidência do Brasil em 2022, em plena redação de um telejornal que vive a repetir o lema: “prezamos pela *imparcialidade*”⁶²...

A falta de esclarecimento do que realmente é proposto com a regulação da mídia seja, talvez, o principal motivador do receio, quanto à esse projeto, em grande parte da população cuja memória mais recente sobre iniciativas semelhantes já vividas, remete à velhas práticas *travestidas* agora, com uma nova roupagem. Ou seja: o que tratam como regulação da mídia

⁶⁰ Desmantelando a Desinformação (em português),

⁶¹ Observatório da Internet de Stanford.

⁶² Um vídeo que circula nas redes sociais mostra jornalistas da redação da Rede Globo, comemorando a vitória de Lula. Nas imagens, é possível ver os profissionais de imprensa se abraçando, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sacramentou a vitória do petista, com 60.345.999 votos (Disponível em: < <https://revistaoeste.com/politica/eleicoes-2022/redacao-da-globo-comemora-vitoria-de-lula/> >. Acesso em: 19 abr.2023).

seria, em verdade, uma iniciativa para repetir a onda de censura e restrições à liberdade de expressão como já ocorrido quando da instituição da Lei de Imprensa⁶³, em 1967, pelo Regime Militar⁶⁴. E o resultado da aplicação dessa lei, já é do conhecimento de todos, posto que, o objetivo da instituição da Lei de Imprensa foi “restringir a liberdade de expressão e consolidar o regime autoritário” (Lei, 2015). Segundo Clezar e Vitali (2016), “a censura foi um dos meios adotados pelo regime militar para evitar qualquer tipo de informação contrária ao governo”. Essa legislação ficou ainda mais severa já no ano seguinte de sua implantação, com a instituição do AI-5 (Ato Institucional nº5) em 1968 que, em seu artigo 9º, conferia ao presidente da República “poderes para a imposição de censura prévia sobre os meios de comunicação, bastando-lhe para tanto que julgasse tal ato ‘necessário à defesa da Revolução’” (Dominguez, [20--?]). Isso te soa familiar? Recentemente⁶⁵, o Tribunal Superior Eleitoral⁶⁶ (TSE) aprovou uma resolução que lhe faculta o poder de mandar excluir conteúdo das redes sociais de ofício, independentemente de haver ou não ações movidas pelo Ministério Público Eleitoral (MPE). “A regra dá mais poder ao Tribunal para remover publicações consideradas falsas ou descontextualizadas sobre o processo eleitoral” (Mendes, 2022). Embora sua ementa preconize que a Resolução nº 23.714/2022 “dispõe sobre o enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral”, sua natureza real é a de uma resolução regulatória como um prenúncio da uma possível futura lei para regular a mídia, haja vista que, embora as eleições já tenham se encerrado essa resolução continua em vigor⁶⁷. Se seguir nos moldes da antiga Lei de Imprensa de 1967, há que gerar preocupação, posto que tal lei [Lei de Imprensa] seguiu vigente por longos vinte e um anos, de 1967 até a Constituição de 1988. Ainda sobre providências por parte do governo quanto ao combate à desinformação, recentemente⁶⁸, foi inaugurado o Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (CIEDDE). Com sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o CIEDDE “reunirá esforços de diferentes instituições no combate à desinformação e às *deepfakes* utilizadas contra o processo eleitoral” como, também, atuará de forma coordenada

⁶³ Criada durante a ditadura civil-militar (1964-1985), a Lei nº 5.250 – conhecida como Lei de Censura à Imprensa e que, posteriormente, se desdobrou para Censura Prévia em 1970 – teve como objetivo regular e censurar veículos midiáticos na época (FONTE: Disponível em: <<http://memorialdaresistenciasp.org.br/lei-censura-imprensa-55-anos/>>. Acesso em: 11 abr.2023).

⁶⁴ Período que vai de 1964 a 1985, quando o Brasil esteve sob controle das Forças Armadas Nacionais (Exército, Marinha e Aeronáutica).

⁶⁵ Em 20 de outubro de 2022.

⁶⁶ Instância jurídica máxima da Justiça Eleitoral brasileira, com jurisdição nacional.

⁶⁷ Consultado em 15 de maio de 2024 no site do TSE (<https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2022/resolucao-no-23-714-de-20-de-outubro-de-2022>).

⁶⁸ Em 12 de março de 2024.

“no enfrentamento dos discursos de ódio, discriminatórios e antidemocráticos no âmbito eleitoral” (Presidente, 2024).

As cinco questões apresentadas neste capítulo, podem ser observadas à luz de dois importantes autores: Rawls e McLuhan. Em Rawls, temos que a justiça, a equidade e o acesso igualitário às informações e oportunidades são possíveis quando há uma regulação que garanta aos menos favorecidos não serem prejudicados. De McLuhan, podemos deduzir que o modo como as redes sociais são hoje (sem regulação, controladas por algoritmos, marcadas por desigualdades de acesso, desigualdades essas geradas por educação deficitária) molda a experiência humana, na percepção da realidade, das estruturas sociais e do senso de justiça, “pois, os meios têm o poder de impor seus pressupostos e sua própria adoção aos incautos” (McLuhan, 2007, p.30).

CAPITULO 2 – EDUCAÇÃO EM VALORES E EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

*“Se não formos capazes de ir além do atual ‘estudar para ter um bom emprego mais tarde’ e educar nossos filhos como membros de uma espécie humana responsável pelo estado atual e futuro do mundo, será muito difícil escapar desses surtos de barbárie que já estamos vendo e cujas novas formas nos são anunciadas com orgulho pelo pós-humanismo”
(Charlot, 2020, p.11).*

Vivemos, atualmente, na sociedade da informação, sociedade do conhecimento. A sociedade do conhecimento é definida por um tipo de sociedade que já não mais se apoia na produção agrícola ou industrial, mas, na capacidade de pesquisar, inovar e produzir informação. Segundo Riegle (2007 apud Gómez, 2015, p.14), do ponto de vista socioeconômico, vivemos a era em que a atividade principal dos seres humanos tem a ver com “a aquisição, o processamento, a análise, a recriação e a comunicação da informação”. Transformações substanciais ocorreram em três áreas fundamentais da vida social: na área da economia (no âmbito da produção e do consumo), no campo político (na esfera do poder) e, na sociedade e cultura (no domínio da experiência cotidiana) (Gómez, 2015). E, assim como as formas de produção e distribuição de bens materiais e imateriais transformaram-se substancialmente, a educação, igualmente, passou por uma mudança de paradigmas no que se refere tanto ao espaço quanto às fontes institucionalmente e historicamente destinadas à educação. Em tempos já idos (e não tão distantes assim), uma das primeiras disciplinas ensinadas era o bê-á-bá apresentado em cartilhas com desenhos coloridos, a professora, no quadro-negro, juntando as letras e repetindo “vovô viu a uva”. Hoje, o que merece atenção (além da própria alfabetização) é, também, ensinar às crianças e aos jovens a usarem a internet, desenvolvendo nos educandos a capacidade de analisar e filtrar informações e não apenas a juntar letras, formando palavras e frases. Desenvolver, enfim, o pensamento crítico.

Antes do advento da internet, as fontes de informação consideradas científicas e educacionais (do ponto de vista acadêmico) eram os livros e periódicos, aos quais para se ter acesso deveríamos, obrigatoriamente, frequentar uma escola/universidade ou alguma biblioteca pública ou, ainda, para os mais abastados financeiramente, adquiri-los para sua própria biblioteca. Com a internet e sua popularização, isso mudou. Vivemos, hoje, a era digital a qual confirma “a relevância da chamada aprendizagem informal, que ocorre fora da escola, ou na própria escola, mas à margem do currículo oficial” (Siemens, 2005). Segundo

Moran (2007, p.15), “toda a sociedade educa quando transmite ideias, valores, conhecimento e quando busca novas ideias, valores, conhecimentos”.

Família, escola, meios de comunicação, amigos, igrejas, empresas, Internet, todos educam e, ao mesmo tempo, são educados, isto é, aprendem, sofrem influências, se adaptam a novas situações. Aprendemos em todas as organizações, grupos e pessoas aos quais nos vinculamos (Moran, 2007, p.15).

Neste cenário globalizado da informação digitalizada, onde o acesso ao conhecimento é imediato, onipresente e acessível a todos, Gómez (2015) pergunta, qual é o sentido da escola como a instituição que conhecemos?

Uma pessoa pode acessar na rede a informação necessária, o debate correspondente, seguir a linha de pesquisa que lhe pareça mais oportuna, sem o controle de alguém denominado professor; e, se quiser, pode criar ou participar de várias redes de pessoas e grupos que compartilham interesses, informações, projetos e atividades, sem restrições temporais, institucionais ou geográficas. Em que mundo vivemos? Qual seria o sentido da escola que conhecemos nesse cenário? (Gómez, 2015, p.14).

A resposta para essa questão reside, talvez, na evolução da própria educação. Bernard Charlot em sua obra “Educação ou Barbárie? Uma escolha para a sociedade contemporânea” (2020) reflete que diferentemente dos anos 1970 quando o foco da educação foi colocado sobre o tipo de homem a educar e para qual tipo de sociedade se desejava formá-lo, hoje o questionamento é outro: “pensar a eficácia das aprendizagens dentro de uma lógica de performance e de concorrência” (Charlot, 2020, p.11). O autor ainda questiona em tom de retórica, “o que os novos discursos, centrados na eficácia da aprendizagem, dizem-nos explícita ou implicitamente, sobre a sociedade contemporânea e sobre a forma como o homem pensa hoje?” (Charlot, 2020, p. 11).

[...] “não se trata de dissertar sobre a natureza do homem [...]. Trata-se de compreender por que o homem, na condição de espécie (Homo Sapiens), precisa ser educado de uma forma sem equivalência nas outras espécies animais” (p. 11). Essa conjectura nos singulariza de forma a “explicitar e assumir nossa diferença antropológica para redefinir nossa relação com o planeta, com as outras espécies animais, conosco mesmos e com nossos filhos e, em particular, para pensar uma pedagogia contemporânea” (Charlot. 2020, p. 11).

2.1. Educação em Valores.

A educação, com sentido na nossa realidade educativa atual começa na Grécia. São os gregos quem, pela primeira vez, colocam a educação como problema humano. A sociedade grega serviu de berço da cultura, da civilização e da educação ocidental, cuja ênfase era dada na formação integral do homem⁶⁹ incorporando cultura e sociedade, de forma a atingir o ideal mais avançado da educação na antiguidade: a Paidéia (Gadotti, 2003). Werner Jaeger em sua obra *Paidéia: a formação do homem grego* (1995), afirma que é impossível descrever em

⁶⁹ A palavra “homem” neste texto refere-se ao ser humano, independente do gênero sexual (masculino ou feminino).

poucas palavras “a posição revolucionadora e solidária da Grécia na história da educação humana” (p.5). Não obstante, nos apresenta o conceito de Paidéia como processo de educação em sua forma verdadeira, a forma natural e genuinamente humana; a cultura construída a partir da educação; o homem deveria ser digno e bom, tanto para o governante quanto para o governado; não tinha como objetivo desenvolver ofícios e nem tampouco em apenas formar o homem, mas, sobretudo, desenvolver a nobreza do caráter e, principalmente formar o cidadão. Não somente preparar a criança para a vida adulta. O conceito de educação se amplia e passa a significar o resultado do processo educativo por toda a vida do homem (Jaeger, 1995). Na obra *As Leis* (2021), na qual Platão nos apresenta um diálogo hipotético com fins a compreender a conduta do cidadão frente às leis que lhe são impostas, muitos são os trechos onde a educação ganha destaque. Os interlocutores desse diálogo hipotético – o Ateniense e Clíncias – se colocam a refletir sobre a definição de educação (se falam da educação do ofício ou da educação da formação do homem?) e, também, a respeito dos efeitos dessa educação (ou a falta dela).

Mas é imperioso que não deixemos que nossa definição de educação permaneça vaga, pois atualmente⁷⁰ quando censuramos ou elogiamos a formação de um indivíduo humano, definimos um como educado e um outro como não-educado, a despeito deste último poder ser extraordinariamente bem educado no comércio como mascate ou como piloto de embarcação, ou ainda em algum a outra ocupação similar (Platão, 2021, p.92).

Essa fala é precedida da definição sobre qual tipo de educação estão debatendo: a educação que forma o homem na virtude.

Mas nós, naturalmente, na presente discussão não estamos assumindo o parecer que coisas como essas constituem educação: a educação a que nos referimos é o treinamento desde a infância na virtude, o que torna o indivíduo entusiasticamente desejoso de se converter num cidadão perfeito, o qual possui a compreensão tanto de governar como a de ser governado com justiça. Esta é a forma específica de formação à qual, suponho, nossa discussão em pauta restringiria o termo *educação*, enquanto seria vulgar, servil e inteiramente indigno chamar de *educação* uma formação que visa somente à aquisição do dinheiro, do vigor físico ou mesmo de alguma habilidade mental destituída de sabedoria e justiça (Platão, 2021, p.92).

Embora esse livro de Platão tenha sido escrito em 437 a.C., é impossível não notar como é atual seu pensamento no que se refere à formação humana voltada para a educação em valores ser a base para a existência de uma sociedade virtuosa. Citando Jaeger (1995, p.3), “todo povo que atinge um certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação. Ela é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua peculiaridade física e espiritual”. E em não sendo, a educação, propriedade individual, mas, antes, pertencendo por essência a toda uma comunidade, é o caráter dessa mesma comunidade que será impresso em cada um dos seus membros através da própria

⁷⁰ 437 a.C

educação, sendo fonte de toda e qualquer ação e comportamento. A educação está entremeada em toda a vida de uma sociedade: do seu crescimento ao seu destino, na sua estruturação interna como no seu desenvolvimento espiritual; “e, uma vez que o desenvolvimento social depende da consciência dos valores que regem a vida humana, a história da educação está essencialmente condicionada pela transformação dos valores válidos para cada sociedade” (Jaeger, 1995, p.4).

A obra *A República* influenciou a escrita de outra obra que, também, destaca essa questão do caráter da comunidade estar conectado à forma como o governo trata a educação do seu povo. A obra é *Do Contrato Social* ou *O Contrato Social*, de Rousseau, escrita em 1762 e considerada uma das obras fundamentais da filosofia política. No prefácio de uma das inúmeras traduções dessa obra encontramos que “é impossível deixar de notar que se mantém a ligação estreita entre política e educação que Rousseau já encontrava em *A República* de Platão” (Rousseau, 1999, p.X). Em uma outra obra sua, *Emílio ou Da Educação*, Rousseau faz mais uma referência a Platão declarando ser esta “o mais belo tratado de educação jamais escrito”. Nas palavras de Rousseau, “se quiserdes ter uma ideia de educação pública, lede a *República* de Platão. Não é uma obra política, como pensam os que só julgam os livros pelo título: é o mais belo tratado de educação jamais escrito” (Rousseau, 1995, p.14).

Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778) foi um importante escritor, compositor, filósofo e teórico político. A área do Direito como, também, outras áreas das Ciências Humanas, foram profundamente influenciadas por suas ideias. Os conceitos de Estado, poder e soberania, tais como os conhecemos atualmente, foram desenvolvidos por ele. No Livro I de sua obra *Do Contrato Social*, ao argumentar sobre o seu direito (se o tinha ou não) de escrever sobre política, posto que, não era nem príncipe e nem, tampouco, legislador, diz que “nascido cidadão de um Estado livre [...] por frágil que seja a influência de minha opinião nos negócios públicos, o direito de votar basta para impor-me o dever de instruir-me a esse respeito” (Rousseau, 1999, p.7). Proferida em 1762, o argumento de Rousseau para justificar o seu direito de falar sobre política nos parece bastante óbvio, afinal, se alguém tem o direito ao voto deve, também e, em igual medida, ter o dever de instruir-se a esse respeito!

Passados mais de 2.400 anos dos escritos de Platão sobre a formação humana voltada para a educação em valores ser a base para a existência de uma sociedade virtuosa; 262 anos desde os dias em que Rousseau declarou ser um dever procurar se instruir sobre algo em que somos chamados a decidir (votar, no caso); e, 90 anos após a primeira publicação da obra *Paidéia*, de Jaeger (1934), que estudou a fundo os ideais de educação da Grécia, ideais esses que envolviam não somente preparar a criança para a vida adulta, desenvolvendo ofícios, mas,

sobretudo, desenvolver a nobreza de seu caráter e, principalmente formá-la cidadã, embasado na crença de que o homem deveria ser digno e bom, tanto para ser o governante quanto para ser o governado, infelizmente, no Brasil ainda vemos ano após ano a educação sofrer um processo de postergação, como se estivesse sempre a ser deixada para o próximo governo, para a próxima gestão começar a promover a transformação necessária e urgente no campo educacional. E em não sendo prioridade, em muitas ocasiões a educação, que deveria vir da escola e, também, ou principalmente, da família, vem através de outros personagens e ambientes. Quantas ações vimos serem desencadeadas pelo Estado como decretos e leis, tidas como “educativas”? Como exemplo, algumas leis de trânsito que têm como preocupação central comportamentos que, *à priori*, deveriam ser entendidos como “o normal” ou esperado de um cidadão, mas, que, infelizmente, ainda precisam (ou voltaram a) ser administradas em forma de lei para que sejam exercidas pela comunidade. A exemplo, podemos citar algumas dessas preocupações centrais: dar preferência ao pedestre, embriaguez ao volante, excesso de velocidade, obrigatoriedade na prioridade nos assentos do sistema de transporte público (ônibus, trem, metrô) para pessoas idosas, gestantes e/ou mulheres com criança de colo ou pessoas portadoras de algum tipo de deficiência física. Ou seja, criam-se leis para obrigar a população a ter comportamentos civilizados,

enquanto a própria educação, respeito e bom senso deveriam ser mais que o suficiente para que o cidadão se levante e conceda seu lugar a quem precisa. Isso não significa apenas a ausência da educação escolar, mas também a falta de uma sadia educação doméstica que ensine desde a infância os bons valores e não o “jeitinho brasileiro” que procura tirar vantagem em todas as situações (Zacarias, [2003?]).

Ao pensarmos sobre a educação em valores, devemos partir da premissa que a aprendizagem em valores não pode e não deve ser relegada apenas, ao plano doméstico, das famílias, pois, muitas vezes, a própria família da qual o estudante descende não traz em si, esses princípios morais e éticos necessários para se conviver em sociedade.

Existem “filhos” de famílias totalmente desestruturadas, destruídas por inúmeros fatores, que necessitam de referenciais, pois o jovem enfrenta hoje uma falta de referência. O mundo está direcionado a uma educação que precisa ser conseqüente, precisa constituir um cidadão que realmente contribua com liberdade e ação, autonomia de decisão, de forma crítica e consciente na sociedade em que vivemos. Para que ele assuma essa postura ele precisa ser ensinado ao exercício dela (Importância, 2012).

É necessário, pois, considerar até que ponto determinado ambiente influencia ou não, a formação em valores de um indivíduo. Para Reid (1991), o ambiente cibernético, as mídias sociais, têm forte influência sobre o sujeito, pois,

Esta comunicação tornou-se essencial para o nosso dia-a-dia, conduzindo a uma transformação social [...], pois estamos nos reestruturando através da comunicação online, que nos possibilita um contato com um maior número de pessoas, interesses,

oportunidades, recursos no âmbito pessoal e profissional, além de compartilhar experiências sem grandes envolvimento emocionais (Reid, 1991).

Essa transformação social midiática com forte influência em nossos hábitos e, por conseguinte, no cotidiano, nos alerta que, por estarmos cada vez mais dependentes das redes sociais, uma nova postura perante a este processo de comunicação precisa ser refletida, pois, a educação acontece em todos os ambientes, a todo instante e pelos mais variados protagonistas e, da mesma forma que o indivíduo é educado constantemente e de muitas formas, assim também acontece com as influências que sofremos na construção dos valores. Ou seja: não há uma única fonte de influência. Segundo Feilitzen (2014, p.16), a mídia pode sim, muitas das vezes, ter um lugar de destaque nessa questão, “especialmente quando não temos experiência – ou quando nós não recebemos informações e apoio do nosso ambiente pessoal”.

O que ocorre é que as muitas impressões mentais – concepções, ideias, sentimentos, experiências – que nós recebemos da mídia são misturadas com todas as nossas outras concepções, normas, valores, sentimentos, etc., decorrentes da nossa própria experiência, da família, escola e outros grupos, nossa cultura e país– impressões que são geralmente mais importantes. Tomados em conjunto, todos esses tipos diferentes de impressões – da mídia, das pessoas e das nossas próprias ações na vida real – aumentam ou diminuem nossa disposição para agir. Assim, não é apenas a mídia que molda nosso papel social de gênero, dá origem a injustiças baseadas na idade, gênero, ou afiliação sociocultural, ou que leva ao racismo, distúrbios alimentares, consumismo, isolamento, abuso sexual, pobreza, agressão, violência, guerra, etc. Mas, a mídia contribui se outros fatores estão trabalhando na mesma direção (Feilitzen (2014, p.16).

Reforçando essa reflexão quanto à influência da mídia na formação humana, Masetto (2011, p.599) nos alerta para o que ele trata por *bombardeamento* diário e contínuo dos meios de comunicação.

Vivemos numa sociedade em que somos bombardeados continuamente por informações. Estas chegam até nós pelos diferentes meios de comunicação que acessamos diariamente: é o rádio, a televisão, são os jornais e revistas de grande circulação, os periódicos especializados, os livros publicados, a internet, os inúmeros sites, os periódicos eletrônicos, o contato direto com pesquisadores e especialistas a um leve toque de algumas teclas de nosso computador (Masetto, 2011, p.599).

Esse volume infinito de informação fragmentada e complexa produz nos indivíduos que a consomem, saturação, desconcerto e, paradoxalmente, desinformação. Segundo Gómez (2015, p.18), os jovens que têm acesso ilimitado a uma enorme quantidade de informações fragmentadas que vão além da sua capacidade de organização em esquemas compreensivos, “dispersam a sua atenção e saturam a sua memória, o mosaico de dados não produz formação, e, sim, perplexidade e desorientação”. Por consequência, temos dois efeitos, *a priori*, paradoxais, mas, todavia, convergentes: a superinformação e a desinformação; o excesso de informações fragmentadas dificilmente conduz ao conhecimento estruturado e útil. Outro aspecto que merece atenção refere-se à questão da socialização que, da mesma forma, foi

transformada na era da informação. Os antigos cenários de socialização próximos, como a família, os grupos da escola, do bairro, a empresa, dentre outros, que são o campo das relações de experiência que singularizam a vida do indivíduo, “sofreram modificações significativas tanto na sua configuração interna como, especialmente, na sua posição relativa e na sua função de plataformas de socialização das novas gerações” (Gómez, 2015, p.16). Ou seja, toda essa transformação influencia os cenários social, local e global de tal forma que os valores, interesses, códigos e aspirações acabam por ultrapassar os padrões culturais familiares fazendo com que os adultos próximos, que até então se constituíam em exemplos desses padrões culturais, deixem de sê-lo.

Neste complexo, inovador e acelerado contexto social e simbólico, acontece a socialização da maioria dos indivíduos das sociedades contemporâneas; e, de acordo com as influências que recebem, desenvolvem-se as suas competências, conhecimentos, esquemas de pensamento, atitudes, afetos e formas de comportamento (Gómez, 2015, p.22).

Neil Postman, já em 1999 advertia que as fontes, mais significativas e constantes, de valores ao alcance das crianças e dos jovens eram a televisão, os videogames, as redes sociais e os intercâmbios digitais (Postman, 1999).

Nesse contexto, onde as fontes institucionalmente e historicamente destinadas à educação sofreram, sofrem e continuarão a sofrer mudanças, qual o papel da escola hoje, se a informação, os conteúdos técnicos e o conhecimento teórico estão à disposição de todos na internet? Mesmo a questão da socialização, fator importante para o desenvolvimento dos indivíduos, como nos mostra Gómez (2015), também, foi transferida para as redes sociais? Para Araújo e Puig (2007), o sentido (e razão de existir) das escolas reside no “[...] dever moral de educar moralmente os jovens”, mesmo porque, a economia que movimenta e impulsiona o desenvolvimento de um país, depende de fatores relacionados com valores morais, tais como: a convivência, a democracia, a confiança mútua, a auto-estima, a responsabilidade, o trabalho em equipe, a honestidade, a solidariedade, o esforço, a justiça social. Porque, mesmo compreendendo que uma das funções sociais da escola seja inserir novas gerações no mercado de trabalho, posto que a formação profissionalizante seja, sem dúvida, muito importante para a construção de uma sociedade, a educação moral (e cívica) não deve ser excluída dessa formação, “simplesmente porque o benefício econômico não deveria pôr em dúvida a formação pessoal – não podemos prescindir de uma educação integral que aborde as diversas facetas do ser humano” (Araújo; Puig, 2007, p.121–122).

Peyper, Van Eyden e Blackmorer (2021) afirmam que a relação educação-democracia tem sido examinada extensivamente na literatura. Glaeser *et al.* (2004), relatam que a educação é causal para a democracia; Lipset (1959) cita uma série de estudos que sugerem

que o desenvolvimento econômico dá origem a uma cultura política mais democrática, devido em parte, ao aumento da educação. Todavia, esse mesmo autor assevera que o efeito democratizador da educação pode depender do tipo e da qualidade da educação argumentando, também, que a educação sozinha não é capaz de garantir a preservação da democracia, citando nesse aspecto, o caso da Alemanha, que sucumbiu à ditadura apesar de um sistema educativo avançado (Lipset, 1959). Segundo Peyper, Van Eyden e Blackmorer (2021), a educação está associada à democracia quando é um veículo para a promoção de valores emancipatórios, cujos valores demonstraram prever fortemente a democracia liberal. Em um estudo recente, Ruck *et al.* (2020), afirma que “as democracias estáveis estão há muito ligadas aos valores culturais dos cidadãos. Mas, a estabilidade das democracias em todo o mundo poderá ser vulnerável se certos valores culturais diminuïrem”.

Embora os trabalhos sobre o efeito da dimensão qualitativa da educação – do tipo que promove o empoderamento humano – permaneçam escassos (Peyper; Van Eyden; Blackmorer, 2021), encontramos no banco de dados da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey – WVS, no original, em inglês), o necessário aporte teórico para nosso estudo, em razão dessa ser considerada a maior investigação empírica transnacional não comercial de séries temporais de crenças e valores humanos já executada. O idealista desse projeto é Ronald Inglehart (2009) que, em seu livro *Modernização, Mudança Cultural e Democracia: A Sequência do Desenvolvimento Humano* (2005) afirma que a educação “é a forma mais importante de capital na sociedade do conhecimento, que coloca aqueles com menores níveis educacionais em uma situação pior do que aquela em que viviam na era industrial” (Inglehart; Welzel, 2009, p.70).

A Pesquisa de Valores Mundiais é um programa de pesquisa internacional dedicado ao estudo científico e acadêmico dos valores sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais das pessoas no mundo (World, 2020). Iniciado em 1981 por seu fundador, Ronald Inglehart⁷¹ da Universidade de Michigan (EUA), esse projeto originou-se de um estudo sobre os Valores Europeus concebido para testar a hipótese de que as mudanças econômicas e tecnológicas contribuíam sobremaneira para transformar os valores e motivações básicos dos públicos das sociedades industrializadas. Com o objetivo de avaliar qual o impacto que a estabilidade ou mudança de valores ao longo do tempo tem no desenvolvimento social, político e econômico

⁷¹ Ronald Inglehart (1934-2021) foi um dos cientistas políticos mais citados do mundo. Publicou mais de 400 artigos revisados por pares e foi autor ou coautor de quatorze livros durante sua carreira. Os seus livros foram traduzidos para muitas línguas e as suas teorias foram analisadas e estudadas na maioria dos contextos globais e regionais (INSTITUTE FOR SOCIAL RESEARCH. Disponível em: <<https://cps.isr.umich.edu/news/ronald-inglehart-obituary/>>. Acesso em: 11 abr. 2024).

dos países e sociedades, esse projeto tem como principal instrumento de investigação uma pesquisa social comparativa representativa que é realizada globalmente a cada cinco anos. Para atingir este objetivo, o projeto cobre um amplo escopo de tópicos da área de Sociologia, Ciência Política, Relações Internacionais, Economia, Saúde Pública, Demografia, Antropologia, Psicologia Social, dentre outras áreas, compreendendo uma rede internacional de cientistas sociais e investigadores de 120 países e sociedades mundiais. Os dados de suas investigações são utilizados em milhares de publicações acadêmicas e as conclusões divulgadas nos principais meios de comunicação, como a Time, a Newsweek, o The New York Times, o The Economist, o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, o Relatório sobre a Felicidade Mundial e o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano da ONU. Da mesma forma, também é frequente a utilização desses dados por governos acadêmicos, estudantes, jornalistas e organizações de todo o mundo como o Banco Mundial, a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Sede das Nações Unidas em Nova York (EUA) (World, 2020).

O estudo seminal que deu origem ao projeto WVS foi realizado em 1971 sendo publicado na forma de artigo com o título *The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies* (A Revolução Silenciosa na Europa: mudança intergeracional nas sociedades pós-industriais). Nesse trabalho, Inglehart investigou o fenômeno da mudança de valores fundamentais de uma geração para outra em alguns países da Europa Ocidental desde a II Guerra Mundial. Segundo o autor, “tais valores mudaram da opção por segurança econômica e ordem social (valores ‘aquisitivos’) para a expressão intelectual e artística, bem como por mudanças sociais radicais (valores ‘pós-burgueses’)” (Inglehart, 2012, p.159). A hipótese básica desse seu estudo foi que os indivíduos sempre perseguem vários objetivos em ordem hierárquica – dando atenção máxima às coisas que sentem ser suas necessidades mais importantes ainda não satisfeitas em um dado momento.

Um homem perdido no deserto, por exemplo, pode estar obcecado com sua necessidade de água, devotando virtualmente toda a sua atenção a buscá-la. Quando o suprimento de água é facilmente disponível, mas os alimentos são escassos, o indivíduo não se importa mais com essa necessidade (tendo atingido homeostase biológica a esse respeito) e pode dedicar-se à coleta de alimento. Uma vez que seu suprimento de comida tenha atingido um nível de subsistência um indivíduo pode continuar empenhando-se a fim de garantir um nível confortável de segurança econômica; depois, ele pode gradualmente mudar seu foco, vindo a desejar bens mundanos como símbolos de afluência – mais com o objetivo de aumentar o seu *status* entre os seus conhecidos menos afluentes do que para a utilidade dos próprios bens. Em um sentido, entretanto, a busca de símbolos de afluência poderia ser vista como algo derivado da busca pelo sustento (Inglehart, 2012, p.159-160).

A ideia de investigar a mudança de valores de uma geração para outra partiu ao estudar os protestos ocorridos em 1968, na França. *Mai de 68*, como ficou conhecido o

evento, “foi um movimento marcado por uma grande onda de protestos que teve início a partir das mobilizações realizadas por estudantes franceses na Universidade Paris, em Nanterre (região metropolitana de Paris)” repercutindo em todo o mundo, resultando em profundas mudanças na sociedade francesa, bem como na sociedade ocidental (Vieira, 2021). Segundo Inglehart (1971), essa mobilização teve um impacto excepcionalmente poderoso no eleitorado francês, levando muitos eleitores a reexaminarem suas habituais preferências partidárias à luz dos valores fundamentais – e a realinharem-se de acordo. Conquanto a retórica dominante nessa revolta estudantil tenha-a apresentado como “o movimento de um proletariado explorado levantando-se contra a opressão burguesa gaullista”⁷², o cenário pós-levante – marcado por greves gerais, ocupações estudantis, desordens generalizadas e destruição de propriedades – culminaram por influenciar de forma contrária ao que parecia ser a proposta do movimento. O resultado das eleições subsequentes mostrou uma mudança inequívoca no desejo da classe trabalhadora.

As desordens de 1968 – particularmente porque acarretaram destruição de propriedade – parecem ter tido um impacto negativo na classe trabalhadora, mudando muitos dos trabalhadores de suas tradicionais lealdades políticas esquerdistas para o apoio ao General De Gaulle – que foi largamente visto como um garantidor da ordem (Inglehart, 2012, p.161).

O resultado da rebelião e das eleições francesas de 1968 foi interpretado por Inglehart com base no seguinte esquema conceitual: enquanto a moderna classe média (especialmente os mais jovens desse grupo de pessoas com ocupações não-manuais no setor moderno da economia e caracterizando-se por um nível mais alto de segurança econômica) tendeu a valorizar menos a segurança econômica e a ordem doméstica que os trabalhadores, essa mesma classe trabalhadora, frente ao caos resultante do movimento estudantil, tendeu, por sua vez, a valorizar mais a ordem doméstica e a segurança econômica do que os jovens do primeiro grupo. Após este seu trabalho (sobre o Maio de 68) ser publicado em 1971⁷³, Inglehart foi convidado para realizar mais pesquisas comparativas na Europa, pesquisas estas cujos resultados originaram uma primeira formulação do que viria a ser a tese da revolução silenciosa, central para sua teoria (Silva, 2021, p.212).

⁷² Gaulismo é uma ideologia política francesa baseada nas ideias e na ação do General Charles de Gaulle (1890-1970), como o conservadorismo social e o dirigismo econômico. De Gaulle foi um general, político e estadista francês que liderou as Forças Francesas Livres durante a Segunda Guerra Mundial e presidiu o Governo Provisório da República Francesa de 1944 a 1946, a fim de restabelecer a democracia na França. Em 1958, saiu da reforma quando foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-ministro). Liderou a redação de uma nova Constituição, fundando a Quinta República e foi eleito presidente de França em 1958, cargo para o qual foi reeleito em 1965 e manteve, até sua renúncia, em 1969. Como presidente, Charles de Gaulle pôs fim ao caos político que precedeu o seu regresso ao poder. Durante seu governo, promoveu o controle da inflação e instituiu uma nova moeda em janeiro de 1960.

⁷³ The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies, artigo publicado no American Political Science Review (v. 65, n. 4, p. 991-1017, Dec.1971).

Inglehart partiu da percepção de que grupos importantes entre as sociedades ocidentais haviam ultrapassado os estágios descritos anteriormente – da procura por elementos básicos de sobrevivência como água, alimento, segurança, dentre outros – alcançando um outro estágio de busca por itens, digamos assim, que não mais tinham relação direta com os imperativos da segurança econômica. Para tais indivíduos, oriundos em grande parte de grupos mais jovens das modernas classes médias da década de 70 do século XX (período pós-guerra⁷⁴), os quais tinham vivido períodos longos e sem precedentes de abundância para essa geração, a segurança econômica podia ser vista como garantida, da mesma forma que o suprimento de água ou o ar que respiramos. É importante destacar que os estudantes envolvidos no movimento Maio de 68 eram jovens nascidos no pós-guerra que não passaram pelas mesmas dificuldades de sobrevivência que seus pais e avós. Esses aspectos levaram a uma nova escala de prioridades as quais se manifestaram tão logo essa geração de jovens europeus chegou à fase adulta (Charréu, 2020). Talvez isso explique a mudança de valores observada, então. Segundo o modelo proposto por Inglehart,

os valores e comportamentos das pessoas são moldados em função do grau em que a sua segurança é tomada como certa, alterando-se substancialmente a partir do momento em que o nível de mera sobrevivência está assegurado. Aumenta a partir de então a abertura à mudança e há uma tendência para uma maior aceitação de novas ideias (Charréu, 2020, p.2).

Ao propor essa hipótese, Inglehart afirmou que, caso ela se confirmasse – mudança de valores intergeracional – é bastante provável que, em consequência, ocorreria um conflito político intergeracional em vista dos indivíduos terem uma tendência a “reter uma dada hierarquia de valores ao longo de sua vida adulta, uma vez que seu caráter básico tenha sido formado durante a infância e a juventude” (Inglehart, 2012, p.160).

Uma ilustração poderia ser o avaro que experimentou dificuldades econômicas em sua infância, viu o trabalho duro e a frugalidade como uma via de saída e continuou acumulando freneticamente muito tempo após suas necessidades econômicas terem sido satisfeitas. É claro que esse é um caso extremo, mas evidências consideráveis sugerem que as pessoas tendem, de fato, a reter as preferências instiladas desde cedo (Inglehart, 2012, p.160).

O trabalho de Inglehart sobre sua tese da revolução silenciosa deu origem à Teoria do Desenvolvimento Humano apresentada em 2005, no livro *Modernization, Cultural Change, and Democracy*⁷⁵ (Inglehart; Welzel, 2009).

Charréu (2020, p.18) ao estudar o modelo de mudança social e de valores apresentado por Inglehart na década de 70, o resume da seguinte forma: “devido a uma segurança econômica e física presente desde o nascimento de grande parte da população ocidental, o

⁷⁴ Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

⁷⁵ Publicado em português em 2009, com o título “Modernização, Mudança Cultural e Democracia”.

foco dos valores dessa sociedade tem ido ao encontro de um desejo por melhor qualidade de vida e mais educação”, concluindo ser, cada vez mais comum que os cidadãos frequentem cursos universitários (Charréu, 2020, p.18).

No que se refere ao aumento na busca por educação, muitos são os estudos sobre o efeito que a educação (de nível superior, no caso) tem sobre os jovens estudantes. Dentre eles, *The Impact of College on Students*⁷⁶ (1969), *Four Critical Years: Effects of College on Beliefs, Attitudes and Knowledge*⁷⁷ (1977) e *What Matters in College: Four Critical Years Revisited*⁷⁸ (1993), *How College Affects Students*⁷⁹ (1991, 2005 e 2016). Cada uma dessas obras examina o impacto da faculdade nos alunos, nos seguintes aspectos: na identidade, no autoconceito, em seus valores, atitudes e crenças. Mintz (2023), ao escrever sobre o mesmo tema – o impacto da educação nos estudantes de graduação – concluiu que a faculdade afeta os estudantes de maneiras que vão muito além da aquisição de conhecimentos e habilidades. “A faculdade influencia as suas atitudes em relação à raça, diversidade, gênero, sexo e religião, bem como o seu desenvolvimento psicossocial, contribuindo para o crescimento da confiança e da auto-estima dos alunos”. Mesmo compreendendo que um diploma de curso superior por si só, não garante que o indivíduo tenha sucesso profissional, todavia, é inegável a grande diferença nas atitudes e no comportamento dos indivíduos que chegam a conquistá-lo. Segundo os estudos citados anteriormente, o ensino superior está ligado a um maior envolvimento cívico e a taxas mais altas de votação. Mintz (2023), afirma que, nos últimos anos ter (ou não) um diploma universitário tornou-se uma importante linha divisória partidária. Por serem expostos a um novo vocabulário (acadêmico), a novas ideias e valores, os estudantes sofrem, também, influência em suas opiniões, pontos de vista e formas de pensar. Dentre essas ideias, conceitos, valores e modos de pensar que são influenciados destacamos o *discurso acadêmico* o qual, segundo esse autor, diz respeito ao nível de familiaridade e fluência que os estudantes passam a ter com conceitos associados ao pós-modernismo e ao pensamento de justiça social, como a fluidez das identidades de gênero e sexuais, a interseccionalidade⁸⁰ e a indeterminação da verdade absoluta.

⁷⁶ O impacto da faculdade nos alunos (1969), de Kenneth Feldman e Theodore Newcomb.

⁷⁷ Quatro anos críticos: efeitos da faculdade nas crenças, atitudes e conhecimento (1977), de Alexander W. Astin’s.

⁷⁸ O que importa na faculdade: quatro anos críticos revisitados (1993), de Alexander W. Astin’s.

⁷⁹ Como a faculdade afeta os alunos (publicado originalmente em 1991, revisado em 2005 e atualizado em 2016) de Ernest T. Pascarella e Patrick T. Terenzini’s.

⁸⁰ Interseccionalidade é a interação ou sobreposição de fatores sociais que definem a identidade de uma pessoa e a forma como isso irá impactar sua relação com a sociedade e seu acesso a direitos (MORAGAS, Vicente Junqueira. IN: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) – O que é interseccionalidade? 13 set. 2023. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/o-que-e-interseccionalidade>>. Acesso em: 23 abr. 2024).

Voltando aos estudos iniciais de Inglehart sobre a mudança de valores que acontece entre uma geração e outra, não obstante, há valores que são imprescindíveis para a manutenção de uma sociedade democrática e, por conseguinte, considerados constantes e invariáveis. Nesse sentido e, como bem refletido por Magalhães (2012), não podemos olvidar que o projeto, não somente de construção, mas, sobretudo, de manutenção da democracia depende da transformação do sujeito sobre o qual ela pretende atingir, isto é, “para salvaguardar a liberdade, a igualdade, a justiça social, dentre outros valores queridos pela nação, indispensável é a preparação do cidadão no sentido de conhecer, respeitar e manter os ideais democráticos da sociedade, além de ampliar a compreensão, durante toda a vida, do alcance de tais ideais”.

2.2. Educação Midiática

A mídia hoje se tornou uma dimensão central da vida contemporânea abrangendo aspectos culturais, políticos, econômicos e pessoais. E, em uma sociedade intensamente mediada, “os usuários de mídia precisam se tornar mais autônomos, mais competentes e mais críticos” (Buckingham, 2022, p.17). Por mais críticos compreendendo um processo reflexivo, “no qual se deve questionar constantemente nossos próprios preconceitos, interpretações e conclusões; envolve questionar suposições fáceis e considerar formas alternativas de analisar um problema” (Milliet, 2020, p.516). Em seu livro *Manifesto Pela Educação Midiática* (2018), David Buckingham⁸¹ defende a mídia-educação “como um pré-requisito básico para um cidadão contemporâneo” (Milliet, 2020, p.514). O autor explica que educar para a mídia não se trata de ensinar a usar a mídia com suas tecnologias como um dispositivo de coleta de dados ou mesmo a desenvolver habilidades técnicas para utilização dos equipamentos cada vez avançados e modernos. O cerne da educação para a mídia está no desenvolvimento da análise crítica.

A questão da necessidade premente da educação midiática tornar-se item essencial nas grades curriculares desde o Ensino Fundamental, objetivando o desenvolvimento da análise crítica dos fatos, como, também, a questão da regulação das redes sociais ser amplamente discutida e debatida por toda a sociedade e não somente nas altas esferas do poder, têm se tornado temas cruciais no debate público e acadêmico. À título de ilustração, trago aqui, dois pontos de vista de duas personalidades influentes de nosso tempo que, embora tenham utilizado a mesma fala, *ipsis litteris*⁸², para abordar a mesma questão – a questão do impacto

⁸¹ Escritor e pesquisador britânico com particular interesse em mídia, educação de crianças e jovens.

⁸² Nos mesmos termos; tal como está escrito.

da internet e das redes sociais sobre a disseminação de informações, incluindo a propagação de *fake news* e a amplificação de vozes sem o devido filtro crítico – todavia, dependendo da capacidade de análise crítica do público, possam ser consideradas bastante dissonantes uma da outra.

Umberto Eco⁸³, em 2015, durante a cerimônia de outorga do prêmio de *Doutor Honoris Causa*⁸⁴ na Universidade de Torino (Itália), deu uma de suas declarações mais polêmicas ao dizer que “a internet deu voz a uma legião de imbecis” (Wolf, 2021). À primeira vista, essa declaração pode causar (e causou!) certa polêmica, principalmente por ter sido proferida por um entusiasta digital, especialista em mídias e comunicação. Porém, depois de esfriar os ânimos e refletir a respeito, compreendemos que essa declaração foi mais em tom de alerta e preocupação do que de escárnio. Como expresso por Eduardo Wolf, que o entrevistou poucos dias depois da cerimônia na Itália, a sua polêmica declaração se referia era à “radicalidade com que a internet e, especialmente, as redes sociais, tem servido para universalizar a circulação das mais estapafúrdias e esdrúxulas opiniões”. Ao ser questionado sobre o potencial crítico da internet, Eco defende a educação midiática respondendo não acreditar que ela [a internet] pudesse realizar esse trabalho de “crítica da vida”, porque “o trabalho crítico significa filtrar, distinguir as coisas, ao passo que a internet é como o personagem do [escritor argentino Jorge Luís] Borges, Funes⁸⁵, memorioso: ela lembra de tudo, não esquece nada”.

Seria preciso exercer essa crítica — filtrar, distinguir — sobre a própria internet. Eu sempre digo que a primeira disciplina a ser ministrada nas escolas deveria ser sobre como usar a internet: como analisar e filtrar informações. O problema é que nem mesmo os professores estão preparados para isso (Wolf, 2021).

Recentemente⁸⁶, a mesma frase dita por Eco em 2015, foi repetida por outra figura eminente, no caso, um juiz de duas Supremas Cortes Brasileiras: o Superior Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 14 de maio de 2022, em seu discurso proferido no Congresso Brasileiro de Magistrados, em Salvador (BA), ao falar sobre as eleições presidenciais que se aproximavam e toda a celeuma em torno da questão da

⁸³ Umberto Eco (1932 – 2016) foi um escritor, filósofo, semiólogo, linguista e bibliófilo italiano. Titular da cadeira de Semiótica e diretor da Escola Superior de Ciências Humanas na Universidade de Bolonha (Itália). Notório escritor de romances, entre os quais *O Nome da Rosa* e *O Pêndulo de Foucault*.

⁸⁴ Doutor *Honoris Causa* é o título atribuído à personalidade que se tenha distinguido pelo saber ou pela atuação em prol das artes, das ciências, da filosofia, das letras ou do melhor entendimento entre os povos (UNB. Disponível em: <<https://unb.br/a-unb/titulos-e-condecoracoes/572-doutor-honoris-causa>>. Acesso em: 26 mar. 2024).

⁸⁵ Funes, o Memorioso, é um personagem do conto de Jorge Luis Borges, publicado em 1944 no livro *Ficciones*. O conto conta a história de um rapaz com uma memória prodigiosa, mas que não conseguia articular seus conhecimentos com sua pouca inteligência.

⁸⁶ Em 14 de maio de 2022.

segurança das urnas eletrônicas, Alexandre de Moraes (que à época, acumulava as funções de ministro no STF e Presidente do TSE), disse que a internet havia dado voz “*aos imbecis*”. O ministro ainda acrescentou: “Hoje, qualquer um se diz especialista, veste terno, gravata, coloca painel falso de livros⁸⁷ e fala desde a guerra da Ucrânia até o preço da gasolina, além de atacar o Judiciário” (Moraes, 2022). Sem entrar no mérito de temas como “painéis falsos de livros”, posto não ser este objeto de estudo do presente trabalho, a diferença entre a declaração dele e a do escritor Umberto Eco é que, enquanto Eco alertava para a necessidade urgente de termos uma educação voltada para a formação de uma sociedade crítica, capaz de analisar as informações que circulam nos sites, conseguindo separar o que é sério do que é conteúdo falso, ou *fake news*, sem que haja a necessidade de qualquer tipo de tutela para formar sua opinião, a preocupação do magistrado pode ter sido interpretada no sentido de “combater” qualquer voz proferida contra às instituições brasileiras o que por muitos é tratado como sendo “ataques à democracia”. O magistrado tratou essas vozes por “milícias digitais” as quais “recorrem a conteúdos falsos para tentar fazer com que a população duvide da mídia tradicional, um dos sustentáculos da democracia” (Moraes, 2022).

Fazendo outro paralelo entre a fala de Eco e de Moraes, a respeito da mídia tradicional, os jornais, no caso, enquanto o magistrado acima citado afirma que a população não deveria duvidar do que essa mídia divulga, Eco defende que os jornais, “em vez de se tornarem vítimas da internet, repetindo o que circula na rede, deveriam dedicar espaço para a análise das informações que circulam nos sites, mostrando aos leitores o que é sério, o que é um *hoax*⁸⁸, por exemplo”. Eco torna a defender a educação como instrumento para a formação de um pensamento crítico, ao afirmar que “sendo você um conhecedor de Aristóteles, você consegue reconhecer se um site é bom ou não, mas você não poderá fazer o mesmo com um site sobre teoria das cordas. A crítica da internet exige um novo tipo de *expertise*, mesmo para os jornais” (Wolf, 2021). Eco ainda foca sua preocupação na juventude consumidora das informações divulgadas pelas mídias, alertando para a falta dos conhecimentos necessários para o consumo crítico da mídia.

⁸⁷ Referência ao ocorrido em 02 de fevereiro de 2022 quando, durante uma sessão virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) o desembargador Yedo Simões empurrou a cadeira para trás e acabou derrubando um painel com uma biblioteca cenográfica (G1 – AMAZONAS. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/02/04/apos-biblioteca-falsa-despencar-desembargador-diz-que-usa-painel-para-nao-mostrar-a-casa-os-livros-sao-minha-vida.ghtml>>. Acesso em: 25 mar. 2024).

⁸⁸ A palavra “hoax” (do inglês embuste ou boato) é usada no meio digital para representar os famosos e-mails com conteúdos que vão do dramático ao curioso, por vezes apelando para a religiosidade ou superstição das pessoas (UDESC. Disponível em: <[https://www.udesc.br/cefid/informatica/boas_praticas/hoax#:~:text=A%20palavra%20%22hoax%22%20\(do,r eligiosidade%20ou%20supersti%C3%A7%C3%A3o%20das%20pessoas](https://www.udesc.br/cefid/informatica/boas_praticas/hoax#:~:text=A%20palavra%20%22hoax%22%20(do,r eligiosidade%20ou%20supersti%C3%A7%C3%A3o%20das%20pessoas)>. Acesso em: 25 mar.2024).

E isso é muito importante para os jovens, pois eles não têm, aos 15, 16 anos, os conhecimentos necessários para filtrar as informações a que têm acesso na rede. Ora, assim como quem lê diversos jornais acaba aprendendo a distinguir abordagens distintas da parte dos jornais, os jovens hoje precisam aprender a buscar essa variedade de abordagens nos sites que freqüentam (Wolf, 2021).

Na esteira do pensamento de Eco, o conceito de educação midiática tem ganhado espaço, sendo entendido como o conjunto de habilidades que capacitam indivíduos a acessarem, analisarem e avaliarem criticamente as informações que circulam nas diversas plataformas digitais. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem promovido essa agenda globalmente, defendendo que a educação midiática seja integrada ao currículo escolar para fomentar uma cidadania digital crítica e consciente (UNESCO, 2013).

Neil Postman, outro teórico que se alinha ao pensamento de Eco, também criticava a sobrecarga de informações sem contexto e discernimento, o que ele chamava de "amusing ourselves to death"⁸⁹ – ou seja, a tendência de uma sociedade entretida, mas desinformada (Postman, 1985). O alerta de Eco é, portanto, um convite para que a internet seja usada de maneira consciente, com um olhar analítico e capaz de separar a verdade da mentira.

A fala de Alexandre de Moraes, por outro lado, insere-se em um debate contemporâneo sobre a regulação das redes sociais e o papel dessas plataformas na desinformação e na radicalização política. Moraes, ao se referir às “milícias digitais”, ecoa preocupações que são hoje objeto de estudo de diversos teóricos da comunicação, como Shoshana Zuboff⁹⁰, que em seu livro *The Age of Surveillance Capitalism*⁹¹ (2019), explora como as redes sociais e plataformas digitais criaram um sistema de vigilância que influencia diretamente o comportamento dos indivíduos. Segundo Zuboff (2019), as redes sociais se tornaram não apenas veículos de informação, mas instrumentos de manipulação e controle, o que levanta a questão da necessidade de uma regulação eficaz para mitigar os danos causados por *fake news* e pela desinformação generalizada.

Outro teórico que vem fundamentar a fala de Moraes é Jürgen Habermas, teórico da esfera pública já citado neste trabalho, o qual argumenta que a comunicação pública deve ser regida por princípios de racionalidade e transparência, o que ele chama de "ação comunicativa" (Habermas, 1981). A partir desse prisma, a preocupação de Moraes com a proteção das instituições democráticas faz sentido, uma vez que a desinformação deliberada e

⁸⁹ Divertindo-nos até a morte (em português).

⁹⁰ Professora emérita em Harvard (EUA), com formação em Filosofia pela Universidade de Chicago e Psicologia Social pela Universidade de Harvard.

⁹¹ A Era do Capitalismo de Vigilância (em português).

as "milícias digitais"⁹² representam uma distorção do diálogo público saudável, essencial para a manutenção da democracia. No entanto, essa posição pode gerar tensões entre a regulação necessária e o risco de cerceamento à liberdade de expressão.

Frente ao que foi exposto e refletido até aqui, podemos inferir que o ponto central do contraponto apresentado entre Eco e Moraes é como balancear a liberdade de expressão com a necessidade de educação midiática e regulação das redes sociais para garantir uma esfera pública informada. Enquanto Eco sugere que a educação crítica é o caminho para capacitar os cidadãos a distinguir a verdade da desinformação sem tutela excessiva, Moraes parece defender a necessidade de uma intervenção institucional mais forte para proteger a sociedade dos efeitos corrosivos das *fake news* sobre a democracia.

Outros teóricos como Manuel Castells apontam que a internet e as redes sociais transformaram a forma como o poder é exercido e como a comunicação é mediada (Castells, 2009). A circulação de informações em redes descentralizadas desafia modelos tradicionais de controle da informação, o que exige novas formas de governança e educação, sem que isso prejudique o direito fundamental à liberdade de expressão.

O debate sobre educação midiática e regulação das redes sociais está profundamente ligado aos desafios contemporâneos de se manter uma sociedade informada, crítica e democrática. A fala de Umberto Eco revela a necessidade de uma alfabetização midiática mais robusta, enquanto Alexandre de Moraes sublinha o perigo que a desinformação representa para as instituições democráticas. Ambos os discursos nos convidam a refletir sobre o papel da educação e da regulação em um mundo digital cada vez mais complexo e em constante transformação. E quando pensamos nos índices de analfabetismo funcional, os desafios aumentam exponencialmente.

Segundo dados de 2018 do Indicador de Alfabetismo Funcional⁹³ (Inaf), “cerca de 29% da população brasileira tem dificuldades para ler textos e aplicar conceitos de matemática” o que demonstra que as escolas brasileiras “ainda formam analfabetos funcionais” (Lourenço, 2020). Resultados de uma pesquisa realizada por outro instituto, Instituto Pró-Livro (IPL)⁹⁴, demonstram que “50% das pessoas entrevistadas declaram não ler

⁹² Influenciadores digitais que utilizam plataformas online (Twitter, YouTube, WhatsApp dentre outras) para criar narrativas de opinião em apoio a determinadas posições de governos e partidos.

⁹³ O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) é uma iniciativa de medição do alfabetismo da população brasileira, criado (em 2001) e implementado pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa. Seus resultados são publicados anualmente.

⁹⁴ O IPL é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), sem fins lucrativos, criada e mantida pelas entidades do livro – Abrelivros, CBL e Snel – com a missão de transformar o Brasil em um país de leitores (Disponível em: <<https://www.prolivro.org.br/quem-somos/sobre-o-ipl/>>. Acesso em: 26 mar. 2024).

livros. O motivo? Não conseguem compreender e interpretar o que o autor diz” (Bunde, [2023?]).

Na opinião do professor José Marcelino de Rezende Pinto, especialista em política e gestão educacional, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP, esses dados refletem um quadro mais agravante ainda, pois, “os resultados não se referem às pessoas que nunca passaram pelo ensino, mas a alunos que estiveram nos bancos escolares”. Ou seja, a escola não está conseguindo ensinar conhecimentos necessários para que o indivíduo consiga filtrar as informações a que têm acesso nas mídias (Lourenço, 2020).

Analfabeto funcional é o indivíduo que, embora seja alfabetizado, sabendo reconhecer letras e números, todavia, não consegue interpretar textos. Não obstante, essa dificuldade não os impede de serem usuários frequentes das redes sociais. “Entre eles, 86% usam WhatsApp, 72% são adeptos do Facebook e 31% têm conta no Instagram” (Fajardo, 2018). Como resultado, esse público que não desenvolveu os conhecimentos científicos, tecnológicos, humanos e filosóficos, não tendo capacidade de leitura e discernimento do mundo, serão informados e, conseqüentemente, manipulados através de mídias e redes sociais. É o que afirma a vice-presidente de comunicação do The News Literacy Project (NLP)⁹⁵, Christine Nyirjesy Bragale, ao dizer que “um dos reflexos do baixo nível de alfabetismo no contexto digital é que estas pessoas ficam mais vulneráveis à desinformação, especialmente memes, imagens manipuladas e usadas em contexto falso” (Fajardo, 2018).

Masetto (2011) nos alerta que as preocupações com instruir, ensinar, transmitir informações e experiências relegaram à obscuridade o aspecto fundamental de uma aula: a aprendizagem dos alunos. Segundo este autor [seguido de vários outros citados em seu trabalho, como Sacristán (1996), Perez Gomes (1996), Pozo (2002), o próprio Masetto (2003 e 2010) e Claxton (2005)], o processo de aprendizagem é entendido hoje como “um processo de crescimento e desenvolvimento de uma pessoa em sua totalidade, abarcando minimamente quatro grandes áreas: a do conhecimento, a do afetivo-emocional, a de habilidades e a de atitudes ou valores”. Acredito que a junção da educação para mídia com a educação em valores encerre essas quatro grandes áreas. Cito algumas convergências entre a educação em valores e a educação midiática que abrangem essas quatro grandes áreas supracitadas: tanto a educação midiática quanto a educação em valores compartilham da preocupação em desenvolver e promover o pensamento crítico; ambas se comprometem com a promoção do

⁹⁵ Fundada em 2008, a NLP é uma organização de educação, sem fins lucrativos que trabalha com educadores e jornalistas para oferecer recursos e ferramentas aos alunos do ensino fundamental e médio para aprenderem a separar o fato da ficção. Em 2020, expandiu seu público para incluir pessoas de todas as idades (NEWS LITERACY PROJECT. Disponível em: <<https://newslit.org/>>. Acesso em: 26 mar. 2024).

respeito mútuo e da responsabilização por pelos nossos atos; as duas vertentes se comprometem com a formação de pessoas que saibam respeitar a diversidade de perspectivas, culturas e opiniões considerando primordial formar pessoas que saibam o que é tomar decisões éticas em diversas situações. Se a educação em valores procura entender como os valores são formados e aprendidos, a educação midiática procura entender qual é o papel das mídias nesse processo. E todos esses aspectos colaboram para a formação do homem cidadão.

CAPÍTULO 3 - SOBRE A JUSTIÇA SOCIAL

Este capítulo foi escrito como um percurso de reflexão moral e política sobre a questão da justiça social. Com base nos pressupostos de autores e filósofos antigos e contemporâneos como Aristóteles, Platão, Jeremy Bentham, John Stuart Mill, John Rawls e Michael Sandel⁹⁶, buscamos compreender um pouco mais sobre as ideias que animam a vida cívica: justiça, direitos, deveres, consenso, honra, virtude, moral e lei.

Particularmente, tenho um entendimento de que, para se compreender determinado conceito é importante contextualizar sua origem e bases para, dessa forma, conseguirmos interpretar a perspectiva de mundo que seus idealizadores tinham à época de suas reflexões acerca de determinado problema. Compreender sua perspectiva permite compreender o que os levou [os autores] a novas tentativas de abordar questões da sociedade de então, na esperança de conhecer melhor e encontrar orientações mais seguras e menos frágeis (Reale; Antiseri, 2005). “Conhecendo a origem e o desenvolvimento histórico de um conceito, teremos maiores chances de entrar em acordo sobre o seu conteúdo e, conseqüentemente, sobre sua viabilidade teórica e possível aplicação” (Lacerda, 2016, p.68). Seguindo esse raciocínio questiono: o que é justiça? E injustiça? O que é certo e errado? Certo ou errado para quem e com base em quê? Como saber se estamos procedendo de forma correta e justa? Responder essas questões envolve reflexões acerca de outros conceitos os quais são subjacentes ao termo justiça: igualdade, ética, bem-estar, conduta, moral, vida.

As reflexões mais antigas sobre justiça, ser ou não ser justo, o que define uma sociedade ser justa ou injusta, tem suas origens na antiguidade clássica com Aristóteles e Platão. Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco*⁹⁷, ao debater assuntos referentes à moral e ao caráter afirma que na justiça “estão compreendidas todas as virtudes” e que “somente a justiça, entre todas as virtudes, é o ‘bem de um outro’, visto que se relaciona com o nosso próximo, fazendo o que é vantajoso a um outro, seja um governante, seja um associado” (Aristóteles, 1991, p.96). Platão, também considerava a justiça a maior de todas as virtudes e se dedicou a tentar defini-la escrevendo a maior e mais complexa de todas as suas obras, *A República*⁹⁸, na qual a justiça é o principal tema desenvolvido. O personagem principal dessa

⁹⁶ A ordem em que são citados no texto não é cronológica.

⁹⁷ Nesta obra, Aristóteles investiga o tipo de saber que se pode obter acerca da conduta, levando em conta a situação concreta do Homem, um ser que está acima do animal, mas que não pode ser definido apenas pela pura razão. Neste meio-termo se colocará o que se deve entender especificamente por virtude (OS PENSADORES).

⁹⁸ *A República* é a obra mais importante de Platão. De caráter político, prega um Estado ideal governado por líderes justos, sábios e instruídos.

obra é Sócrates⁹⁹ (470-399 a.C.), responsável pelo desenvolvimento das ideias nos diálogos que acontecem entre ele e outros personagens. Ao longo da obra, Sócrates interpela um e outro personagem sempre com o mesmo questionamento: o que é justiça? Muitas foram as definições apresentadas por seus interlocutores: para Céfalo, um velho comerciante de Atenas, justiça é dizer a verdade e restituir o que é do outro; *Polemarco* (filho de Céfalo), define a justiça como o ato de dar benefícios aos amigos e prejuízos aos inimigos; Trasímaco (um sofista¹⁰⁰) diz que a justiça é o que é vantajoso para o mais forte. Todas essas definições são refutadas por Sócrates que afirma que todo o debate fora desvirtuado para outras questões (como o que é mais vantajoso: a justiça ou a injustiça?) e que sobre a natureza da justiça ele permanece sem nada saber (Platão, 2021). Sócrates só consegue alcançar uma definição para justiça no Livro IV¹⁰¹, como sendo “o equilíbrio e a harmonia entre as partes da cidade”.

A palavra *justiça* (em português) deriva do latim *iustitia*, que provem de *iustus*. Além do sentido de equidade, conformidade com o direito, essa palavra tem, também, o significado de “espírito de justiça, bondade, benignidade”. Notem que a palavra justiça derivou do adjetivo *iustus* e não o inverso (esta derivando daquela), o que nos leva a crer que muito antes da palavra *justiça* se relacionar ao sistema jurídico e todas as suas leis, relaciona-se primeiro ao que é justo, legítimo; que tem a justa medida (Faria, [1962?]). E quando a palavra justiça vem acompanhada do termo “social” formando a expressão “justiça social”, do que ela trata especificamente?

O termo/conceito/expressão *justiça social* foi mencionado pela primeira vez em 1776 na obra *Declínio e Queda do Império Romano*¹⁰², de Edward Gibbon¹⁰³, no sentido de “[...] aplicação das normas de conduta justa na sociedade” (Barzotto, 2003). Todavia, há estudiosos que afirmam que o primeiro uso dessa expressão, em verdade, se deu somente em 1840, na obra *Saggio Teoretico di Diritto Naturale*¹⁰⁴ do jesuíta italiano Luigi Taparelli¹⁰⁵ na qual o termo *justiça social* é encontrado no sentido de virtude o que, para Lacerda (2016), é um sentido muito distanciado do sentido atual. Esse distanciamento de sua significação, também ocorre na obra de Antonio Rosmini-Serbati, *La Costituzione Civile Secondo la Giustizia*

⁹⁹ Sócrates (470 a.C. – 399 a.C.) foi um filósofo da Grécia antiga, o primeiro pensador do trio de antigos filósofos gregos, que incluía Platão e Aristóteles, a estabelecer os fundamentos filosóficos da cultura ocidental. “Conhece-te a ti mesmo” é a essência de todo seu ensinamento.

¹⁰⁰ Os sofistas eram mestres especializados em retórica e oratória que cobravam pelos seus ensinamentos.

¹⁰¹ (a obra é composta por dez livros)

¹⁰² The History of the Decline and Fall of the Roman Empire (1776), em inglês.

¹⁰³ Edward Gibbon (1737-1794), historiador britânico, um dos mais importantes pesquisadores sobre a Roma antiga.

¹⁰⁴ Ensaio Teórico sobre Direito Natural (em português)

¹⁰⁵ Luigi Taparelli d'Azeglio foi um padre jesuíta e filósofo que se opôs às doutrinas contratualistas. É considerado um precursor da doutrina social da Igreja Católica.

*Sociale*¹⁰⁶ (1848) para quem, justiça “é a expressão institucional de garantia dos direitos de liberdade.”

Segundo Rosmini, duas são as necessidades da sociedade, a justiça e a utilidade, que devem ser os escopos de qualquer governo. Quando os governos realizam os direitos de propriedade e os demais direitos civis ou individuais, eles asseguram a justiça e garantem a liberdade, permitindo que todos possam perseguir igualmente a utilidade (Lacerda, 2016, p.70).

O termo “utilidade” foi empregado pela primeira vez como princípio filosófico sob o nome de *princípio da maior felicidade* na obra *Introdução aos Princípios da Moral e Legislação* (1789) de Jeremy Bentham (1748-1832). De acordo com esse princípio, “uma ação poderia ser considerada boa ou correta se proporcionasse mais felicidade do que dor, e má ou incorreta se resultasse no contrário. Para ele, é inerente ao ser humano buscar sua maior felicidade” (Mota, 2012, p.284). Todavia, conquanto seu idealizador tenha sido Bentham, em 1789, o termo utilitarismo somente foi colocado em uso corrente em 1861 por John Stuart Mill na obra *Utilitarismo* a qual, “em virtude da sua maior concisão e acessibilidade, se tornou a obra emblemática da tradição utilitarista sendo hoje um dos clássicos da filosofia moral mais lidos e discutidos” (Mota, 2012, p.284).

John Stuart Mill (1806-1873) dedicou-se ao estudo de numerosas questões sociais de seu tempo dentre as quais, a justiça social. Para Mill, é dever da sociedade tratar a todos igualitariamente, considerando, para isso, aqueles que têm méritos iguais.

A sociedade deve tratar igualmente bem todos aqueles que a mereceram igualmente bem, isto é, que mereceram igualmente bem absolutamente. Este é o mais alto padrão abstrato de justiça social e distributiva; para o qual todas as instituições, e os esforços de todos os cidadãos virtuosos, devem ser feitos no mais alto grau para convergir (Mill, 2005, p.102).

O utilitarismo predominou por muito tempo como concepção moral e de justiça. “A ideia de ação moralmente correta baseada no maior número de pessoas felizes foi a régua utilizada como teoria da justiça desde o fim do século XVIII, mantendo sua hegemonia por mais de um século” (De Quadros, 2019). Entretanto, embora sua característica mais notável e revolucionária de considerar a felicidade de todas as pessoas exatamente da mesma maneira – “a felicidade dos reis e dos nobres não importa mais, ou menos, do que a felicidade dos comerciantes ou dos camponeses, a felicidade dos ingleses não difere da felicidade dos franceses etc.” (Lovett, 2013, p.12), colocando de lado “toda e qualquer referência à vontade divina, aos interesses da sociedade, aos costumes e tradições, à lei da natureza etc.”, seu procedimento racional e científico de unicamente calcular a felicidade da população como um todo equacionando a felicidade de cada um, “o utilitarismo, quando pensado cuidadosamente,

¹⁰⁶ A Constituição Civil Segundo a Justiça Social (em português)

pode divergir muito da moralidade do nosso bom senso” (Lovett, 2013, p.11). Vejamos um exemplo simples de como questões de moral e justiça colocaram por terra o utilitarismo como sendo a [teoria ou a forma] ideal para se “medir” o valor (se bom ou mau) de nossos atos. Imaginemos uma sociedade na qual uma pequena minoria da população é mantida na mais abjeta escravidão. Logicamente que tais pessoas não se consideram felizes vivendo nessa situação. Muito ao contrário! Em contrapartida, na mesma sociedade, há outros grupos de pessoas as quais se consideram felizes pelo fato de poderem contar com a mão-de-obra escrava para realizar muitos dos trabalhos mais árduos de tal sociedade. Considerando-se o “princípio da utilidade, também denominado princípio da maior felicidade”, para o qual, “uma ação poderia ser considerada boa ou correta se proporcionasse mais felicidade do que dor, e má ou incorreta se resultasse no contrário”, então, nessa sociedade, o utilitarismo provavelmente apoiaria a instituição da escravidão, pois, se “somarmos as melhorias que dizem respeito à felicidade da maioria, chegaremos a uma soma muito maior do que o total de infelicidade impingido aos escravos, muito embora cada escravo seja, individualmente, infeliz ao extremo” (Lovett, 2013, p.18).

Como fica claro, não obstante o utilitarismo ter sido a teoria precursora da ideia de uma moral igualitária para todos os seres humanos sem distinção, no exemplo de sociedade citado, o princípio da utilidade estaria completamente em desacordo com os princípios de liberdade e justiça social. Talvez, diríamos que “medir” a questão da escravidão por números (mais ou menos quantidade de felicidade, como colocado pelo utilitarismo) é um enorme contrassenso, posto que, escravizar seres humanos é algo completamente errado e imoral

Partindo do paradoxo que a situação da escravidão “criou”, de poder ser considerada, pela teoria utilitarista como algo bom, haja vista que tal teoria apregoa que leis e instituições podem ser julgadas como boas ou ruins “de acordo com a tendência que tenham de ampliar ao máximo o somatório de felicidade dos indivíduos, considerando a felicidade de cada pessoa da mesma forma” (Lovett, 2013, p.11), muitos foram os pensadores que procuraram dar um passo adiante em relação ao utilitarismo na concepção do que venha a ser a verdadeira justiça social. Dentre os filósofos contemporâneos que refletem a questão da justiça social destacamos dois: John Rawls e Sandel.

3.1. Uma Teoria de Justiça de John Rawls

Reconhecido como um dos grandes pensadores da modernidade, John Rawls (1921-2002) foi um dos filósofos contemporâneos que se preocupou com a questão da justiça na sua concepção de equidade entre todos os homens. Sua obra *Uma Teoria de Justiça* (escrita em

1971) é considerada fundamental no campo da teoria política do século XX. Álvaro de Vita¹⁰⁷, na apresentação da 4ª edição dessa obra, afirma ser impossível qualquer reflexão normativa¹⁰⁸ sobre questões de tolerância, justiça política e justiça distributiva sem partir da teoria formulada por John Rawls. A teoria de justiça formulada por Rawls foi elaborada ao longo de doze anos durante o tempo em que refletia para escrever outros textos, os quais foram utilizados como pano de fundo para essa sua obra: Uma Teoria da Justiça¹⁰⁹. De 1958 até 1968 Rawls escreveu: Justiça como Equidade (em 1958), O Senso de Justiça (1963), Liberdade Constitucional (1963), Desobediência Civil (1966), Justiça Distributiva (1967) e Justiça Distributiva: alguns adendos (1968). Tanto na obra Uma Teoria da Justiça quanto nos demais textos utilizados para embasá-la, Rawls buscou respostas para a mesma questão: “como tornar as sociedades mais justas?”.

A principal ideia trabalhada na teoria de justiça de Rawls foi a de conseguir estruturar em uma teoria (de uma forma sistemática), as razões pelas quais nós, se nos concebemos como cidadãos de uma sociedade democrática, “deveríamos então, considerar mais razoável uma determinada configuração de valores políticos ou, o que nesse caso vem a ser a mesma coisa, uma concepção específica de justiça política e social” (Vita, 2016, p.XIX).

Para Rawls (2016, p.XIX), um Estado justo “não pode impor a seus cidadãos uma visão única do bem, da excelência humana ou daquilo que tenha um valor moral supremo”. Um dos componentes importantes da concepção de liberdade articulada em sua teoria prega que “a tolerância com relação aos fins últimos é uma condição para o respeito mútuo entre cidadãos que divergem em suas concepções de *doutrinas abrangentes do bem*”. Ainda: Rawls acreditava que o pluralismo moral não era impeditivo para se elaborar “uma concepção de justiça política e social que especifique termos equitativos de cooperação social para uma sociedade democrática”. Para tanto, a sociedade democrática de que trata Rawls é sinônimo de uma sociedade justa “cujas instituições sociais, econômicas e políticas tratam seus membros como pessoas moralmente iguais”.

[...] a vida de cada pessoa conta igualmente, tem o mesmo valor intrínseco, e os arranjos institucionais básicos da sociedade devem oferecer o suporte necessários – no que se refere a direitos, liberdades, oportunidades e recursos sociais escassos – para que cada um seja capaz de fazer algo de valioso de sua própria vida segundo suas próprias luzes e viver de acordo com suas próprias convicções de valores moral (Vita, 2016, p.XXI).

¹⁰⁷ Professor Titular do DCP-USP, responsável pela revisão técnica e tradução da 4ª edição revista da obra “Uma Teoria da Justiça” de John Rawls (2016).

¹⁰⁸ Capaz de prescrever regras ou preceitos; prescritivo; utilizado como regra, padrão, modelo; que tem força de regra ou norma.

¹⁰⁹ A Theory of Justice (em inglês).

Ao elaborar sua teoria, Rawls partiu de alguns conceitos fundamentais: a sociedade seria um grande sistema de cooperação, sendo constituída por uma “estrutura básica” que comportasse princípios de justiça.

A sociedade é, mais ou menos, uma associação autossuficiente de pessoas que em suas relações mútuas reconhecem determinadas regras de conduta como obrigatórias e que, em sua maior parte, agem de acordo com elas. Suponha que essas regras especifiquem um sistema de cooperação projetado para ampliar o bem de quem dele participa. Pois bem, embora a sociedade seja um empreendimento cooperativo voltado ao benefício de todos, ela será normalmente marcada pelo conflito e também por uma identidade de interesses. (Rawls apud Lovett, 2013, p.21)

Todavia, essa concepção de sociedade como uma grande cooperativa, só teria futuro se todos os cooperados (cidadãos) pensassem exatamente da mesma forma, o que é irremediavelmente impossível, posto que, vivemos em sociedades heterogêneas, plurais, multiculturais e, portanto, complexas. Tais sociedades são constituídas “de pessoas com projetos de vida diferentes, que possuem habilidades naturais distintas e muitas vezes estão submetidas a condições de sobrevivência sub-humanas, possuindo oportunidades variadas, diferentes, de acordo com o nível cultural, social e econômico” (Quintanilha, 2010, p.33). Isto posto, como chegar a um consenso em questões, também múltiplas, que abranja todos? Lembrando que uma das características mais importantes de um sistema cooperativo é não visar o lucro, como adequar esse pensamento de Rawls para as sociedades capitalistas de nosso tempo? Rawls responde essa questão quando reflete que, para que tal sociedade tenha sucesso – a sociedade capitalista – as pessoas que dela fazem parte deveriam reconhecer “determinadas regras de conduta como obrigatórias”, devendo a maior parte dessa população, agir de acordo com tais regras. De quais regras Rawls trata especificamente? Das regras trabalhistas.

Nas sociedades feudais, os empregos são, em geral, já determinados no nascimento; assim, se seu pai foi, digamos, um ferreiro, você também o será; se foi um camponês, você também o será... Nas sociedades de economia planificada, ao contrário, os trabalhos são determinados pelo planejamento governamental, que busca alocar as pessoas de acordo com alguma avaliação de suas capacidades e com as necessidades da comunidade. Nas economias capitalistas, os empregos são determinados por meio do mercado de trabalho, governado não só pelas leis de oferta e procura, mas também por regras trabalhistas, licenças para exercer determinada profissão etc. Esses são exemplos dos tipos de “regras de conduta” que especificam o “sistema de cooperação” que Rawls tem em mente (Lovett, 2013, p.22).

Partindo do pressuposto de que todos se beneficiam com a divisão de trabalho, dessa forma, podemos então considerar a sociedade como um “um empreendimento cooperativo voltado ao benefício de todos”. Entretanto, encontrar uma configuração de regras que favoreça a todos igualmente e na mesma medida é praticamente impossível, diante da realidade de vivermos em sociedades cada vez mais plurais e heterogêneas o que faz com que

tais sociedades sejam, normalmente, marcadas “pelo conflito e, também, por uma identidade de interesses” colaborando para a questão principal: decidir qual sistema de cooperação seria o melhor para todos” (Lovett, 2013, p.22). Na tentativa de responder tal questionamento, Rawls desenvolveu três conceitos básicos: estrutura básica, posição original e justiça como equidade.

3.1.1. Estrutura Básica

O que Rawls trata por “estrutura básica” é o “conjunto de instituições e práticas sociais que sistematicamente influenciam o modo como serão nossas vidas, independentemente do esforço individual” (Lovett, 2013, p.22). Por instituições e práticas devemos entender o sistema de governo, as leis, a organização da economia e, também, as condições culturais. Esse primeiro conceito elaborado por Rawls vem de encontro ao utilitarismo. Exemplificando: considerando duas pessoas que vivem em uma mesma sociedade, João e Maria, e que sejam “indivíduos que tenham inteligência e capacidade similares, mas que Maria trabalhe arduamente e que João seja preguiçoso”. Se as demais características fossem iguais (idade, escolaridade, posição social, etc.) à primeira vista, poderíamos concluir que Maria – por trabalhar com mais afinco – teria maiores chances de ter uma vida melhor do que a vida de João. Porém, o resultado do esforço de Maria dependerá igualmente do tipo de sociedade em que ambos vivam.

Por exemplo, imaginemos que vivessem em uma sociedade feudal, e que Maria fosse uma camponesa, e João um nobre. Mesmo que Maria se esforçasse muito, a vida dela provavelmente, em qualquer medida razoável, não seria tão boa quanto a de João. Ou imaginemos que Maria fosse uma escrava no sul dos Estados Unidos do início do Século XIX, enquanto João fosse o filho do dono de uma grande área de terras: novamente, a vida de Maria seria provavelmente pior, apesar de seu esforço (Lovett, 2013, p.22).

O que essa pequena amostra nos sugere é que somente em parte nosso esforço individual vai colaborar ou influenciar para nossa vida ser boa ou ruim. A forma pela qual a sociedade está organizada tem um papel importante no processo” (Lovett, 2013, p.22).

Frente ao exposto, qual seria a estrutura básica mais justa para qualquer sociedade? Segundo Rawls (Lovett, 2013, p.24), a estrutura básica mais justa de uma sociedade “é aquela que alguém escolheria se não soubesse qual viria a ser seu papel particular no sistema de cooperação daquela sociedade”. Nesse ponto, chegamos ao segundo conceito desenvolvido por Rawls: a posição original.

3.1.2. A Posição Original (ou O Véu da Ignorância)

O conceito de Posição Original formulado por Rawls é uma situação contratual hipotética equitativa na qual as partes contratantes devem ser mantidas como que sob um véu de ignorância, não lhes sendo permitido que tenham quaisquer informações acerca de sua própria nacionalidade, características físicas, raça, sexo, situação financeira, classe social, família da qual descenda, dentre outras características personalíssimas. Segundo Rawls, (2016, p. 21), o véu da ignorância permite que “o conhecimento dessas contingências que criam disparidade entre os homens e permitem que eles se orientem pelos seus preconceitos”, seja excluído.

Parece razoável e geralmente aceitável que ninguém deva ser favorecido ou desfavorecido pela sorte natural ou por circunstâncias sociais em decorrência da escolha de princípios. Também parece haver amplo consenso sobre o fato de que seria impossível adaptar princípios às condições de um caso pessoal. Mais ainda, devemos garantir que inclinações e aspirações particulares e concepções individuais sobre o bem não afetarão os princípios adotados. [...] Por exemplo, se um homem soubesse que era rico, ele poderia achar racional defender o princípio de que vários impostos em favor do bem estar social fossem considerados injustos; se ele soubesse que era pobre, com grande probabilidade proporia o princípio contrário. Para representar as restrições desejadas imagina-se uma situação na qual todos estejam privados desse tipo de informação (Rawls, 2016, p.20-21).

A ideia de véu de ignorância como formulada por Rawls, nos remete à filosofia moral de Kant: “ela nos força a escolher uma estrutura básica, usando critérios estritamente imparciais”.

Você escolheria viver em uma sociedade sexista? É claro que não, já que não poderia ter certeza de que viria a ser um homem ou uma mulher. Você escolheria viver em uma sociedade em que houvesse a instituição da escravidão? É claro que não, pois você poderia ser um dos escravos. Esse é o processo básico de pensamento, embora Rawls o realize de maneira consideravelmente mais abstrata. Em vez de escolher determinadas instituições, o autor imagina que você escolheria princípios gerais que guiariam a configuração de determinadas instituições. O argumento é que, em uma posição original, detrás de um véu de ignorância, você não escolheria princípios gerais utilitaristas, mas princípios da justiça como equidade” (Lovett, 2013, p.24).

Ou seja: é algo como dizer que um indivíduo, em tal sociedade, pode tanto ser um empresário rico quanto um varredor de rua. Não tendo o conhecimento sobre qual papel desempenharia, em que tipo de sociedade esse indivíduo escolheria viver? (Lovett, 2013, p.24). Para Rawls, a resposta à esse questionamento objetiva garantir que os consensos básicos sejam estabelecidos de maneira equitativa, isto é, “que os acordos sobre os princípios básicos no interior da estrutura básica social sejam justos e garantam uma cooperação social para seus cidadãos tidos como livres e iguais, bem como informados e racionais” (Quintanilha, 2010, p.37).

A teoria de justiça formulada por Rawls se aproxima da definição de justiça apresentada por Sócrates em sua obra *A República*; representada no equilíbrio e na harmonia

“entre as partes da cidade”. Para Rawls (2016), uma sociedade é bem ordenada quando é efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça, onde todos aceitam os mesmos princípios de justiça e suas instituições sociais satisfazem esses mesmos princípios. Nesse tipo de sociedade há um ponto de vista comum a partir do qual a reivindicação de todos (em grupo ou em particular) pode ser julgada com segurança. E, ao afirmar que, nas instituições sociais a justiça deva ser a primeira de qualquer outra virtude, torna a concordar com o filósofo grego, Sócrates. Vejamos:

A justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento. Embora elegante e econômica, uma teoria deve ser rejeitada ou revisada se não é verdadeira; da mesma forma leis e instituições, por mais eficientes e bem organizadas que sejam, devem ser reformadas ou abolidas se são injustas” (Rawls, 2016, p.3-4).

3.2. Sandel: Justiça, o que é fazer a coisa certa?

Michael Joseph Sandel (1953 -) é filósofo, escritor e professor. Autor de várias publicações nas quais reflete o papel da moralidade e da justiça na vida política americana, seu livro *Justiça: o que é fazer a coisa certa?* (2021) é uma versão resumida de um de seus cursos mais concorridos não só por seus quase mil alunos “aglomerados no anfiteatro do campus da universidade de Harvard” (Haguette, 2013, p.139), como por dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo, haja vista seu curso *Justiça*, ter sido o primeiro curso dessa universidade a ser disponibilizado gratuitamente online e na televisão. De forma didática, Sandel apresenta temas da vida cotidiana procurando refletir sobre o que é justo defender e fazer, tornando compreensível para a multidão¹¹⁰ que o assiste ou participa de suas aulas, conceitos como o utilitarismo de John Stuart Mill e a teoria de justiça de John Rawls.

Logo no início da obra, Sandel apresenta algumas situações reais ocorridas na Flórida (EUA), por ocasião da passagem do furacão Charley, em 2004 quando, além das mortes e prejuízos na casa dos bilhões de dólares, a tempestade deixou também em seu rastro uma discussão sobre preços extorsivos cobrados pelos comerciantes por acomodações em hotéis (dos moradores que foram desalojados de suas casas), garrafas de água ou concertos em telhados, para citar apenas alguns dos serviços e mercadorias que sofreram uma superinflação momentânea. A controvérsia que se seguiu sobre a cobrança de preços abusivos provocada pela passagem do furacão Charley, suscitou graves questões, não somente sobre economia, mas, sobretudo sobre moral e lei.

É errado que vendedores de mercadorias e serviços se aproveitem de um desastre natural, cobrando tanto quanto o mercado possa suportar? Em caso positivo, o que,

¹¹⁰ Mais de 30 milhões de pessoas já viram Sandel na Internet e na televisão (Gomes, 2023).

se é que existe algo, a lei deve fazer a respeito? O Estado deve proibir abuso de preços mesmo que, ao agir assim, interfira na liberdade de compradores e vendedores de negociar da maneira que escolherem? (Sandel, 2021, p.37).

O autor afirma que questões como essas não dizem respeito apenas à maneira como os indivíduos devem tratar uns aos outros; dizem respeito, também, a “como a lei deve ser e como a sociedade deve se organizar. São questões sobre justiça” (Sandel, 2021, p.37). E o interessante é que, ao debater a situação acima descrita com os participantes em seu curso, mesmo aqueles que afirmaram desconhecer o significado do termo justiça, ao manifestarem-se ser contra ou a favor de leis relativas aos abusos de preços ou quanto à liberdade de mercado, os argumentos que apresentavam faziam referência a três ideias: aumentar o bem-estar¹¹¹, respeitar a liberdade e promover a virtude. E todas essas ideias apontam para uma forma diferente de pensar sobre justiça. Sandel (2021), afirma que, para se conhecer se determinada sociedade é justa ou injusta, “basta perguntar como ela distribui as coisas que valoriza — renda e riqueza, deveres e direitos, poderes e oportunidades, cargos e honrarias”. Segundo ele, uma sociedade para ser considerada justa, deve distribuir os bens que valoriza de maneira correta: dando a cada indivíduo o que lhe é devido. Parece fácil, mas, “o que é devido às pessoas e por quê”? Para responder essas duas perguntas, o autor reflete sobre três formas de tratarmos a questão da distribuição de bens que sugerem maneiras diferentes de pensar sobre a justiça: “a que leva em consideração o bem-estar, a que aborda a questão pela perspectiva da liberdade e a que se baseia no conceito de virtude” (Sandel, 2021, p.54). As situações apresentadas pelo autor são: o abuso de preços praticados pós-passagem furacão; quem merece ou não receber o Coração Púrpura (medalha) e, a distribuição de bônus a executivos pagos com dinheiro público.

A primeira situação – a passagem do furacão Charley pelo Estado americano da Flórida, em 2004 – como já exposto no início desse capítulo – aborda a controvérsia sobre preços extorsivos cobrados pelos comerciantes locais, dos moradores que sofreram as consequências desse desastre natural. Não obstante a Flórida ter uma lei contra preços abusivos¹¹², lei esta que foi promulgada justamente após a passagem de outro furacão – furacão Andrew – no sul do estado em 1992, alguns economistas argumentaram que tal lei

¹¹¹ No dizer comum, frequentemente equiparamos o bem-estar à prosperidade econômica, embora bem estar seja um conceito mais amplo, que pode incluir aspectos não econômicos do bem estar social (Sandel, 2021, p37).

¹¹² O Estatuto da Flórida 501.160 foi promulgado pelo Legislativo da Flórida após a passagem do furacão Andrew no sul da Flórida em 1992 para proteger contra a especulação dos consumidores antes, durante e depois de um Estado de Emergência declarado. A lei diz que estão cobertos: “Quaisquer bens, serviços, materiais, mercadorias, suprimentos, equipamentos, recursos ou outro artigo de comércio, e inclui, sem limitação, alimentos, água, gelo, produtos químicos, produtos petrolíferos e madeira necessária para consumo ou uso como resultado direto de a emergência” (PRICE GOUGING. IN: Office of The State Attorney. Disponível em: <<https://keyssao.org/184/Price-Gouging>>. Acesso em: 17 maio 2024).

(como também o sentimento de revolta da população) era um “equivoco”. Segundo eles, nas sociedades modernas os preços dos serviços e mercadorias são determinados por outra lei: a da oferta e da procura. Um importante economista americano, partidário do livre mercado, Thomas Sowell¹¹³, argumentou que os preços mais altos cobrados naquela situação, pelo gelo, água engarrafada, consertos de telhado, geradores e/ou quartos de hotel, não tem nada de injusto, abusivo ou extorsivo. Eles simplesmente refletem o valor que os comerciantes – compradores e vendedores – decidem atribuir às suas mercadorias/serviços quando as compram e vendem. O economista inclusive apresentou um ponto considerado por ele como positivo, nessa situação. Segundo ele, os preços locais mais altos “têm a vantagem de limitar o uso pelos consumidores, aumentando o incentivo para que as empresas de locais mais afastados forneçam as mercadorias e os serviços de maior necessidade” depois da passagem do furacão. Houve quem fizesse coro a Sowell, com argumentações do tipo: “é assim que mercadorias e serviços são fornecidos em uma sociedade livre”, como quem se solidarizasse com a população quanto ao sentimento de ultraje. O Procurador-Geral do Estado da Flórida à época, Charlie Crist, publicou um texto em um jornal local, defendendo a lei contra o abuso de preços:

[...]

Não se trata de uma situação normal de livre mercado, na qual pessoas que desejam comprar algo decidem livremente entrar no mercado e encontram pessoas dispostas a vender-lhes o que desejam, na qual um preço obedece à lei da oferta e da procura. Numa situação de emergência, compradores coagidos não têm liberdade. A compra de artigos básicos e a busca de abrigo seguro são algo que lhes é imposto (Sandel, 2021, p.34).

A segunda situação abordada por Sandel para provocar seus alunos em suas aulas sobre Justiça, referia-se a outro debate, também recente: quem seria merecedor da medalha de honra Coração Púrpuro. Criada no ano de 1917, essa condecoração militar é uma das distinções de maior representatividade no círculo militar do exército americano. É concedida, em nome do Presidente, aos militares que foram feridos ou mortos como resultado da ação inimiga enquanto serviam nas forças armadas dos EUA. Receber essa medalha, além de ser uma honraria permite, também, privilégios especiais nos hospitais para veteranos. Vamos à questão que gerou controvérsia: nas guerras do Iraque e Afeganistão¹¹⁴, um número crescente de veteranos foi diagnosticado com estresse pós-traumático. Além de pesadelos recorrentes com cenas vividas na guerra, os sintomas incluíam quadros de depressão profunda, chegando

¹¹³ Thomas Sowell é professor de Economia em Cornell, UCLA, Amherst e outras instituições universitárias americanas, e é atualmente um acadêmico e estudioso do Instituto Hoover, da Universidade Stanford.

¹¹⁴ Conflito militar que se estendeu de 2001 até 2021, consistindo em uma campanha militar liderada pelos Estados Unidos contra o Afeganistão.

ao suicídio. Foi proposto que também a esses ex-combatentes fosse concedido o Coração Púrpuro. Em 2009 essa proposta foi levada ao um grupo de consultores do Pentágono¹¹⁵ que, após deliberações, decidiu que somente os soldados com ferimentos físicos é que seriam agraciados com tal condecoração. Quanto aos veteranos de guerra com problemas mentais e traumas psicológicos, mesmo tendo direito a tratamentos médicos pagos pelo governo como também, a subsídios dados a deficientes, a estes não caberia tal honraria. Segundo o Pentágono, “problemas de estresse pós-traumático não são causados intencionalmente pela ação inimiga e são difíceis de diagnosticar de forma objetiva” (Sandel, 2021, p.43). A questão é: por que lesões psicológicas não são consideradas dignas de honrarias militares tanto quanto as lesões físicas? A resposta está no significado da condecoração Coração Púrpuro e das virtudes que essa distinção homenageia. “Diferentemente de outras medalhas militares, o Coração Púrpura condecora o sacrifício, não a bravura”. E, além do ato em si de, literalmente, “derramar sangue” por seu país, lesões psicológicas (como o estresse pós-traumático) é tido entre os militares como um tipo de fraqueza. E fraqueza, não merece homenagem nenhuma (Sandel, 2021).

A terceira situação apresentada por Sandel foi a revolta da população americana contra o socorro a bancos e instituições financeiras ocorrido entre os anos 2008-2009. Em 2008, nos Estados Unidos, ocorreu uma crise econômica considerada por muitos economistas como sendo a pior [crise econômica] desde a Grande Depressão de 1929¹¹⁶. Essa [de 2008] ocorreu “devido a uma bolha imobiliária nos Estados Unidos, causada pelo aumento nos valores imobiliários, que não foi acompanhado por um aumento de renda da população” (Galvão, 2020). Tal crise financeira se alastrou pelo mundo todo provocando uma recessão global em 2009. Além das empresas de Wall Street ficarem à beira do colapso, o mercado de ações despencou, “arruinando não apenas grandes investidores, mas, também, americanos comuns, cujos fundos de aposentadoria perderam grande parte do valor”. O que causou a revolta na população americana foi não somente a ajuda financeira que o governo deu aos bancos e instituições financeiras na tentativa de impedir a quebra geral, mas, sobretudo, a utilização desse auxílio financeiro público para o pagamento de bônus aos executivos dessas empresas. Não obstante a decisão do Congresso em liberar 700 bilhões de dólares do contribuinte americano para socorrer os maiores bancos e instituições financeiras do país, não ter sido considerada uma decisão justa por boa parte dos americanos, todavia, “esse era um

¹¹⁵ O Pentágono é a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

¹¹⁶ A Crise de 1929, também conhecida como Grande Depressão, foi uma crise econômica que afetou a economia mundial logo após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York.

caso em que o bem-estar da economia como um todo parecia sobrepujar as considerações de justiça”. Agora, utilizar parte desse auxílio de recursos públicos para agraciar seus próprios executivos com milhões de dólares em bônus, já era demais.

O caso mais ultrajante envolveu o American International Group (AIG), um gigante entre as companhias de seguros levado à ruína pelos investimentos de risco feitos por sua unidade de produtos financeiros. Apesar de ter sido resgatada com vultosas injeções de fundos governamentais (totalizando 173 bilhões de dólares), a companhia pagou 165 milhões de dólares em bônus a executivos da própria divisão que havia precipitado a crise; 73 funcionários receberam bônus de 1 milhão de dólares ou mais (Sandel, 2021, p.47).

Nas três situações reais apresentadas por Sandel – a passagem do furacão Charley, a condecoração Coração Púrpuro e o pagamento de bônus a executivos – a discussão girou em torno não somente de justiça ou injustiça, mas, também, sobre igualdade, desigualdade, ética, bem-estar, conduta, vida, caráter, moral, liberdade, merecimento, virtudes, ultraje, responsabilidade, ganância, honra, certo e errado, dentre outras questões e valores suscitados nos debates. Da mesma forma, muitos foram os princípios [de direito e de justiça] tratados por Sandel: princípio da não discriminação, da máxima felicidade (utilitarismo), da utilidade, princípios morais universais, princípio de liberdade, da propriedade, princípio kantiano do respeito, princípio da diferença (Rawls), princípios do laissez-faire (Friedman), da diversidade, e princípio do bem (Aristóteles). Como bem lembrado por ele mesmo, é justamente nos debates “que a sociedade constrói e reavalia seus valores” (Sandel, 2021, p.08). Nas páginas finais do *best seller* internacional resultado do seu curso sobre Justiça, Sandel (2021, p.388), declara que “para chegarmos a uma sociedade justa, temos de raciocinar juntos sobre o significado da vida boa e criar uma cultura pública que acolha as discrepâncias que inevitavelmente surgirão”.

CAPÍTULO 4 – O MEIO MODELA A MENSAGEM

A transição de uma sociedade dominada pela oralidade para uma sociedade escrita trouxe profundas transformações no modo de pensar e na estrutura das sociedades. Marshall McLuhan, em 1964, declarou em uma de suas mais importantes obras, que a introdução de novos meios altera as percepções do tempo e do espaço, ao ponto de criar uma "aldeia global" antecipando, com essa visão, a noção de um mundo interconectado pela tecnologia, onde informações circulam instantaneamente e as distâncias geográficas se tornam irrelevantes. Seu livro “Understanding Media: The Extensions of Man”, publicado originalmente em 1964 e reeditado pelo MIT Press¹¹⁷ 30 anos depois, trouxe à tona uma abordagem profética sobre a função dos meios de comunicação nas sociedades. McLuhan argumenta que cada tecnologia que usamos, seja uma ferramenta simples ou um meio de comunicação complexo, age como uma extensão de uma parte de nosso corpo ou mente, alterando nossa relação com o mundo ao nosso redor. Essa é a função de uma mídia: moldar o ambiente, moldando as atitudes humanas.

A “restauração” das ideias de um autor anterior à era da internet se justifica pela pertinência das descrições que ele fez, das quais destacamos “o meio de comunicação é mais importante que o conteúdo, pois o próprio meio transforma as relações sociais e culturais”, “os meios de comunicação influenciam não apenas o que pensamos, mas como pensamos, determinando características como instantaneidade, fragmentação e superficialidade” e “tecnologias são extensões das capacidades humanas”.

McLuhan explica que, ao usar ferramentas e tecnologias, estendemos nossas habilidades naturais. O caso clássico é a roda como extensão das pernas, que permite uma locomoção mais rápida e por maiores distâncias. Já a imprensa deve ser entendida como uma extensão do sentido da visão. A escrita e a impressão, ao organizar o conhecimento em linhas e blocos de texto, priorizam e amplificam a percepção visual, criando um ambiente midiático que reorganiza a forma como a informação é processada, favorecendo a linearidade, a lógica sequencial e a análise visual.

Como qualquer outra extensão do homem, a tipografia teve consequências psíquicas e sociais que, de repente, deslocaram as fronteiras e os padrões culturais anteriores. Ao fundir os mundos antigo e medieval. O livro impresso criou um terceiro mundo, o mundo moderno, que agora se depara

¹¹⁷ Fundada em 1962, a MIT Press é a editora universitária do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), uma universidade privada de pesquisa em Cambridge, Massachusetts (Disponível em: <<https://mitpress.mit.edu/about/>>. Acesso em: 02 fev. 2025)

com uma nova tecnologia elétrica ou uma nova extensão do homem. (McLuhan, 2007, p. 196).

O telégrafo e o telefone são extensões do sistema nervoso, que nos permitem comunicar à distância em tempo real. Da mesma forma, o rádio, que envolve profundamente os ouvintes de maneira direta e emocional é uma extensão do sistema nervoso central e tem o poder de criar um senso de envolvimento tribal entre as pessoas, reativando uma experiência comunitária arcaica. O rádio restaura a sensibilidade tribal e o envolvimento exclusivo na teia de parentesco. A imprensa, por outro lado, cria uma unidade visual, menos envolvente, que é receptiva à inclusão de muitas tribos e à diversidade de visões privadas. (McLuhan, 2007, p. 243)

Quando McLuhan falava sobre a influência de meios de comunicação, como o rádio, ele estava interessado em como esses meios moldam a experiência coletiva e podem criar novas formas de consciência e identidade. No contexto da Segunda Guerra Mundial e da ascensão do nazismo, por exemplo, McLuhan teria observado a maneira como os meios de comunicação de massa (em especial, o rádio) foram utilizados como uma ferramenta poderosa de propaganda. O rádio permitia que Hitler e os líderes nazistas se comunicassem diretamente com grandes massas de pessoas, criando um senso de imediata proximidade e emocionalidade. E não somente o rádio, mas toda e qualquer forma que pudesse transmitir a ideologia nazista. Quando em 1933 o nazismo chegou ao poder, Hitler se preocupou em estabelecer um Ministério para cuidar especificamente da propaganda nazista: o Ministério do Reich para Esclarecimento Popular e Propaganda. O objetivo principal (senão, único) desse órgão era “garantir que a mensagem nazista fosse transmitida com sucesso através da arte, da música, do teatro, de filmes, livros, estações de rádio, materiais escolares e imprensa” (Propaganda, [2022?]). As mensagens propagadas tratavam basicamente de incutir a necessidade de uma lealdade política e cívica da população, procurando criar uma consciência de raça entre as comunidades de etnia alemã, como também, disseminar ideias como o antissemitismo, a superioridade do poderio militar alemão e a “essência malévola de seus inimigos” (no caso, o povo judeu que era sempre retratado como uma raça sub-humana).

Compreendendo que a população da Alemanha não era, ao tempo da 2ª Guerra Mundial (como também não é, atualmente) um povo de educação frágil e deficiente, o que explicaria o sucesso do regime nazista e de sua ideologia de supremacia racial ter tido tanto apoio junto à população alemã ao ponto de conseguir fazer com que campos de concentração com câmaras de gás e fornos crematórios fossem construídos e colocados em funcionamento com o consentimento de milhões de pessoas ao permanecerem como espectadoras frente à perseguição racial e ao extermínio em massa de que eram testemunhas indiretas? A resposta à

essa (triste ou absurda) indagação pode estar nos estudos de McLuhan, mais especificamente, em um importante alerta sobre a extensão tecnológica: ela tem implicações não apenas individuais, mas também psicológicas e sociais. Ao alterar a forma como percebemos o mundo, as mídias moldam também o ambiente social em que vivemos. McLuhan ressalta que essas extensões afetam nossa percepção, nossos hábitos e nossa organização social de maneiras muitas vezes invisíveis ou inesperadas. Nas palavras dele "qualquer extensão, seja da pele, da mão ou do pé, afeta todo o complexo psíquico e social" (2007, p.18).

O rádio, no contexto citado anteriormente, não apenas serviu para disseminar ideologias, mas também para transformar o comportamento dos ouvintes, tornando-os mais suscetíveis à manipulação emocional e à manipulação de massa, características que foram essenciais na construção do regime totalitário de Hitler. McLuhan provavelmente teria considerado isso como um exemplo claro de como os meios de comunicação podem ser usados para fortalecer regimes autoritários e controlar a percepção coletiva.

Essas observações refletem a profundidade com que McLuhan pensava sobre a mídia como força formadora da sociedade e como ela pode ser usada para criar realidades compartilhadas, influenciar a política e até moldar a história. É nesta sequência que entram a televisão e, atualmente, a internet como extensões da mente que nos conectam a vastas quantidades de informações e outras pessoas instantaneamente.

4.1. Leitores Contemporâneos de McLuhan

No artigo *The Medium and McLuhan's Message*¹¹⁸ (2012), Lance Strate explora e atualiza a famosa afirmação de que "o meio é a mensagem". Conforme esse autor, este conceito sugere que o impacto de uma tecnologia ou meio de comunicação na sociedade e nos indivíduos não está apenas no conteúdo que ele transmite, mas também na forma como ele molda as percepções e comportamentos.

A frase "o meio é a mensagem" significa que o meio é o contexto, a situação ou o sistema, e chegamos ao que, para mim, é o ponto fundamental: o meio é o ambiente. McLuhan esclareceu esse ponto em sua Introdução à Segunda Edição de *Understanding Media*: "os ambientes não são envoltórios passivos, mas processos ativos" (Strate, 2012, p.16).

Os "processos ativos" aos quais McLuhan se refere são basicamente as transformações sociais e culturais que ocorrem após o surgimento de uma nova mídia. O ponto de partida é que o meio de comunicação em si altera o contexto em que a comunicação ocorre e tem impacto duradouro na sociedade, independentemente do conteúdo específico veiculado.

¹¹⁸ O Meio e a Mensagem de McLuhan (em português).

Explicando de uma forma mais sintética: mais importante do que o conteúdo das mensagens transmitidas por qualquer meio, são as implicações que o meio em si provoca nas estruturas sociais, culturais e cognitivas. A impressão (por exemplo), não só trouxe livros, mas também promoveu a ascensão do pensamento linear e lógico, que era mais adequado ao formato impresso. De maneira análoga, a televisão não apenas apresenta conteúdos audiovisuais, mas altera a forma como nos relacionamos com o espaço e o tempo, promovendo uma experiência mais imediata e emocional.

Em outro texto desse autor, “A queda das nações: o destino dos sistemas sociais no novo ambiente midiático”, Strate (2011) analisa o modo como a transição entre diferentes tipos de meios, da imprensa às mídias eletrônicas, transformou sociedades, resultando no surgimento de estruturas como o Estado-nação e, mais recentemente, em tendências como o globalismo e o localismo no ambiente midiático contemporâneo.

Para Strate, são três movimentos distintos identificáveis. O primeiro se refere à transição do ambiente tipográfico para o ambiente eletrônico. Se a invenção da imprensa com tipos móveis foi um fator essencial na criação das nações modernas e do Estado-nação, com a ascensão das mídias eletrônicas, o ambiente se transformou, promovendo uma descentralização e incentivando novas formas de organização social, como o globalismo e o tribalismo, que coexistem no novo ambiente eletrônico. O argumento é que a imprensa facilitou a centralização política e a criação de públicos em escala nacional, possibilitando a uniformização de leis, constituições e sistemas burocráticos:

A imprensa facilitou as comunicações de comando e controle, mas, com capacidade sem precedentes de comunicar de um para muitos, as mídias impressas podiam ser usadas para conseguir um grau também sem precedentes de uniformidade política, por exemplo mediante a ampla distribuição de exemplares idênticos de leis e constituições. Os procedimentos governamentais, jurídicos e militares foram homogeneizados através da produção de manuais e formulários (Strate, 2011, p.100).

Já as mídias eletrônicas, ao permitirem comunicações instantâneas e a superação das barreiras físicas, criam um novo tipo de ambiente global. A comunicação eletrônica não conhece limites geográficos, e isso facilita a globalização e a fragmentação simultânea de estruturas políticas e sociais, como demonstrado pela desintegração de grandes nações e impérios, como a União Soviética e a Iugoslávia (Strate, 2011).

Por fim, a comunicação digital trazida pela World-Wide Web (WWW), não só potencializou a instantaneidade como também provocou a desmaterialização e eterealização da comunicação. Para Strate, trata-se de um processo pelo qual a comunicação se torna menos dependente de formas materiais e físicas, passando a ser mais fluida, instantânea e imaterial.

Se na era pré eletrônica a comunicação era predominantemente material e feita por meio de livros impressos, cartas e documentos físicos que exigiam transporte e estavam limitados pela geografia e pelo tempo, com o surgimento das mídias eletrônicas, cujo ápice é a internet, o conteúdo passa a ser emitido de forma imediata e imaterial:

A eletricidade mais parece um líquido do que um sólido, e é mais energia do que matéria, introduzindo a desmaterialização e a eterealização que caracterizam a era da informação. A corrente elétrica movimenta-se à velocidade da luz e, portanto, apresenta-nos à instantaneidade. O circuito elétrico é, no fundamental, um fenômeno de mão dupla e, portanto, potencialmente interativo (Strate, 2011, p.6).

Nesse contexto, o meio de comunicação se comporta mais como uma extensão dos sistemas nervosos humanos, permitindo uma imersão mais direta nas experiências midiáticas, sem as limitações dos meios físicos anteriores. A comunicação se torna etérea porque é intangível e fluida e seu impacto é instantâneo, conectando as pessoas de forma global e imediata.

É nesta fase que localizamos as redes sociais e os aplicativos de mensagens. A mídia é gerada por um código e permite que as pessoas se comuniquem em tempo real, em qualquer parte do mundo, com fotos, vídeos, textos e áudios instantaneamente criados. Além disso, o conteúdo pode desaparecer num curto período de tempo, como em mensagens efêmeras do Snapchat ou dos stories do Instagram, reforçando ainda mais o caráter imaterial.

Strate (2011) destaca que todo avanço tecnológico tem um impacto transformador na sociedade, reconfigurando o ambiente humano de maneiras muitas vezes invisíveis, pois tendemos a focar no conteúdo e ignorar o meio como uma força poderosa de mudança.

O modo como McLuhan interpretaria a mensagem internet é explorada por um terceiro autor: Nicholas Carr.

Em um artigo de 2008 com o sugestivo título "Is Google Making Us Stupid?¹¹⁹", Carr argumenta que o uso crescente da internet está mudando a maneira como pensamos, prejudicando nossa capacidade de concentração, reflexão profunda e leitura prolongada. Com o avanço da tecnologia, especialmente com motores de busca como o Google, nossa mente está se adaptando a um padrão de consumo de informações rápido e superficial, privilegiando a capacidade de “escaneamento” em vez de uma leitura contemplativa e crítica.

Quando lemos online, tendemos a nos tornar meros decodificadores de informações. Nossa capacidade de interpretar o texto, de fazer as ricas conexões mentais que se formam quando lemos profundamente e sem

¹¹⁹ O Google está nos tornando estúpidos? (em português)

distrações, permanece em grande parte desativada¹²⁰ (Carr, 2008, p. 4, tradução da autora).

Carr argumenta que, assim como outras inovações tecnológicas do passado, como o relógio mecânico e a imprensa de Gutenberg, a internet está reconfigurando a arquitetura cerebral humana. No entanto, ao contrário de tecnologias anteriores que amplificaram certas habilidades cognitivas, a internet está encorajando um padrão de distração constante, fragmentando o pensamento e dificultando o desenvolvimento de ideias profundas.

Essa perspectiva foi ampliada no artigo “How Smartphones Hijack Our Minds¹²¹”, publicado em 2017, no qual Nicholas Carr argumenta que os smartphones têm um impacto profundo e preocupante na cognição humana. Ele sugere que esses dispositivos drenam nossos recursos cognitivos ao demandarem constantemente nossa atenção.

Se a roda é uma extensão do pé, a imprensa é uma extensão da visão, o rádio e a TV são extensões do sistema nervoso então, o smartphone parece ser uma extensão da memória. Todavia, em lugar de aumentar nossa capacidade de memorizar e reter informação, essa tecnologia está sequestrando nossa memória. O raciocínio é bastante óbvio: a dependência dos smartphones reduz o esforço que fazemos para lembrar informações. Isso leva ao que Carr chama de “Google effect¹²²”, no qual os indivíduos contam mais com os dispositivos para armazenar dados do que com sua própria memória. Ele argumenta que essa dependência enfraquece nossa capacidade de pensamento crítico e de construção de conhecimento significativo, por duas razões: primeiro porque, ao nos tornarmos dependentes dos smartphones para acessar informações, a capacidade de lembrar e conectar informações internamente, essencial para o pensamento criativo, é enfraquecida. Segundo porque “a arte de lembrar” requer a “arte de pensar”, ou seja, sem uma memória bem abastecida, nossa capacidade de pensar criativamente é reduzida:

[...] a integração dos smartphones na vida cotidiana parece causar um esgotamento mental que pode diminuir habilidades mentais vitais, como aprendizado, raciocínio lógico, pensamento abstrato, resolução de problemas e criatividade¹²³. [...] Quando restringimos nossa capacidade de raciocínio e recordação ou transferimos essas habilidades para um gadget, sacrificamos nossa habilidade de transformar informação em conhecimento. Obtemos os dados, mas perdemos o significado¹²⁴ (Carr, 2017, p.2-3, tradução da autora).

¹²⁰ When we read online, we tend to become mere decoders of information. Our ability to interpret text, to make the rich mental connections that form when we read deeply and without distractions, remains largely disabled.

¹²¹ Como os smartphones sequestram nossas mentes (em português)

¹²² Efeito Google (em português).

¹²³ [...] the “integration of smartphones into daily life” appears to cause a “brain drain” that can diminish such vital mental skills as “learning, logical reasoning, abstract thought, problem solving, and creativity.”

¹²⁴ When we constrict our capacity for reasoning and recall or transfer those skills to a gadget, we sacrifice our ability to turn information into knowledge. We get the data but lose the meaning.

Os argumentos e citações trazidos até aqui podem sugerir uma visão determinista e pessimista das tecnologias digitais em geral – e das redes sociais modeladas por algoritmos em particular – o que não soa razoável para uma investigação científica. O alerta de Carr é importante para mantermos um olhar atento mas, em diálogo com as ideias de Marshall McLuhan, podemos construir uma visão mais ampla sobre o potencial das redes sociais.

McLuhan nos lembra que as tecnologias são extensões das capacidades humanas, e, embora possam moldar nossa percepção e comportamento, elas também ampliam nossas possibilidades. Lance Strate, ao atualizar as ideias de McLuhan, reforça que o meio em si transforma o ambiente, mas esse processo não precisa ser interpretado exclusivamente de maneira negativa; ele pode gerar novas formas de interação, aprendizado e criatividade. Portanto, ao invés de uma visão determinista, podemos adotar uma perspectiva que reconheça tanto os desafios quanto as oportunidades que os smartphones e as redes sociais oferecem, promovendo um uso mais consciente e controlado dessas tecnologias. Mas, para tanto, é preciso trazer um último tópico à baila: a modelagem algorítmica.

4.2. A Modelagem Algorítmica

Taylor e Chen (2024) desafiam o argumento propagado pelas *big techs* de que seus algoritmos de *feed* social foram projetados para promover o bem-estar relacional e melhorar a conexão social entre as pessoas. Eles então desenharam um teste para investigar se a personalização algorítmica previa o parâmetro de conexão social no TikTok¹²⁵, onde a conexão com conteúdo midiático relevante para a identidade é priorizada em detrimento da interação interpessoal. Usando dois parâmetros, a “Percepção de Responsividade Algorítmica” (Perceived Algorithm Responsiveness - PAR) e a “Percepção de Insensibilidade Algorítmica” (Perceived Algorithm Insensitivity - PAI), eles identificaram mecanismos perceptuais de como a personalização algorítmica se relaciona com a conexão social.

Conforme os autores, o PAR é o que o algoritmo entende e valida como identidades e expectativas do usuário. Em outras palavras, o algoritmo age para que o usuário sinta que o sistema está “respondendo” às suas preferências de maneira precisa e sensível. Assim, por exemplo, se um usuário do TikTok gosta de vídeos sobre jardinagem e sustentabilidade, o algoritmo constantemente recomendar vídeos relacionados a esses temas, refletindo o interesse do usuário de maneira frequente e positiva. Por sua vez, o usuário terá uma percepção de que o algoritmo “entende” seus interesses e está oferecendo conteúdos que

¹²⁵ TikTok é uma rede social que permite aos usuários criar, assistir e compartilhar vídeos curtos.

fazem sentido para sua identidade e metas pessoais. Isso gera uma percepção de responsividade algorítmica (PAR), criando uma sensação de conexão e pertencimento.

A importância da percepção de responsividade vai além da interação interpessoal, promovendo o bem-estar também na interação humano-robô (Rains *et al.*, 2020). Mais importante ainda, evidências iniciais sugerem que os julgamentos de responsividade feitos sobre as recomendações algorítmicas influenciam o bem-estar social, mesmo sem interação interpessoal¹²⁶ (Taylor; Chen, 2024, p.5, tradução da autora).

Já a Percepção de Insensibilidade Algorítmica refere-se à percepção de que o algoritmo está insensível ou mal interpretando as identidades e expectativas do usuário. Isso pode ocorrer quando o algoritmo recomenda conteúdos que são irrelevantes, ofensivos ou que reforçam estereótipos inadequados sobre certos grupos ou identidades. Um exemplo corriqueiro seria aquele em que um usuário LGBTQIAP+ percebe que TikTok recomenda conteúdos com estereótipos negativos sobre sua identidade ou promove vídeos que não têm relevância para suas experiências pessoais, como os de jardinagem. Se o algoritmo falhar em refletir facetas importantes de sua identidade, o usuário pode sentir que o sistema não compreende ou está desconsiderando suas verdadeiras preferências. Isso gera uma percepção de insensibilidade algorítmica, resultando em desconexão ou frustração. Esses dois conceitos, conforme os autores, ajudam a entender como os usuários interagem com os algoritmos e como essas percepções podem influenciar seu senso de pertencimento e conexão social nas plataformas digitais.

Como resultado, Taylor e Chen identificam o que chamam de "problema do algoritmo solitário". Ao invés de facilitar interações interpessoais, o TikTok prioriza conteúdos personalizados que refletem as identidades dos usuários, promovendo um senso de conexão superficial com base no reconhecimento algorítmico de identidades e não em interações sociais genuínas. Para eles, a ideia de que apenas ajustar algoritmos pode aumentar ou diminuir o funcionamento relacional, é uma visão determinista e sem fundamento na realidade, porque não considera como as pessoas “de carne e osso” usam esses sistemas para atender às suas necessidades relacionais.

No segundo artigo, Petrescu e Krishen (2020) partem do documentário “O Dilema das Redes”¹²⁷, lançado em setembro de 2020 na plataforma de streaming Netflix, para construir

¹²⁶ The importance of perceived responsiveness expands beyond interpersonal interaction, fostering well-being in human-robot interaction as well (Rains et al., 2020). Most importantly, initial evidence suggests that responsiveness judgments made about algorithmic recommendations influence social well-being, even without interpersonal interaction.

¹²⁷ O filme aborda o impacto das redes sociais na sociedade, explorando como os algoritmos dessas plataformas são projetados para manipular o comportamento dos usuários, promovendo vício, polarização política,

uma revisão da literatura recente acerca das controvérsias que surgem do uso de algoritmos nessas plataformas, como manipulação de dados, privacidade, vício, e censura de conteúdos. Atentas ao fato de que os algoritmos são projetados para incentivar o uso contínuo das plataformas, elas discorrem sobre o modo como essa modelagem afeta negativamente os usuários. Dois aspectos são relevantes para o objeto desta investigação.

O primeiro deles se refere aos objetivos que são definidos pelas *big techs* para esses algoritmos: aumentar o engajamento dos usuários. Na prática, o sistema aprende que a oferta de conteúdo sensacionalista ou emocionalmente desgastante tende a obter mais engajamento, e essa oferta pode afetar a saúde mental dos usuários. Conteúdos negativos ou controversos, amplificados pelos algoritmos, podem aumentar o estresse, a ansiedade e a sensação de isolamento. Ao reforçar padrões na oferta de conteúdo que mantenham o usuário conectado e continuamente envolvido com a plataforma pode resultar em vício em mídias sociais.

O segundo se dedica à crítica do modelo de negócios baseado no engajamento do usuário. Como o algoritmo é projetado para maximizar o tempo de uso, é inevitável que haja alguma moderação de conteúdo, que potencialmente resulta em “em censura opaca”. Isso ocorre na forma de remoção, bloqueio ou supressão de informações, de maneira pouco transparente e dificilmente compreensível para os usuários. As plataformas não divulgam de maneira acessível ou compreensível os detalhes sobre como e por que certos conteúdos são removidos, limitados ou promovidos. As decisões são tomadas por algoritmos, cujos critérios e parâmetros específicos não são explicados e grande parte da moderação nas redes sociais é feita por algoritmos automáticos, que analisam o conteúdo com base em padrões predeterminados. Como esses sistemas nem sempre conseguem interpretar contextos ou nuances, é alta a chance de tomar decisões injustas. E, como as operações algorítmicas não são visíveis para os usuários, eles não têm como saber o que realmente levou à censura de seu conteúdo. Obviamente, esse cenário tem impacto na liberdade de expressão e cria um ambiente de incerteza sobre o que é permitido ou não, o que pode levar à autocensura, já que os usuários podem começar a evitar determinados tópicos ou ideias por medo de serem banidos. Como lembram as autoras:

Talvez não por coincidência, a presença do tema subjacente dos livros nas discussões de consumidores no Twitter enfatiza a dificuldade de censurar e manipular o conhecimento, mesmo desde os tempos antigos, quando livros “não conformistas” eram queimados em mercados públicos. Enquanto algumas vozes clamam por regulamentações mais rigorosas do conteúdo nas redes sociais, outras pedem o fim da censura nas mídias sociais. Aqueles que

se opõem às regulamentações rígidas sugerem uma reestruturação dos tipos de plataformas sociais e a melhoria dos algoritmos sociais, que não mais usariam IA para tomar decisões sobre quando e o que censurar¹²⁸ (Morgese, 2020). [...] Os consumidores devem ter as oportunidades e ferramentas necessárias para aprender sobre manipulação e persuasão a partir de interações sociais, o que moldaria como eles respondem enquanto são alvos de persuasão¹²⁹ (Petrescu; Krishen, 2020, p.2, tradução da autora).

A essa altura, é possível atualizar a visão de McLuhan, de que o meio modela a mensagem, no contexto das redes sociais e pensar na influência que essa extensão do sistema nervoso e da memória pode ter sobre influenciadores que produzem conteúdo sobre justiça social.

O ponto mais óbvio é que a modelagem algorítmica afetaria tanto o alcance das mensagens desses atores sociais, quanto a forma como suas audiências interpretariam conteúdos relacionados aos temas de justiça social. Se os algoritmos tendem a privilegiar conteúdos que geram maior engajamento, esses influenciadores podem ser forçados a produzir material que não trate de temas complexos, sob pena de não conseguir a interação que o algoritmo valoriza e, conseqüentemente, impulsiona. Se optarem por tratar de tais temas, é provável que procurem simplificar ou até sensacionalizar questões de justiça social para se adequar ao formato de conteúdo que os algoritmos favorecem. O resultado seriam discussões complexas abordadas de maneira superficial ou controversa para atrair atenção, o que pode prejudicar a profundidade e a qualidade das discussões. Se a moderação automatizada concluir que o conteúdo é sensível ou até ofensivo, a visibilidade é drasticamente reduzida e sem que o criador saiba.

E não podemos deixar de incluir aqui o efeito mais comentado: a polarização. Como os algoritmos promovem conteúdos que reforçam crenças preexistentes, os influenciadores podem acabar falando principalmente para grupos que já concordam com suas mensagens, enquanto o conteúdo não atinge aqueles que poderiam se beneficiar de um ponto de vista diferente. E sempre há o risco de as plataformas monetizarem causas sociais, transformando questões sérias de justiça social em simples ferramentas de engajamento para gerar lucro. Isso pode resultar na distorção das mensagens.

¹²⁸ Moreover, perhaps not coincidentally, the presence of the underlying theme of books in Twitter consumer discussions emphasizes the difficulty of censoring and manipulating knowledge even from ancient times, when “nonconforming” books were burned in public markets. While some voices call for stricter regulations of social media content, others call for the end of censorship in social media. Those who voice opposition to strict regulations suggest a restructured type of social platform and improved social algorithms that no longer use AI to make decisions about when and what to censor.

¹²⁹ [...] consumers must be given the necessary opportunities and tools to learn about manipulation and persuasion from social interactions, which would shape how they respond as persuasion targets.

Em outro ponto deste mesmo capítulo, citamos as críticas ao pensamento de McLuhan, que pode soar como um determinista tecnológico. Se os meios modelam a mensagem e essa modelagem é mais influente do que o próprio conteúdo, consequentemente estamos todos fadados a agir dentro das normas do meio. Os estudos sobre modelagem algorítmica sugerem que essa não é uma ideia descabida, mas é preciso lembrar que McLuhan, acima de tudo, via os meios como “extensões” do ser humano, com capacidades tanto positivas quanto negativas. Inevitavelmente, todo avanço tecnológico tem um impacto transformador na sociedade, reconfigurando o ambiente humano de maneiras muitas vezes invisíveis, pois tendemos a focar no conteúdo e ignorar o meio como uma força poderosa de mudança. Se as mídias são ambientes invisíveis que afetam a maneira como as pessoas vivem e se relacionam, muitas vezes sem que elas se deem conta desse impacto, essa afirmação já é um alerta sobre onde prestar atenção. Essa, talvez, a contribuição teórica mais significativa que este autor poderá trazer para a análise dos dados desta pesquisa.

CAPÍTULO 5 - DESENHO METODOLÓGICO E CONSTRUÇÃO DOS DADOS

O presente trabalho trata de um estudo de caso de três jovens influentes nas redes sociais do município de Uberaba (MG)¹³⁰: um(a) vereador(a), um(a) administrador(a) público(a) e um(a) líder cultural, com três abordagens: questionário virtual, entrevista semi-estruturada e análise de postagens que fizeram em suas redes sociais e que se relacionam, de alguma forma, com o tema da justiça social, de modo que fosse possível fornecer uma reflexão sistemática no intuito de orientar o trabalho daqueles que se comprometem com uma educação humanística voltada para questões relacionadas à formação em valores de jovens no contexto das redes sociais. O objetivo geral é investigar os valores subjacentes a postagens de influenciadores digitais, que se relacionem ao tema da justiça social, à luz dos binômios valores tradicionais X seculares racionais e valores de sobrevivência X auto-expressão da World Values Survey (WVS). Para tanto, os objetivos específicos foram:

1. construir um mapa teórico sobre as retóricas da justiça social, revisando autores que dialoguem com o conceito de justiça social de John Rawls, a fim de construir categorias primárias de análise;
2. caracterizar o perfil dos entrevistados identificando aspectos da educação formal e não formal que os influenciaram na formação de um conceito pessoal de justiça social;
3. avaliar em que medida a expressão online dos sujeitos estudados é coerente com o histórico que traçaram e com as retóricas mapeadas na revisão da literatura.

Por se dedicar a um fenômeno emergente e ainda pouco conhecido, a pesquisa teve objetivos exploratórios e abordagem qualitativa. Investigações desse tipo têm como meta proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, contribuindo para o aprimoramento de ideias conforme (Gil, 1999). Por terem um desenho metodológico mais flexível, as pesquisas exploratórias permitem que os pesquisadores compreendam melhor o fenômeno em questão e gerem *insights* que podem servir de base para pesquisas futuras mais aprofundadas.

Considerando a natureza do fenômeno que foi estudado nesta pesquisa – valores subjacentes a postagens de influenciadores digitais que se relacionem ao tema da justiça social – foram usados três procedimentos:

¹³⁰ Uberaba é um município do interior do estado de Minas Gerais, localizado na região do Triângulo Mineiro. Com uma população de 354.142 habitantes (IBGE, 2024), é considerada o centro agropecuário do país.

- 1) questionário online *Political Compass*;
- 2) entrevista semi-estruturada;
- 3) análise de postagens (que os participantes da pesquisa fizeram em suas redes sociais) que se relacionam, de alguma forma, com o tema da justiça social.

Os critérios para escolha do público participante foram: ser uma pessoa pública e influente, que estivesse na faixa etária entre 18 e 35 anos, que demonstrasse interesse em participar e que concordasse em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO I) referente à sua participação. Os critérios de exclusão para a escolha do público participante foram: não ser uma pessoa pública e influente, ser menor de idade (faixa etária abaixo dos 18 anos) e não possuir redes sociais ativas.

A participação foi totalmente voluntária, sem qualquer benefício financeiro ou obrigação. Antes de iniciar a gravação das entrevistas, os participantes puderam decidir se desejavam ou não participar da pesquisa com a gravação. Toda informação que pudesse identificar os participantes foi eliminada na redação da presente tese. Os *prints* de tela necessários para a pesquisa tiveram a autoria velada.

Os participantes da pesquisa foram convidados pelo aplicativo whatsapp e por email, momento em que receberam uma Carta de Apresentação redigida pela professora orientadora responsável pela doutoranda pesquisadora autora do presente projeto de pesquisa. Aos convidados que aceitaram fazer parte da pesquisa, garantimos o sigilo em todas as etapas do estudo substituindo os nomes reais dos participantes por nomes fictícios¹³¹ para evitar qualquer possibilidade de identificação. Postagens analisadas tiveram a autoria velada e as entrevistas coletadas durante a pesquisa serão arquivadas pelas proponentes do estudo por um período de cinco anos (05), conforme as normativas vigentes. O TCLE foi apresentado aos participantes da pesquisa no início da coleta de dados. Participaram da pesquisa somente as pessoas que consentiram com a pesquisa (por meio do TCLE). Nenhum participante foi identificado neste estudo; a identidade dos mesmos é de conhecimento apenas das pesquisadoras responsáveis pelo projeto, sendo garantido o total sigilo e privacidade.

5.1. Apresentação dos Instrumentos Utilizados na Pesquisa.

5.1.1. Questionário Online Political Compass:

The Political Compass¹³² é um teste de orientação política que ajuda a identificar a posição de uma pessoa em relação a questões políticas e econômicas, usando um gráfico de

¹³¹ Entrevistados(as) 1, 2 e 3.

¹³² A Bússola Política, em português.

dois eixos: econômico (esquerda-direita) e social (autoritarismo-libertarismo). O eixo econômico indica se uma pessoa favorece mais o controle estatal ou o mercado livre, enquanto o eixo social examina a preferência por controle governamental sobre aspectos pessoais ou liberdades individuais. O teste apresenta uma série de afirmações, e as respostas dos usuários determinam sua posição política nesses dois eixos. Há uma conexão entre o PC e a abordagem da *World Values Survey*, uma vez que ambos exploram as dimensões políticas e culturais para mapear valores e crenças.

Tendo sido criado para ir além da tradicional divisão "esquerda versus direita" ao introduzir uma análise mais detalhada sobre diferentes visões ideológicas, esse teste se tornou popular em razão de oferecer uma abordagem mais detalhada em relação a ideologias políticas e favorecendo que pessoas comuns, sem qualquer aprofundamento teórico sobre política e suas teorias, entendam melhor suas crenças em um espectro mais complexo do que apenas esquerda ou direita. Entretanto, ele não é uma ferramenta científica rigorosa e algumas críticas apontam para a simplificação das questões ou o viés em algumas perguntas.

O gráfico com quatro quadrantes (Figura 1) divididos por duas linhas – horizontal e vertical – classifica a opinião ideológica política em um espectro político. A linha horizontal representa o Eixo Econômico que mede o pensamento sobre economia em dois pontos: direita e esquerda. O Eixo Social é representado pela linha vertical e mede a opinião dos costumes, também, em dois pontos: autoritário e libertário. Ao final do teste, de acordo com o resultado de suas respostas, o respondente será posicionado em um determinado quadrante ideologicamente representativo socioeconômico e sociocultural.

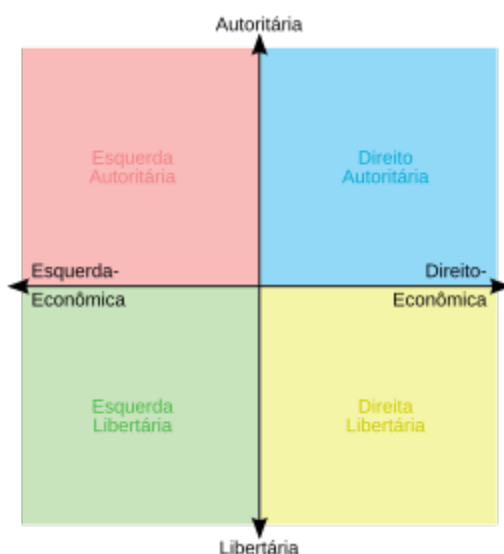


Figura 1: Gráfico do teste The Political Compass (Political, 2001).

A configuração gráfica do teste se dá da seguinte forma:

Eixo econômico: (linha horizontal):

- Esquerda: Defende maior intervenção estatal na economia, distribuição de renda, e políticas voltadas para o bem-estar social.
- Direita: Favorece o livre mercado, menor intervenção estatal e liberdade econômica, priorizando o crescimento econômico individual.

Eixo social (linha vertical):

- Autoritário: Advoga por uma maior regulação e controle do Estado em questões sociais e comportamentais, valorizando a ordem, tradição e segurança.
- Libertário: Defende maior liberdade pessoal, menos controle governamental sobre a vida dos indivíduos e uma postura mais progressista em temas sociais.

Quadrantes do gráfico:

- Quadrante Esquerda Libertária (representado na cor verde): combina ideias econômicas de esquerda (redistribuição de riqueza, intervenção estatal) com liberdades individuais amplas (direitos civis, liberdade de expressão);
- Quadrante Esquerda Autoritária (representado na cor rosa): sustenta valores de justiça social e igualdade, mas com maior controle governamental em termos sociais e econômicos;
- Quadrante Direita Libertária (representado na cor amarela): Apoia um mercado econômico livre, pouca regulação estatal e direitos civis mais amplos;
- Quadrante Direita Autoritária (representado na cor azul): Defende políticas de mercado livre junto com maior controle governamental em questões sociais, como a segurança e a moralidade pública.

Ao optar por fazer o teste, o participante se depara com algumas observações em forma de aviso, como por exemplo: antes de fazer o teste, observe que não é uma pesquisa e com perguntas, mas, com proposições, algumas sendo extremas e outras moderadas de forma a conseguirmos mostrar se você se inclina para o extremismo ou para a moderação. A intenção das proposições serem “intencionalmente vagas” é “desencadear reações na mente, medindo sentimentos e preconceitos em vez de opiniões detalhadas sobre políticas”.

Antes de fazer o teste:
 Observe que esta não é uma pesquisa e estas não são perguntas. Elas são proposições.
 Proposições são uma proposição muito diferente!
 Questionar a lógica de proposições individuais que o irritam é perder o ponto.
 Algumas proposições são extremas e algumas são moderadas.
 É assim que podemos mostrar se você se inclina para o extremismo ou moderação no Compass.
 Suas respostas não devem ser muito pensadas. Algumas delas são intencionalmente vagas.
 O propósito delas é desencadear reações na mente, medindo sentimentos e preconceitos em vez de opiniões detalhadas sobre políticas.
 Todas elas são necessariamente tendenciosas, mas temos um equilíbrio cuidadoso de vieses!
 Isso é algo que a maioria dos nossos críticos simplesmente não entende. (Political, 2001)¹³³.

O questionário é realizado de forma online no endereço eletrônico <https://www.politicalcompass.org/>. Aos participantes da pesquisa foi solicitado que compartilhassem, com a pesquisadora, o resultado gerado pelo site, o que foi prontamente atendido.

5.1.2. Entrevista Semi-Estruturada:

A entrevista semi-estruturada (ANEXO II) foi desenvolvida em quatro eixos. Inicialmente, foi construída uma “midiografia” do entrevistado, a fim de caracterizar a identidade cultural midiática. A seguir, foram feitas perguntas específicas sobre a formação em valores, retiradas da investigação da Pesquisa Mundial de Valores (WVS). Por fim, os eixos três e quatro investigaram o conceito abstrato de justiça social do entrevistado e a manifestação prática desse conceito nas postagens que o entrevistado fez/faz.

Os quatro eixos da entrevista estão assim organizados:

Eixo 1: Midiografia do entrevistado: Este bloco explorou a trajetória midiática e o repertório cultural do entrevistado, incluindo dados biográficos (como nascimento, escolaridade e preferências musicais), hábitos de consumo midiático (cinema, notícias, memes, publicidade) e influências familiares, de amigos e de professores sobre sua formação

¹³³ Before taking the test: Please note that this isn't a survey, and these aren't questions. They're propositions. Propositions are a very different proposition! To question the logic of individual ones that irritate you is to miss the point. Some propositions are extreme, and some are moderate. That's how we can show you whether you lean towards extremism or moderation on the Compass. Your responses should not be overthought. Some of them are intentionally vague. Their purpose is to trigger reactions in the mind, measuring feelings and prejudices rather than detailed opinions on policy. All of them are necessarily biased, but we have a careful balance of biases! This is something that most of our critics simply don't understand. (no original, em inglês).

cultural. Investigou, também, o interesse do entrevistado em literatura e games, abordando exemplos de obras marcantes.

Eixo 2: Posicionamento em relação aos valores da WVS: O segundo bloco examinou como o entrevistado se posiciona em relação a temas importantes na vida cotidiana, como família, política e trabalho, além de valores a serem ensinados às crianças. Também, abordou crenças e atitudes sobre questões sociais polêmicas, como igualdade de gênero no emprego, homossexualidade, religião, e comportamentos éticos, como sonegação de impostos e aceitação de suborno.

Eixo 3: Compreensão de justiça social: Neste eixo, o entrevistado foi incentivado a descrever situações de injustiça e justiça social que vivenciou ou com as quais se identifica, e a definir o conceito de justiça social com base em seus exemplos.

Eixo 4: Justificação de postagens sobre justiça social: O último eixo convidou o entrevistado a selecionar postagens de suas redes sociais e explicar como essas postagens refletem questões de justiça ou injustiça social. A intenção foi compreender como o entrevistado manifesta esses conceitos na sua prática digital.

Esse roteiro permitiu uma visão profunda sobre como influenciadores jovens articulam valores e o conceito de justiça social em suas postagens e como sua trajetória pessoal, cultural e midiática molda suas percepções.

5.1.3. Análise de Postagens:

O terceiro instrumento fez uma espécie de confronto entre o que o entrevistado respondeu nos eixos 3 e 4 da entrevista e o conteúdo que publica online. Para tanto, foi feita a leitura das postagens selecionadas do entrevistado verificando se há (ou não) relação com o tema da justiça social, conforme definido no mapeamento das retóricas descrito no objetivo 1.

As postagens analisadas e o conteúdo das entrevistas foram depois organizados em unidades temáticas que se conectam ao tema da justiça social, de modo a possibilitar identificar pistas, tendências ou padrões de valores presentes nas manifestações. Essa sistematização foi então discutida à luz dos binômios propostos pelo aporte da WVS (valores tradicionais *versus* valores seculares-rationais e valores de sobrevivência *versus* valores de auto-expressão). Nesta etapa, foi possível identificar temas preponderantes, conexões entre as diversas unidades de informação identificadas, a fim de que se pudesse definir com mais clareza as questões relacionadas à formação em valores de jovens no contexto das redes sociais.

A seguir, os resultados do teste *Political Compass* com uma breve caracterização dos entrevistados, seguido do resultado das análises, tanto das entrevistas realizadas, quanto das postagens feitas nas redes sociais.

CAPÍTULO 6 – RESULTADO DAS ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS

6.1. Análise do Questionário The Polical Compass:

No contexto desta pesquisa, o questionário do Political Compass serviu como uma “antessala ideológica”, preparando a pesquisadora para observar com mais cuidado as respostas dadas na entrevista.

6.1.1. Teste do Entrevistado 1:

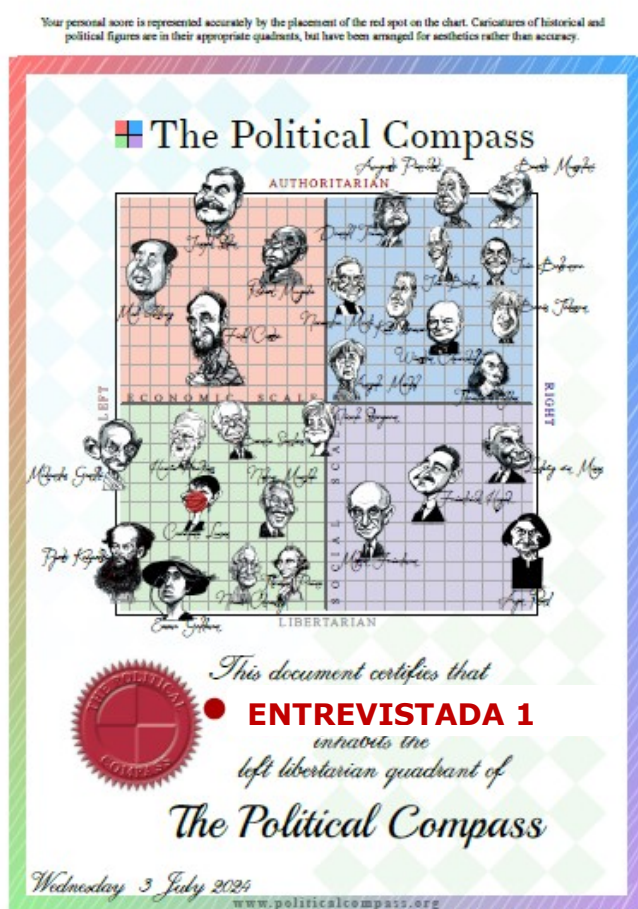


Figura 2: Certificado do teste The Political Compass do Entrevistado 1.

O certificado do teste realizado pelo Entrevistado 1 (Figura 2) traz duas informações: uma no topo do documento onde se lê: “Sua pontuação pessoal é representada com precisão pela colocação do ponto vermelho no gráfico. Caricaturas de figuras históricas e políticas estão em seus quadrantes apropriados, mas foram organizadas para fins estéticos e não de precisão¹³⁴”; e outra na parte de baixo do documento, no corpo do próprio certificado com os dizeres: “Este documento certifica que Entrevistado 1 ocupa o quadrante libertário esquerdo

¹³⁴ Your personal score is represented accurately by the placement of the red spot on the chart. Caricatures of historical and political figures are in their appropriate quadrants, but have been arranged for aesthetics rather than accuracy (no original, em inglês).

de The Political Compass¹³⁵”. E a data em que o teste foi realizado: quarta-feira, 3 de julho de 2024¹³⁶.

O resultado do teste posicionou o Entrevistado 1 no terceiro quadrante (na cor verde, canto inferior esquerdo) indicando um posicionamento político de esquerda libertária que aponta, ainda, para um favorecimento pelo mercado livre e liberdades individuais. No mesmo quadrante, encontramos caricaturas de alguns líderes mundiais como Mahatma Gandhi¹³⁷, Nelson Mandela¹³⁸, Bernie Sanders¹³⁹ e Noam Chomsky¹⁴⁰. Todavia, como já informado anteriormente, as caricaturas de figuras históricas e políticas, embora posicionadas nos quadrantes apropriados aos seus valores políticos, estão ali organizadas apenas para fins estéticos e não de precisão.

6.1.2. Teste do Entrevistado 2:

O certificado do teste realizado pelo Entrevistado 2 (Figura 3) traz as seguintes informações: acima do gráfico lê-se o título “sua bússola política” acompanhada dos seguintes dizeres “esquerda/direita econômica: -4,63” e “social libertário/autoritário -3,54”, indicando o posicionamento do entrevistado no gráfico. Diferentemente do documento gerado pela Entrevistada 1, o certificado do Entrevistado 2 não apresenta as caricaturas de figuras históricas e políticas posicionadas nos quadrantes, segundo suas inclinações/orientações políticas. Isso se dá em razão da escolha do próprio entrevistado que faz a opção, pelo tipo de certificado, ao final do teste. O resultado do teste posicionou o entrevistado no terceiro quadrante (canto inferior esquerdo na cor verde) indicando um posicionamento político de esquerda libertária. O teste foi realizado no dia 2 de dezembro de 2024.

¹³⁵ This document certifies that [identificação] inhabits the left libertarian quadrant of The Political Compass (no original, em inglês).

¹³⁶ Wednesday, July 3 2024 (no original, em inglês).

¹³⁷ Mahatma Gandhi (1869-1948) foi um ativista e um líder religioso indiano que ficou conhecido por liderar a independência da Índia e por advogar pela não violência.

¹³⁸ Nelson Mandela (1918-2013) foi um político e ativista sul-africano que lutou contra o regime de apartheid e se tornou um símbolo da luta pelos direitos humanos.

¹³⁹ Bernie Sanders (1941 –) é um político e ativista norte-americano, conhecido por sua posição progressista e socialista democrática.

¹⁴⁰ Noam Chomsky (1928 –) é um dos pensadores mais influentes do século XX e início do século XXI, sendo amplamente reconhecido por suas contribuições tanto à linguística quanto à filosofia política. Frequentemente associado ao socialismo democrático.

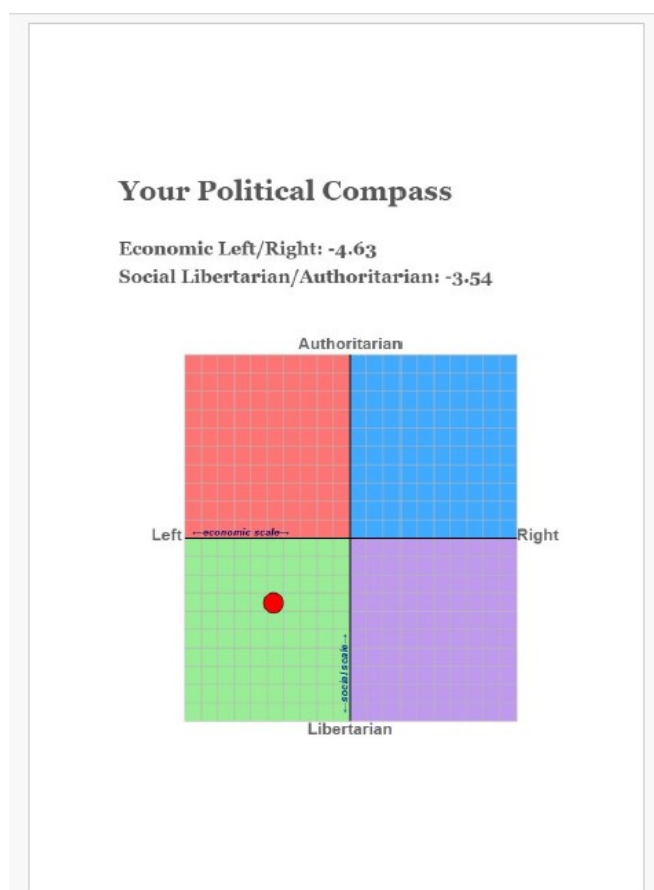


Figura 3: Certificado do teste The Political Compass realizado pelo Entrevistado 2.

6.1.3. Teste do Entrevistado 3:

O Entrevistado 3 optou pelo mesmo tipo de certificado escolhido pelo Entrevistado 1, ao final da realização do seu teste no site The Political Compass (Figura 4). No documento podemos ler as seguintes informações: no topo do certificado, “Sua pontuação pessoal é representada com precisão pela colocação do ponto vermelho no gráfico. Caricaturas de figuras históricas e políticas estão em seus quadrantes apropriados, mas foram organizadas para fins estéticos e não de precisão¹⁴¹”; na parte de baixo do documento, os dizeres: “Este documento certifica que [Entrevistado 3] se encontra no quadrante libertário esquerdo de The Political Compass¹⁴²”. E a data em que o teste foi realizado: terça-feira, 28 de janeiro de 2025¹⁴³.

¹⁴¹ Your personal score is represented accurately by the placement of the red spot on the chart. Caricatures of historical and political figures are in their appropriate quadrants, but have been arranged for aesthetics rather than accuracy (no original, em inglês).

¹⁴² This document certifies that [identificação] inhabits the left libertarian quadrant of The Political Compass (no original, em inglês).

¹⁴³ Tuesday 28 January 2025 (no original, em inglês).



Figura 4: Certificado do teste The Political Compass realizado pelo Entrevistado 3.

O resultado do teste posicionou o entrevistado no terceiro quadrante (na cor verde, canto inferior esquerdo) indicando um posicionamento político de esquerda libertária. E, da mesma forma que no certificado da Entrevistada 1, também neste, encontramos as caricaturas de figuras históricas e políticas ali organizadas somente para fins estéticos e não de precisão.

6.2. Análise da Entrevista Semi-Estruturada.

Apresentamos, a seguir, o resultado das entrevistas realizadas, abordando todos os eixos do Roteiro da Entrevista Semi-Estruturada, com quadros comparativos das tendências encontradas. A transcrição das entrevistas consta do ANEXO III.

6.2.1. Eixo 1 – Midiografia dos Entrevistados e Preferências Culturais.

As respostas do Eixo 1 sugerem perfis culturais bem distintos. Estão sintetizadas no Quadro 1 e comentadas na sequência, com trechos extraídos das entrevistas. A Entrevistada 1

tende a ter um perfil mais comunicativo; o Entrevistado 2 tende a ser mais analítico e o Entrevistado 3 tende a ser mais expressivo artisticamente.

Questão	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
Ano de nascimento	1988	1996	1986
Local de nascimento	Uberaba (MG)	Uberaba (MG)	Uberaba (MG)
Escolaridade	Mestrado em História e Direito	Mestrado em Direito	Pós-graduação em Gestão do Terceiro Setor
Profissão dos pais	Pai vendedor, mãe assistente social	Ambos comerciantes	Mãe empregada doméstica, pai pedreiro
Estilo musical	Eclético (MPB, sertanejo, pop)	MPB e Blues	Predominância de Rap e Hip-Hop (Racionais, Sabotage, Emicida, Eduardo Tadeu, Major RD)
Cinema	Filmes emocionais e sociais (<i>Divertida Mente 2</i> , documentários)	Filmes históricos e políticos (<i>Getúlio</i> , <i>Vice</i> , <i>Interestelar</i>)	Filmes que retratam a realidade e inspiram (<i>Fique Rico ou Morra Tentando</i> , <i>Invasão da Casa Branca</i> , <i>Carros</i>)
Interesse jornalístico	Alto, acompanha jornais nacionais e locais	Seletivo, usa Reuters e UOL para evitar vieses	Moderado, prefere conteúdos independentes
Memes	Usa estrategicamente para comunicação política e social	Não consome	Utiliza para ironia e crítica social
Influências Externas	Maior impacto veio da política e universidade	Família e avós foram a principal influência	Influência de coletivos culturais e da comunidade
Leitura	Hábito consolidado, incentivo à leitura pública	Prefere clássicos e livros políticos	Leitor de livros sobre estratégia e cultura Hip-Hop (<i>A Arte da Guerra</i> , <i>Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas</i> , <i>Racionais - Capítulo 4, Versículo 3</i>)
Games	Não se interessa	Joga <i>Counter-Strike</i> para desenvolver estratégia	Grande conexão com videogames, mantém emulador com 60 mil jogos de Atari, joga <i>Donkey Kong</i> e <i>Resident Evil</i>
Conteúdo Midiático Marcante	Série [REDACTED] ¹⁴⁴ (identificação com personagem)	DVD do Projota (influência política)	Cultura Hip-Hop e independência na produção de conteúdo digital

Quadro 1: Síntese da midiografia dos entrevistados.

¹⁴⁴ Optamos por cobrir algumas citações/trechos de forma a proteger a identificação dos entrevistados.

Entrevista 1¹⁴⁵:

A Entrevistada 1 é mulher, 37 anos, branca, casada, com formação superior em Direito, Licenciada em História e Mestre em História. Está no seu segundo mandato como Vereadora da cidade de Uberaba (MG). Tende a um perfil ativo, pragmático e estrategicamente engajado. Seu repertório é eclético, transitando entre MPB, sertanejo e pop, com um interesse particular por artistas como Roberta Sá, Sandy e Rita Lee. No cinema, prefere filmes com mensagens sociais e emocionais, destacando *Divertida Mente 2*, um documentário sobre José Mujica¹⁴⁶ e a biografia de Amy Winehouse¹⁴⁷. A entrevistada expressou forte interesse por notícias jornalísticas e diz acompanhar jornais nacionais e locais, como parte de sua rotina de trabalho, embora critique a falta de diversidade na mídia tradicional, o que reforça sua busca por fontes complementares de informação, como sites de notícia alternativos e redes sociais. Como parte de seu trabalho, mantém uma equipe para auxiliá-la na análise de notícias e na construção de pautas políticas, conforme esse depoimento: “Tenho um jornalista aqui na equipe que me ajuda, então tá sempre ligada em tudo porque pra nós uma notícia jornalística, uma brecha jornalística vira uma pauta, vira um trabalho, vira um mandato [...]. A gente tem uma imprensa muito fechada. A gente fica sabendo mais das coisas pelo Instagram e tudo o mais, do que pelos jornais.” O perfil comunicativo, também se expressa no interesse por memes que inclusive fazem parte da sua estratégia de comunicação. Vê esse gênero como uma forma leve de abordar questões sérias, algo propício para o ambiente das redes sociais: “Eu amo memes! Eu acho que o meme tem a capacidade de, com humor, tocar na ferida, assim, né? Então acho que isso é bem interessante, e é falar de uma forma que você tá falando de assuntos sérios e aquele negócio torna as coisas mais leves. Eu gosto muito, muito mesmo”. Diferentemente dos outros dois entrevistados, ela considera que a política ampliou seu repertório cultural mais do que a própria família ou a escola, embora reconheça a influência da vida acadêmica na sua formação. Ela tem o hábito de ler livros e diz publicar anualmente uma lista dos títulos que leu, como forma de incentivar seus seguidores. Não tem interesse por games, ao contrário dos outros dois entrevistados. Um exemplo de conteúdo midiático marcante para ela foi a série “XXXXXXXXXX”. A forte identificação que as pessoas fizeram entre a entrevistada e uma personagem a levou a

¹⁴⁵ Realizada no dia 2 de julho de 2014, no gabinete que a entrevistada ocupava na Câmara Municipal de Uberaba (MG).

¹⁴⁶ José Alberto "Pepe" Mujica Cordano (1935 -) é um político e agricultor uruguaio, tendo sido presidente do Uruguai entre 2010 e 2015. Após deixar a presidência, foi senador de 2015 a 2018. Mujica teve importante papel no combate à ditadura militar no Uruguai.

¹⁴⁷ Amy Jade Winehouse (1983 – 2011) foi uma cantora, compositora e musicista britânica. Conhecida por seu poderoso e profundo contralto vocal e por sua mistura eclética de gêneros musicais, incluindo soul, jazz, R&B e ritmos caribenhos, como o ska.

incorporar elementos da série em sua comunicação nas redes sociais, utilizando memes e referências ao programa como parte de sua identidade digital. Esse aspecto reforça seu perfil pragmático e comunicativo, utilizando elementos da cultura popular para se aproximar do público e fortalecer seu discurso.

Entrevista 2¹⁴⁸:

O Entrevistado 2 é homem, 29 anos, branco, casado, com formação superior em Direito e Mestrado em Direito. É Administrador público da Prefeitura Municipal de Uberaba (MG). Seu perfil tende para racional e estruturado. Enfatiza a importância de analisar criticamente os vieses da mídia: “Bom, é importante a gente se informar, mas mais do que se informar puramente, é formar um valor crítico das informações, né? Então, desde muito pequeno eu sempre fiz isso, entendendo que cada veículo de comunicação tem o seu viés. E entender esse viés e saber filtrar as informações, é o fundamental. Então, não só para se informar, mas para formar um valor crítico.” Sugere uma abordagem estratégica na seleção de fontes confiáveis: “Bom, para me informar puramente, a nível mundial, jornalístico, eu uso a Reuters¹⁴⁹, né? Que é uma plataforma alemã [...]. Uso para me informar de assuntos locais o JM¹⁵⁰, que tem um viés político muito claro, mas é importante que a gente se mantenha informado; e, o UOL¹⁵¹. Todos em mídias digitais.” Diferentemente da Entrevistada 1, o Entrevistado 2 não vê valor nos memes como forma de comunicação: “Eu, na verdade, eu tenho uma rotina muito intensa, então eu tenho poucos *hobbies* e poucos momentos de relaxamento que eu posso escolher. E aí, eu não escolho as redes sociais pra isso.” Formação cultural fortemente influenciada pela família e pelos avós, mais do que por amigos: “Eu sempre fui muito diferente dos meus amigos. Família é mais, muito mais. O núcleo é mais forte.” Forte hábito de leitura: “A literatura, do ponto de vista de relaxamento é um caminho claro, ela abre portas na sua mente que você nem sabia que existia”, citando como livros marcantes *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Vidas Secas* e a autobiografia de Barack Obama. Gosto musical: MPB e Blues, com ênfase em artistas que fazem reflexões sociais e políticas, como Chico Buarque, Caetano Veloso e Criolo. Apesar de manifestar consumo midiático seletivo, o Entrevistado 2 tem um grande apreço por games, especialmente jogos

¹⁴⁸ Realizada no dia 28 de novembro de 2024, na sala que o entrevistado ocupava no prédio da Administração da Prefeitura Municipal de Uberaba (MG).

¹⁴⁹ Reuters é uma agência de notícias britânica, a maior agência internacional de notícias do mundo, com sede em Londres.

¹⁵⁰ Jornal da Manhã é uma editora de jornais em Uberaba (MG).

¹⁵¹ Universo Online é uma empresa brasileira de conteúdo, produtos e serviços de internet do Grupo UOL PagSeguro.

estratégicos, citando Counter-Strike como um dos seus favoritos: “Counter-Strike, por exemplo, ajuda na tomada de decisão, no trabalho em equipe e na liderança. Então, não é só entretenimento, é aprendizado também.”

Entrevistado 3¹⁵²:

O terceiro entrevistado é homem, 39 anos, negro, casado, com formação superior em Gestão Pública e Pós-graduação em Gestão do Terceiro Setor. É comerciante proprietário de uma loja de moda *streetwear* e artigos para *skatistas*. Tende a um perfil artístico e autodidata, conectado à cultura Hip-Hop e independente. Cresceu em um ambiente socialmente marginalizado e encontrou na música uma forma de expressão e resistência. Sua identidade cultural é fortemente influenciada pelo Rap e pelo Hip-Hop tendo, por artistas favoritos, todos desse gênero (Racionais MC's, Sabotage, Emicida, Eduardo Taddeo e Major RD): “Eu sempre falo muito de Racionais, porque Racionais foi assim... Foi uma coisa assim, que desde o começo me tocou muito, sabe? Onde eu ouvia assim, o Racionais cantava: ‘Então, só quem é de lá sabe o que acontece, quando o dia escurece’. E, de repente, eu liguei a rádio e vi esses caras cantando o que acontecia na porta de casa.” É produtor cultural e educador, e enxerga o Hip-Hop como uma forma de dar voz a quem não é ouvido e incentivar o aprendizado por meio da arte: “A missão são esses jovens de volta na sociedade, com conhecimento, de cabeça erguida, caminhando pelo certo. Assim seguimos.” A leitura desempenhou um papel importante em sua trajetória, mas admite que, atualmente, não lê tanto quanto antes: “Hoje, não mais. E tem que ler. Porque como eu vim do Hip-Hop, eu sou muito bom, também na arte do *freestyle*, que é a rima improvisada. Desde quando eu era bem criança, a galera do rap falava assim que a gente tinha que ler muito, porque quando você lê muito, você tem muita palavra na cabeça.” Cita os livros “A Arte da Guerra: Estratégia e inteligência aplicadas à vida e à arte”, “Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas”, e “Racionais - Capítulo 4, Versículo 3”. Como o Entrevistado 2, gosta de games, mas prefere os antigos, revelando um apreço nostálgico pelos videogames de sua infância: “[...] era muita diversão que a gente tinha quando era moleque. Mais novo, era muito videogame. E hoje ainda. [...] Na minha época, quem tinha Atari era rico, porque não tinha no Brasil. Eu não tinha. Tinha que jogar na casa dos amigos.” Vê nos videogames, não apenas uma diversão, mas também uma memória afetiva e um símbolo de superação, conectando a experiência digital ao seu passado. Em diversos momentos, o Entrevistado 3 expressa uma atitude autodidata, fruto da sua

¹⁵² Realizada no dia 17 de dezembro de 2024, na loja de propriedade do entrevistado, em Uberaba (MG).

curiosidade e da observação do mundo ao seu redor. “Eu ficava lendo até as coisas na rua. Nossa, aquilo ali, aquela placa, aquela placa, aquela placa.” Relata que aprendeu a criar e editar conteúdos digitais de forma autodidata, porque não podia ter acesso a cursos formais: “Eu aprendi a editar vídeos sozinho, porque eu precisava divulgar meus trabalhos e não tinha dinheiro pra pagar alguém pra fazer isso por mim.”

6.2.2. Eixo 2 – Como Se Posiciona em Relação aos Valores Medidos Pela World Values Survey.

Conforme o quadro teórico apresentado no Capítulo 2, sobre os pares opostos da Pesquisa Mundial de Valores (WVS), as qualidades priorizadas pelos três entrevistados se enquadram no eixo “Valores de Sobrevivência x Valores de Autoexpressão” (os primeiros enfatizam segurança econômica, conformidade social, disciplina e respeito à autoridade e os segundos priorizam liberdade individual, criatividade, tolerância e participação ativa na sociedade) e no eixo “Valores Tradicionais vs. Valores Seculares-Racionais” (os primeiros destacam a importância da religião, da obediência à autoridade, da família e da ordem social e os segundos priorizam autonomia, racionalidade, igualdade de gênero e participação democrática) e podem ser caracterizados conforme o Quadro 2:

QUALIDADE	VALORES DOMINANTES
Boas maneiras	Valores tradicionais e de sobrevivência (ordem social e respeito às normas culturais).
Independência	Valores de autoexpressão e seculares-rationais (ênfase na autonomia e na liberdade individual).
Ser trabalhador	Valores de sobrevivência e tradicionais (disciplina e esforço para segurança econômica).
Ter responsabilidade	Valores tradicionais e de autoexpressão (cumprimento de deveres e autonomia para tomada de decisão).
Ter criatividade	Valores de autoexpressão e seculares-rationais (inovação, pensamento crítico e individualidade).
Ter tolerância e respeito pelos outros	Valores de autoexpressão (inclusão, diversidade e direitos humanos).
Saber economizar (dinheiro e bens)	Valores de sobrevivência e tradicionais (segurança econômica e prudência).
Ter determinação e perseverança	Valores tradicionais e de sobrevivência (resistência às dificuldades, esforço pessoal).
Ter fé religiosa	Valores tradicionais (importância da religião e da moralidade baseada na fé).
Não ser egoísta	Valores tradicionais e de autoexpressão (cooperação social e empatia).
Ser obediente	Valores tradicionais e de sobrevivência (respeito à hierarquia e à autoridade).

Quadro 2: Valores associados às qualidades escolhidas pelos entrevistados.

Questionados, cada entrevistado fez as seguintes escolhas:

Entrevistada 1	Boas maneiras; Ter responsabilidade; Ter criatividade; Ter tolerância e respeito pelos outros; Ter determinação e perseverança.
Entrevistado 2	Ter responsabilidade; Ter tolerância e respeito pelos outros; Ter determinação e perseverança; Ter fé religiosa; Não ser egoísta
Entrevistado 3	Boas maneiras; Ter responsabilidade; Ter determinação e perseverança; Ter fé religiosa; Ser obediente.

O Gráfico 1 posiciona cada um os entrevistados nos quadrantes, conforme o valor associado às cinco qualidades priorizadas por cada um, como segue:

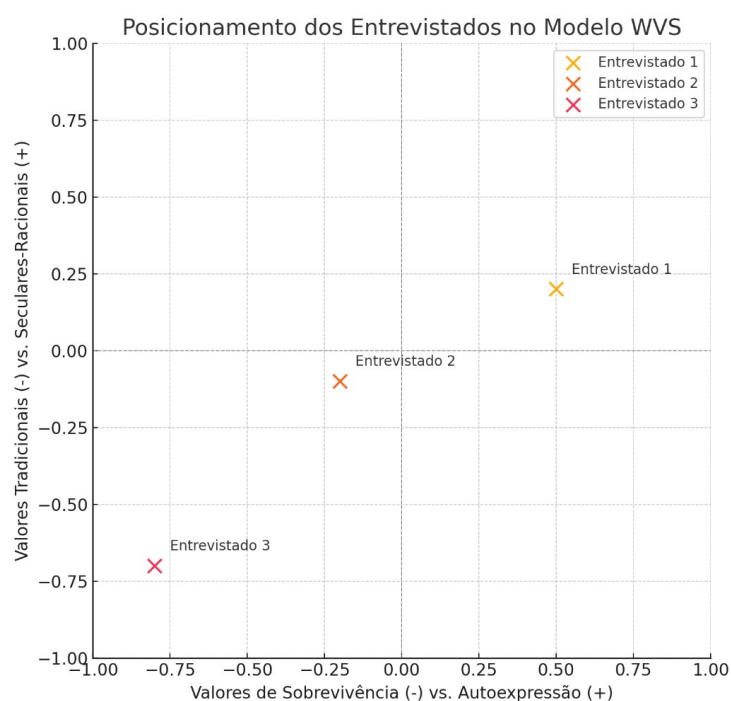


Gráfico 1: Posicionamento dos entrevistados no modelo WVS.

Fonte: elaborado pela autora.

A valoração sugere que a Entrevistada 1 está mais próxima dos valores de autoexpressão e levemente seculares-rationais, já que escolheu criatividade, tolerância e independência, indicando maior alinhamento com valores de autoexpressão. Ela justificou que esses valores precisam de uma base familiar, mas enfatizou que a falta de controle das crianças é um problema. Falou, também, sobre a necessidade de independência para expandir horizontes e da importância da perseverança. Por fim, enfatizou que a violência e agressividade na sociedade precisam ser combatidas com respeito e tolerância.

Já o Entrevistado 2, apresenta uma tendência ao equilíbrio entre valores tradicionais e seculares-rationais, já que escolheu responsabilidade, respeito, perseverança, fé e altruísmo, indicando uma transição entre valores tradicionais e seculares. Justificou que responsabilidade significa cuidar dos outros e garantir estabilidade social e financeira, destacou a importância da fé, mas não estritamente religiosa, como forma de acreditar em algo maior e mencionou que a vida vai além dos bens materiais, alinhando-se parcialmente a valores seculares.

O Entrevistado 3 parece estar mais próximo dos valores de sobrevivência e tradicionais, já que escolheu boas maneiras, responsabilidade, perseverança, fé e obediência. Enfatizou a importância da educação formal e da obediência para aprender a exigir respeito no futuro; associou responsabilidade com dignidade e sucesso profissional, reforçando a necessidade de ordem social e justificou a fé religiosa como um meio de equilíbrio pessoal, conectando-se a valores tradicionais.

O Quadro 3 organiza de modo mais sistemático as justificativas de cada um:

QUALIDADE	JUSTIFICATIVA		
	Entrevistada 1	Entrevistada 2	Entrevistada 3
Boas maneiras	Importante como base para valores essenciais na educação.		Foi ensinado desde pequeno e acredita que educação e boas maneiras são essenciais.
Ter responsabilidade	Fundamental para independência e crescimento pessoal.	Responsabilidade significa cuidar dos outros e garantir estabilidade.	Relaciona responsabilidade com dignidade e sucesso profissional.
Ter criatividade	Ajuda a expandir horizontes e explorar novas ideias.		
Ter tolerância e respeito pelos outros	Essencial para combater a violência e agressividade na sociedade.	Fundamental para conviver em sociedade e respeitar individualidades.	
Ter determinação e perseverança	Acreditar em si mesmo é essencial para alcançar objetivos.	Necessário para enfrentar dificuldades na vida.	Ser determinado é fundamental para fazer as coisas bem feitas.
Ter fé religiosa		Fé não necessariamente religiosa, mas como crença em algo maior.	Fé é um equilíbrio pessoal e essencial para a vida.
Não ser egoísta		A vida vai além dos bens materiais e do indivíduo.	
Ser obediente			Obediência ensina a exigir respeito no futuro e é essencial para disciplina.

Quadro 3: Qualidades escolhidas por cada entrevistado e respectivas justificativas.

A análise das qualidades priorizadas pelos entrevistados, e suas respectivas justificativas, permite compreender como os valores individuais se distribuem ao longo dos eixos propostos pela Pesquisa Mundial de Valores (WVS). A partir desse referencial, é possível identificar três perfis distintos entre os entrevistados, os quais podem influenciar diretamente seu comportamento e forma de interação em redes sociais.

A Entrevistada 1, se alinha predominantemente aos valores de autoexpressão e moderadamente aos valores seculares-rationais, refletindo uma orientação voltada para a inovação e a liberdade individual. Essa inclinação sugere que sua comunicação em redes sociais tende a ser mais aberta ao debate, valorizando pluralidade de opiniões e engajamento em temáticas sociais. O Entrevistado 2 se posiciona em um ponto de equilíbrio entre valores tradicionais e seculares-rationais. Esse perfil sugere uma comunicação mais conciliadora em redes sociais, com tendência a buscar pontos de equilíbrio em debates polêmicos. O Entrevistado 3 tende aos valores de sobrevivência e tradicionais, e essa inclinação indica que sua comunicação em redes sociais pode ser mais normativa, privilegiando conteúdos relacionados à moralidade e ao respeito às tradições.

6.2.3. Eixo 3 – Compreensão do Conceito de Justiça Social.

A Entrevistada 1 define justiça social como equidade, destacando desigualdade e cotas como exemplos de injustiça e justiça social, respectivamente. Considera que a justiça social deve garantir que todas as pessoas partam de um ponto igual, com as mesmas condições para competir e alcançar suas metas. Ao mencionar a desigualdade entre homens e mulheres, destaca que as mulheres enfrentam obstáculos culturais muito maiores do que os homens, o que gera uma injustiça social. Argumenta que a justiça social não significa tratar todos igualmente, mas sim de forma justa, levando em consideração as desvantagens históricas e sociais de certos grupos, trazendo a questão das cotas como uma forma de promover a justiça social. A entrevistada compreende que, em uma sociedade justa, é necessário considerar os obstáculos estruturais e culturais que impactam diferentes grupos de maneiras desiguais.

Algumas frases são particularmente significativas para sintetizar as concepções da entrevistada: "Para mim, a desigualdade social é uma injustiça social. [...] você tem uma pequena parcela da população que detém o poder econômico e uma parcela gigante que está passando fome"; "A discussão das cotas [...] é uma reparação histórica, principalmente, as cotas ligadas às pessoas negras"; "Justiça social, para mim, tem a ver com equidade. É uma sociedade que tem mais condições das pessoas saindo do mesmo ponto e ter as mesmas condições".

As respostas do Entrevistado 2 indicam que o conceito de justiça social é compreendido como a busca pela igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, reconhecendo que cada pessoa começa de um ponto diferente na vida. O argumento central é que, embora o objetivo final (chegar a determinado ponto) seja comum, as disparidades de partida entre as pessoas precisam ser reduzidas ao máximo possível, a fim de garantir que todos tenham as mesmas chances de alcançar esse objetivo. Isso implica em um esforço para equilibrar as condições iniciais desiguais, proporcionando a todos a mesma possibilidade de alcançar o sucesso, apesar das desigualdades. Como exemplo de justiça social, o entrevistado destacou um sistema educacional que garanta ao mais pobre as melhores condições possíveis, para que ele tenha oportunidades futuras e esteja preparado para elas. Como exemplo de injustiça social, citou a concessão do auxílio emergencial às pessoas em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (Coronavírus). A injustiça social foi identificada no abuso que ocorreu por parte de muitos que não precisavam, todavia, “pleitearam, receberam e gastaram com besteiras”.

A seguir, algumas frases ditas pelo entrevistado que sintetizam suas concepções concernentes a justiça social: “A chegada pode ser o mesmo ponto, mas o ponto de partida é diferente. Então a justiça social é garantir que essas diferenças de ponto de partida sejam diminuídas o máximo possível”; “Justiça social é uma manifestação da igualdade material. Ou, na verdade, a igualdade material é uma manifestação da justiça social”; “É você tratar o diferente na medida da sua diferença. [...] Não é tratar todo mundo igual”; “Você garante a justiça social através de entender a individualidade e tratar a pessoa na medida da sua individualidade”.

Na percepção do Entrevistado 3, a questão dos jovens internos do sistema sócio-educativo [onde ele atua como educador] é claramente uma situação de injustiça social, devido aos fatores que os levaram até ali se caracterizarem com um ciclo vicioso: geralmente, o pai e/ou a mãe desses jovens, também tiveram a mesma história de vida.

Como exemplo de justiça social, o entrevistado cita um caso recente em que um policial militar foi punido por ter agido com abuso de autoridade.

Algumas frases destacadas da Entrevista expressam as concepções do entrevistado quanto à justiça/injustiça social: “Eu sempre falo assim: lutar contra o sistema não é traficar, não é roubar; é se formar n’uma universidade”; “A injustiça social é a falta de oportunidades que foram negadas e que levaram eles [jovens internos do sócio-educativo] pra lá”; “[...] três moleques brancos, camiseta do Marista, tomando uma revista da polícia na praça Rui Barbosa, se tiver alguma coisa de errado ali, eles vão chamar o pai e a mãe. Três moleques

negros na esquina do Jardim Triângulo, tomando uma revista da polícia; se tiver alguma coisa de diferente, eles [a polícia] vão sentar o pau”; “Justiça social pra mim seria que todo mundo tivesse as mesmas oportunidades e eu não falo [...] de você dar as coisas; não existe isso de dar as coisas; a gente precisa é de oportunidade de crescer”; “A justiça social é feita, também, com uma mudança de leis em nosso país que puniria mais as pessoas que cometem crimes e que não são punidas; [...] quantos caras aí, que de terno e gravata roubam milhões”; “A lei não é pra todos no Brasil; a partir do momento que você tem dinheiro a coisa muda”.

O Quadro 4 sintetiza as concepções de justiça social dos três entrevistados:

Critério	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
Definição de Justiça Social	Equidade: garantir que todos tenham as mesmas condições de partida.	Igualdade material: tratar o diferente na medida da sua diferença.	Inclusão: dar oportunidades e voz para grupos marginalizados.
Exemplo de Justiça Social	Política de cotas para negros no ensino superior.	Sistema educacional de qualidade para todos.	Oficinas culturais e educativas na periferia.
Exemplo de Injustiça Social	Desigualdade extrema e concentração de renda.	Abuso do auxílio emergencial por quem não precisava.	Falta de acesso de jovens periféricos à cultura e à educação.
Posição sobre Políticas Públicas	Defende políticas afirmativas e redistributivas.	Acredita em políticas públicas, mas com foco na criação de oportunidades.	Prioriza iniciativas comunitárias e culturais.
Foco Principal	Redução da desigualdade econômica e de gênero.	Educação e responsabilidade social.	Cultura como ferramenta de transformação.

Quadro 4: Concepções de justiça social.

6.2.4. Eixo 4 – Como Justificam Suas Postagens Sobre Justiça Social:

6.2.4.1. Postagens da Entrevistada 1:

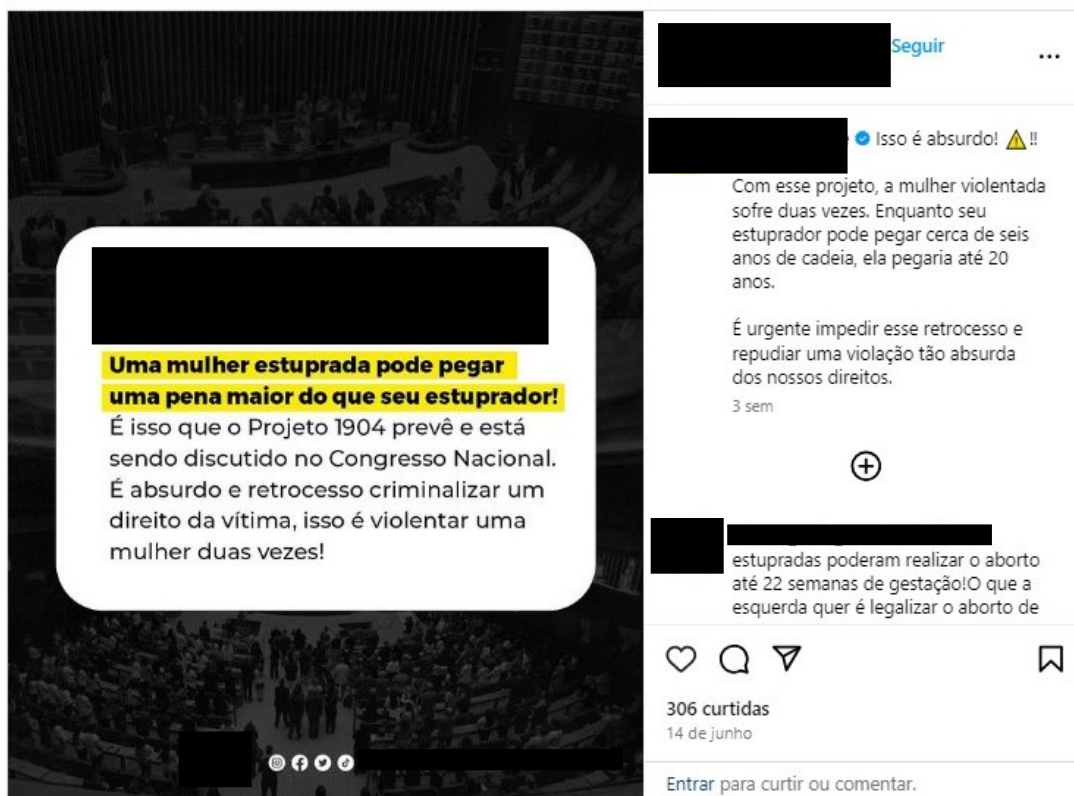
1ª Postagem



E₁: Exemplo de Justiça Social: lutar pelo direito das mulheres a terem um parto digno. Por isso, aprovamos a lei que garante o direito à presença de enfermeira obstétrica no parto, para proteger as mães e seus bebês.

Descrição da postagem: a data dessa postagem é 17 de junho de 2024. Vídeo da entrevistada em alguns momentos: na porta da Câmara dos Vereadores e dentro da Câmara dos Vereadores. Nos dois momentos a entrevistada aparece ora segurando cartazes com dizeres “+ Enfermeira Obstétrica, - Morte Materna”, ora posando para fotos. Nos dois momentos a entrevistada está acompanhada de três mulheres sendo, duas negras e uma branca. A postagem é acompanhada do seguinte texto: “Depois de muita luta, nosso projeto de lei que garante o direito à presença de enfermeira obstétrica durante o parto foi aprovado! Esse projeto foi mais um construído por muitas mãos, e aqui eu quero agradecer minhas parceiras de luta @, @ e @ pelo empenho de sempre. Por aqui seguiremos firmes em defesa das nossas mães e seus bebês, para que este momento seja seguro para todos!”.

2ª Postagem



E₁: Exemplo de Injustiça Social: aprovação de uma lei que tira os direitos das mulheres colocando a vítima, inclusive, em uma posição de culpada, violentando a mesma mais de uma vez, o aborto em caso de estupro já é permitido por lei.

Descrição da postagem: data da postagem: 14 de junho de 2024. Trata-se de um post com o texto “uma mulher estuprada pode pegar uma pena maior do que seu estuprador!” (em negrito e destacado em amarelo), seguido de outro texto onde se lê: “É isso que o Projeto 1904 prevê e está sendo discutido no Congresso Nacional. É um absurdo e retrocesso criminalizar um direito da vítima, isso é violentar uma mulher duas vezes!” Esse post é acompanhado do seguinte texto: “Isso é um absurdo! Com esse projeto, a mulher violentada sofre duas vezes. Enquanto seu estuprador pode pegar cerca de seis anos de cadeia, ela pegaria até 20 anos. É urgente impedir esse retrocesso e repudiar uma violação tão absurda dos nossos direitos.”

3ª Postagem



E₁: Exemplo de Justiça Social: fazer com que o espaço nas casas legislativas seja também das mulheres que são mães. Na história de Uberaba, tivemos apenas 13 mandatos de mulheres e mais de 700 mandatos de homens na Câmara Municipal. Isso em 204 anos de história. Essa diferença mostra que a política não foi pensada para nós ou por nós, *as mulheres*. Ainda temos um longo caminho para percorrer em busca da igualdade.

Descrição da postagem: data da terceira postagem escolhida: 5 de junho de 2024. Trata-se de um post com uma foto da entrevistada com o braço direito levantado, mão fechada com o título: “Por mais mulheres na política”. Sobre a foto da entrevistada, a manchete do jornal O POVO na qual se lê: “Movimento articula projetos pelo Brasil para criar espaços para cuidado de crianças no Legislativo. Cinco parlamentares do Brasil já protocolaram projeto”. Esse post é acompanhado do seguinte texto: “Mais mulheres na política! É com muito orgulho que nosso mandato está ao lado da @, lutando para que a política seja um espaço que respeite as mulheres, inclusive as que são mães. O projeto já foi tramitado e seguiremos na luta para que os espaços para as crianças sejam construídos. Em breve trago mais novidades!”.

A 1ª postagem foi apresentada como exemplo de justiça social. Refere-se à aprovação de um projeto de lei [municipal] que garante o direito à presença de enfermeira obstétrica durante o parto. Vejamos: a presença de enfermeiras obstétricas durante o parto na rede pública de saúde promove justiça social ao garantir assistência de qualidade, humanizada e equitativa para gestantes de diferentes contextos socioeconômicos. Estudos indicam que a presença dessas enfermeiras está associada a melhores desfechos maternos e neonatais, como a redução de intervenções cirúrgicas desnecessárias (cesarianas), menor incidência de complicações e promoção do parto normal, respeitando as particularidades de cada mulher (OMS, 2016). No Brasil, a distribuição desigual de médicos obstetras afeta regiões remotas e áreas de baixa renda. A presença de enfermeiras obstétricas nas unidades públicas de saúde contribui para mitigar essa desigualdade, ampliando o acesso a cuidados especializados e garantindo que mulheres em regiões menos favorecidas recebam assistência adequada durante o parto (Silva, 2017). Podemos concluir que, a presença dessas profissionais na rede pública de saúde desempenha um papel crucial na promoção da justiça social, ao garantir atendimento acessível, equitativo e humanizado, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A atuação dessas profissionais não apenas melhora os desfechos de saúde materna e neonatal, mas também assegura que os direitos das mulheres sejam respeitados durante o parto.

Na 2ª postagem, a entrevistada traz a questão da proposta do Projeto de Lei Federal nº 1.904 de 2024, como exemplo de injustiça social. Tal projeto ficou também, conhecido como "PL do aborto", por se tratar de um projeto que equiparava o aborto após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples. “A proposta prevê uma pena de reclusão de seis a 20 anos para o aborto realizado após 22 semanas de gestação, mesmo em casos de gravidez resultante de estupro” (Cruz, 2024). Para avaliar se essa proposta pode ser considerada uma questão de justiça ou injustiça social, é importante abordar três dimensões: direitos reprodutivos, equidade no acesso à saúde e as possíveis implicações sociais dessa mudança legislativa.

A justiça social, em seu cerne, busca garantir que todos os indivíduos tenham os mesmos direitos e oportunidades, inclusive no que diz respeito ao controle sobre o próprio corpo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012), os direitos reprodutivos são parte fundamental dos direitos humanos, e restringir o acesso ao aborto seguro pode violar a autonomia das mulheres, especialmente aquelas que enfrentam gestações indesejadas ou de alto risco.

Sob o aspecto da equidade no acesso à saúde, propostas legislativas que criminalizam o aborto em estágios avançados da gestação podem levar mulheres a buscar métodos

inseguros, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Segundo estudos, a criminalização severa do aborto não reduz sua incidência, mas, sim aumenta o número de abortos clandestinos e inseguros, o que agrava a mortalidade materna (Grimes *et al.*, 2006). Ao criminalizar o aborto em vez de garantir acesso seguro e legal ao procedimento, o Projeto de Lei 1904/2024 pode aumentar as disparidades de saúde. Mulheres de classes sociais mais baixas e aquelas sem acesso a serviços de saúde adequados seriam as mais afetadas, o que viola os princípios de justiça social ao agravar a exclusão social e econômica.

Além dos impactos sobre a saúde, as implicações sociais e econômicas desse projeto, também devem ser consideradas. Uma abordagem de justiça social priorizaria a proteção dos direitos das mulheres, oferecendo suporte social e econômico, ao invés de penalizá-las com uma legislação severa. As consequências de um aborto forçado, seja por falta de recursos para acessar serviços seguros ou pelo medo de consequências legais, podem ser devastadoras para as famílias e as comunidades, perpetuando ciclos de pobreza e marginalização (Cook; Bernard; Mahmoud, 2003).

Podemos concluir que, sob a ótica da justiça social, o Projeto de Lei 1904/2024 pode ser interpretado como injusto por restringir os direitos reprodutivos e penalizar mulheres de forma desproporcional, especialmente as mais vulneráveis. Ao equiparar o aborto ao homicídio após 22 semanas, a legislação pode agravar as desigualdades já existentes, afetando a equidade no acesso à saúde e violando o princípio de que a justiça social deve promover a igualdade de oportunidades e proteger os mais desfavorecidos.

A 3ª postagem foi escolhida como mais um exemplo de justiça social. A postagem refere-se a um outro projeto de lei proposto por um movimento social que visa a criação de espaços para cuidado de crianças no Legislativo. Passemos à análise desse exemplo de justiça social, tomando alguns aspectos a serem considerados:

1) equidade de gênero e participação feminina: a implementação de espaços de cuidado infantil dentro do Legislativo contribui para a equidade de gênero, uma vez que a responsabilidade pelo cuidado das crianças ainda recai desproporcionalmente sobre as mulheres. Proporcionar um local onde os filhos possam ser cuidados durante o horário de trabalho facilita a participação de mulheres na política e em cargos públicos, diminuindo barreiras que muitas vezes impedem a sua plena inserção no mercado de trabalho e na vida pública (Hirata; Kergoat, 2007);

2) inclusão social e econômica: a criação de espaços para cuidado infantil, também se alinha com o princípio da inclusão social. Funcionários de diferentes níveis socioeconômicos, especialmente aqueles com menores salários, podem ter dificuldades em acessar serviços

privados de creche. Ao oferecer esse serviço dentro do ambiente de trabalho, o Legislativo contribui para reduzir desigualdades, proporcionando a todos os servidores a possibilidade de acessar cuidados infantis de qualidade (Hochschild; Machung, 2012). Além disso, essa medida promove justiça econômica, pois reduz os custos associados ao cuidado infantil que muitos trabalhadores enfrentam, o que pode ser um fator de exclusão para aqueles com salários mais baixos. Ao oferecer cuidado infantil acessível ou gratuito, o Legislativo está nivelando as oportunidades e fortalecendo a segurança econômica de seus funcionários (independentemente de serem mulheres ou homens);

3) bem-estar no trabalho e produtividade: garantir o acesso a cuidados infantis no local de trabalho pode melhorar o bem-estar dos funcionários e aumentar sua produtividade. A insegurança sobre o bem-estar dos filhos durante o horário de trabalho é uma preocupação constante para muitos pais e responsáveis. Ter a segurança de que seus filhos estão sendo bem cuidados pode reduzir o estresse e permitir que os funcionários se concentrem melhor em suas tarefas, resultando em um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo (Gornick; Meyers, 2003);

Frente ao exposto, a criação de espaços para o cuidado de crianças no Legislativo é um exemplo concreto de justiça social porque aborda questões de equidade de gênero, igualdade de oportunidades, bem-estar infantil e redução de desigualdades. Ao oferecer suporte para que parlamentares, funcionários e servidores possam equilibrar melhor suas responsabilidades familiares e profissionais, a medida promove um ambiente de trabalho mais justo, inclusivo e acessível para todos.

Podemos inferir que, as três (3) publicações escolhidas pela entrevistada como exemplos de justiça/injustiça social estão, todas, de acordo com sua compreensão de justiça social expressa em uma de suas falas, a saber: "Justiça social, para mim, tem a ver com equidade. É uma sociedade que tem mais condições das pessoas saindo do mesmo ponto e ter as mesmas condições".

6.2.4.2. Postagens do Entrevistado 2:

1ª Postagem



Exemplo de justiça social: entrega pela Secretaria de Educação de Uberaba (Semed), do novo Centro Municipal de Educação Infantil (Cemei), escola pública que atende crianças de 0 a 5 anos, em tempo integral, oferecendo a primeira etapa da educação básica. Essa unidade de ensino conta com salas de aula, refeitório, cozinha, banheiros e demais espaços, todos com acessibilidade.

Descrição da postagem: data da postagem: 4 de julho de 2024. Trata-se de um vídeo da cerimônia de inauguração do referido Cemei. A imagem inicial do vídeo é uma vista panorâmica da área total da edificação seguida por imagens dos presentes no evento e alguns discursos sobre a instituição. Esse post é acompanhado do seguinte texto: “Entregamos mais um CEMEI. Nesta quarta-feira (3), foi a vez do bairro [redacted] receber um Cemei novinho em folha, para atender mais de 370 crianças e com Tempo Integral. Foi uma entrega com muita emoção e com muito carinho. O nome do Cemei homenageia uma das grandes figuras e grandes pessoas da nossa cidade de Uberaba: [redacted]. Como é carinhosamente conhecido, o [redacted] deixou um legado de muito amor, honestidade, verdade e trabalho. Ele que sempre lutou pelos avanços do bairro [redacted], agora leva o nome de uma unidade que está pronta para acolher as próximas mentes brilhantes de Uberaba, como foi [redacted]. Com toda a sua família presente, [redacted] estava lá. E continua sempre em nossos corações.

2ª Postagem



Exemplo de justiça social: reinauguração do Parque Aquático do Centro Municipal de Educação Avançada (CEMEA) do Boa Vista. O local oferece mais de 40 modalidades esportivas e atividades físicas e artísticas para alunos da rede municipal, estadual, privada e, também, para a comunidade em geral.

Descrição da postagem: data da postagem: 3 de julho de 2024. Vídeo onde o entrevistado aparece com outra pessoa conversando sobre a revitalização do Parque Aquático alternando com imagens das áreas que fazem parte do local como banheiros e salas de administração, salientando que agora as piscinas contarão com água aquecida. O post é acompanhado do seguinte texto: “Após 6 anos fechada, vamos retomar as aulas na piscina do CEMEA Boa Vista! Participe da reinauguração conosco! É nesta quinta-feira, 04/07, às 15:30. É mais segurança e conforto para você. Ah, e em breve vai estar quentinha, viu? Seguimos avançando: por Uberaba, pelo futuro!”

3ª Postagem



Exemplo de justiça social: entrega de kits LEGO Braille Bricks (e manuais, também em Braille) para as unidades da rede municipal de educação que têm alunos/crianças com alguma deficiência visual. Esses kits foram especialmente projetados para crianças com idades entre 4 e 10 anos, visando ampliar o ensino voltado para estudantes com deficiência visual.

Descrição da postagem: data da postagem: 26 de abril de 2024. Vídeo onde o entrevistado juntamente com outra pessoa, apresenta o material que será entregue à 51 unidades de ensino da rede municipal de educação, acompanhado do texto: “Explorando o mundo do aprendizado inclusivo. Com a parceria entre a Semed, por meio do Departamento de Educação Inclusiva, e a fundação Dorina Nowill para Cegos, foi iniciada a entrega de 117 kits LEGO Braille Bricks e 51 manuais para 51 unidades da nossa rede. Vamos juntos promover uma educação mais acessível e inclusiva para nossos alunos com deficiência visual.”

Associando as falas em destaque (item anterior) com algumas de suas postagens no Instagram, temos:

A 1ª postagem refere-se à entrega de uma nova escola pública para atender crianças de 0 a 5 anos, em tempo integral. Na nossa análise, esse fato pode ser considerado um exemplo de justiça social por vários motivos, principalmente pela forma como busca reduzir as desigualdades de oportunidades educacionais e sociais desde os primeiros anos de vida. Com base na compreensão de justiça social estudada por alguns teóricos como, também, no entendimento desse conceito trazido pelo próprio entrevistado, vejamos alguns pontos examinados que reforçam a seguinte fala: “[...] justiça social é garantir que essas diferenças de ponto de partida sejam diminuídas o máximo possível”;

- promoção da igualdade de oportunidades: o conceito de justiça social, conforme apontado por Rawls (2016), envolve a busca pela equidade e igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, independentemente das condições sociais em que nascem. As escolas públicas para crianças de 0 a 5 anos oferecem um acesso universal à educação básica e a cuidados de qualidade desde a infância, contribuindo para um ponto de partida mais igualitário para todas as crianças. Em uma sociedade marcada por desigualdades econômicas e sociais, as crianças que pertencem a famílias de baixa renda têm, de forma geral, menos acesso a recursos educacionais e de desenvolvimento infantil, o que pode impactar seu desempenho acadêmico e social ao longo da vida. Ao garantir o acesso universal à educação infantil em tempo integral, busca-se equalizar as condições iniciais de desenvolvimento dessas crianças, o que é um princípio fundamental da justiça social, como enfatizado por Sen (2010), que defende a promoção da equidade nas capacidades e oportunidades das pessoas.

- redução das desigualdades estruturais: ao oferecer educação infantil de qualidade e em tempo integral, o Estado está atuando diretamente na redução das desigualdades estruturais, pois proporciona a todas as crianças, independentemente da classe social, uma formação inicial de qualidade. O investimento na educação infantil tem impacto direto no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, e pode mitigar desvantagens iniciais relacionadas à pobreza, à falta de acesso a recursos educacionais ou ao ambiente familiar (Heckman, 2006). Ainda, Rawls (2016) afirma que a justiça social busca uma redistribuição que favoreça os mais desfavorecidos, e uma educação infantil pública e de qualidade é uma ferramenta eficiente para garantir que as crianças tenham as mesmas possibilidades de desenvolvimento, reduzindo as lacunas de oportunidades geradas por contextos socioeconômicos desiguais.

- investimento no futuro e mobilidade social: investir em educação infantil, especialmente em tempo integral, também tem um efeito positivo no futuro das crianças e na mobilidade social, um dos principais objetivos da justiça social. Programas de educação infantil de qualidade (como os oferecidos por escolas públicas) têm demonstrado efeitos significativos no sucesso escolar e, posteriormente, no mercado de trabalho, além de promoverem maior equidade social (Heckman, 2006). A criação dessas escolas não é apenas um benefício imediato para as crianças, mas, também, uma estratégia para reduzir as desigualdades a longo prazo, criando uma sociedade mais justa e com maior mobilidade social;

- garantia de direitos fundamentais: a educação infantil é reconhecida como um direito fundamental, conforme estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e pela Constituição Brasileira de 1988, que afirma que "a educação básica é direito de todos e dever do Estado".

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Ao garantir a educação infantil pública em tempo integral, o governo promove um dos direitos mais fundamentais de uma criança, proporcionando-lhe a chance de desenvolver plenamente suas capacidades, um ponto central no conceito de justiça social proposto por Sen (2010), que enfatiza a importância de expandir as liberdades e as capacidades dos indivíduos.

Portanto, a criação de escolas públicas para crianças de 0 a 5 anos em tempo integral representa uma ação concreta do governo para promover a justiça social, ao garantir acesso igualitário à educação e ao reduzir as desigualdades sociais, permitindo que todas as crianças tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento, independentemente de sua origem socioeconômica.

Na 2ª postagem, que trata da reinauguração de um Parque Aquático voltado para alunos da rede municipal, estadual, privada e, também, para a comunidade em geral, vemos coerência com outra fala do entrevistado: “justiça social é uma manifestação da igualdade material. Ou, na verdade, a igualdade material é uma manifestação da justiça social”.

A reinauguração de um Parque Aquático com acesso a uma grande diversidade de modalidades esportivas, atividades físicas e artísticas pode ser analisada à luz da teoria de justiça social de John Rawls, especialmente considerando os princípios de justiça como equidade. Rawls, em sua obra Teoria da Justiça, apresenta um modelo de justiça baseado em dois princípios fundamentais: o princípio da liberdade e o princípio da diferença. Vejamos:

- Princípio da Liberdade:

O primeiro princípio de Rawls defende que todos devem ter o direito a uma série de liberdades e direitos básicos, tais como liberdade de expressão, de reunião, e de acesso à educação e à saúde. No contexto da reinauguração do Parque Aquático, a oferta de acesso a atividades esportivas e artísticas pode ser vista como uma tentativa de garantir essas liberdades, permitindo que indivíduos, independentemente de sua origem (seja da rede municipal, estadual, privada ou da comunidade em geral), possam usufruir desses direitos de participação e de desenvolvimento pessoal.

A ideia de liberdade como defendida por Rawls, implica em garantir a todos uma chance igual de acesso a esses recursos. No caso do parque, se houver políticas que garantam um acesso equitativo a todos os grupos da sociedade, isso reflete a implementação desse princípio.

- Princípio da Diferença:

O segundo princípio de Rawls, o princípio da diferença, sugere que desigualdades econômicas e sociais só são justificáveis se beneficiarem os membros mais desfavorecidos da sociedade. Isso está diretamente relacionado à forma como o parque será acessado pelas diferentes camadas sociais. Se o parque aquático oferece mais de 40 modalidades esportivas e artísticas, seria interessante que ele fizesse isso de maneira que beneficie especialmente as populações mais vulneráveis — como os alunos de escolas públicas e a comunidade em geral. Por exemplo, políticas de inclusão, como preços diferenciados ou mesmo gratuidade para grupos de baixa renda, podem ser vistas como uma aplicação do princípio da diferença. Isso se alinha ao conceito de que as desigualdades (como o acesso a uma infraestrutura de lazer e bem-estar) podem ser aceitáveis se servirem para melhorar a posição dos mais desfavorecidos, promovendo uma maior igualdade de oportunidades.

A ideia de igualdade de oportunidades também é central na teoria de Rawls e pode ser relacionada à acessibilidade do parque aquático. Rawls acredita que todos devem ter as mesmas oportunidades de alcançar posições de vantagem na sociedade. Se o parque oferece acesso a atividades que desenvolvem habilidades esportivas e artísticas, isso pode contribuir para que crianças e jovens de diversas origens possam competir em igualdade de condições, independentemente de sua classe social, e assim, potencialmente, melhorar sua posição na sociedade.

Além disso, Rawls coloca uma forte ênfase na educação como um meio de promover a justiça social¹⁵³. O parque aquático, ao oferecer atividades artísticas e esportivas, pode ser visto como uma extensão da educação física e cultural, proporcionando aprendizado e desenvolvimento pessoal para os alunos de escolas públicas e privadas. Isso está alinhado com o princípio de que a sociedade deve estruturar suas instituições para garantir uma educação de qualidade para todos, permitindo uma mobilidade social justa.

Portanto, a reinauguração de um Parque Aquático voltado para alunos de diferentes redes de ensino e para a comunidade em geral pode ser vista como uma aplicação prática de vários aspectos da teoria da justiça social de John Rawls. A criação de oportunidades de acesso igualitário, o investimento na melhoria das condições dos mais vulneráveis e a promoção da inclusão social por meio de atividades culturais e esportivas são maneiras de refletir os princípios de justiça como equidade. O objetivo é garantir que as desigualdades existentes entre os diferentes grupos sociais sejam reduzidas ou minimizadas, favorecendo os mais desfavorecidos sem prejudicar as liberdades individuais.

Na 3ª postagem, sobre a entrega de kits LEGO Braille Bricks (cujas peças representam o alfabeto Braille e a respectiva letra/número impressa) para as unidades da rede municipal de educação, podemos seguramente apontar a correlação existente com a compreensão de justiça social do entrevistado, expressa nas seguintes falas: “é você tratar o diferente na medida da sua diferença. [...] não é tratar todo mundo igual” e, “você garante a justiça social através de entender a individualidade e tratar a pessoa na medida da sua individualidade.”

Um dos princípios centrais da teoria da justiça de Rawls é a ideia de que todas as pessoas devem ter igualdade de oportunidades para alcançar suas metas e objetivos, independentemente de suas circunstâncias iniciais. Nesse contexto, a entrega dos kits LEGO Braille Bricks para as unidades da rede municipal de educação pode ser vista como uma tentativa de nivelar o campo de oportunidades para crianças com deficiência visual. O uso desses kits pode ajudar na aprendizagem de crianças cegas ou com baixa visão de forma lúdica e envolvente, permitindo-lhes adquirir competências importantes para sua educação e futura inclusão no mercado de trabalho, de forma mais igualitária em relação aos seus colegas com visão normal.

A entrega desse material pedagógico pode, ainda, ser vista como uma aplicação prática do princípio da diferença como defendido por Rawls, onde as desigualdades sociais e

¹⁵³ Embora Rawls não declare explicitamente que a educação por si só elimina as desigualdades, ele sugere que as instituições sociais, como a educação, devem ser estruturadas para garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de alcançar posições sociais, independentemente das vantagens ou desvantagens derivadas de seu nascimento.

econômicas são permitidas, desde que essas desigualdades beneficiem os membros mais desfavorecidos da sociedade. Ou seja, as desigualdades são aceitáveis apenas se resultarem em ganhos para os menos favorecidos. Ou seja: as crianças com deficiência visual estão em desvantagem educacional devido à falta de recursos e métodos de ensino adaptados. A introdução de um recurso educacional inovador e acessível pode reduzir essa desigualdade e promover o desenvolvimento acadêmico e social das crianças com deficiência visual, garantindo que seus direitos à educação de qualidade sejam respeitados.

Por atenderem de maneira específica às necessidades das crianças com deficiência visual (em vez de aplicar um modelo único para todos os estudantes), esses kits LEGO representam uma forma de tratamento desigual, porém, justo, à medida em que resultem em um benefício para os mais desfavorecidos.

6.2.4.3. Postagens do Entrevistado 3:

1ª Postagem



Exemplo de justiça social: formatura em um curso superior.

Descrição da postagem: data da postagem: 24 de janeiro de 2024. Vídeo onde o Entrevistado 3 está saindo da sua colação de grau no curso superior de Gestão Pública. No vídeo, o entrevistado fala que essa formatura é a realização de um sonho devido às dificuldades enfrentadas, como quando foi aprovado no vestibular e não ganhava o suficiente para pagar nem a matrícula no curso. Fala ainda que não desistiu e continuou lutando para se formar, por entender que só a educação pode mudar a vida de pessoas que, como ele, vieram da periferia. A postagem é acompanhada do seguinte texto: “Esse diploma é dedicado a todas as quebradas e ao meu pai que está lá em cima no céu, vendo essa vitória. Diploma na mão, formado e referência nas quebradas! Estude, mesmo que as oportunidades sejam poucas, não desista, acredita, insista e se dedique que com fé, a vitória vem. O rap foi minha escola e por aqui sigo ocupando os espaços, com a mesma ideia, postura e conceito. Ontem formei no curso superior de gestão pública e digo, estudem, os que pararam, voltem a estudar, vamos à luta.”

2ª Postagem



Exemplo de justiça social: Oficina de Hip Hop em Festival promovido para crianças e jovens de bairro carente.

Descrição da postagem: data da postagem: 16 de dezembro de 2024. Trata-se de várias fotos (um total de 19) da atividade realizada pelo entrevistado junto à moradores de um bairro de periferia. Nas fotos o entrevistado está em meio a um grupo de jovens, em uma quadra de esportes de uma escola local, realizando a atividade proposta pela Oficina. A postagem é acompanhada do seguinte texto: “Oficina de Hip Hop com [redacted] agita o Bairro Cajuru! 🎤. No dia (17) de novembro, a quadra do Cajuru foi palco da tão esperada Oficina de Hip Hop com o [redacted], como parte do Festival *As 110 Primaveras de Carolina*, realizado pela Associação [redacted]. 🗣️ Destaques do evento: 🌟 Criação de rimas e versos sobre beats 🎧 História e importância do Hip Hop 🎤 Apresentação final dos participantes com [redacted] 🎧 Pocket show exclusivo. [redacted], criador da [redacted], encantou crianças e adolescentes com sua experiência de mais de 20 anos, mostrando o poder do Hip Hop como ferramenta de resistência e expressão. 🌟 Um final de tarde de cultura, inclusão e muito talento! #HipHop #Cultura #Festival110Primaveras. Fotos: @[redacted]”.

3ª Postagem



Exemplo de justiça social: Aula em um curso profissionalizante para jovens internos no Centro Socioeducativo Municipal.

Descrição da postagem: data da postagem: 10 de dezembro de 2024. Vídeo onde o Entrevistado 3 está falando para um grupo de jovens internos no Centro Socioeducativo Municipal. No vídeo, o entrevistado está junto com outro adulto, em uma sala de aula, falando para um grupo de jovens internos do Centro Socioeducativo Municipal. A postagem é acompanhada do seguinte texto: “Hoje a aula com os meninos que estão no sócio educativo foi no arquivo público de Uberaba, obrigado meu parceiro [redacted], @ [redacted], [redacted] e toda a equipe. A missão são esses jovens de volta na sociedade, com conhecimento de cabeça erguida, caminhando pelo certo, assim seguimos”.

Associando as falas do Entrevistado 3, com algumas de suas postagens na rede social Instagram, temos:

A 1ª postagem, que mostra o entrevistado saindo da solenidade de colação de grau de sua formatura no curso superior em Gestão Pública, é coerente com a seguinte fala “Eu sempre falo assim: lutar contra o sistema não é traficar, não é roubar; é se formar n’uma universidade.”

A formatura em um curso superior, de uma pessoa de baixa renda que vive [ou vivia] na periferia, pode ser considerada um exemplo de justiça social, desde que seja analisada dentro do contexto de igualdade de oportunidades e mobilidade social. A justiça social envolve a criação de condições para que todos, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento e realização de seu potencial. No Brasil, onde as desigualdades sociais são profundas, a conquista do ensino superior por alguém da periferia é um marco importante nesse processo.

No contexto da justiça social, a educação é vista como um meio para a transformação da sociedade, pois proporciona a mobilidade social. A Constituição Brasileira de 1988 garante a educação como direito de todos, o que implica que, em uma sociedade justa, todas as pessoas devem ter a oportunidade de estudar e se qualificar independentemente de sua classe social. A ascensão de um indivíduo de baixa renda à conclusão de um curso superior exemplifica a realização desse direito, especialmente em um sistema educacional onde o acesso é historicamente restrito às classes mais favorecidas.

Iniciativas de apoio à permanência de estudantes de baixa renda nas universidades (como o ProUni – Programa Universidade para Todos e o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, por exemplo), têm um impacto direto nesse processo por objetivarem garantir que pessoas de diferentes origens tenham as mesmas chances de acesso ao ensino superior.

Embora a formatura de uma pessoa de baixa renda seja uma realização significativa e um exemplo de justiça social, é importante notar que as desigualdades ainda persistem no sistema educacional. Mesmo com as políticas de inclusão, o acesso à educação superior continua sendo mais difícil para pessoas de origem periférica, e os estudantes que chegam até a universidade enfrentam desafios como a escassez de recursos, a falta de infraestrutura adequada nas escolas públicas e a pressão de manter a sua vida acadêmica enquanto lidam com dificuldades financeiras. A verdadeira justiça social seria uma sociedade em que tais obstáculos não existissem, permitindo uma maior igualdade desde a base, ou seja, desde a educação básica.

Na fala do entrevistado, no vídeo, ele afirma que não desistiu e continuou lutando para se formar, por entender que só a educação pode mudar a vida de pessoas que, como ele, vieram da periferia. Nessa sua fala, temos a personificação clara da mobilidade social como um reflexo de justiça social. Embora o termo específico "mobilidade social" não seja tratado diretamente de forma extensiva em um único trecho da obra *Uma Teoria de Justiça*, a ideia relacionada pode ser encontrada principalmente nas discussões propostas por Rawls sobre o princípio da "diferença" e as condições para a distribuição justa de recursos e oportunidades.

Um ponto central em relação à mobilidade social surge no contexto do princípio da diferença, onde Rawls sugere que as desigualdades econômicas e sociais são justificáveis somente se beneficiarem os membros menos favorecidos da sociedade. Isso implica em uma estrutura onde os indivíduos têm a oportunidade de melhorar sua posição na sociedade, desde que as desigualdades existentes resultem em benefícios para os menos privilegiados, permitindo que possam acessar oportunidades que lhes possibilitem melhorar sua condição social. Especificamente, ao discutir a "posição original" e o "véu da ignorância", Rawls estabelece um cenário em que os princípios de justiça são escolhidos sem que os indivíduos saibam suas posições sociais ou talentos. Isso visa garantir que as escolhas feitas sejam justas e que a sociedade ofereça condições de mobilidade e igualdade de oportunidades, independentemente da origem social.

Sendo, a mobilidade social a capacidade de uma pessoa melhorar sua condição econômica e social ao longo da vida (algo que é frequentemente limitado para indivíduos de classes mais baixas), a formatura de um jovem da periferia é um reflexo da possibilidade de ascensão social, que muitas vezes é restrita pela falta de oportunidades educacionais, financeiras e de suporte institucional. Quando alguém consegue concluir o ensino superior nesse cenário, está superando barreiras que, em uma sociedade desigual, poderiam ser quase intransponíveis.

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
Definição de Justiça Social	Equidade e reparação histórica.	Igualdade de oportunidades.	Inclusão e representatividade.
Exemplo de Justiça Social	Lei garantindo enfermeira obstétrica nos partos.	Educação infantil como base para a igualdade.	Cultura e voz para grupos marginalizados.
Exemplo de Injustiça Social	Extrema desigualdade econômica e concentração de renda.	Abuso de auxílios sociais por quem não precisa.	Falta de acesso a cultura e educação na periferia.

Quadro 5: Dados extraídos da comparação entre as postagens dos três entrevistados

6.3. Análise do Conteúdo dos Perfis dos Entrevistados.

6.3.1. Entrevistada Número 1:

DADOS BÁSICOS ¹⁵⁴	
Data de entrada no Instagram:	janeiro de 2014
Número de seguidores:	18.600 (até a data de 27 de janeiro de 2025)
Número total de publicações:	1.990 (até a data de 27 de janeiro 2025)
Número de publicações contempladas pelos temas (para fins de análise na pesquisa):	três (3)

Temas abordados e análise:

TEMA	DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO	EXEMPLOS	ANÁLISE DOS EXEMPLOS
1. Igualdade e Equidade	Postagens que discutem igualdade de direitos e oportunidades. Discussões sobre equidade, considerando a necessidade de medidas para garantir que grupos historicamente marginalizados tenham acesso justo a recursos e oportunidades.	1ª postagem: aprovação de um projeto de lei [municipal] que garante o direito à presença de enfermeira obstétrica durante o parto na rede pública de saúde.	A presença dessas profissionais na rede pública de saúde desempenha um papel crucial na promoção da justiça social, ao garantir atendimento acessível, equitativo e humanizado, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A atuação dessas profissionais não apenas melhora os desfechos de saúde materna e neonatal, mas também assegura que os direitos das mulheres sejam respeitados durante o parto.
2. Direitos e Deveres	Postagens que abordam direitos fundamentais e sua relação com deveres cívicos. Reflexões sobre como as leis e políticas públicas garantem ou negam justiça social.	2ª postagem: referente à proposta do Projeto de Lei Federal nº 1.904 de 2024.	Sob a ótica da justiça social este projeto afeta diretamente os direitos reprodutivos das mulheres, especialmente em relação ao direito de decidir sobre a continuidade ou não de uma gravidez. Ao criminalizar o aborto após 22 semanas, o Estado interfere no direito da mulher de fazer escolhas sobre seu próprio corpo, levantando questões sobre a imposição de deveres sem o devido respeito às liberdades individuais.

¹⁵⁴ Dados verificados em 27 de janeiro de 2025.

3. Moral e Ética	Discussões sobre o que é considerado certo e errado na sociedade. Reflexões sobre dilemas morais, como políticas de bem-estar social, pena de morte ou legalização de drogas. Prostituição. Relação entre justiça e virtude moral.	2ª postagem.	Outro aspecto analisado na proposta do Projeto de Lei Federal nº 1.904 de 2024 refere-se envolve uma profunda questão ética e moral, já que trata do direito da mulher sobre seu corpo versus a proteção da vida do feto. Há um conflito ético entre a autonomia reprodutiva da mulher e a consideração da vida do feto como um ser com direitos próprios. A discussão sobre o aborto sempre envolve questões de crenças morais, culturais e religiosas, e sua legislação pode ser interpretada de formas muito distintas, dependendo da visão ética de quem a analisa.
4. Consenso e Conflito	Postagens que debatem o papel do consenso na construção de uma sociedade justa. Reflexões sobre tensões sociais e políticas. Discussões sobre pluralidade de valores em uma sociedade democrática.	2ª postagem	A proposta provavelmente gerará conflitos sociais, uma vez que não há consenso na sociedade sobre as questões relativas ao aborto. De um lado, grupos que defendem os direitos das mulheres e a autonomia reprodutiva, do outro, movimentos que buscam a proteção da vida desde a concepção.
5. Utilitarismo e Justiça Distributiva	Postagens que discutem a ideia de que justiça social deve maximizar o bem-estar do maior número de pessoas. Críticas ao modelo de distribuição de riquezas e oportunidades. Debates sobre o papel do Estado na redução das desigualdades.	1ª postagem: aprovação de um projeto de lei [municipal] que garante o direito à presença de enfermeira obstétrica durante o parto na rede pública de saúde.	Este projeto também pode ser analisado sob a ótica do utilitarismo, pois, ao garantir o direito à presença de profissionais capacitados, promove-se o bem-estar coletivo, reduzindo complicações e custos com tratamentos de alto risco, além de otimizar o uso de recursos da saúde pública. A medida pode gerar benefícios para um maior número de pessoas com o mesmo esforço de recursos.
6. Justiça Social e o Papel das Instituições	Postagens que falam sobre a importância de instituições públicas e privadas na promoção da justiça social. Discussões sobre como políticas públicas afetam a justiça social.	2ª postagem	Este projeto coloca em discussão o papel do Estado como garantidor de direitos e como regulador de práticas morais. Dependendo da sua aprovação, pode ser visto como um retrocesso em termos de justiça social, ao impor um controle sobre o corpo da mulher, enquanto se coloca em conflito com as questões de saúde pública e equidade no acesso a cuidados adequados.
		3ª postagem: referente a um movimento que articula projetos pelo Brasil para criar espaços para cuidado de crianças no Legislativo.	Esse projeto é uma tentativa de criar um ambiente mais inclusivo e acessível, especialmente para parlamentares e funcionários com responsabilidades parentais. O projeto também se alinha com a ideia de justiça social, ao reconhecer a necessidade de conciliar a vida

			profissional e a criação de filhos, promovendo a equidade entre gêneros, principalmente no contexto de maior participação feminina na política.
7. Representatividade e Vozes Marginalizadas	Postagens que enfatizam a necessidade de ouvir e dar visibilidade a grupos historicamente excluídos. Discussões sobre interseccionalidade, abordando como diferentes opressões (raça, classe, gênero) se cruzam.	1ª postagem: aprovação de um projeto de lei [municipal] que garante o direito à presença de enfermeira obstétrica durante o parto na rede pública de saúde.	A proposta fortalece a representatividade das mulheres e das profissionais de saúde, principalmente as enfermeiras obstétricas, que muitas vezes não têm o reconhecimento adequado. Esse direito pode ser visto como uma tentativa de atender a uma demanda de um grupo historicamente marginalizado, as mulheres, especialmente aquelas em contextos vulneráveis.
		3ª postagem.	Este projeto pode ser visto como uma medida de inclusão que dá voz e apoio a mulheres (principalmente) e famílias marginalizadas no sentido de conciliar a vida política com a parentalidade. A falta de espaços para o cuidado infantil em instituições como o Legislativo tem sido uma barreira para muitas pessoas, especialmente as mulheres, no acesso a posições de liderança e participação ativa.

Quadro 6: Análise do conteúdo do Perfil da Entrevistada 1

Tendências temáticas encontradas nas postagens: Igualdade e equidade; direitos e deveres; moral e ética; consenso e conflito; utilitarismo e justiça distributiva; justiça social e o papel das instituições (em duas postagens); e, representatividade e vozes marginalizadas (em duas postagens).

Postagens com mais interação do público: a 1ª Postagem, com 633 curtidas e 77 comentários (seguida das 2ª e 3ª Postagens tiveram 306 curtidas/65 comentários e 100 curtidas/15 comentários, respectivamente).

6.3.2. Entrevistado Número 2:

DADOS BÁSICOS ¹⁵⁵	
Data de entrada no Instagram:	março de 2017
Número de seguidores:	17.900 (até a data de 27 de janeiro 2025)
Número total de publicações:	423 (até a data de 27 de janeiro 2025)
Número de publicações contempladas pelos temas (para fins de análise na pesquisa):	três (3)

Temas abordados:

TEMA	DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO	EXEMPLOS	ANÁLISE DOS EXEMPLOS
1. Igualdade e Equidade	Postagens que discutem igualdade de direitos e oportunidades. Discussões sobre equidade, considerando a necessidade de medidas para garantir que grupos historicamente marginalizados tenham acesso justo a recursos e oportunidades.	1ª postagem: referente à entrega de uma escola pública para atender crianças de 0 a 5 anos, em tempo integral.	Esse evento pode ser vista como uma ação que busca garantir igualdade no acesso à educação para todas as crianças, independentemente de sua classe social ou origem. A oferta de educação em tempo integral demonstra, também um compromisso com a equidade, pois busca atender às necessidades específicas das crianças de 0 a 5 anos, promovendo um começo de vida escolar mais igualitário, onde crianças em situações de vulnerabilidade social podem ter acesso a uma educação de qualidade, garantindo um tratamento justo conforme suas necessidades.
		2ª postagem: reinauguração de um Parque Aquático voltado para alunos da rede municipal, estadual, privada e, também, para a comunidade em geral.	Esta ação pode ser interpretada como uma busca por igualdade de acesso ao lazer e à prática esportiva. Se o parque se destina especialmente a alunos de escolas públicas ou à população em situação de vulnerabilidade, ele pode também representar um esforço de equidade, buscando atender melhor os grupos que mais necessitam de espaços de recreação e esporte, fortalecendo a saúde e bem-estar comunitário.
		3ª postagem: entrega dos kits LEGO Braille Bricks.	Este feito é um exemplo claro de equidade no acesso à educação, pois reconhece a necessidade de adaptação dos materiais pedagógicos para crianças com deficiência visual. Este é um exemplo de ação que busca corrigir desigualdades na aprendizagem, oferecendo uma ferramenta específica para essas crianças, que pode ser vista como uma medida de justiça distributiva.
2. Direitos e Deveres	Postagens que abordam direitos fundamentais e sua relação com deveres cívicos. Reflexões sobre como as	1ª postagem.	A entrega de uma nova escola pública para atender crianças de 0 a 5 anos, em tempo integral está diretamente relacionado com o direito constitucional à educação, especialmente o direito à educação infantil,

¹⁵⁵ Dados verificados em 27 de janeiro de 2025.

	leis e políticas públicas garantem ou negam justiça social. Exemplos: Direito ao voto, direito à moradia, proteção trabalhista.		que é um dever do Estado, conforme a Constituição Brasileira. Também reforça o direito das crianças de terem um ambiente escolar que favoreça o seu desenvolvimento integral.
3. Moral e Ética	Discussões sobre o que é considerado certo e errado na sociedade. Reflexões sobre dilemas morais, como políticas de bem-estar social, pena de morte ou legalização de drogas. Prostituição. Relação entre justiça e virtude moral.		
4. Consenso e Conflito	Postagens que debatem o papel do consenso na construção de uma sociedade justa. Reflexões sobre tensões sociais e políticas. Discussões sobre pluralidade de valores em uma sociedade democrática.	2ª postagem.	A implementação de políticas públicas que envolvem a criação de espaços comunitários como um parque aquático pode gerar consensos sobre a importância do esporte para a saúde e o bem-estar. No entanto, também pode haver conflitos, como a alocação de recursos públicos, a gestão do espaço e até mesmo disputas entre diferentes grupos sobre quem tem prioridade de acesso.
5. Utilitarismo e Justiça Distributiva	Postagens que discutem a ideia de que justiça social deve maximizar o bem-estar do maior número de pessoas. Críticas ao modelo de distribuição de riquezas e oportunidades. Debates sobre o papel do Estado na redução das desigualdades.		Na perspectiva do utilitarismo, a criação de um parque aquático pode ser vista como uma ação que visa o maior bem para o maior número de pessoas, beneficiando tanto os indivíduos quanto a coletividade com a promoção de saúde, lazer e bem-estar. A justiça distributiva entra em cena ao garantir que todos, independentemente de sua origem ou classe social, tenham acesso a esse espaço público de forma justa.
6. Justiça Social e o Papel das Instituições	Postagens que falam sobre a importância de instituições públicas e privadas na promoção da justiça social. Discussões sobre como políticas públicas afetam a justiça social.	1ª postagem:	A educação é um pilar fundamental para a justiça social. Ao investir na educação infantil, a Secretaria de Educação fortalece o papel das instituições públicas na promoção de igualdade de oportunidades, atuando na redução das desigualdades sociais desde a infância.
		3ª postagem.	A entrega de kits LEGO Braille Bricks para as unidades da rede municipal de educação está

			diretamente relacionado à promoção da justiça social, ao garantir que crianças com deficiência visual tenham os mesmos direitos de aprendizado e participação na sociedade. A instituição educativa, ao adotar tais medidas, está cumprindo seu papel de proporcionar acesso e oportunidades iguais para todos, sem discriminação.
7. Representatividade e Vozes Marginalizadas	Postagens que enfatizam a necessidade de ouvir e dar visibilidade a grupos historicamente excluídos. Discussões sobre interseccionalidade, abordando como diferentes opressões (raça, classe, gênero) se cruzam.		A introdução de recursos como o LEGO Braille Bricks contribui para dar voz e visibilidade a uma população historicamente marginalizada: as pessoas com deficiência. A educação inclusiva é um meio de integrar essas vozes e garantir que seus direitos e necessidades sejam atendidos, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e representativa.

Quadro 7: Análise do conteúdo do Perfil do Entrevistado 2.

Tendências temáticas encontradas nas postagens: Igualdade e equidade (em três postagens); direitos e deveres; consenso e conflito; utilitarismo e justiça distributiva; justiça social e o papel das instituições (em três postagens); e, representatividade e vozes marginalizadas.

Postagens com mais interação do público: a 2ª Postagem, com 771 curtidas e 71 comentários (seguida das 3ª e 2ª Postagens que tiveram 431 curtidas/45 comentários e, 296 curtidas/34 comentários, respectivamente).

6.3.3. Entrevistado Número 3:

DADOS BÁSICOS ¹⁵⁶	
Data de entrada no Instagram:	maio de 2013
Número de seguidores:	7.727 (até a data de 27 de janeiro 2025)
Número total de publicações:	2.548 (até a data de 27 de janeiro 2025)
Número de publicações contempladas pelos temas (para fins de análise na pesquisa):	três (3)

¹⁵⁶ Dados verificados em 27 de janeiro de 2025.

Temas abordados:

TEMA	DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO	EXEMPLOS	ANÁLISE DOS EXEMPLOS
1. Igualdade e Equidade	Postagens que discutem igualdade de direitos e oportunidades. Discussões sobre equidade, considerando a necessidade de medidas para garantir que grupos historicamente marginalizados tenham acesso justo a recursos e oportunidades.	1ª postagem: formatura em um curso superior.	A formatura de uma pessoa de baixa renda que conseguiu concluir um curso superior é um exemplo claro de superação das barreiras que a desigualdade social impõe. Embora o princípio da igualdade sugere que todos tenham as mesmas oportunidades, contudo a equidade vai além, reconhecendo que as condições iniciais são diferentes e que medidas específicas são necessárias para corrigir essas desigualdades. A pessoa de periferia provavelmente teve que enfrentar obstáculos significativos, como falta de acesso a uma educação de qualidade, dificuldade no transporte, falta de apoio familiar (talvez, também) ou financeiro, que demandaram ações afirmativas (como bolsas de estudo ou programas de apoio) para garantir que ela tivesse as mesmas condições que alguém de um contexto mais privilegiado.
		3ª postagem: aula em um curso profissionalizante para jovens internos no Centro Socioeducativo Municipal.	A aula em um centro socioeducativo demonstra a necessidade de equidade, visto que os jovens internos não estão em igualdade de condições com a maioria dos outros jovens da sociedade, devido ao seu contexto de privação de liberdade. A equidade nesta situação exige que esses jovens recebam apoio e oportunidades diferenciadas para sua reintegração e para a construção de um futuro profissional, possibilitando uma real chance de mudança.
2. Direitos e Deveres	Postagens que abordam direitos fundamentais e sua relação com deveres cívicos. Reflexões sobre como as leis e políticas públicas garantem ou negam justiça social.	1ª postagem.	O evento da formatura de uma pessoa de baixa renda que conseguiu concluir um curso superior reflete o direito à educação, garantido pela Constituição. Ao alcançar essa conquista, a pessoa também reconhece o dever de contribuir para a sociedade, seja como profissional ou como agente transformador de sua comunidade. A educação superior abre portas, mas traz consigo a responsabilidade de atuar de maneira ética e justa dentro da sociedade.
		3ª postagem.	O direito à educação é fundamental, mesmo para aqueles que cometem infrações. Ao mesmo tempo, esses jovens têm o dever de cumprir as regras do sistema socioeducativo e de se reabilitar para contribuir de maneira positiva com a sociedade no futuro. A educação profissionalizante é uma maneira de proporcionar uma segunda chance, refletindo o dever de promover a reintegração social.

3. Moral e Ética	Discussões sobre o que é considerado certo e errado na sociedade. Reflexões sobre dilemas morais, como políticas de bem-estar social, pena de morte ou legalização de drogas. Prostituição. Relação entre justiça e virtude moral.	1ª postagem.	A jornada de um indivíduo em um sistema educacional que nem sempre é acessível demonstra uma busca pela ética no sentido de respeitar as regras, mas também de se confrontar com a moral em situações de desafios, onde muitas vezes é necessário tomar decisões difíceis para alcançar o sucesso, sem cair em injustiças ou fraudes.
		3ª postagem.	Trabalhar com jovens em um centro socioeducativo envolve constantemente questões de moral (o que é certo ou errado em termos de comportamento) e de ética (como tratar esses jovens com dignidade e respeito, independentemente de seu passado). A disposição em ensinar habilidades práticas pode ser uma forma de mostrar que esses jovens têm valor e que podem, sim, ter um papel ativo e positivo na sociedade.
4. Consenso e Conflito	Postagens que debatem o papel do consenso na construção de uma sociedade justa. Reflexões sobre tensões sociais e políticas. Discussões sobre pluralidade de valores em uma sociedade democrática.	2ª postagem: oficina de Hip Hop em Festival promovido para crianças e jovens de bairro carente.	O Hip Hop também pode ser uma ferramenta para abordar conflitos, sejam internos (como questões de identidade) ou externos (como violência e exclusão social). A oficina pode ajudar os participantes a lidar com seus próprios conflitos internos e a construir um consenso sobre a importância de dialogar e lutar por seus direitos, ao mesmo tempo em que enfrentam e refletem sobre os conflitos sociais presentes em suas realidades.
5. Utilitarismo e Justiça Distributiva	Postagens que discutem a ideia de que justiça social deve maximizar o bem-estar do maior número de pessoas. Críticas ao modelo de distribuição de riquezas e oportunidades. Debates sobre o papel do Estado na redução das desigualdades.		não analisarmos a Oficina a partir da ótica do utilitarismo, ela pode ser vista como uma maneira de maximizar o bem-estar dos jovens ao oferecer uma atividade construtiva e culturalmente relevante, que pode diminuir os impactos da exclusão social e abrir portas para futuros profissionais. Em termos de justiça distributiva, a oficina promove um tipo de "redistribuição" simbólica de oportunidades, oferecendo acesso à cultura, educação e expressão artística a quem normalmente não teria essas chances.
6. Justiça Social e o Papel das Instituições	Postagens que falam sobre a importância de instituições públicas e privadas na promoção da justiça social. Discussões sobre como políticas públicas afetam a justiça social.	1ª postagem.	A instituição de ensino tem um papel fundamental aqui, ao oferecer as oportunidades necessárias para que a pessoa de baixa renda tenha uma chance de competir de maneira justa com os outros. Além disso, o governo e outras instituições têm a responsabilidade de criar políticas públicas que promovam maior acesso à educação de

			qualidade para aqueles em situação de vulnerabilidade.
		3ª postagem.	Esse tipo de aula é um reflexo de justiça social, pois oferece uma oportunidade real de mudança para aqueles que, muitas vezes, são invisibilizados pela sociedade. As instituições, como o sistema socioeducativo e os educadores, têm o papel de garantir que esses jovens tenham as ferramentas necessárias para reiniciar suas vidas de forma digna e produtiva.
7. Representatividade e Vozes Marginalizadas	Postagens que enfatizam a necessidade de ouvir e dar visibilidade a grupos historicamente excluídos. Discussões sobre interseccionalidade, abordando como diferentes opressões (raça, classe, gênero) se cruzam.	2ª postagem.	O Hip Hop, como movimento cultural, tem suas raízes em comunidades marginalizadas, funcionando como uma plataforma de representatividade para aqueles que não são ouvidos nas grandes esferas da sociedade. A oficina é uma forma de dar voz a esses jovens, permitindo que eles expressem suas realidades e sentimentos através da arte, ao mesmo tempo em que se inserem em um espaço de cultura e empoderamento.

Quadro 8: Análise do conteúdo do Perfil do Entrevistado 3.

Tendências temáticas encontradas nas postagens: Igualdade e equidade (em duas postagens); direitos e deveres (em duas postagens); consenso e conflito (em duas postagens); utilitarismo e justiça distributiva; justiça social e o papel das instituições; e, representatividade e vozes marginalizadas (em duas postagens).

Postagens com mais interação do público: a 1ª Postagem, com 554 curtidas, 202 comentários e 7.279 visualizações/reproduções (seguida das 2ª e 3ª Postagens, com 23 curtidas e 1 comentário e, 46 curtidas, 5 comentários e 1.247 visualizações/reproduções, respectivamente).

6.4. Discussão Geral dos Resultados

A análise de casos específicos, à luz da educação em valores, da educação midiática e das ideias de John Rawls sobre justiça social, permitiu refletir sobre o papel fundamental que a mídia, as plataformas digitais e as interações virtuais desempenham na construção da compreensão de justiça social pelos jovens.

Verificou-se que, embora as redes sociais dos entrevistados transpareçam, em um primeiro olhar, perfis políticos manifestadamente opostos entre eles, os resultados obtidos a partir do exame dos três instrumentos utilizados, em conjunto, na pesquisa – questionário

online Political Compass, entrevista semi-estruturada e, análise de postagens – mostraram mais simetrias do que disparidades em suas visões de mundo, sobretudo no aspecto investigado que foi, o conceito de justiça social.

O primeiro dado analisado (resultado/certificado do questionário *online* Political Compass) posicionou os três entrevistados no mesmo quadrante, o 3º (na cor verde, canto inferior esquerdo) indicando um posicionamento político de esquerda libertária (Figura 5). Tal resultado surpreendeu um dos entrevistados que, ao enviar-me seu certificado, expressou “surpresa” relatando que esperava outro resultado, mais de acordo com o posicionamento político que ele(a) defende. Quanto aos outros dois entrevistados, não fizeram qualquer comentário a respeito.

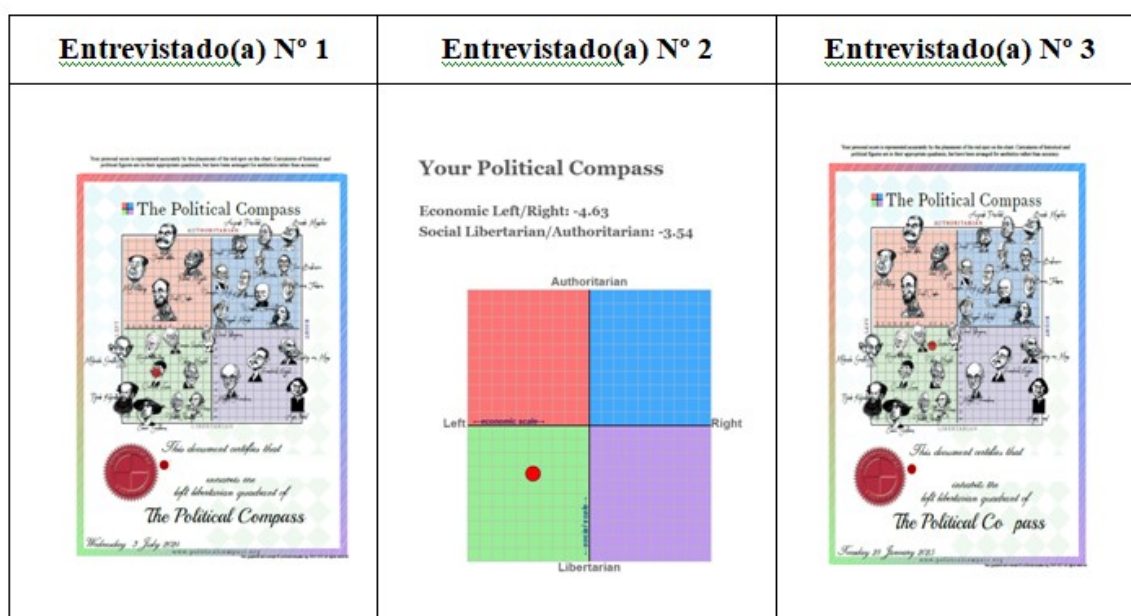


Figura 5: Quadro comparativo dos certificados do teste The Political Compass dos Entrevistados

O resultado do teste PC pode, ainda, ser visto como um primeiro indício que comprova a tese estabelecida pela presente pesquisa que considera a estrutura do meio social — caracterizada pela abundância de informações e pela coexistência de múltiplas perspectivas e influências — um desafio real para a comunicação autêntica de um conceito tão complexo e polissêmico como a justiça social.

Referente à análise das postagens que fizeram em suas redes sociais que se relacionam, de alguma forma, com o tema da justiça social, nos permitiu observar que a expressão online dos entrevistados é coerente com suas respostas às perguntas do Eixo 2 do roteiro de entrevista, que perguntou como eles se posicionam em relação aos valores medidos

pela WVS. Ao traçar o perfil dos participantes da pesquisa, a Entrevista Semi-Estruturada desvelou que os três entrevistados, não obstante as divergências em alguns aspectos da educação formal e não formal a que tiveram acesso, assim como os diferentes meios culturais e sociais em que se viveram e vivem, atualmente, têm a mesma compreensão quanto ao conceito sobre justiça social, compreensão esta, verificada no Eixo 3 desse instrumento de coleta de dados. Os três entrevistados citaram palavras como “desigualdade social”, “equidade” e “igualdade material” para definir justiça social. Ao analisar suas respostas, podemos observar algumas convergências nas percepções sobre justiça social, como segue:

1. reconhecimento das desigualdades sociais: todos os entrevistados destacam, de alguma forma, a presença de desigualdade ou injustiça social na sociedade atual. A Entrevistada 1 menciona a desigualdade como um exemplo de injustiça; o Entrevistado 2 reconhece que as pessoas começam de pontos diferentes; e, o Entrevistado 3 vê a situação dos jovens no sistema socioeducativo como resultado de um ciclo vicioso de desigualdade (já que, em geral, também os pais desses jovens tiveram a mesma história de vida);

2. busca por condições mais justas: A Entrevistada 1 fala sobre a justiça social sendo associada a cotas; o Entrevistado 2 defende a igualdade de oportunidades; e, o Entrevistado 3 foca na necessidade de quebrar o ciclo de desigualdade que afeta os jovens em situação de risco.

Em todos os casos, há a mesma percepção de que ações e políticas são necessárias para corrigir desigualdades e promover condições mais igualitárias.

Não obstante, também podemos observar algumas divergências nos seguintes aspectos:

1. quanto à definição de justiça social: a Entrevistada 1 define justiça social como equidade, associando-a a ações como as cotas; o Entrevistado 2 vê a justiça social como a igualdade de oportunidades, onde a ideia é garantir que todos tenham chances semelhantes, independentemente de sua origem; e, o Entrevistado 3 enfatiza a realidade concreta de injustiça vivida pelos jovens do sistema socioeducativo, considerando um ciclo vicioso ligado à estrutura familiar e social, o que implica que a justiça social precisa ser entendida em contextos mais amplos, não apenas em termos de políticas públicas ou oportunidades.

2. quanto ao foco da análise: a Entrevistada 1 fala sobre a justiça social em termos de políticas públicas, como as cotas; o Entrevistado 2 discute a justiça social como um princípio universal de igualdade de oportunidades, focando mais em uma abordagem idealista de sociedade; e, o Entrevistado 3 coloca a justiça social no campo das práticas sociais e sua aplicação em um contexto específico, como a educação e a reabilitação de jovens infratores.

Em suma, enquanto todos os entrevistados concordam que a desigualdade é uma forma de injustiça social e que a busca por uma sociedade mais justa é necessária, as divergências estão principalmente no conceito abstrato de justiça social e no enfoque das soluções. A Entrevistada 1 foca em ações de reparação (como cotas); o Entrevistado 2, na igualdade de oportunidades em termos mais amplos e ideais; e o Entrevistado 3, em uma abordagem mais concreta e específica, lidando com a desigualdade dentro de contextos sociais complexos.

Nessa mesma linha de raciocínio, ao examinar três frases em específico, sobre o conceito da justiça social, é possível verificar que, não obstante a diferença na forma, as falas se assemelham no conteúdo. Vejamos as falas e as respectivas análises: "Justiça social, para mim, tem a ver com equidade. É uma sociedade que tem mais condições das pessoas saindo do mesmo ponto e ter as mesmas condições" (Entrevistada 1); "Justiça social é garantir que todos os indivíduos tenham possibilidades de chegar ao mesmo lugar mediante a ciência de que eles não partem do mesmo lugar" (Entrevistado 2); "Justiça social pra mim seria que todo mundo tivesse as mesmas oportunidades e eu não falo [...] de você dar as coisas; não existe isso de dar as coisas; a gente precisa é de oportunidade de crescer" (Entrevistado 3).- as três falas, embora com ênfases diferentes, concordam que a justiça social está diretamente ligada à equidade, ou seja, tratar as pessoas de acordo com suas necessidades e condições para que todas tenham a chance de alcançar um resultado justo. A equidade busca reduzir as desigualdades e criar condições para que as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades;

- todas as falas apontam a importância de dar oportunidades para que as pessoas possam crescer e alcançar seus objetivos. Não se trata de "dar as coisas" diretamente, mas de criar condições para que as pessoas possam lutar pelas suas próprias conquistas;

- a ideia de uma sociedade onde as pessoas começam em um ponto de partida mais igualitário está presente nas três falas, mesmo que de forma implícita ou explícita. A busca é por um ponto de partida mais equânime para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todas as análises, observações e conjecturas realizadas e possíveis durante o percurso da presente pesquisa, a constatação mais clara é que, pouco ou nada importa a ideologia ou espectro político defendido quando a ideia de justiça social converge para o mesmo ponto: uma sociedade mais igualitária em oportunidades e meios para se alcançar o mesmo ponto, independente da sua posição de partida na sociedade. Oportunidades possíveis somente quando direitos básicos e fundamentais são assegurados a todos, sem distinção de classe, raça, orientação religiosa ou sexual e, por que não, “lado” político.

A justiça social não se resume à distribuição de riquezas ou a reformas superficiais. Ela envolve um compromisso real e estruturante com a garantia de direitos e condições que permitam a todas as pessoas, independentemente de sua origem, traçar seu próprio caminho em direção ao bem-estar. Para tanto, é necessário garantir que os direitos básicos e fundamentais sejam assegurados a todas as pessoas. Esses direitos incluem acesso à moradia digna, com condições adequadas de habitabilidade, e ao saneamento básico, que, por mais elementar que pareça, ainda é uma realidade distante para muitas populações ao redor do mundo. A ausência de saneamento básico é uma violação direta da dignidade humana e tem impactos diretos na saúde e qualidade de vida. Quando esses direitos básicos são efetivamente garantidos a todos (e não somente no texto de uma Constituição que, por não ser respeitada, não passa de “letra morta”), a sociedade avança em direção a uma verdadeira equidade, onde as oportunidades se tornam acessíveis a todos, e não apenas a uma elite privilegiada. Assim, a busca por justiça social é, na prática, um esforço coletivo para transformar a sociedade em um lugar mais justo e igualitário para todos.

Um aspecto importante e basilar a ser observado é a educação a qual é, sem sombra de dúvida, o mais poderoso instrumento de transformação social. A garantia de acesso a uma educação de qualidade, desde o berçário ou a creche, é imprescindível para que as crianças possam desenvolver suas potencialidades e, ao mesmo tempo, permitir que seus pais ou responsáveis possam trabalhar e prover o sustento de sua família com a tranquilidade de que seus filhos estão em um ambiente seguro e estimulante. Sem educação, a mobilidade social se torna um sonho distante e a perpetuação da desigualdade se torna inevitável.

O direito à educação, no entanto, deve ser entendido como a oportunidade de acesso a uma educação que não seja ideológica (nem religiosa), mas que prepare o indivíduo para compreender o mundo de forma crítica, livre e independente. A educação deve ser um espaço de desenvolvimento do pensamento autônomo, que promova a reflexão e a capacidade de

questionamento, sem a imposição de visões de mundo ou doutrinas. Ao invés de ser uma ferramenta de conformação, a educação deve ser um agente de transformação social, empoderando o indivíduo para que ele possa fazer suas próprias escolhas com base em informações verdadeiras, lógicas e fundamentadas. A educação de qualidade deve, portanto, ser centrada no desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais, permitindo que cada pessoa, independentemente de sua origem ou crenças, tenha os meios necessários para alcançar seu pleno potencial.

Além disso, a atual realidade das redes sociais e das mídias digitais impõe um novo desafio à educação. A internet, como um espaço democrático e aberto à troca de informações, se tornou um terreno disputado por diversas forças, o que envolve tanto perspectivas libertárias quanto novos mecanismos de controle e dominação. Por um lado, a ideia de liberdade de expressão continua sendo um pilar central, defendendo o direito do indivíduo de se manifestar sem censura. No entanto, com o crescente debate sobre a regulação das redes sociais, é essencial refletir sobre os limites dessa liberdade. A disseminação de discursos de ódio, desinformação e *fake news* evidencia que a liberdade de expressão deve vir acompanhada de responsabilidades. Hoje, uma parte significativa da população busca nas plataformas digitais estereótipos e modelos de vida como guias para suas escolhas, muitas vezes sem o devido discernimento crítico. As redes sociais, com suas narrativas fragmentadas e sensacionalistas, oferecem uma visão distorcida da realidade, criando padrões de consumo, comportamento e aparência muitas vezes irrealistas e excludentes. Isso pode gerar desinformação, ansiedade e até preconceitos, pois muitos são influenciados por informações superficiais ou manipuladas. Nesse contexto, a educação midiática juntamente com uma educação em valores éticos e cívicos, assumem um papel crucial. Enquanto a educação midiática visa desenvolver nos indivíduos a capacidade de analisar, interpretar e questionar as informações consumidas nas mídias, ajudando-os a distinguir entre o que é verdadeiro e o que é manipulação ou engano, a educação em valores deve promover uma conscientização de que a liberdade não é absoluta e que o exercício dessa liberdade deve respeitar o bem-estar coletivo. Em tempos de polarização e radicalização, a reflexão sobre os deveres que acompanham os direitos se torna mais urgente, para que a internet continue sendo um espaço de diálogo construtivo e não de desinformação e intolerância. Uma educação que inclua a alfabetização midiática junto a uma educação em valores sólida prepara as pessoas para navegar no vasto mundo da informação, permitindo que elas se tornem mais críticas em relação às mensagens que recebem e mais conscientes dos impactos que essas mensagens têm em suas vidas e no coletivo.

Ao entender como uma mensagem é construída, quem a produziu, quais são seus interesses e quais efeitos ela pode causar, o indivíduo desenvolve uma postura mais ativa e reflexiva diante do que consome. Entretanto, essa análise crítica precisa estar ancorada em princípios como empatia, respeito, justiça e responsabilidade social. É nesse ponto que a formação em valores se torna indispensável.

Uma sociedade formada apenas por indivíduos tecnicamente críticos, mas desprovidos de senso ético, corre o risco de transformar o conhecimento em manipulação ou indiferença. Por outro lado, quando os cidadãos são educados para reconhecer as implicações morais de suas ações, inclusive no mundo digital, há uma tendência maior ao engajamento construtivo, à escuta ativa e à promoção do bem comum. A combinação entre pensamento crítico e valores humanos favorece a coesão social e o fortalecimento da democracia.

Ademais, essa formação integrada contribui para o combate à desinformação, ao discurso de ódio e à intolerância. Jovens e adultos que compreendem as dinâmicas da mídia e, ao mesmo tempo, pautam suas escolhas por princípios éticos, tornam-se mais capazes de dialogar com o diferente, resistir a narrativas manipuladoras e agir com responsabilidade no ambiente digital.

Uma educação assim pensada, empodera os indivíduos a reconhecerem a complexidade das questões sociais e políticas, afastando-os de estereótipos e discursos fáceis. Adicionalmente, permite que as pessoas se posicionem de maneira mais consciente e responsável na sociedade, sem se deixar influenciar por discursos simplistas ou divisivos, muitas vezes propagados por certos grupos nas redes sociais. Portanto, para garantir a justiça social em qualquer sociedade, é imprescindível que o direito à educação de qualidade seja universalmente assegurado, respeitando a diversidade de pensamentos e crenças, e promovendo a capacidade de reflexão crítica. A educação não deve ser uma ferramenta de doutrinação ideológica ou religiosa, mas um meio de preparação para a vida, capacitando os indivíduos a pensar por si mesmos e a tomar decisões informadas.

Para finalizar, podemos seguramente afirmar que, o desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou uma visão mais ampla sobre como influenciadores jovens articulam valores e o conceito de justiça social em suas postagens e como sua trajetória pessoal, cultural e midiática molda suas percepções. O estudo propôs, ainda, uma reflexão mais palpável sobre as implicações da educação midiática em conjunto com uma formação em valores, destacando sua relevância para a formação de cidadãos mais justos e responsáveis. Esse estudo não só contribui para uma melhor compreensão da relação entre justiça social e mídias digitais, como, também aponta para a importância de práticas educativas que integrem esses dois

campos, para que a justiça social, na sua essência, não seja apenas uma ideia abstrata, mas uma prática vivida no cotidiano dos indivíduos, em sua interação com as plataformas digitais e no exercício de seus direitos e deveres dentro da sociedade.

Portanto, a educação midiática, aliada à formação em valores, não é um luxo, mas uma necessidade urgente. Ela prepara os cidadãos não apenas para entenderem o mundo, mas para transformá-lo com justiça e responsabilidade. Em tempos de polarização e crise de confiança nas instituições, investir nessa dupla formação é cultivar a esperança em uma sociedade mais consciente, plural e comprometida com o bem comum.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jorge. Mídia, Opinião Pública ativa e Esfera Pública democrática. IN: PORTAL Observatório do Governo Eletrônico. 4 set. 2012. Disponível em: <<https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/m%C3%ADdia-opini%C3%A3o-p%C3%ABlica-ativa-e-esfera-p%C3%ABlica-democr%C3%A1tica>>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- ALMEIDA, Paulo Roberto Andrade de. A Esfera Pública Política no Pensamento de Jürgen Habermas: problemas, limites e perspectivas. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia), Programa Integrado de Pós-Graduação em Filosofia – UFRN/UFPE/UFPB, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2018. 255p. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13173>>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- AMAZEEN, Michele. A. Journalistic interventions: The structural factors affecting the global emergence of fact-checking. **Journalism**, 2020, v. 21, p. 95-111. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1464884917730217>>. Acesso em: 09 maio 2024.
- ARAÚJO, Ulisses F.; PUIG, José Maria. Pontuando e Contrapondo. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Educação e Valores**. São Paulo: Summus, 2007. p. 107–139.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 4. ed, 1991. (Os pensadores; v.2). ISBN 85-13-00214-3; ISBN 85-13-00232-1.
- ARISTÓTELES. **Constituição dos Atenienses**. 4.ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2015.
- BACKX, Sheila de Souza. **Justiça Social**: contribuições para sua ressignificação no âmbito do Serviço Social. 2008. 99 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, São Paulo, 2008.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Socialização Política e Internet na Construção de uma Cultura Política Juvenil no Sul do Brasil. **Educação & Sociedade** [online]. Out. 2016, v.37, n.137, p. 989-1008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016166022>>. Acesso em: 19 set. 2022. ISSN 1678-4626.
- BARZOTTO, Justiça Social - Gênese, estrutura e aplicação de um conceito. **Revista Jurídica da Presidência**. Brasília, v. 5, n. 48, maio 2003. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/747>>. Acesso em: 13 maio 2024.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOMFIM, Emily. IFCN: IFCN: entenda tudo sobre a Aliança Internacional de Checagem de Fatos IN: Politize. Cidadania, Cultura e Sociedade. 24 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/alianca-internacional-de-checagem-de-fatos-entenda/>>. Acesso em: 01 mar. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2630/2020. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. IN: Câmara dos Deputados, Propostas Legislativas, Brasília, DF, 03 jul. 2020. PL nº 2630/2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1909983&filenome=PL%202630/2020>. Acesso em: 25 abr.2023.

BRUM, Juliana de. A Hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas. **Razón Y Palabra**. N.35, out/Nov. 2003. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n35/jbrum.html>>. Acesso em: 19 set.2023.

BUCCI, Eugênio. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 116, p. 19–30, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i116p19-30. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146574>>. Acesso em: 04 mar. 2024.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?** Cultura política, imprensa e bibliotecas públicas em tempos de fake news. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019. 135p.

BUCKINGHAM, David. **Manifesto Pela Educação Midiática**. Tradução José Ignácio Mendes. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022. 136p.

BUNDE, Mateus. Analfabetismo Funcional. IN: Todo Estudo. [2023?]. Disponível em: <<https://www.todoestudo.com.br/portugues/analfabetismo-funcional>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BUNDTZEN, Sara. Understanding How Algorithmic Ranking Practices Affect Online Discourses and Assessing Proposed Alternatives. In: ISD – Institute for Strategic Dialogue, 09 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.isdglobal.org/isd-publications/suggested-for-you-understanding-how-algorithmic-ranking-practices-affect-online-discourses-and-assessing-proposed-alternatives/>>. Acesso em:

CAHILL, Thomas. **Sailing the Wine-Dark Sea: Why the Greeks Matter**. Anchor Books, 2004, 352 p. ISBN-10: 0385495544, ISBN-13: 978-0385495547.

CAMP, John Mck. **The Athenian Agora: Excavations in the heart of Classical Athens**. 1986. Introduction. Londres: Thames & Hudson, p.14-19. [tradução: Gisele A. D. F. Arrunátegui; revisão Labeca]. Disponível em: <<https://labeca.mae.usp.br/pt-br/articles/translations/>>. Acesso em: 23 jan.2024.

CAMPONEZ, Carlos; FERREIRA, Gil Baptista. 50 anos de estudos sobre o agendamento – Caminhos de uma teoria dos media. **Mediapolis**, Coimbra, n. 10, 04 jun. 2020, p.5–9. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/article/view/2183-6019_10_0>. Acesso em: 23 jan.2024.

CAPUCHO, Luiz dos Reis; SILVA, Paulo Ricardo da. Importância das agências de checagem de fatos no combate às *Fake News* e possibilidades para o ensino de química. **Scientia Naturalis**. 30 dez. 2023, v. 5, n. 2, p. 473-494. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/SciNat/article/view/6552>>. Acesso em: 21 fev. 2024.

CARR, Nicholas. Is Google Making Us Stupid? **The Atlantic Monthly**. Jul/Aug 2008, 302, 1, CBCA, p. 56. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2008/07/is-google-making-us-stupid/306868/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

CARR, Nicholas. How Smartphones Hijack Our Minds. **The Wall Street Journal**. Oct. 6, 2017. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/how-smartphones-hijack-our-minds-1507307811>>. Acesso em: 10 out. 2024.

CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CASTRO, Davi de. Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos. **Intexto**, Porto Alegre, n. 31, p. 197–214, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/46390>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CHARLOT, Bernard. **Educação ou Barbárie?** Uma escolha para a sociedade contemporânea. São Paulo: Cortez, 2020. 321p.

CHARRÉU, João Francisco Vieira Marques. **A Revolução Silenciosa de Ronald Inglehart:** quatro décadas de evolução dos valores materialistas e pós-materialistas. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, Portugal, 2020, 82p. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70812>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

CLAXTON, Guy. **O desafio de aprender ao longo da vida**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CLEZAR, Rafaela; VITALI, Marli. Censura e Repressão nas Ondas do Rádio. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Jornalismo da Faculdade SATC, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, Criciúma, 2016. Disponível em: <http://site.satc.edu.br/admin/arquivos/30070/Rafaela_Clezar.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

COHEN, Bernard Cecil. **The Press and Foreign Policy**. Princeton: Princeton University Press, 1963, 288p.

CONSTINE, Josh. Facebook will change algorithm to demote “borderline content” that almost violates policies. In: TechCrunch, Media & Entertainment, 15 nov. 2018. Disponível em: <<https://techcrunch.com/2018/11/15/facebook-borderline-content/>>. Acesso em: 07 maio 2024.

COOK, Rebecca J.; BERNARD M. Dickens; MAHMOUD F. Fathalla. Reproductive Health and Human Rights: Integrating Medicine, Ethics, and Law. **Oxford Academic Press**, 17 apr. 2003; [online]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199241323.001.0001>>. Acesso em: 4 out. 2024.

CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. Censura na ditadura militar. In: Info Escola, História, [2023?]. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/censura-na-ditadura-militar/>>. Acesso em: 14 set. 2023.

CRUZ, Elaine Patrícia. Manifestantes vão às ruas contra PL que equipara aborto a homicídio. IN: AGÊNCIA BRASIL. Direitos Humanos. São Paulo, 13 jun.2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 2 ago. 2024.

DE QUADROS, Matheus. As teorias da justiça de Hayek e Rawls: divergências e convergências além da mera terminologia. **MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics**, São Paulo, v. 7, n. 2, 2019. DOI: 10.30800/mises.2019.v7.1210. Disponível em: <<https://revistamises.org.br/misesjournal/article/view/1210>>. Acesso em: 26 maio 2023.

DICIO. Dicionário online de português. [2019?]. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 23 jan.2024.

DOMINGUEZ, Joelza Ester. Lei de Imprensa impõe a censura prévia. IN: Blog: Ensinar História, [20--?]. Disponível em: <<https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/lei-de-imprensa-impoe-a-censura-previa/>>. Acesso em: 25 set.2023.

DUARTE, Adriana. Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. In: Atlas Histórico do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, [2023?]. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/radio-sociedade-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 06 maio 2024.

EVOLUÇÃO da Internet no Brasil. IN: Sistema RNP. Inovação. 10 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.rnp.br/noticias/evolucao-da-internet-no-brasil#:~:text=A%20primeira%20rede%20acad%C3%AAmica%20brasileira,depois%2C%20em%20maio%20de%201995>>. Acesso em 25 de setembro de 2023.

FACTCHECK.ORG. Disponível em: <<https://www.factcheck.org/about/our-mission/>>. Acesso em: 06 mar. 2024.

FAJARDO, Vanessa. Como o analfabetismo funcional influencia a relação com as redes sociais no Brasil. IN: BBC News Brasil, 12 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46177957>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

FARIA, Ernesto. Dicionário Latino-Português. [1962?]. Disponível em: <<https://www.dicionariolatino.com/pagina/538.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2024.

FÁVERO, Osmar. Movimento de Educação de Base - MEB. In: GESTRADO – UFMG, 2010. Disponível em: <<https://gestrado.net.br/verbetes/movimento-de-educacao-de-base-meb/>>. Acesso em: 23 jan.2024.

FEILITZEN, Cecília Von. Educação para a mídia na perspectiva das crianças e adolescentes. Educação para a mídia. IN: Cadernos de Debate da Classificação Indicativa. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, v.5, p.14-21, 2014.

FERNANDES, Leonardo. E quem checa as agências de checagem de notícias falsas? IN: Brasil de Fato. São Paulo, 15 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/15/e-quem-checa-as-agencias-de-checagem-de-noticias-falsas/>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

FIORAVANTI, Carlos; VASCONCELOS, Yuri. Pensador do Mundo Digital. **Revista Pesquisa FAPESP**. Entrevista, ed. 319, set. 2022, p.25-29. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/revista/ver-edicao-editorias/?e_id=457>. Acesso em: 23 jan.2024.

FRAZÃO, Dilva. Ebiografia. [202-?]. Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/tucidides/>>. Acesso em: 15 maio 2024.

FREITAS, Bruno Alexandre. Crise financeira de 2008: você sabe o que aconteceu? IN: Politize. Economia, História, Internacional, 13 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>>. Acesso em: 12 set.2023.

G1 – AMAZONAS. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/02/04/apos-biblioteca-falsa-despencar-desembargador-diz-que-usa-painel-para-nao-mostrar-a-casa-os-livros-sao-minha-vida.ghml>>. Acesso em: 25 mar. 2024).

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. 8 ed. Ática: 2003.

GALANTE, Isabella; MANDELLI, Mariana. Os limites do 'fact-checking'. IN: EDUCA MÍDIA. Colunas e Artigos, 06 fev. 2020. Disponível em: <<https://educamidia.org.br/os-limites-do-fact-checking/>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

GALVÃO, Pedro. **Utilitarismo, de John Stuart Mill**. Porto: Porto Editora, 2005, 125p. Disponível em: <<https://www.utilitarianism.com/utilitarismo.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. (Biblioteca básica). ISBN 85-7139-022-3.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução de Alexandra Figueiredo *et al.* 6 ed. 2008. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 725p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999, 208p.

GLAESER, Edward L.; LA PORTA, Rafael; LÓPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, André. Do institutions cause growth? **Journal of Economic Growth**, 2004, v.9, n.3, p. 271-303. Disponível em: <<https://doi.org/10.1023/B:JOEG.0000038933.16398.ed>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

GOMES, Adriana Salles. Michael Sandel: quase tudo está à venda. IN: HSM Management, 10 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.revistahsm.com.br/post/quase-tudo-esta-a-venda>>. Acesso em: 15 maio 2024.

GÓMEZ, A. I. Perez. **Educação na Era Digital: a escola educativa**. Tradução Marisa Guedes. Porto Alegre, Penso, 2015, 192 p.

GORNICK, Janet. C.; MEYERS, Marcia. K. **Families That Work: Policies for Reconciling Parenthood and Employment**. Russell Sage Foundation, JSTOR. 2003. 404p. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.7758/9781610442510>>. Acesso em: 2 out. 2024.

GRABOWSKI, Gabriel. O déficit do Brasil na educação dos jovens. **EXTRA-CLASSE**. Opinião. Porto Alegre. 19 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/opinioao/colunistas/2017/01/o-deficit-do-brasil-na-educacao-dos-jovens/>>. Acesso em: 23 jan.2024.

GRIMES, David A.; BENSON, Janie; SINGH, Susheela; ROMERO, Mariana; GANATRA, Bela; OKONOFUA, Friday E.; *et al.* (2006). Unsafe abortion: the preventable pandemic. **The Lancet**, 25 nov. 2006, v. 368, ed. 9550, p.1908-1919. Disponível em:

<[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(06\)69481-6/abstract](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(06)69481-6/abstract)>. Acesso em: 3 out.2024.

GUIMARÃES, Naju. A cultura do cancelamento e suas consequências. **BLOG Descomplica UniAmérica Centro Universitário**. 05 jul.2021. Disponível em: <<https://uniamerica.br/blog/a-cultura-do-cancelamento-e-suas-consequencias/>>. Acesso em: 24 jan.2024).

HABERMAS, Jürgen. **The Theory of Communicative Action**. Vol. 1: Reason and the Rationalization of Society. Boston: Beacon Press, 1981.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Volume II. Tradução Flavio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p.93.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAGUETTE, André. Justiça – O que É Fazer a Coisa Certa. [RESENHA]. **Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 43, n. 1, p. 139–141, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/427>>. Acesso em: 15 maio. 2024.

HAYEK, Frederick August Von. **Direito, Legislação e Liberdade**. Tradução de Anna Maria Capovilla. São Paulo: Editora Visão, 1985, v.II, p. 80.

HECKMAN, James J.. Investing in Disadvantaged Children is an Economic Imperative. **Society for Research in Child Development**, 17(3), 2006. Disponível em: <www.faidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://jenni.uchicago.edu/investing/invest-disadv_2005-12-22_247pm_awb.pdf>. Acesso em: 4 out. 2024.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/344>>. Acesso em: 4 out. 2024.

HISTÓRIA DO MUNDO. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-antiga>>. Acesso em: 06 maio2023).

HOCHSCHILD, Arlie; MACHUNG, Anne. **The Second Shift: Working Families and the Revolution at Home**. Penguin Books, Revised edition, 31 jan. 2012, 352 p. ISBN-10: 0143120336. ISBN-13: 978-0143120339.

IBGE. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>>. Acesso em: 3 out. 2024.

IFCN Code of Principles. [2023?]. Disponível em: <<https://ifcncodeofprinciples.poynter.org/know-more/the-commitments-of-the-code-of-principles>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

IMPORTÂNCIA da Educação de Valores para a Formação Moral do Indivíduo (A). Pedagogia ao Pé da Letra, 2012. Disponível em: <<https://pedagogiaaopedaletra.com/a->

importancia-da-educacao-de-valores-para-a-formacao-moral-do-individuo/>. Acesso em: 18 ago.2020.

INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional. 2018. Disponível em: <<https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>>. Acesso em: 03 out. 2024.

INGLEHART, Ronald. A revolução silenciosa na europa: mudança intergeracional nas sociedades pós-industriais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 43, p. 159–191, out. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/QqnRdcpXbsW3pdbbhLZ5g6S/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

INGLEHART, Ronald. Révolutionnarisme post-bourgeois en France, en Allemagne et aux Etats-Unis. **II Politico**, v. 36, n. 2, 1971, p. 209–38. JSTOR, Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43207377>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009, 400p. I SBN-10: 8589362949; ISBN-13: 978-8589362948.

JAEGER, Werner. **Paideia**: A formação do homem grego. Tradução Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes 1995, 1.456p. ISBN: 9788578276706.

KAUFMANN, Arthur. **Filosofia do Direito**. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, 2ª edição. Trad. Antonio Ulisses Cortês.

KENT, Michael L. Using social media dialogically: Public relations in the reviving democracy. **Public Relations Review**, v.39, Issue 4, Nov. 2013, p.337-345. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0363811113001136>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

LACERDA, Bruno Amaro. Origens e consolidação da ideia de justiça social. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 112, p. 67-88, 31 ago. 2016. Disponível em: <<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/P.0034-7191.2016V112P67>>. Acesso em: 23 jan.2024.

LEI de Imprensa faz 48 anos: entenda a diferença entre censura e regulação. IN: DEFESA da Classe Trabalhadora – Notícias, 09 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.defesaclassetrabalhadora.com.br/lei-de-imprensa-faz-48-anos-entenda-a-diferenca-entre-censura-e-regulacao-2/>>. Acesso em: 11 abr.2023.

LEITE, Paulo Moreira. Censura Prévia do TSE é Ridículo Mundial. IN: Brasil 247. 21 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/censura-previa-do-tse-e-ridiculo-mundial>>. Acesso em: 19 abr.2023.

LEWANDOWSKY, Stephan; ECKER, Ullrich K.H.; COOK, John. Beyond misinformation: Understanding and coping with the “post-truth” era. **Journal of Applied Research in Memory and Cognition**, 2017, v. 6, n.4, p.353–369. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jarmac.2017.07.008>>. Acesso em: 05 jan. 2024.

LIPSET, Seymour Martin. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. **The American Political Science Review**, mar. 1959, vol. 53, p. 69-

105. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1951731?origin=JSTOR-pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

LONG, Norton E. The Local Community as an Ecology of Games. **American Journal of Sociology**. V.64, n.3, nov.1958, p.252-261. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/222468>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

LOURENÇO, Tainá. Escolas brasileiras ainda formam analfabetos funcionais. **JORNAL DA USP**. Atualidades. Campus Ribeirão Preto. 13 nov.2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=370207>>. Acesso em: 23 jan.2024.

LOVARI, Alessandro; PARISI, Lorenza. Listening to digital publics. Investigating citizens' voices and engagement within Italian municipalities' Facebook Pages. **Public Relations Review**, v.41, Issue 2, 2015, p.205-213. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0363811114001854>>. Acesso em: 10 fev. 2023. ISSN 0363-8111.

LOVETT, Frank. **Uma Teoria da Justiça, de John Rawls**. Tradução de Vinicius Figueira. ISBN-10: 8565848035; ISBN-13: 978-8565848039. Porto Alegre: Penso, 2013, 136p.

MAGALHÃES, Marcio Carvalho de. A Educação Como Elemento Propulsor do Estado Democrático de Direito. **Revista de Direito Educacional**, v.6. jul/dez. 2012, p.181-246. Disponível em: <https://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2023/08/28/15_13_46_76_A_educacao_como_elemento_propulsor_do_estado_democratico_de_direito.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2024.

MAGNO, Gabriel; ALMEIDA, Virgilio. Measuring International Online Human Values with Word Embeddings. **ACM Transactions on the Web**, v.16, n. 2, art. 9, dez. 2021, 38p. Disponível em: <<https://doi.org/10.1145/3501306>>. Acesso em: 23 jan.2024.

MARK, Joshua J.. Ágora. Traduzido por Jonas Tenfen. In: **World History Encyclopedia**. 21 Maio 2021. Disponível em: <<https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-512/agora/>>. Acesso em: 23 jan.2024.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MASETTO, Marcos Tarciso. **O Professor na hora da verdade**. São Paulo: Avercamp, 2010.

MASETTO, Marcos Tarciso. Inovação na aula universitária: espaço de pesquisa, construção de conhecimento interdisciplinar, espaço de aprendizagem e tecnologias de comunicação. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 29, n. 2, 597-620, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/315009147_Inovacao_na_aula_universitaria_espaço_de_pesquisa_construcao_de_conhecimento_interdisciplinar_espaço_de_aprendizagem_e_tecnologias_de_comunicacao_-_doi_1050072175-795X2011v29n2p597>. Acesso em: 04 jul. 2021.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. *The Public Opinion Quarterly*. Oxford University Press, vol. 36, n. 2, 1972, p. 176-187. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2747787>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

McCOMBS, Maxwell E. A Look at Agenda-setting: past, present and future. **Journalism Studies**, v. 6, n. 4, 2005, p. 543-557. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616700500250438>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

McLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem**. Tradução de Decio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2007, 407p.

MEIRELES, Carla. Checagem de fatos, um novo nicho no Jornalismo. IN: Politize. Cidadania, Cultura e Sociedade. 25 jan. 2017. Disponível em: <[hps://www.politize.com.br/checagem-de-fatos](https://www.politize.com.br/checagem-de-fatos)>. Acesso em: 29 fev.2024.

MENDES, Lucas. TSE A TSE amplia próprio poder para excluir posts de redes sociais. In: PODER 360, 20 out. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/tse-amplia-proprio-poder-para-excluir-posts-de-redes-sociais/>>. Acesso em: 10 abr.2023.

MENEGUEL, Yvonete Pedra; OLIVEIRA, Oseias de. O Rádio no Brasil: do surgimento à década de 1940 e a primeira emissora de rádio de Guarapuzava. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2007. Curitiba: SEED/PR., 2011. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>>. Acesso em: 24 abr.2023. ISBN 978-85-8015-037-7.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como *sistema perito*. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 11, n. 1, p. 197–208, 1999. DOI: 10.1590/S0103-20701999000100011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12301>. Acesso em: 15 set.2023.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo no novo ambiente comunicacional: uma reavaliação da noção do “jornalismo como sistema perito”. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 34, n. 2, p. 195–216, 2022. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.195368. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/195368>>. Acesso em: 15 set.2023.

MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. Porto: Porto Editora, 2005,

MILLIET, Joana Sobral. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v.17, n.50, p. 513-523, 2020. ISSN online: 2238-1279. Disponível em: <<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/8395/47967223>>. Acesso em: 15 set.2023.

MINTZ, Steven. How College Transforms Students. IN: Inside Higher Education. 12 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.insidehighered.com/blogs/higher-ed-gamma/how-college-transforms-students>>. Acesso em: 19 abr.2024

MORAES: “A internet deu voz aos imbecis e qualquer um se diz especialista”. IN: CARTA CAPITAL, Carta Expressa. 14 maio 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/moraes-a-internet-deu-voz-aos-imbecis-e-qualquer-um-se-diz-especialista/>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MORAGAS, Vicente Junqueira. IN: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) – **O que é interseccionalidade?** 13 set. 2023. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/o-que-e-interseccionalidade>>. Acesso em: 23 abr. 2024).

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2007, 174p.

MOTA, Louise Menegaz de Barros. Jeremy Bentham: entre o esquecimento e o retorno às ideias de um visionário. **Revista de Informação Legislativa**. Out./dez. 2012, v. 49, n. 196, p. 283-295. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496628>>. Acesso em: 23 jan.2024.

NAZAR, Suzanna. **Brasil tem 10 milhões de analfabetos, apesar da queda na taxa em 2022**. In: JORNAL DA USP. Atualidades. 03 jul. 2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-tem-10-milhoes-de-analfabetos-apesar-da-queda-na-taxa-em-2022/>>. Acesso em: 23 jan.2024.

NOVAK, Michael. Defining Social Justice. **First Things**. December, 2000. v.108, p.11-13. Disponível em: <<https://www.firstthings.com/article/2000/12/defining-social-justice>>. Acesso em: 23 jan.2024.

OLIVEIRA, Juliano Cordeiro da Costa. Habermas e a esfera pública: as aventuras de um conceito. **ARGUMENTOS – Revista de Filosofia**. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, ano 13, n.26, jul-dez. 2021. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/61090>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende de. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, n. 4, p. 782–788, dez. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/vPjftQ53zpGp9PvH9BWWkPw/#>>. Acesso em: 29 jan.2024.

OMS – Organização Mundial da Saúde. Safe Abortion: Technical and Policy Guidance for Health Systems. 2012. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/173586/WHO_RHR_15.04_eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 out. 2024.

OMS – Organização Mundial da Saúde. Midwives' Voices, Midwives' Realities: Findings from a global consultation on providing midwifery care. WHO: Genebra, 2016. Disponível em: <<https://iris.who.int/handle/10665/250376?locale-attribute=pt&>>. Acesso em: 3 out. 2024.

OUR MISSION. In: FactCheck.org. [2024?]. Disponível em: <<https://www.factcheck.org/about/our-mission/>>. Acesso em: 06 mar. 2024.

OWEN, Laura Hazard. How can social media law evolve beyond the “shoes of newspapers or telephones”? In: Harvard T.H. Chan – Events Calendar, 09 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.hsph.harvard.edu/event/dismantling-disinformation/>>. Acesso em: 16 fev.2023.

OXFORD Languages. Word of the Year 2016. Oxford University Press, [2016?]. Disponível em: <<https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>>. Acesso em: 04 mar. 2024.

PALÁCIOS, Marcos. *Fake News* e a Emergência das Agências de Checagem: terceirização da credibilidade jornalística? IN: **Universidade do Minho: LASICS (Laboratório de Sistemas de Informação para a Investigação em Ciências Sociais)**. 26 nov. 2019, p. 77 – 90. Disponível em:

<https://core.ac.uk/display/268088765?utm_source=pdf&utm_medium=banner&utm_campaign=pdf-decoration-v1>. Acesso em: 27 fev.2024.

PERSCH, Danilo. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. [RESENHA]. **REVISTA COMUNICAÇÃO, CULTURA & SOCIEDADE I**, v. 1, n.2, 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/issue/view/RCCS%201/23>>. Acesso em: 29 jan. 2024. ISSN 2317-7519

PESCADOR, Cristina Maria. Tecnologias digitais e aprendizagem dos nativos digitais. In: V CINFE - Congresso Internacional de Filosofia e Educação, 2010, Caxias do Sul. **Anais do V CINFE - Congresso Internacional de Filosofia e Educação**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010. Disponível em:

<https://www.ucs.br/ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico7/TECNOLOGIAS%20DIGITAIS%20E%20ACOES%20DE%20APRENDIZAGEM%20DOS%20NATIVOS%20DIGITAIS.pdf>. Acesso em: 25 jan.2024.

PETRESCU, Maria.; KRISHEN, Anjala S.. The dilemma of social media algorithms and analytics. **Journal of Marketing Analytics**, V. 8, 5 nov. 2020, p.187–188. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1057/s41270-020-00094-4>>. Acesso em: 08 fev. 2025.

PEW RESEARCH CENTER. Government online. The Internet gives citizens new paths to government services and information. 2010. Disponível em:

<<https://www.pewresearch.org/internet/2010/04/27/government-online/>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PEYPER, Carla; VAN EYDEN, Reneé; BLACKMORER, Sansia. The Road to Progressive Political Institutions: Revisiting the Link between Education and Democracy. **World Values Research**, 2021, v.13, n.1, p.1-37. Disponível em: <

<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSPublicationsPapers.jsp>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PLATÃO. **A República**. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. São Paulo: Lafonte, 2021, 363 p. ISBN-10: 6558701227; ISBN-13: 978-6558701224.

PLATÃO. **As Leis (ou Da Legislação)**. Tradução Edson Bini. Edipro, 3 ed., 19 abr. 2021, 512 p. ISBN-10: 6556600008, ISBN-13: 978-6556600000.

POLITICAL Compass. 2001. Disponível em: <<https://www.politicalcompass.org/>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

POSTMAN, Neil. **Amusing Ourselves to Death: Public Discourse in the Age of Show Business**. New York: Viking Penguin, 1985.

POSTMAN, Neil. **El fin de la educación: una nueva definición del valor de la escuela**. Barcelona: Octaedro, 1999, 232p. ISBN-10: 8480634073, ISBN-13: 978-8480634076.

POZO, Juan Ignácio. **Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

PRADO, Magaly. **História do rádio no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Da Boa Prosa, 2012.

PRESIDENTE do TSE inaugura Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia nesta terça (12). 12 mar. 2024. IN: TSE - Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL). Comunicação – Notícias. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/presidente-do-tse-inaugura-centro-integrado-de-enfrentamento-a-desinformacao-e-defesa-da-democracia-nesta-terca-12>>. Acesso em: 15 maio 2024.

PROPAGANDA e Censura Nazistas. IN: Holocaust Encyclopedia. [2022?]. United States Holocaust Memorial Museum. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/nazi-propaganda-and-censorship>>. Acesso em: 02 out. 2022.

QUINTANILHA, Flávia Renata. A concepção de justiça de John Rawls. **Intuitio**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 33–44, 2010. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/6107>>. Acesso em: 15 maio 2024.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Tradução de Jussara Simões. 4ed, São Paulo: Martins Fontes, 2016, 764p.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia – Volume 5: Do romantismo ao empiriocriticismo**. Tradução Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2005, 382p. ISBN-10: 8534923590, ISBN-13: 978-8534923590.

REID, Elizabeth M. Electropolis: Communication and community on internet relay chat. In: Honours thesis. University of Melbourne, 1991. Disponível em: <<https://www.irchelp.org/misc/electropolis.html>>. Acesso 05 maio 2024.

RIBEIRO, Claudio. Medo nas escolas: como o jornalismo e as redes sociais podem propagar situações de crise. In: O POVO. Notícias, Brasil. 13 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2023/04/13/como-o-jornalismo-e-as-redes-sociais-podem-ajudar-a-prevenir-situacoes-de-crise.html>>. Acesso em: 25 set. 2023.

RODRIGUES, Matheus Pena; LOPES, Ricardo Ferraz Braida. A Influência das redes sociais na formação da opinião pública e nas decisões judiciais. **Revista Estação Científica**. 3^a Edição Especial do Direito, jan/jun. 2021. ISSN1809-046X. Centro Universitário Estácio Juiz de Fora. Disponível em: <<https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/estacaocientifica/issue/view/274/140>>. Acesso em: 06 maio 2024.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Tradução Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, 592p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social – Princípios do Direito Político**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 187p.

RUCK, Ruck; MATTHEWS, Luke J.; KYRITSIS, Thanos; ATKINSON, Quentin D.; BENTLEY, R. Alexander. The cultural foundations of modern democracies. **Nature Human Behavior**. 2020, v.4, p. 265–269. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41562-019-0769-1>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

RUDZIT, Gunther; NOGAMI, Otto. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 5–24, jan. 2010.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000100001>>. Acesso em: 06 maio 2024.

SACRISTÁN, Gimeno J.; PÉREZ GOMES, A. I. Compreender y transformar la enseñanza. Madrid: Morata, 1996.

SALGADO, Maria das Graças. **A Justiça e a Liberdade Segundo F. Von Hayek**. Dissertação de Mestrado, Universidade Gama Filho, 2007, 109p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=83579>. Acesso em: 30 jan.2024.

SALGADO, Luciana Salazar; OLIVA, Jaime Tadeu. O Mal-Estar na Comunicação: a violação da opinião pública pelo sistema midiático brasileiro. **Trabalhos Em Linguística Aplicada**, Campinas, n (57.2): 894-921, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tla/a/yC4MGcDJwpqkQxm34Whgc9c/?lang=pt>>. Acesso em: 18 abr.2023.

SANDEL, Michael Joseph. **Justiça – O que é fazer a coisa certa**. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021, 439p.

SANTOS, Wanderson Barbosa dos. Participação coletiva e arenas de deliberação – Sobre o conceito de esfera pública em Jürgen Habermas. **Revista Abordagens**, João Pessoa, v.1, n.2, ago./dez.2019. Edição Comemorativa - 40 anos do PPGS/UFPB. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rappgs/article/view/47691>>. Acesso em: 31 jan.2024.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 464p. ISBN: 978-85-3591-646-1.

SIEMENS, G. Connectivism: a learning theory for the digital age. **International Journal of Instruction Technology and Distance Learning**, v. 2, n. 1, p. 3-10, 2005. Disponível em: <http://www.itdl.org/Journal/Jan_05/article01.htm>. Acesso em: 31 jan.2024.

SILVA, Gabriel Magno de Oliveira. **Imaginário Social Online: uma análise global da desigualdade de gênero e valores sociais na internet**. 2020. 99 f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Ciência da Computação, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Gregório Unbehaun Leal da. Ronald Inglehart (1934-2021): o legado da teoria do desenvolvimento humano. **Profanações**, [S. l.], v. 8, p. 211–231, 2021. DOI: 10.24302/prof.v8.3736. Disponível em: <<https://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/3736>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

SILVA, T. A atuação da enfermeira obstétrica no cuidado à gestante em áreas de vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2017, n.70, v.2, p. 252-258.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Comunicação Pública, Propriedade Privada. **ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico** [online]. 13 jun. 2022, dossiê 236. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/comunicacao-publica-propriedade-privada/>>. Acesso em: 06 fev. 2024. ISSN 1678-4626.

STRATE, Lance. A Queda das Nações: O Destino dos Sistemas Sociais no Novo Ambiente Midiático. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em**

Comunicação | E-compós, Brasília, v.14, n.3, set./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/719/557>>. Acesso em: 10 out. 2024.

STRATE, Lance. The Medium and McLuhan's Message. **RAZÓN Y PALABRA**. N.80, ago-set. 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4742014>>. Acesso em: 10 out. 2024.

TAYLOR, Samuel Hardman; CHEN, Y Anthony. The lonely algorithm problem: the relationship between algorithmic personalization and social connectedness on TikTok. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 29, n. 5, set. 2024. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jcmc/article/29/5/zmae017/7750016>>. Acesso em: 08 fev. 2025.

UNESCO. Media and Information Literacy: Policy and Strategy Guidelines. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225606>>. Acesso em: 10 out. 2024.

VIEIRA, Thereza Carolina Gonçalves. Educação ou Barbárie? Uma escolha para a sociedade contemporânea. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 23, n. 2, p. 609–612, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/4778>>. Acesso em: 13 maio. 2024.

VITA, Álvaro de. Apresentação da edição brasileira. In: RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Tradução de Jussara Simões. 4ed, São Paulo: Martins Fontes, 2016, 764p.

WOLF, Eduardo. Umberto Eco e a legião dos imbecis na internet. IN: *Fronteiras do Pensamento. Literatura, Cultura*, jul. de 2021. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/leia/exibir/umberto-eco-e-a-legiao-dos-imbecis-na-internet>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

WORLD ValuesSurvey (WVS). 2020. Disponível em: <<https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

ZACARIAS, William Felipe. Falta de educação. IN: *Sociedade. OBVIOUSMAG*, [2003?]. Disponível em: <<http://obviousmag.org/repensar/2016/falta-de-educacao.html>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power**. New York: PublicAffairs, 2019.

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você a participar da pesquisa: **EDUCAÇÃO EM VALORES, EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E JUSTIÇA SOCIAL: COMO ESSE DIÁLOGO SE CONCRETIZA NA VIDA DE TRÊS JOVENS INFLUENCIADORES DE UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS**. O objetivo desta pesquisa é investigar os valores subjacentes a postagens de influenciadores digitais que se relacionem ao tema da justiça social, de modo que seja possível fornecer uma reflexão sistemática que possa orientar o trabalho daqueles que se comprometem com uma educação humanística voltada para questões relacionadas à formação em valores de jovens no contexto das redes sociais. Sua participação é importante, pois, a internet tendo se tornado um espaço disputado, tanto a perspectiva libertária quanto as novas formas de dominação e controle estão redefinindo a questão da liberdade de expressão. E em tempos de grandes debates sobre controle e regulação das redes sociais, reflexões sobre a educação em valores não só continuam como, principalmente, se tornam necessárias e mais urgentes ainda de forma a procurar conscientizar o jovem que o direito à liberdade de expressão vem junto com algumas responsabilidades/deveres no exercício desta liberdade. Caso você aceite participar desta pesquisa será necessário: 1) responder ao questionário online *Political Compass*, composto de um total de 87 (oitenta e sete) questões com tempo de resposta total estimado em 30 minutos, em média. E disponível no endereço <https://www.politicalcompass.org/>; 2) participar de uma entrevista semi-estruturada que será realizada em horário e local previamente agendados, conforme sua disponibilidade, com tempo estimado de realização entre 60 e 90 minutos, a depender da duração das suas respostas. Essa entrevista será feita pessoalmente, e será gravada. Suas respostas serão usadas única e exclusivamente para fins da realização desta pesquisa e sua identidade será mantida em sigilo, e 3) por serem objeto de estudo dessa pesquisa, você deverá concordar que as postagens em suas redes sociais que se relacionam, de alguma forma, com o tema da justiça social, sejam analisadas. Para fins de publicação do estudo, vamos esconder sua identidade. Como em qualquer investigação que envolva entrevistas, os riscos podem incluir o desconforto que os participantes possam sentir durante as indagações ou a preocupação em ter sua identidade revelada. Para garantir a proteção e minimizar esses riscos, você terá o direito de solicitar pausa ou interrupção da pesquisa a qualquer momento, além de poder escolher se deseja ou não responder a certas perguntas. Ressaltamos que sua participação é totalmente voluntária, sem qualquer benefício financeiro ou obrigação, permitindo que abandone o estudo a qualquer momento, se assim o desejar. Antes de iniciar a gravação das entrevistas, você poderá decidir se deseja ou não participar da pesquisa com a gravação. Toda informação que possa identificar os participantes será eliminada na redação da tese. Eventuais *prints* de tela (das redes sociais) que se tornarem necessários terão a autoria velada.

Espera-se que sua participação na pesquisa contribua para uma reflexão sistemática que possa orientar o trabalho daqueles que se comprometem com uma educação humanística voltada para questões relacionadas à formação em valores de jovens no contexto das redes sociais.

Você poderá obter quaisquer informações relacionadas à sua participação nesta pesquisa, a qualquer momento que desejar, por meio das pesquisadoras do estudo. Sua participação é voluntária, e em decorrência dela você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você não terá nenhum gasto por participar nesse estudo, pois qualquer gasto que você tenha por causa dessa pesquisa lhe será ressarcido. Você poderá não participar do estudo, ou se retirar a qualquer momento, sem que haja qualquer constrangimento junto aos pesquisadores ou prejuízo quanto a quaisquer serviços que você esteja recebendo (ex: atendimento médico, faculdade, escola, academia, etc.), bastando você dizer ao pesquisador que lhe entregou este documento. Você não será identificado neste estudo, pois a sua identidade será de conhecimento apenas dos pesquisadores da pesquisa, sendo garantido o seu sigilo e privacidade. Você tem direito a requerer indenização diante de eventuais danos que você sofra em decorrência dessa pesquisa.

Contato das pesquisadoras:

Pesquisadoras:

Nome: Thereza Carolina Gonçalves Vieira

E-mail: tcarolina2001@gmail.com Telefone: (34) 99639-5397

Endereço: Av. Getúlio Guaritá, 159 - Bairro Abadia - Edifício Prof. Dr. Aluísio Rosa Prata – 5º andar - IELACHS

Nome: Profa. Dra. Alexandra Bujokas de Siqueira

E-mail: alexandra.siqueira@uftm.edu.br Telefone: (34) 99941-9349

Endereço: Av. Getúlio Guaritá, 159 - Bairro Abadia - Edifício Prof. Dr. Aluísio Rosa Prata – 5º andar - IELACHS

Em caso de dúvida em relação a esse documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3700-6803, ou no endereço Av. Getúlio Guaritá, 159, Casa das Comissões, Bairro Abadia – CEP: 38025-440 – Uberaba-MG – de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00. Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados criados para defender os interesses dos participantes de pesquisas, quanto a sua integridade e dignidade, e contribuir no desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos.

Eu, _____, li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e a quais procedimentos serei submetido(a). A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não afetará quaisquer serviços que eu estou recebendo (ex: atendimento médico, faculdade, escola, academia, etc.). Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar do estudo. Concordo em participar do estudo, EDUCAÇÃO EM VALORES, EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E JUSTIÇA SOCIAL: COMO ESSE DIÁLOGO SE CONCRETIZA NA VIDA DE TRÊS JOVENS INFLUENCIADORES DE UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS, e receberei uma via assinada deste documento.

Uberaba,//.....

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora responsável

Assinatura do(a) pesquisador(a) assistente

Telefone de contato das pesquisadoras:

Nome: Thereza Carolina Gonçalves Vieira

E-mail: tcarolina2001@gmail.com Telefone: (34) 99639-5397

Endereço: Av. Getulio Guaritá, 159 - Bairro Abadia - Edifício Prof. Dr. Aluísio Rosa Prata – 5º andar - IELACHS

Nome: Profa. Dra. Alexandra Bujokas de Siqueira

E-mail: alexandra.siqueira@uftm.edu.br Telefone: (34) 99941-9349

Endereço: Av. Getulio Guaritá, 159 - Bairro Abadia - Edifício Prof. Dr. Aluísio Rosa Prata – 5º andar – IELACHS

ANEXO II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

EDUCAÇÃO EM VALORES, EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E JUSTIÇA SOCIAL: COMO ESSE DIÁLOGO SE CONCRETIZA NA VIDA DE TRÊS JOVENS INFLUENCIADORES DE UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS.

THEREZA CAROLINA GONÇALVES VIEIRA

Considerando o objetivo geral da pesquisa - investigar os valores subjacentes a postagens de influenciadores digitais que se relacionem ao tema da justiça social, à luz dos **binômios valores tradicionais X seculares racionais e valores de sobrevivência X auto-expressão** da World Values Survey (WVS) – a entrevista semi-estruturada será desenvolvida em quatro eixos. Inicialmente, será construída uma “midiografia” do/a entrevistado/a, a fim de caracterizar a identidade cultural midiática. A seguir, serão feitas perguntas específicas sobre a formação em valores, retiradas da investigação da WVS. Por fim, os eixos três e quatro vão investigar o conceito abstrato de justiça social do/a entrevistado/a e a manifestação prática desse conceito nas postagens que o/a entrevistado/a fez/faz.

EIXO 1 – MADIOGRAFIA DO ENTREVISTADO

- 1.1. Ano de nascimento
- 1.2. Local de nascimento
- 1.3. Local onde passou a maior parte da vida
- 1.4. Escolaridade
- 1.5. Profissão dos pais
- 1.6. Tipo de música que mais gosta de ouvir (cite 5 artistas preferidos)
- 1.7. Gosta de cinema? Se não, explique porque não, se sim, explique porquê e cite três filmes que você gosta muito e explique porque gosta desses filmes.
- 1.8. Você se interessa por notícias jornalísticas? Se não, explique porque não. Se sim, explique porque sim.
- 1.9. Se você se interessa por notícias jornalísticas, diga quais são os meios que costuma usar com mais frequência para se informar e explique porque prefere esses meios.
- 1.10. Você gosta de memes? Se não, explique porque não. Se sim, explique porque gosta.
- 1.11. Se você gosta de memes, cite três memes que você gosta muito.
- 1.12. Você gosta de assistir anúncios publicitários? Se sim, explique porque sim. Se não, explique porque não gosta.
- 1.13. Se você gosta de anúncios publicitários, cite três anúncios que você gosta muito.

- 1.14. Tem algum conteúdo midiático tipo filme, publicidade, videoclipe, etc. que te marcou muito? Se sim, qual é e porque te marcou?
- 1.15. Seus pais ou outros familiares tiveram ou têm alguma influência na formação do seu repertório cultural midiático?
- 1.16. Seus amigos tiveram ou têm alguma influência na formação do seu repertório cultural midiático?
- 1.17. Seus professores tiveram ou têm alguma influência na formação do seu repertório cultural midiático?
- 1.18. Você tem o hábito de ler livros? Se não, explique porque não. Se sim, explique por que sim.
- 1.19. Se você tem o hábito de ler livros, cite três livros que leu na sua vida e gostou muito.
- 1.20. Você gosta de games? Se sim, explique porque sim. Se não, explique porque não gosta.
- 1.21. Se você gosta de games, cite o seu favorito e explique porque é o favorito.
- 1.22. Tem mais alguma informação importante sobre a sua midiografia que não foi perguntada e você gostaria de relatar?

EIXO 2 – COMO SE POSICIONA EM RELAÇÃO AOS VALORES MEDIDOS PELA WVS

QUESTÃO 2.1 - Vou mencionar alguns itens relacionados à nossa vida e você, por favor, me responda se são muito importantes, razoavelmente importantes, pouco importantes ou se não têm importância nenhuma para você e justifique a sua resposta.

- ✓ Família
- ✓ Amigos
- ✓ Tempo livre
- ✓ Política
- ✓ Trabalho
- ✓ Religião

QUESTÃO 2.2 – Eu vou listar 11 (onze) qualidades e, delas, você vai escolher até 05 (cinco) que são mais importantes de serem ensinadas às crianças na sua opinião, e justifique porquê.

- ✓ Boas maneiras
- ✓ Independência
- ✓ Ser trabalhador
- ✓ Ter responsabilidade
- ✓ Ter criatividade
- ✓ Ter tolerância e respeito pelos outros
- ✓ Saber economizar (dinheiro e outros bens)
- ✓ Ter determinação e perseverança
- ✓ Ter fé religiosa

- ✓ Não ser egoísta
- ✓ Ser obediente

QUESTÃO 2.3 – Eu vou ler 09 (nove) afirmações e você vai me responder se concorda ou discorda com cada uma delas e porquê.

- ✓ Quando há poucos empregos, os homens devem ter mais direito a um emprego do que as mulheres.
- ✓ Quando há poucos empregos, os empregadores deveriam dar mais prioridade aos brasileiros do que aos estrangeiros.
- ✓ Se a mulher ganha mais dinheiro que o seu marido, é quase certo que isso causará problemas.
- ✓ Casais homossexuais podem ser pais tão bons quanto outros casais.
- ✓ Ter filhos é um dever que temos para com a sociedade.
- ✓ Filhos adultos tem o dever de oferecer cuidado aos seus pais caso necessitem.
- ✓ As pessoas que não trabalham ficam preguiçosas.
- ✓ Trabalhar é uma obrigação para com a sociedade.
- ✓ O trabalho deve vir sempre em primeiro lugar, mesmo que isso signifique menos tempo livre.

QUESTÃO 2.4 – Por fim, eu vou ler 19 (dezenove) afirmações e você vai me responder se elas se justificam, se não se justificam de jeito nenhum ou se se justificam em algumas situações e porque.

- ✓ Pedir benefícios do governo sem ter direito.
- ✓ Evitar pagar passagem em transporte público.
- ✓ Roubar propriedade dos outros
- ✓ Sonegar o imposto de renda se tiver como.
- ✓ Aceitar suborno para cumprir seu dever.
- ✓ Homossexualidade
- ✓ Prostituição
- ✓ Aborto
- ✓ Divórcio
- ✓ Sexo antes do casamento
- ✓ Suicídio
- ✓ Eutanásia (provocar a morte de uma pessoa que tenha uma doença que não tem cura ou esteja em estágio terminal)
- ✓ O homem bater na esposa.
- ✓ Os pais baterem nos filhos.
- ✓ Violência contra outras pessoas.
- ✓ Terrorismo como meio político, ideológico ou religioso
- ✓ Ter sexo casual
- ✓ Violência política
- ✓ Pena de morte

EIXO 3 – COMO COMPREENDE O CONCEITO DE JUSTIÇA SOCIAL

- 3.1. Descreva uma situação que você entende como sendo claramente de injustiça social e explique porque é injusta.
- 3.2. Descreva uma situação que você entende como sendo claramente de justiça social e explique porque é justa.
- 3.3. Com base nos exemplos que você descreveu, como você define a ideia de justiça social.

EIXO 4 – COMO JUSTIFICA AS POSTAGENS QUE FEZ SOBRE O TEMA DA JUSTIÇA SOCIAL

- 4.1 Escolha de três a cinco postagens das suas redes sociais e explique onde está a justiça/injustiça social?

ANEXO III

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA NÚMERO 1

Pesquisadora: - Considerando o objetivo geral da pesquisa - investigar os valores subjacentes a postagens de influenciadores digitais que se relacionem ao tema da justiça social, à luz dos binômios valores tradicionais X seculares racionais e valores de sobrevivência X auto-expressão da World Values Survey (WVS) – a entrevista semiestruturada será desenvolvida em quatro eixos. Inicialmente, será construída uma “midiografia” do/a entrevistado/a, a fim de caracterizar a identidade cultural midiática. A seguir, serão feitas perguntas específicas sobre a formação em valores, retiradas da investigação da WVS. Por fim, os eixos três e quatro vão investigar o conceito abstrato de justiça social do/a entrevistado/a e a manifestação prática desse conceito nas postagens que o/a entrevistado/a fez/faz.

EIXO 1 – MIDIOGRAFIA DO ENTREVISTADO.

P¹⁵⁷: Ano de nascimento:

Entrevistado 1: Eu nasci em 1988.

P: em que cidade?

E₁¹⁵⁸: Uberaba (MG)

P: Onde passou a maior parte da sua vida?

E₁: Aqui em Uberaba.

P: Qual a sua escolaridade?

E₁: Eu tenho mestrado em História, mas, também sou formada em Direito; Direito, com mestrado em História. Eu fiz Direito, fiz História e, depois, fiz o mestrado em História.

P: Qual a profissão dos seus pais?

E₁: Meu pai é vendedor e minha mãe é assistente social. A minha mãe formou muito recente; a minha mãe formou no mesmo ano que eu; a gente fez faculdade juntas. Ela entrou na faculdade com mais de 40 anos, assim, 44 anos e era um sonho dela formar. Aí ela conseguiu formar já mais velha; foi bem legal.

P: Tipo de música que mais gosta de ouvir (cite 5 artistas preferidos):

E₁: nossa, eu sou muito eclética, escuto de tudo, de tudo mesmo. Eu sou muito fã da Sandy; então, eu escuto Sandy, Amy Winehouse, escuto Sertanejo, escuto de tudo, mas, eu tô numa *vibe* ultimamente bem MPB, então tô escutando bastante MPB. Tô escutando Roberta Sá, que eu amo; tô escutando bastante, também, Rita Lee (não sei por que eu retomei a Rita Lee

¹⁵⁷ Utilizaremos na transcrição a letra “P” para identificar a Pesquisadora.

¹⁵⁸ Utilizaremos na transcrição a letra “E₁” para identificar o Entrevistado

recentemente), então, acho que, eu não sei se eu tenho cinco artistas favoritos, a música depende de um momento assim.

P: Gosta de cinema? Se não, explique porque não, se sim, explique porquê e cite três filmes que você gosta muito e explique porque gosta desses filmes.

E₁: Gosto, sim! Eu gosto muito de cinema, assisto muito. Eu assisti agora, “Divertidamente 2” eu amei, porque eu sou louca com a trama daquele filme, né, porque no lúdico ele fala de coisas tão importantes. Então acho que ele é um filme que eu gosto muito. Um outro filme também que eu gosto bastante (nossa, são vários, é difícil de lembrar, deixa eu pensar) ... Ultimamente, eu “reassisti” um filme que me marcou muito. É um filme que conta a história do Mujica, ex-presidente do Uruguai. É um filme de biografia, um documentário. Ele ficou 12 anos preso, e aí conta a história dele, que ele ficou 12 anos sobre tortura, isolamento, né, e as estratégias que ele usou naquela época, pra não pirar, assim, então foi um filme que me tocou bastante. Ele é um cara que fala muito de justiça social, talvez, eu lembrei dele... ele fala muito disso, inclusive os valores da vida dele são, assim, né, ele foi presidente e mora num lugar super simples; então eu gosto muito dele. Esse filme foi um filme que me marcou muito, recentemente. O terceiro filme que eu assisti recente é um documentário da vida da Amy Winehouse; me tocou muito, também, porque mostra muito como que a mídia acabou com ela, né como que a mídia impactou a vida dela, como que isso acontece, né, e nesses tempos recentes assim, eu falo que você tem que ter muita firmeza de propósito mas, também, cuidar muito da sua saúde mental. Esse foi um filme que, também, mexeu comigo. Ela era muito nova, uma coisa muito exposta, muito exposta, e aquilo gera um monte de coisas, né como que a mídia bombardeia, como que a mídia tem essa capacidade, né, pra tudo. Invade a vida da pessoa e eu fiquei pensando um pouco em mim, assim, porque a gente que é muito exposto você tem que ter muita tranquilidade. Eu adotei algumas estratégias aqui, então, por exemplo, quando eu vou postar uma coisa que eu sei que é muito polêmica eu evito ler os comentários porque eu vai mexendo, a pessoa te chama de burra, de idiota, de isso, de aquilo, né, então aquilo toca, você lê você, você tá ali, você tá dedicada a um trabalho, né, e foi um trabalho também, que eu fiz muito com a minha família, porque meu pai, principalmente, ele se incomodava muito, assim, principalmente coisa que posta em jornal, em página de jornal, que as pessoas vão lá e comentam, meu pai... Então eu falo que você tem que ter muita firmeza, e aí esse filme me trouxe isso também, muita libertação de colocar os limites, né que eu acho que esses limites, até onde você vai você que tem que dar, né mas nem todo mundo tá preparado pra fazer isso

P: Você se interessa por notícias jornalísticas? Se não, explique porque não. Se sim, explique porque sim.

E₁: Sim, né? Faz parte do meu trabalho, então a gente tem que estar super informado de tudo que tá acontecendo. Tenho um jornalista aqui na equipe que me ajuda, então tá sempre ligada em tudo porque pra nós uma notícia jornalística uma brecha jornalística vira uma pauta vira um trabalho, vira um mandato.

P: Se você se interessa por notícias jornalísticas, diga quais são os meios que costuma usar com mais frequência para se informar e explique porque prefere esses meios.

E₁: Acaba que a gente busca os principais canais nacionais jornais, sites e aqui do município também então aqui a gente infelizmente não tem muitos jornais, você tem um jornal e você tem alguns blogs, né? Então a gente busca nesses blogs aqui também então é bem nesse sentido porque pra nós também é importante saber o que tá acontecendo nacionalmente. A

gente tem uma imprensa muito fechada. A gente fica sabendo mais das coisas pelo Instagram e tudo mais do que pelos jornais.

P: Você gosta de memes? Se não, explique porque não. Se sim, explique porque gosta.

E₁: Eu amo memes! Eu acho que o meme tem a capacidade de com humor tocar na ferida, assim, né? Então acho que isso é bem interessante assim e é falar de uma forma que você tá falando de assuntos sérios e aquele negócio torna as coisas mais leves, eu gosto muito, muito mesmo.

P: Se você gosta de memes, cite três memes que você gosta muito.

E₁: [infelizmente, a resposta à essa pergunta ficou inaudível na gravação da entrevista]

P: Você gosta de assistir anúncios publicitários? Se sim, explique porque sim. Se não, explique porque não gosta.

E₁: Médio... não, não gosto. Eu acho que hoje como tudo é muito vendável, né? Às vezes esse anúncio publicitário acaba se tornando um pouco chato invasivo, então a rede social por exemplo, o tempo todo você tá ali sendo bombardeado com anúncio publicitário eu pessoalmente acho um pouco invasivo. E eles sabem tudo de você eu dou uma palestra nas escolas que eu falo com os jovens sobre educação cidadã e eu falo muito pra eles que me incomoda muito a apatia de hoje na juventude assim, né? E eu falo assim, vocês sabem por exemplo que tudo no celular de vocês tem um negócio que chama viés de confirmação eles sabem tudo que vocês gostam e eles vão te mandar, o que vocês estão fazendo pra buscar outro tipo de informação, né? Então acho que é muito parecido com isso aqui tá ali, eles sabem tudo de você e quando você entra na rede social você coloca que você é *mulher/homem*, o que você é o quê você mora aqui, você é o quê, qual que são os seus interesses sabe tudo de você vai começar a te mandar tudo isso, né? E é engraçado isso também, a gente tem um debate hoje mundial, né? Que é um pouco da retirada da tela, né? Então você vê, já chegou no Brasil você tá discutindo hoje como que você pode retirar a tela da educação a gente ainda tá aqui no Brasil equipando escola, né? E o mundo tá pensando em tirar, né? As próprias pesquisas da primeira infância mostrando os prejuízos neurológicos que se faz em crianças com o excessivo de tela, né? Então acho que vai nesse sentido.

P: Tem algum conteúdo midiático tipo filme, publicidade, videoclipe, etc. que te marcou muito? Se sim, qual é e porque te marcou?

E₁: Cara, é um conteúdo midiático que acabou me marcando nem foi uma influência que eu tive assim de assistir muito, mas, foi a Série [REDACTED]¹⁵⁹, né? Porque todas as pessoas me associam [REDACTED]. E aí, onde eu vou, as pessoas falam “[REDACTED]”, e tem, que é o pessoal, né? Ah, não sei o quê, [REDACTED]. Então eu acabei assim, absorvendo isso pra dentro, até aqui no mandato. Então a gente faz meme com [REDACTED] A gente usa “ceninhas” de lá pra fazer meme pra trazer assunto sério, né? Então acabou que esse é um conteúdo midiático, assim, que me marcou porque eu não assisti muito na minha infância, não foi um conteúdo que eu assisti muito, mas que depois eu acabei assistindo pra ver como ela é! “Por que estão me comparando com ela?”

¹⁵⁹ Na transcrição optamos por cobrir algumas citações/trechos de forma a proteger a identificação da entrevistada.

P: Seus pais ou outros familiares tiveram ou têm alguma influência na formação do seu repertório cultural midiático?

E₁: Eu, de verdade acho que o meu repertório cultural, ele veio mais de quando eu fui pra política porque aí eu comecei a ter leituras, a ter contato com o mundo que não era muito da minha casa, os meus pais não eram pessoas que consumiam muito a cultura, se importavam muito com isso eu até quando criança fiz balé e espetáculo e tal, mas a minha família não era uma família muito cultural; mas, quando eu fui pra política e aí eu fui tendo contato com outras coisas que eu fui tendo repertório de livro, de música de arte, eu acho que foi bem aí!

P: Seus amigos tiveram ou têm alguma influência na formação do seu repertório cultural midiático?

E₁: Sim, com certeza! Aí eu comecei a ter contato com gente que era mais ligada a música, teatro isso foi depurando assim um pouquinho sabe, refinando! É muito interessante!

P: Seus professores tiveram ou têm alguma influência na formação do seu repertório cultural midiático?

E₁: Da escola eu não me recordo, mas na universidade sim!

P: Você tem o hábito de ler livros? Se não, explique porque não. Se sim, explique por que sim.

E₁: Sim! O livro pra mim, hoje, ele é um momento de descanso. Então, eu sempre leio, inclusive todo ano eu publico no final do ano todos os livros que eu li. Tem um momento, assim, no final do ano, que eu publico todos porque acho que isso tem influência nas pessoas a lerem mais, também, mas, eu leio muito e pra mim hoje a leitura é de fato um momento de descanso eu chego em casa, eu desligo pego o celular, deixo lá e eu pego o livro ultimamente tem sido assim quatro páginas, apago né? Mas tá ótimo né? Mas eu leio!

P: Se você tem o hábito de ler livros, cite três livros que leu na sua vida e gostou muito.

E₁: Eu tenho um livro que me marcou muito que chamava assim o livro da minha infância que me marcou eu tenho até hoje, eu tenho coragem de trazer que ele era um da coleção Vagalume que chama “Zezinho Dono da Porquinha Preta” e é muito legal porque a história dele é um menino que tinha uma porquinha e aí queriam matar a porquinha e ele luta pela porquinha e tal então esse livro me marcou muito. Tem um livro que é meu livro assim que eu dou pra todo mundo de presente que eu amo, que é um livro da doutora Ana Cláudia Quintana Ana Cláudia Arantes, que é o que chama “A Morte é um Dia que Vale a Pena Viver”. É um livro assim que me marcou muito mesmo quando eu li porque embora ela fale de morte, ela tá falando de vida o tempo todo assim, então é um livro que me marcou muito, muito, muito, muito mesmo e eu volto nele, eu leio ele de novo, eu gosto muito desse livro. E um outro livro que eu amei também ler recentemente assim, eu devorei eu li o “Tudo é Rio”, da Carla Madeira e eu amei esse livro. É maravilhoso assim, eu gostei muito de ler acho que foi um dos recentes que eu li, tá na minha cabeça assim, que eu gostei muito mesmo de ler, assim, acho que são, se pegam da minha infância, um que é meu livro assim de cabeceira e um que

P: Você gosta de games? Se sim, explique porque sim. Se não, explique porque não gosta.

E₁: Não gosto. Então, eu nunca gostei de videogame, engraçado... casei com um marido que ama, né?! Então, assim, eu nunca me interessei, assim, eu acho meio chato, eu gosto mais de pessoas reais.

P: Se você gosta de games, cite o seu favorito e explique porque é o favorito.

E₁: [a entrevistada não gosta de games]

P: Tem mais alguma informação importante sobre a sua midiografia que não foi perguntada e você gostaria de relatar?

E₁: Não, acho que não, acho que a gente falou de música, tudo, né, então, é isso aí. Mas eu acho que é uma coisa que é legal, assim, eu sempre amei a história, e eu sempre amei escutar as pessoas, contar as histórias, então acho que isso marcou muito, também assim. Quando eu estudei Ditadura Militar, aquilo me tocou assim, profundamente, eu fiquei ali de ir atrás, saber mais e ler mais, né, então assim, isso sempre mexeu muito comigo, assim, então acho que a história fez muito parte dessa formação, também, midiática, assim, sabe, do que que pra mim, constituiu isso, assim, de valores e tal, acho que é uma coisa.

EIXO 2 – COMO SE POSICIONA EM RELAÇÃO AOS VALORES MEDIDOS PELA WVS

QUESTÃO 2.1 - Vou mencionar alguns itens relacionados à nossa vida e você, por favor, me responda se são muito importantes, razoavelmente importantes, pouco importantes ou se não têm importância nenhuma para você e justifique a sua resposta.

P: Família

E₁: Muito importante porque é minha base, né, é pra onde eu corro.

P: Amigos

E₁: Muito importante porque me fortalece, também; eu falo de outros assuntos, eu busco outras coisas...

P: Tempo livre

E₁: Aprendi a tornar importante; não era, por muito tempo, precisei ficar doente para entender que era importante. Então, é muito importante.

P: Política

E₁: Muito importante, razão de tudo, pra mim é propósito, né?! Aquele negócio que faz a gente arrepiar? Pra mim, política é isso! Eu dou palestra onde eu conto a minha história e, engraçado: toda vez eu arrepio, assim... aquilo que me toca, que mexe comigo, né, e eu acho que muito que por conta que eu acredito que a única forma de mudar a sociedade é por ela [política], não tem jeito.

P: Trabalho

E₁: Muito importante porque dá sentido à vida.

P: Religião

E₁: Razoavelmente importante. Eu tenho minha religiosidade, eu tenho minha espiritualidade, mas, eu não sou muito ligada a uma religião. A gente até brinca aqui no gabinete assim, que eu sou Ecumênica, porque eu tenho minha espiritualidade, eu tenho meu momento, eu gosto mais de alguma coisa ou outra, mas, eu não me prendo aos ritos.

QUESTÃO 2.2 – Eu vou listar 11 (onze) qualidades e, delas, você vai escolher até 05 (cinco) que são mais importantes de serem ensinadas às crianças na sua opinião, e justifique porquê.

Boas maneiras

Independência

Ser trabalhador

Ter responsabilidade

Ter criatividade

Ter tolerância e respeito pelos outros

Saber economizar (dinheiro e outros bens)

Ter determinação e perseverança

Ter fé religiosa

Não ser egoísta

Ser obediente

*a entrevistada escolheu 05 (cinco) qualidades e, depois, justificou sua escolha.

E₁: Eu escolhi essas cinco (5) porque pra mim é um conjunto, assim, né; não tem como você buscar as outras que eu coloquei aqui – independência, criatividade, tolerância – primeiro, se você não tiver uma base que vem da sua casa. Eu acho que esse é um problema que a gente tem hoje, na educação, assim, né?! As crianças chegam muito assim, sem limite, sem controle, então isso é um grande problema. Independência porque é... hoje, também, por mais que a gente tenha uma sociedade extremamente independente, parece que cada vez mais as crianças e adolescentes estão dependentes, assim, dos pais, né; e, eu acho que a independência ela te leva pra limites além, assim... Tolerância e respeito porque isso pra mim aqui, é muito básico e hoje é o que a gente tem pouco, também na escola porque as crianças estão muito agressivas, né, a gente vive n'uma sociedade muito violenta e obviamente que isso tá lá expresso na escola. Determinação e perseverança porque é aquilo, né, acredite em você mesmo, não tem jeito. Se você quer alguma coisa a primeira pessoa que tem que acreditar nisso é você.

QUESTÃO 2.3 – Eu vou ler 09 (nove) afirmações e você vai me responder se concorda ou discorda com cada uma delas e porquê.

P: Quando há poucos empregos, os homens devem ter mais direito a um emprego do que as mulheres.

E₁: Nossa! Discordo totalmente, porque a sociedade tem que ser igualitária, né, se faz o mesmo trabalho não tem que ter essa desigualdade.

P: Quando há poucos empregos, os empregadores deveriam dar mais prioridade aos brasileiros do que aos estrangeiros.

E₁: Eu discordo, porque eu acho uma atitude um pouco egoísta.

P: Se a mulher ganha mais dinheiro que o seu marido, é quase certo que isso causará problemas.

E₁: Discordo, acho que tudo é conversado, tudo é conciliado, né?!

P: Casais homossexuais podem ser pais tão bons quanto outros casais.

E₁: Totalmente, concordo super, porque inclusive, eu conheço vários casais que são ótimos pais.

P: Ter filhos é um dever que temos para com a sociedade.

E₁: Discordo, até porque essa liberdade é de quem quer ter o filho, né?!

P: Filhos adultos tem o dever de oferecer cuidado aos seus pais caso necessitem.

E₁: Embora exista a previsão legal para isso, né, mas eu acredito muito nas coisas que são feitas porque a pessoa quer fazer, né, não adianta.

P: As pessoas que não trabalham ficam preguiçosas.

E₁: Depende, às vezes, se for herdeira, às vezes, não, né?! Tá viajando o mundo (risos)

P: Trabalhar é uma obrigação para com a sociedade.

E₁: Não, discordo. É uma escolha.

P: O trabalho deve vir sempre em primeiro lugar, mesmo que isso signifique menos tempo livre.

E₁: Discordo e acho que a sociedade tá tão adoecida por conta disso aqui [dessa afirmação]. A gente coloca tanto o trabalho na frente que a gente esquece de outras coisas.

QUESTÃO 2.4 – Por fim, eu vou ler 19 (dezenove) afirmações e você vai me responder se elas se justificam, se não se justificam de jeito nenhum ou se se justificam em algumas situações e porque.

P: Pedir benefícios do governo sem ter direito.

E₁: Não se justifica.

P: Evitar pagar passagem em transporte público.

E₁: Não se justifica. Se não tem tarifa livre, não se justifica.

P: Roubar propriedade dos outros

E₁: Não se justifica, mas, dependendo da situação, às vezes se justifica.

P: Sonegar o imposto de renda se tiver como.

E₁: Não se justifica.

P: Aceitar suborno para cumprir seu dever.

E₁: Não se justifica.

P: Homossexualidade

E₁: Se justifica. É escolha.

P: Prostituição

E₁: Se justifica. É escolha do corpo da pessoa; faz o que ela quiser.

P: Aborto

E₁: Se justifica em algumas situações. Hoje, porque a gente tem isso previsto em lei, né?! Infelizmente, no Brasil, a gente não tem uma discussão aprofundada disso. Mas, hoje aqui, por exemplo, fruto de estupro poderia ter o aborto.

P: Divórcio

E₁: [infelizmente, a resposta à essa pergunta ficou inaudível na gravação da entrevista]

P: Sexo antes do casamento

E₁: Justifica; é escolha.

P: Suicídio

E₁: Difícil, mas, deve justificar em algumas situações... quando a vida não faz mais sentido, né?

P: Eutanásia (provocar a morte de uma pessoa que tenha uma doença que não tem cura ou esteja em estágio terminal)

E₁: Justifica em algumas situações.

P: O homem bater na esposa.

E₁: Não se justifica.

P: Os pais baterem nos filhos.

E₁: Justifica em algumas situações; eu acho que não dá para ser oito e oitenta, porque tem situações que, às vezes, acham que é necessário; eu não acho, não se justifica de jeito nenhum.

P: Violência contra outras pessoas.

E₁: Não se justifica.

P: Terrorismo como meio político, ideológico ou religioso

E₁: De jeito nenhum, não justifica.

P: Ter sexo casual

E₁: Se justifica; o corpo é da pessoa; ela faz o que ela quiser.

P: Violência política

E₁: Não justifica.

P: Pena de morte

E₁: Não justifica.

EIXO 3 – COMO COMPREENDE O CONCEITO DE JUSTIÇA SOCIAL

3.1 Descreva uma situação que você entende como sendo claramente de injustiça social e explique porque é injusta.

E₁: Para mim, a desigualdade social é uma injustiça social. Por exemplo, a gente tem aqui em Uberaba hoje, 5% da população vivendo em extrema pobreza, vivendo com R\$ 120,00 por mês. Isso, para mim, não se justifica, porque você tem uma sociedade que é muito rica. Então, você tem uma pequena parcela da população que detém o poder econômico e uma parcela gigante que está passando fome, em questão de segurança alimentar. Então essa, para mim, é uma situação que não se justifica, que é injusta.

3.2 Descreva uma situação que você entende como sendo claramente de justiça social e explique porque é justa.

E₁: Para mim, uma discussão que eu acho que tem justiça social é a discussão das cotas. Uma reparação histórica, principalmente, as cotas ligadas às pessoas negras. Então, principalmente, nas universidades. Você olha e dentro da universidade você vê que a maioria são brancas. E aí, eu vou lá no 2000¹⁶⁰ e olho os meus alunos eles são, na maioria, negros. E para eles é tão distante esse acesso, eles acham que eles não podem. Quando a gente fala com eles, “ah, tem o IFTM¹⁶¹”, eles nunca ouviram falar porque ele [IFTM] é totalmente longe da realidade deles. Porque a perspectiva de futuro que eles têm é muito limitada.

3.3 Com base nos exemplos que você descreveu, como você define a ideia de justiça social?

¹⁶⁰ Bairro Residencial 2000, em Uberaba (MG).

¹⁶¹ Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

E₁: Para mim, eu tenho muito claro esse conceito aqui. Para mim, justiça social é uma sociedade que tem mais equidade. É uma sociedade que tem mais condições das pessoas saindo do mesmo ponto e ter as mesmas condições, né? E não é isso que acontece. Por exemplo, se você pega, para dar um exemplo, se você pega homens e mulheres na sociedade, os obstáculos que são colocados para as mulheres são imensamente maiores do que os que são colocados para os homens. Começa com uma questão cultural. Então, da sociedade que a gente vive, da educação que a gente vive, sendo um ou sendo outro então, justiça social, para mim, tem a ver com equidade.

EIXO 4 – COMO JUSTIFICA AS POSTAGENS QUE FEZ SOBRE O TEMA DA JUSTIÇA SOCIAL

4.1 Escolha de três a cinco postagens das suas redes sociais e explique onde está a justiça / injustiça social?

ENTREVISTA NÚMERO 2

Pesquisadora: - Considerando o objetivo geral da pesquisa - investigar os valores subjacentes a postagens de influenciadores digitais que se relacionem ao tema da justiça social, à luz dos binômios valores tradicionais X seculares racionais e valores de sobrevivência X auto-expressão da World Values Survey (WVS) – a entrevista semiestruturada será desenvolvida em quatro eixos. Inicialmente, será construída uma “midiografia” do/a entrevistado/a, a fim de caracterizar a identidade cultural midiática. A seguir, serão feitas perguntas específicas sobre a formação em valores, retiradas da investigação da WVS. Por fim, os eixos três e quatro vão investigar o conceito abstrato de justiça social do/a entrevistado/a e a manifestação prática desse conceito nas postagens que o/a entrevistado/a fez/faz.

EIXO 1 – MIDIOGRAFIA DO ENTREVISTADO.

P¹⁶²: Ano de nascimento:

Entrevistado 2: 1996.

P: em que cidade?

E₂¹⁶³: Uberaba (MG).

P: Onde passou a maior parte da sua vida?

E₂: Uberaba (MG).

P: Qual a sua escolaridade?

E₂: Mestre em Direito.

P: Qual a profissão dos seus pais?

E₂: Meu pai é comerciante e minha mãe também.

P: Tipo de música que mais gosta de ouvir (cite 5 artistas preferidos):

E₂: MPB e Blues. Chico Buarque, Caetano Veloso, Criolo e Cartola; Internacional que conecta com Rock mais do que com Blues, Greta Van Fleet.

P: Gosta de cinema? Se não, explique porque não, se sim, explique porquê e cite três filmes que você gosta muito e explique porque gosta desses filmes.

E₂: Gosto. Porque eu acho que é uma das melhores manifestações culturais, as mais claras manifestações culturais de um povo. Citando os filmes: Getúlio, com Tony Ramos, justamente porque é um bom retrato histórico daquele momento que o país vivia, e nós temos a criação de mitos em volta dos políticos, e eu não compactuo muito com essa visão, eu gosto de entender a pessoa por trás do mito que é montado, e o Getúlio é um desses caras que era fundamental que o brasileiro entendesse, sem perspectiva ideológica mesmo, mas entendesse o papel que esse cara teve na história desde a década de 30. Então esse é um filme.

¹⁶² Utilizaremos na transcrição a letra “P” para identificar a Pesquisadora.

¹⁶³ Utilizaremos na transcrição a letra “E₂” para identificar o Entrevistado

Interestelar, porque é um filme de ficção, mas não é de ficção, porque ele traz aplicação de conceitos científicos, de fato, então ele faz a gente explodir a mente, refletir profundamente sobre várias coisas, para além da viagem espacial, e tudo mais, e tem muitos outros, né? E Vice, que é um filme dos Estados Unidos, que retrata o vice do Bush, George W. Bush.

P: Você se interessa por notícias jornalísticas? Se não, explique porque não. Se sim, explique porque sim.

E₂: Bom, é importante a gente se informar, mas mais do que se informar puramente, é formar um valor crítico das informações, né? Então, desde muito pequeno eu sempre fiz isso, entendendo que cada veículo de comunicação tem o seu viés. E entender esse viés e saber filtrar as informações é o fundamental. Então, não só para se informar, mas para formar um valor crítico.

P: Se você se interessa por notícias jornalísticas, diga quais são os meios que costuma usar com mais frequência para se informar e explique porque prefere esses meios.

E₂: Bom, para me informar puramente, a nível mundial... Jornalístico, eu uso a Reuters, né? Que é uma plataforma alemã. Nasce como uma plataforma alemã, né? Então eu uso eles bastante para me informar a nível mundial. Uso para me informar de assuntos locais o JM, que tem um viés político muito claro, mas é importante que a gente se mantenha informado; e, o UOL. Todos em mídias digitais.

P: Você gosta de memes? Se não, explique porque não. Se sim, explique porque gosta.

E₂: Não. Eu, na verdade, eu tenho uma rotina muito intensa então eu tenho poucos hobbies e poucos momentos de relaxamento que eu posso escolher. E aí, eu não escolho as redes sociais pra isso.

P: Você gosta de assistir anúncios publicitários? Se sim, explique porque sim. Se não, explique porque não gosta.

E₂: Perda de tempo pra mim, na verdade. Eu entendo a importância, mas é perda de tempo.

P: Tem algum conteúdo midiático tipo filme, publicidade, videoclipe, etc. que te marcou muito? Se sim, qual é e porque te marcou?

E₂: Tem um DVD ainda do Projota que é um outro rapper também. O primeiro DVD dele que ele faz em Curitiba ele é bem marcante pra mim porque ele fez parte da minha formação quando criança porque ele muitas das minhas revoltas ali, inclusive de críticas ao cenário político a sociedade em si ele representa bem, então me marcou bastante esse DVD dele.

P: Seus pais ou outros familiares tiveram ou têm alguma influência na formação do seu repertório cultural midiático?

E₂: Com certeza, tem, né? Meus pais e meus avós.

P: Seus amigos tiveram ou têm alguma influência na formação do seu repertório cultural midiático?

E₂: Muito pouco; porque eu sempre fui muito diferente dos meus amigos. Família é mais... Muito mais. O núcleo é mais forte.

P: Seus professores tiveram ou têm alguma influência na formação do seu repertório cultural midiático?

E₂: Tiveram e tem.

P: Você tem o hábito de ler livros? Se não, explique porque não. Se sim, explique por que sim.

E₂: Sim, porque literatura do ponto de vista de relaxamento é um caminho claro ele abre portas na sua mente que você nem sabia que existia.

P: Se você tem o hábito de ler livros, cite três livros que leu na sua vida e gostou muito.

E₂: Memórias Póstumas de Brás Cubas, Vidas Secas e, vou citar um bem recente que eu estava lendo recentemente que é o livro do Obama, a autobiografia dele.

P: Você gosta de games? Se sim, explique porque sim. Se não, explique porque não gosta.

E₂: Bom, esse é o meu principal hobby que poucas coisas me fazem me desconectar da realidade. Quando eu estou em um momento de relaxamento eu quero me desconectar total da realidade. E aí os games servem pra isso.

P: Se você gosta de games, cite o seu favorito e explique porque é o favorito.

E₂: Chama Counter Strike. É um jogo da década de 90 que vem evoluindo; aí, tem o 1.0, o 1.6, o 1.5, o 2.0 e vai evoluindo. É um jogo de estratégia, tiro em primeira pessoa e que você trabalha em equipe. Então... tem outros jogadores online. E eu usei ele muito para inclusive me ajudar a me formar enquanto líder porque lá eu tinha que liderar equipes também. Então eu desde pequeno como eu era bom no jogo, eu me destacava, mas também porque eu estudava o jogo, entendia os melhores caminhos e passava pra minha equipe por onde e como a gente tinha que ir. Então eu usei esse game como uma forma de testar minha liderança, meu oratório e minha capacidade de convencimento.

P: Tem mais alguma informação importante sobre a sua midiografia que não foi perguntada e você gostaria de relatar?

E₂: Não.

EIXO 2 – COMO SE POSICIONA EM RELAÇÃO AOS VALORES MEDIDOS PELA WVS

QUESTÃO 2.1 - Vou mencionar alguns itens relacionados à nossa vida e você, por favor, me responda se são muito importantes, razoavelmente importantes, pouco importantes ou se não têm importância nenhuma para você e justifique a sua resposta.

P: Família

E₂: Muito importante, porque é a base de tudo.

P: Amigos

E₂: Razoavelmente importante, porque depois da família é um caminho ali para que você encontre proteção e tudo mais, mas não é a mesma coisa da família.

P: Tempo livre.

E₂: Pouco importante porque eu tenho uma compreensão do nosso papel na vida, que ela vai pra muito além do indivíduo, então tempo livre significa pra mim, você não está cumprindo o seu propósito de fato, eu sei que faz parte, tem uma pequena importância ali pra você poder dar uma respirada também, mas o foco da vida do ser humano, no meu caso, do que como eu compreendo o ser humano tem que ser o próximo, não as individualidades.

P: Política.

E₂: Muito importante, porque ela que estabelece as regras do jogo e quem vai ficar fora dele.

P: Trabalho.

E₂: Muito importante, não pela questão do financeiro, pelo contrário trabalho ele é muito importante para que você possa importar a vida de pessoa.

P: Religião.

E₂: Muito importante, porque a religião em si não, a religiosidade ela é a sua conexão com algo além da existência terrena, então ter essa conexão faz com que você compreenda tudo isso que eu estou falando sobre o seu papel na Terra.

QUESTÃO 2.2 – Eu vou listar 11 (onze) qualidades e, delas, você vai escolher até 05 (cinco) que são mais importantes de serem ensinadas às crianças na sua opinião, e justifique porquê.

Boas maneiras

Independência

Ser trabalhador

Ter responsabilidade

E₂: Justamente porque se você se desconectar o que é ter responsabilidade? É você se preocupar com algo é você cuidar para que aquilo seja preservado então se você não tiver isso você não vai se preocupar com a sua própria vida com a vida das pessoas que te cercam com a garantia da sua estabilidade financeira, profissional e social, inclusive por isso ter tolerância e respeito pelos outros também, porque a gente vive n'uma sociedade, então você tem que compreender as individualidades e saber respeitar e conviver.

Ter criatividade

Ter tolerância e respeito pelos outros

E₂: [respondeu junto com o item “ter responsabilidade”]

Saber economizar (dinheiro e outros bens)

Ter determinação e perseverança

E₂: Para que você não desista nos obstáculos porque a vida é dura.

Ter fé religiosa

E₂: Ter fé, mas não religiosa porque a imposição de uma religião eu acho que não é o caminho mas eu vou colocar porque ter fé aqui é fundamental é no sentido de você acreditar que existe algo além e que você não consegue provar por meios científicos.

Não ser egoísta

E₂: Porque a gente tem que compreender que a vida vai para muito além de bens materiais e do indivíduo.

Ser obediente

QUESTÃO 2.3 – Eu vou ler 09 (nove) afirmações e você vai me responder se concorda ou discorda com cada uma delas e porquê.

P: Quando há poucos empregos, os homens devem ter mais direito a um emprego do que as mulheres.

E₂: Discordo totalmente. Não faz o menor sentido você priorizar o homem à mulher num cenário de escassez de emprego, você tem que priorizar o melhor preparado.

P: Quando há poucos empregos, os empregadores deveriam dar mais prioridade aos brasileiros do que aos estrangeiros.

E₂: Pensando num cenário de escassez de emprego e pensando num todo enquanto a sociedade onde você está inserido que seria no caso o Brasil eu acredito que sim que deve ser priorizado os brasileiros que deve ser priorizado os brasileiros porque se você não priorizá-los você vai gerar mais custo para a máquina governamental de ter que sustentar essas pessoas nas necessidades básicas delas então é melhor que torne o seu povo produtivo para que a sociedade viva melhor.

P: Se a mulher ganha mais dinheiro que o seu marido, é quase certo que isso causará problemas.

E₂: Discordo totalmente. Isso é como eu vejo; se você me perguntasse assim na maioria das famílias isso causaria problemas? Eu acho que sim acho que é questão cultural porque ainda vivemos numa sociedade que é machista, mas como eu vejo, não então eu não teria problemas em receber menos que minha esposa justamente porque a minha vida não é pauta de questões financeiras.

P: Casais homossexuais podem ser pais tão bons quanto outros casais.

E₂: Concordo porque não tem nada a ver com orientação sexual ou paternidade.

P: Ter filhos é um dever que temos para com a sociedade.

E₂: De forma nenhuma. Isso é uma opção de cada um. Nós não somos seres meramente reprodutores, não.

P: Filhos adultos tem o dever de oferecer cuidado aos seus pais caso necessitem.

E₂: Sem dúvida nenhuma, concordo plenamente porque é o ciclo da sociedade os pais cuidando dos filhos e os filhos precisam ser no mínimo gratos e cuidar dos pais de volta.

P: As pessoas que não trabalham ficam preguiçosas.

E₂: Não necessariamente, então, eu discordo, porque tem que investigar o porquê que ela não trabalha. Às vezes é uma necessidade familiar, é um combinado familiar de que um vai cuidar da casa e o outro vai poder tranquilamente trabalhar; às vezes é uma questão ligada à maternidade, a paternidade, então depende do motivo.

P: Trabalhar é uma obrigação para com a sociedade.

E₂: Concordo pela forma que eu vejo o trabalho. Eu não vejo o trabalho como é, nem como via a Alemanha Hitlerista de *arbeit macht frei* que é, “o trabalho liberta”; e, também não vejo como é uma produção de valor para si. Eu vejo o trabalho como uma ferramenta de cumprir o seu papel na sua sociedade.

P: O trabalho deve vir sempre em primeiro lugar, mesmo que isso signifique menos tempo livre.

E₂: Eu não queria concordar, mas eu concordo em razão da forma que eu vejo o trabalho eu não vejo o trabalho como geração de dinheiro, de lucro, nada assim. Vejo como cumprir o seu papel.

QUESTÃO 2.4 – Por fim, eu vou ler 19 (dezenove) afirmações e você vai me responder se elas se justificam, se não se justificam de jeito nenhum ou se se justificam em algumas situações e porque.

P: Pedir benefícios do governo sem ter direito.

E₂: Não se justifica de forma nenhuma; nunca se deve abusar do direito.

P: Evitar pagar passagem em transporte público.

E₂: Não se justifica porque, mesmo sendo público, ele [o transporte] tem que ser sustentável e, para isso, existe uma tarifa que tem que ser paga.

P: Roubar propriedade dos outros.

E₂: Não, não se justifica em caso nenhum. Propriedade é sim, sagrada!

P: Sonegar o imposto de renda se tiver como.

E₂: Não se justifica de forma nenhuma quem faz isso não entende o papel do imposto em si. “Ah, mas o governo usa mal o seu dinheiro”, tudo bem; então, eleja melhor os governantes.

: Aceitar suborno para cumprir seu dever.

E₂: Jamais! Você tem que cumprir o seu dever, sem depender de compensação pecuniária pra isso.

P: Homossexualidade.

E₂: Claro! É a orientação sexual de cada um.

P: Prostituição.

E₂: Eu acredito que em determinados casos, sim. Pensando na perspectiva de quem se coloca nessa situação. É um trabalho que alguns vão questionar moralmente isso, mas não deixa de ser um meio de ganha-pão, também. E que existe desde que o mundo é mundo. O que eu não concordo é com a exploração de terceiros da prostituição de indivíduos. Então, isso, eu não concordo.

P: Aborto.

E₂: Em determinadas situações, sim. Por exemplo, no caso de uma pessoa estuprada, eu compreendo ela fazê-lo.

P: Divórcio.

E₂: Se justifica, porque em uma situação assim, cada um tem que ser feliz e é isso.

P: Sexo antes do casamento.

E₂: Se justifica, total. Porque é mais uma forma de se conectar com a pessoa e às vezes até eu considero importante que isso exista antes de um vínculo marital. Porque você tem que se conectar em todas as esferas e todas as manifestações da vida com a pessoa que você vai dividir sua existência ali. Então é por isso.

P: Suicídio.

E₂: Não se justifica. Pela minha compreensão da vida e da existência enquanto espírita, eu sei das consequências que vão existir, que o suicídio não termina o sofrimento da pessoa, na verdade ele amplia. Então não se justifica.

P: Eutanásia (provocar a morte de uma pessoa que tenha uma doença que não tem cura ou esteja em estágio terminal).

E₂: Mediante o desejo dela, acredito que em determinadas situações sim, desde que ela tenha esse desejo expresso e que ela esteja no pleno gozo da sua capacidade de decidir. Se é uma pessoa que está em coma, por exemplo, isso não justifica, porque a gente não sabe a vontade dela.

P: O homem bater na esposa.

E₂: Jamais, jamais. Porque, agredir fisicamente ou mentalmente o outro, não se justifica.

P: Os pais baterem nos filhos.

E₂: Isso é polêmico, mas eu vou responder enquanto eu, futuro pai/mãe, não acredito que isso se justifica. Porque eu acredito na educação dialogada, firme, quando tem que ser firme, e eu acredito que eles têm outros meios de punição que não seja violência física.

P: Violência contra outras pessoas.

E₂: Dependendo do caso sim, se você estiver em risco ali, se justifica.

P: Terrorismo como meio político, ideológico ou religioso

E₂: Jamais! Nós temos que preservar os valores democráticos e o debate no campo para debater, não no campo para matar, explodir e tudo mais.

P: Ter sexo casual

E₂: Isso se justifica, esse tabu do sexo não faz o menor sentido. As pessoas têm que fazer aquilo que entendem como melhor para si.

P: Violência política

E₂: Não se justifica em hipótese nenhuma, porque a política tem que ser no debate, na discussão, no convencimento, não na porrada.

P: Pena de morte

E₂: Se a pergunta fosse prisão perpétua, eu responderia que se justifica. Mas, como é pena de morte, eu acredito que não, porque eu acredito sim que tem pessoas que não tem ressocialização para elas, que não adianta, o Estado não vai conseguir reinserir essa pessoa na sociedade, mas nós temos que evoluir também enquanto sociedade e não matar pessoas pela punição de algo que ela fez. Então, ela vai ficar reclusa, afastada da sociedade até o fim da sua vida, mas o Estado não pode terminar a vida dela, justamente pela minha compreensão espírita da vida.

EIXO 3 – COMO COMPREENDE O CONCEITO DE JUSTIÇA SOCIAL

3.4 Descreva uma situação que você entende como sendo claramente de injustiça social e explique porque é injusta.

E₂: Apesar da justiça social como a gente entende hoje ter surgido ali no século XIX, ser fortalecida no século XX e tudo mais, é importante a gente resgatar o conceito de justiça lá de Aristóteles, no livro *Ética a Nicômaco*, e como ele compreende isso, para a gente responder. Porque justiça social é a compreensão de que, na minha visão, você pode buscar o Hayek, você pode buscar um monte de teóricos, mas como eu vejo a justiça social? A justiça social é uma manifestação da igualdade material. Ou, na verdade, a igualdade material é uma manifestação da justiça social. O que é isso? É você tratar o diferente na medida da sua diferença. Ponto. Não é tratar todo mundo igual. Você garante a justiça social através de entender a individualidade e tratar a pessoa na medida da sua individualidade. Então isso é a garantia da justiça social de fato, tá? Exemplo de injustiça social: vou citar um exemplo que me remeteu durante as perguntas aí, que é o auxílio emergencial que foi dado durante a pandemia e a injustiça social foi cometida pelas pessoas que abusaram desse direito e que não

precisavam do auxílio emergencial e mesmo assim pleitearam, receberam e gastaram com besteiras. Isso é o exemplo do que vem a ser injustiça social.

3.5 Descreva uma situação que você entende como sendo claramente de justiça social e explique porque é justa.

E₂: Justiça social pra mim é você ter um sistema educacional que garanta ao mais pobre as melhores condições possíveis de que ele tenha oportunidades futuras e esteja preparado para elas.

3.6 Com base nos exemplos que você descreveu, como você define a ideia de justiça social?

E₂: Bom, justiça social é garantir que todos os indivíduos tenham possibilidades de chegar ao mesmo lugar mediante a ciência de que eles não partem do mesmo lugar. A chegada pode ser o mesmo ponto, mas o ponto de partida é diferente. Então a justiça social é garantir que essas diferenças de ponto de partida sejam diminuídas o máximo possível.

EIXO 4 – COMO JUSTIFICA AS POSTAGENS QUE FEZ SOBRE O TEMA DA JUSTIÇA SOCIAL

4.1 Escolha de três a cinco postagens das suas redes sociais e explique onde está a justiça / injustiça social?¹⁶⁴

¹⁶⁴ *O entrevistado não escolheu nenhuma postagem, ficando à cargo da pesquisadora fazer essa seleção.

ENTREVISTA NÚMERO 3

Pesquisadora: - Considerando o objetivo geral da pesquisa - investigar os valores subjacentes a postagens de influenciadores digitais que se relacionem ao tema da justiça social, à luz dos binômios valores tradicionais X seculares racionais e valores de sobrevivência X auto-expressão da World Values Survey (WVS) – a entrevista semiestruturada será desenvolvida em quatro eixos. Inicialmente, será construída uma “midiografia” do/a entrevistado/a, a fim de caracterizar a identidade cultural midiática. A seguir, serão feitas perguntas específicas sobre a formação em valores, retiradas da investigação da WVS. Por fim, os eixos três e quatro vão investigar o conceito abstrato de justiça social do/a entrevistado/a e a manifestação prática desse conceito nas postagens que o/a entrevistado/a fez/faz.

EIXO 1 – MIDIOGRAFIA DO ENTREVISTADO.

P¹⁶⁵: Ano de nascimento:

Entrevistado 3: 1986.

P: Local de nascimento:

E₃: Uberaba (MG).

P: Local onde passou a maior parte da vida

E₃: Uberaba (MG).

P: Escolaridade

E₃: Pós-graduação em Gestão do Terceiro Setor.

P: Profissão dos pais

E₃: Minha mãe é empregada doméstica e meu pai é pedreiro

P: Tipo de música que mais gosta de ouvir (cite 5 artistas preferidos):

E₃: Rap, vamos lá, os artistas... Primeiro, Racionais, né? Segundo, Sabotage. Terceiro, Emicida. Quinto... Quarto. Quarto, Eduardo Tadeu, né? E quinto... Major RD.

P: Gosta de cinema? Se não, explique porque não, se sim, explique porquê e cite três filmes que você gosta muito e explique porque gosta desses filmes.

E₃: Eu gosto de cinema porque o cinema pode retratar muita coisa que pode ser real, né? E pode contar isso pras pessoas; as histórias também, né? Uma história que seja fictícia, mas também uma história que seja de causa real. Eu gosto muito dessa questão da releitura da vida real, sabe? E a gente poder... até nos meus sonhos eu ia fazer um musical ainda e tal, sobre minha carreira. Aí o grande lance mesmo, eu gosto muito de cinema por isso, né? Porque o audiovisual, ele dá essa possibilidade de recriar, né? O que já aconteceu. Reviver isso e trazer esse sentimento das pessoas, né? E três filmes, assim, que eu mais gosto: primeiro é um filme que eu gosto muito, que é do Fifty Cent, né? Que se chama Fique Rico, Morra Tentando, que

¹⁶⁵ Utilizaremos na transcrição a letra “P” para identificar a Pesquisadora.

é um filme fenomenal, que eu gosto muito. O segundo é um filme que eu gosto pra caramba também, que é o Invasão da Casa Branca. Que mostra, tipo assim, aquela questão, né? O patriotismo e tal. E o terceiro também, que eu gosto muito também, já é uma linha assim, mais tranquila, assim. Que eu gosto de ver do Fifty Cent também. Meu filho também. É o filme do Carros, porque agora já é outro role, uma criança. Aí, tipo assim, é um momento que eu tenho... Depois, o Carros [filme] é muito doido, né? Ele é muito massa. Então, é o relâmpago do McQueen lá, por cima. Tipo, caiu. Tá lá no fundo do poço, mas consegue retomar as coisas. Inspiração, assim. Tinha vários filmes também que ele falava. Pô, o rock, né? Essa questão, né? Inspiração. Mas, o Carros é muito doido porque tem meu moleque envolvido aí, né, quando eu assisto.

P: Você se interessa por notícias jornalísticas? Se não, explique porque não. Se sim, explique porque sim.

E₃: Sim, porque hoje, principalmente com a internet, né? A gente vê divulgação de muita coisa sem fontes seguras, né? E tudo que eu vejo, assim, por exemplo, somente na internet eu procuro buscar, pesquisar pra me saber se tem alguma fonte, né? E essa questão do jornal é mais... Não que se caia muito em fake news, né? Antigamente era mais necessário, né? Porque meu pai, tipo assim... Uma lembrança que eu tenho de infância era o Jornal Nacional [programa jornalístico de televisão] tocando e meu pai mandando todo mundo ficar calado porque queria saber o que estava acontecendo. O MGTV [programa jornalístico local], o jornal...tudo. Momento de reunião que era quando a gente tinha, né? O acesso às informações. E hoje é mais essa questão, assim. Eu não vejo o jornal porque é questão de tempo, né? Mas eu acho... Eu acompanho muito, né? Os sites, as páginas da cidade. Tô sempre olhando. Quase todo dia eu olho.

P: Se você se interessa por notícias jornalísticas, diga quais são os meios que costuma usar com mais frequência para se informar e explique porque prefere esses meios.

E₃: Por uma questão de tempo, né? Eu busco é nas redes sociais e sempre também nos sites,né? Nos sites também, nos veículos de comunicação, por exemplo, dos jornais; sites oficiais.

P: Você gosta de memes? Se não, explique porque não. Se sim, explique porque gosta.

E₃: Sim, porque eu acho que de vez em quando a gente tem que tirar uma onda também. Tem que dar risada, todo mundo tem que estar feliz. Eu acho que é um negócio que vem pra extrovertir, né? Só que tem memes e memes, né? Aí são os memes mais legais.

P: Se você gosta de memes, cite três memes que você gosta muito.

E₃: Ó, tem... Aí, tipo assim, tem uns amigos que é o negócio da guerra de figurinha, né? Você conhece as guerras de figurinha num grupo? Tem aquele do Batman, né? Tipo assim, bate no Robin lá, né? Ele fala uma parada e você tá... Tem aquele também do Drake. Não sei se você já viu esse do Drake. É aquele carinha que tem a mão assim no rosto. É,o cara que é um cara do hip-hop. Aí, tipo assim,tem aquele...Ele fala assim... É, tipo assim, uma coisa ruim. Aí o Drake com a mão no rosto. Aí é uma coisa boa. O Drake rindo,ta sabendo?Ah. E o outro que eu lembro assim também... Deixa eu ver o que eu só lembro. É, e os memes também políticos, né? Que a galera postava também que eu rachava o bico. Principalmente zoando o Bolsonaro. Era, tipo assim... Era os memes que eu mais rachava.

P: Você gosta de assistir anúncios publicitários? Se sim, explique porque sim. Se não, explique porque não gosta.

E₃: Não. Eu até entendo que é um local assim...Onde a pessoa paga o patrocínio, né? Até eu faço também anúncios publicitários também na internet. Mas... É um negócio que eu acho bem chato. Eu acho chato ver aquele negócio ali. A gente acha que a gente tá até perseguido, né? Porque você tá num lugar assim... Você pensa uma coisa... Talvez você entrou numa coisa antes...Começa a aparecer anúncio daquele negócio. As pessoas até se fazem pergunta, né? Será que o microfone tá ligado? É claro que funciona... É o algoritmo, né? É o algoritmo começa a entregar o que você viu antes, né? Isso aí é meio chato.

P: Tem algum conteúdo midiático tipo filme, publicidade, videoclipe, etc. que te marcou muito? Se sim, qual é e porque te marcou?

E₃: Sim. De primeiro eu vou falar de documentário, né? Primeiro... É o documentário do Racionais. Que lançou agora. Que foi pra mim assim... É uma revivência,né? Mais de 25 anos da cultura. De quando eu comecei, né? Eu vivia como criança ali. Eu vim como criança e vi a evolução do Racionais nesses 25anos.De cultura que eu tô também. É um documentário que foi lançado pela Netflix. Que é um documentário muito...Que passa muitas coisas da minha vida.Assim,também. É... De clipe, né? Tem um clipe... Que eu gosto muito. Que chama O Couro Vai Comer, do Charlie Brown Jr. Que, tipo assim...Que eu sou muito fã do Chorão. Até meu filho... Ah, caramba. Eu sou muito fã do Chorão. Até meu filho leva o nome do Alexandre,né? Que é o Chorão. Que pra mim foi a maior inspiração que eu tive. Que pra mim foi...Todo o Charlie Brown. Mas, esse em si...Era muito doido. Porque ele tem toda uma história. É um documentário também. É um clipe. Ele tem toda uma história da gente ter pegado uma fita cacete da locadora. Eu e minha irmã, e ter gravado em cima da fita. Ter forçado o durex lá. Pra gente estar vendo. E meu pai não gostava dessas paradas de fita. E teve que pagar a fita. Mas, a gente não tinha grana. Jesus amado!A gente acabou com a fita do Charlie Brown, lá. E terceiro... Eu acho que eu posso falar do mais recente documentário que eu vi do Senna e pra mim é um exemplo de inspiração. Marcou também essa geração, né? É um exemplo de inspiração. Você lembra, né? Das manhãs de domingo... E tinha vários outros, né? Mas eu acho que esses aí são... O Senna é uma lição de vida muito importante, sabe? Você vê a história dele lá e tal. O que ele passou. O que ele corria. Não era só contra os pilotos. Ele corria contra a política. Ele corria contra a alta classe. Ele corria contra o monopólio que tinha dessa equipe da Fórmula1. E ele quebrou tudo isso, né? E ele pôs o Brasil lá, onde ninguém acreditava que ele conseguia chegar! É um exemplo de superação. É uma aula,né? Você vê o Senna. Você faz assim,ó.É isso.Procurar assistir.

P: Seus pais ou outros familiares tiveram ou têm alguma influência na formação do seu repertório cultural midiático?

E₃: Sim.

P: Seus amigos tiveram ou têm alguma influência na formação do seu repertório cultural midiático?

E₃: Sim. A turma não era muita gente boa, não, no rap, mas, tinha influência de uma forma ou de outra.

P: Seus professores tiveram ou têm alguma influência na formação do seu repertório cultural midiático?

E₃: Não.

P: Você tem o hábito de ler livros? Se não, explique porque não. Se sim, explique por que sim.

E₃: Hoje, não mais. E tem que ler. Porque como eu vim do hip hop, eu sou muito bom também na arte do freestyle, que é a rima improvisada. Desde quando eu era bem criança, a galera do rap falava assim que a gente tinha que ler muito, porque quando você lê muito, você tem muita palavra na cabeça. Eu lia muito. Eu ficava lendo até as coisas na rua. Nossa, aquilo ali, aquela placa, aquela placa, aquela placa. Isso me ajudou demais. Desenvolvendo a cultura na época. Sobre as batalhas de MC, eu mandava tipo umas rimas. Porque a única forma que tem de você enriquecer é o seu vocabulário. Isso me ajudou muito. Isso fez eu destacar na época. Porque eu lembro que eu ouvi isso de um cara que se chamava Gogi. Ele é um cara de Brasília, um dos caras mais... É um veterano do Rap também... Rap de Brasília. Muito politizado, ele. Muito politizado mesmo! E a gente foi uma referência. Desde quando eu comecei, tive a oportunidade de abrir vários shows dele. E ele uma vez... A gente estava aqui. Quando eu comecei no Hip Hop, ele veio fazer um show assim. E aí uma pessoa perguntou assim, Gogi, essa palavra que você falou na sua música, o que significa? Aí ele explicou o que significava. Aí a pessoa falou assim, Nossa, essas coisas que você escreve é muito difícil. Aí a pessoa ainda falou pra ele assim, Aí ele pegou e falou assim, Não, isso que eu estou fazendo é o que força vocês, que estão nas periferias, na quebrada mesmo, que vêem o meu show, que é a galera do Rap, e nós a galera do Hip Hop, a procurar o conhecimento. A procurar saber o significado da palavra. A mulher revoltou na hora mesmo. Então quando você vem fazer um show, você distribui o dicionário. Mas isso é bacana, porque ele não faz, não tem apologia a questão da ignorância ou da pobreza. Não importa de onde você saiu, é pra onde a gente vai chegar. E é um cara que tem uma, as letras dele. O Gogi. É um cara fenomenal. Cantou com o Lenine, Maria Rita, um dos maiores do Brasil. Professor, né? Eu chamei de professor até hoje.

P: Se você tem o hábito de ler livros, cite três livros que leu na sua vida e gostou muito.

E₃: Sun Tzu, A Arte da Guerra. Tem um outro também que chama “Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas”, também, que é bem bacana. Eu sou um cara bem pesquisador. Tá vendo? E o Racionais capítulo 4, versículo 3. O livro do Racionais. Eu sempre falo muito de Racionais, porque Racionais foi assim... Foi uma coisa assim, que desde o começo me tocou muito, sabe? Onde eu ouvia assim, o Racionais cantava, Então, só quem é de lá sabe o que acontece Então, quando o dia escurece Só quem é de lá sabe o que acontece E de repente eu liguei a rádio e vi esses caras cantando o que acontecia na porta de casa. Aí os caras falavam lá, em 90 e poucos, eu meio pequeno, os caras falavam Nosso povo longe do álcool, nosso povo longe das drogas, nosso povo longe do crime. E não iam na TV. Eles não tinham espaço. E também não queriam ocupar esse espaço. Quando foram convidados, eles não foram. Eles não iam. E a gente sempre fala, o que seria hoje a cultura, o que seria a periferia, o conhecimento, se o Racionais tivesse sido TV. Eu acredito que muita coisa teria se perdido. Mas, a gente vê hoje que hoje o Hip-Hop é o gênero musical mais ouvido do mundo. Isso é fato. Os memes do Spotify estão ali. E hoje o Funk dominou tudo. Os memes do Funk são muito mais altos do que até do Rap. Do Rap, do sertanejo, de tudo. Mas, a gente ainda é a raiz lá atrás do que a gente aprendeu. Eu ainda sou o Hip-Hop.

P: Você gosta de games? Se sim, explique porque sim. Se não, explique porque não gosta.

E₃: Sim, porque era muita diversão que a gente tinha quando era moleque. Mais novo, era muito videogame. E hoje ainda. Diversão. Diversão e que meu filho também agora não deixa eu jogar. Minha esposa faz seis, dois, jogando.

P: Se você gosta de games, cite o seu favorito e explique porque é o favorito.

E₃: Eu sempre tendo em casa uma emuladora, eu sempre jogo o Super Nintendo. São os jogos que eu jogava lá atrás. Eu gosto muito de Donkey Kong. Resident Evil eu gosto muito também. Mas Donkey Kong... lembra a infância. Eu peguei o quase meio do final da época das locadoras. Até hoje eu jogo. Tem um emulador lá com 60mil jogos de Atari. Na minha época quem tinha Atari era rico porque não tinha Papapá do Brasil, eu não tinha. Tinha que jogar na casa dos amigos. Ou Xbox lá em casa. Muito bom.

P: Tem mais alguma informação importante sobre a sua midiografia que não foi perguntada e você gostaria de relatar?

E₃: Sim, uma informação importante sim. Por exemplo, eu sou um artista. E o que acontece? Desde o começo da carreira a gente não tinha muita grana para investir. Aí eu tive que aprender para produzir meu próprio material. Tem muito material na internet de mídia. Vários vídeo cliques lançados. Documentário lançado. Muita coisa lançada. Muita coisa boa. E isso eu tive que aprender sozinho. Editar, roteirizar. Porque a gente não tinha grana. A gente arrumava a câmera emprestada e fazia aquilo. E eu fiquei muito bom para editar. Desde a época do Vegas, depois do After Effects. Eu fiquei muito bom para editar mesmo. Até hoje eu sou bom para editar. Quando eu gravo um clipe, eu olho assim e falo, pega o projeto e me entrega. Eu vou terminar. Porque eu não consigo sem um toque meu. Isso é transição, faz isso. Eu peguei essa manha de conseguir trabalhar. É, de out-of-date. E muito que ajudou foi o YouTube na época. Você colocava lá vídeo-aulas, programa tal. Você conseguia editar os vídeos. E para eu trabalhar aqui na loja também eu tinha que fazer o conteúdo da loja. Os vídeos da loja, todo o conteúdo. E fui aprendendo. Sai daqui com um monte de curso de Photoshop, de Corel e tudo. Assim, empreendendo na raça. Porque cada hora é um negócio novo também, né? É o fuçador que aprende mesmo, é o curioso. É um amigo meu que tem um canal novo. Então, está tão perfeito. Eu acho uma calma que eu te ensino. Ele fuça tudo. Aí eu peguei e falei assim, cara, mas você faz uns vídeos assim, ensina coisa básica do WhatsApp. De repente você está fazendo uns vídeos mais técnicos, auditrônico. Eu falei, cara, porque meu canal, a senhora que não consegue nem ligar o celular. É verdade. E a galera top tanto. Está nas feiras e tudo, tecnologia grande.

EIXO 2 – COMO SE POSICIONA EM RELAÇÃO AOS VALORES MEDIDOS PELA WVS

QUESTÃO 2.1 - Vou mencionar alguns itens relacionados à nossa vida e você, por favor, me responda se são muito importantes, razoavelmente importantes, pouco importantes ou se não têm importância nenhuma para você e justifique a sua resposta.

P: Família.

E₃: Muito importante, né? Até porque eu sou o pilar de família e esse pilar vem não só de eu, esposa, meu filho, né? Minha esposa que me ajudou muito. Olha a cara dela. Mas assim, eu me vejo muito responsável pela família, sabe? Tipo assim, eu não posso cair porque tem vários por mim, sabe?

P: Amigos.

E₃: Muito, muito importante. Porque assim, eu tenho vários amigos de muitos anos, né? As melhores amizades que eu conheci foi no skate, né? Tipo assim, a galera do skate é muito unida e tal. E, enfim, os amigos são aquelas pessoas que você recorre, né? Quando você está precisando e tal. Mas não faça negócio com os amigos, sabe? O Coreal é um massa só. É, deixa eu ver aqui. Mas eles são razoavelmente importantes, então? Ou muito importantes? Só importantes, ok. Não preocupa se qual é a ligação. Mas se tem importância, você vai me explicar por quê. Porque cada um está no seu nível, né?

P: Tempo livre.

E₃: Eu não faço tanta questão que eu sempre gosto de estar na ativa. É uma questão minha, eu não consigo ficar parado, sabe? Eu tenho que estar fazendo alguma coisa.

P: Política.

E₃: Muito importante. Porque é o que a gente faz desde a época que a gente nasce. A gente faz política. E a política é uma das formas de mudar as coisas. De conseguir uma mudança para as coisas. A política é uma forma de mudar. E política, ela está envolvida em tudo que a gente faz na vida. O erro da política se chama política partidária. E a solução para a política seria efetivações realmente políticas públicas. E o fim da política age.

P: Trabalho.

E₃: Muito importante. Porque é o que faz a gente não só ter essa questão de sustentabilidade também. Mas também que faz a gente progredir. E isso traz uma satisfação também para a gente.

P: Religião.

E₃: Muito importante. Porque é a busca do equilíbrio. Da proteção também. E quando a gente também se conecta com as coisas que a gente acredita. Que a gente tem fé. Isso traz uma satisfação muito boa. E também um empoderamento.

QUESTÃO 2.2 – Eu vou listar 11 (onze) qualidades e, delas, você vai escolher até 05 (cinco) que são mais importantes de serem ensinadas às crianças na sua opinião, e justifique porquê.

Boas maneiras

E₃: Eu fui criado muito nessa questão benção avó, benção avó. Benção pai, benção mãe.

Independência

Ser trabalhador

Ter responsabilidade

E₃: A responsabilidade ela te traz dignidade. E quando você tem responsabilidade nisso consequentemente você tem a questão do trabalho. Você tem a questão da família.

Ter criatividade

Ter tolerância e respeito pelos outros

Saber economizar (dinheiro e outros bens)

Ter determinação e perseverança

E₃: É muito importante porque você for uma pessoa muito determinada. Você tem que fazer isso direito. Você não pode perder seu tempo fazendo isso qualquer dia.

Ter fé religiosa

E₃: Porque eu acredito que dependendo da religião quando a gente busca uma religião a gente busca um equilíbrio. A gente tem que ter fé. Nem que seja na gente. A gente tem que ter fé em alguma coisa.

Não ser egoísta

Ser obediente

E₃: Porque quando a gente é obediente a gente aprende também a cobrar essa obediência depois. Quando a gente é educado a gente também ensina a se educar. Eu trabalho com os meninos socioeducativos e eu vejo muito isso. Os meninos tem na faixa de 12 até... Entrando na adolescência. 18 até 21. Essa questão de ser obediente também é muito importante.

QUESTÃO 2.3 – Eu vou ler 09 (nove) afirmações e você vai me responder se concorda ou discorda com cada uma delas e porquê.

P: Quando há poucos empregos, os homens devem ter mais direito a um emprego do que as mulheres.

E₃: Discordo, porque a capacidade não é medida pelo sexo entre homem e mulher; e, sim é medida [a capacidade] a partir do momento de cada pessoa; a capacidade e as oportunidades têm que ser iguais.

P: Quando há poucos empregos, os empregadores deveriam dar mais prioridade aos brasileiros do que aos estrangeiros.

E₃: Discordo porque eu acho que a gente tem que priorizar as pessoas não pelo lugar de onde eles vieram, mas como seres humanos.

P: Se a mulher ganha mais dinheiro que o seu marido, é quase certo que isso causará problemas.

E₃: Discordo, porque eu tenho a vivência de ter uma esposa que o que a gente ganha, tanto eu quanto ela, é tudo pensado na família.

P: Casais homossexuais podem ser pais tão bons quanto outros casais.

E₃: Concordo porque eu acredito que a questão de ser pai, qualquer pessoa pode ser um pai desde que se tenha amor ao filho, que seja uma pessoa de bem, eu acredito muito nisso: que as

crianças devem ser criadas com amor, né? Porque o amor, a educação, o que muda? E aí, o sexo de uma pessoa ou outra, isso não diferencia em nada, porque todo mundo é igual.

P: Ter filhos é um dever que temos para com a sociedade.

E₃: Não concordo. Porque eu acho que a gente tem que ter... Finge que eu sou política, eu tô aqui defendendo meus fãs de livro, tá? Eu acho que a gente tem que ter o livro aberto, o livro aberto, né? Pra gente poder escolher o que a gente quer fazer da vida, ou não, né? A gente tem que ser livre perante, principalmente, a Constituição Federal, né? A gente tem essa liberdade, é, e a pessoa... A pessoa escolhe, não é um dever. Não é um dever.

P: Filhos adultos tem o dever de oferecer cuidado aos seus pais caso necessitem.

E₃: Concordo. Porque eu sou pai, então eu fui aprender isso, principalmente depois que eu fui pai, né? Porque, tipo assim, quando eu fui pai, eu peguei e disse, nossa, o quê? Minha mãe, meu pai já passou por causa de mim, né? Só aprende dando na pele, meu filho. Por isso que eu concordo, porque... Antes, talvez, você não entenderia. Pela educação, né? Pela educação e pelo trabalho que dá o filho, né? É, principalmente pra mãe, né?

P: As pessoas que não trabalham ficam preguiçosas.

E₃: Não concordo. Porque, de repente, a pessoa não tá trabalhando depois, de repente, por uma falta de oportunidade, sabe? Eu já vi muita pessoa, assim, que tá procurando um trabalho. Meu pai mesmo era assim, sabe? Quando ele perdeu o trabalho, assim, ele não conseguia ir trabalhar em obra. Mas, todo dia cedo, ele saía cedo pra procurar um trabalho. Não quer dizer que seja preguiçosa. A gente tem que analisar a situação da pessoa. E aí, ele chegava em casa, de repente, não conseguia estar cedo. Uma época, ele passou por uma dificuldade. Aí, ele pegava e começava a mexer na casa. Tem que capinar o mato lá. Nem tinha que capinar o mato, ele queria ficar parado.

P: Trabalhar é uma obrigação para com a sociedade.

E₃: Não concordo. Porque a gente é livre pra fazer o que a gente quer, sabe? Fazer o que a gente quer, né? Porque, por exemplo, a questão de liberdade mesmo, né? Aí vale muito o que você quer pra si, sabe? Muita gente que mora na rua aí tem um conhecimento muito mais no trabalho. Ele vive uma vida assim, mas tem um conhecimento muito maior que as pessoas que trabalham aqui. Precisa ter professores, né?

P: O trabalho deve vir sempre em primeiro lugar, mesmo que isso signifique menos tempo livre.

E₃: Concordo. Porque de onde eu vim as coisas foram muito difíceis, sabe? E hoje se a gente tem um trabalho é porque a gente tem que aproveitar o momento que a gente tá e a gente tem que agarrar as oportunidades, sabe?

QUESTÃO 2.4 – Por fim, eu vou ler 19 (dezenove) afirmações e você vai me responder se elas se justificam, se não se justificam de jeito nenhum ou se se justificam em algumas situações e porque.

P: Pedir benefícios do governo sem ter direito.

E₃: Se justifica. Porque quando é avaliado o caso, né? Porque de repente a pessoa não contribuiu com a previdência social, mas ela não tem pra quem recorrer. Ela não tem outra pessoa pra recorrer. Eu acho que cada caso tem que ser analisado. Uma maior fiscalização, uma regulamentação de leis no nosso país. Isso tudo mudaria muita coisa. Mas eu acho que o pensamento meu é muito isso daí, sabe?

P: Evitar pagar passagem em transporte público.

E₃: Não se justifica. Porque é uma lei, né? Transporte público é obrigatório. Eu acho que infringir a lei, quando você pode evitar... Eu acho que o evitar é diferente de não ter condições. Você evita pagar, mas se você tem condições de pagar, que pague.

P: Roubar propriedade dos outros.

E₃: Não se justifica. Porque eu acho que perante a lei também, perante as coisas, eu acho que não é legal a gente roubar, né? É igual se fosse um alimento, alguma coisa assim, que a gente roubou. Pessoas morrem de fome. Então... Uma coisa de comida...Para mim, na minha opinião, sim.

P: Sonegar o imposto de renda se tiver como.

E₃: Acho que também não se justifica. Porque não? Porque quem declara o imposto de renda, tem condição de declarar. Quem está no padrão de declarar, tem condição de declarar e tem que declarar sim, o imposto, já que está na lei.

P: Aceitar suborno para cumprir seu dever.

E₃: Também não se justifica. Porque vale mais do que a moral que a gente tem e o caráter. Aí não é certo.

P: Homossexualidade.

E₃: Se justifica. Porque acho que a gente tem que ser livre e a gente tem que ter a opção de querer fazer o que a gente quiser da vida da gente.

P: Prostituição.

E₃: Também se justifica. Porque conheço histórias de pessoas que se prostituíram porque não tinham o que fazer, conseguiam ir para a comida de casa.

P: Aborto.

E₃: Se justifica, em casa a gente não tem uma polêmica. Dependendo das situações. Tem uma questão do estupro agora, das crianças. É uma questão muito difícil de se discutir, sabe? E é uma questão que poucas pessoas vão entender. E só entende se tiver um conhecido, alguém, aí vai entender. Tem que julgar as condutas. Em algumas situações, é.

P: Divórcio.

E₃: Se justifica. Porque, igual falei, a mesma coisa é a questão da homossexualidade. A gente tem que ter o livre-arbítrio de querer estar com a pessoa ou não.

P: Sexo antes do casamento.

E₃: Se justifica, sim. Se é seguro, né?

P: Suicídio.

E₃: Não se justifica. Porque a gente está aqui nessa vida para cumprir uma missão, né? E a gente tem que cumprir ela, né? A gente cumpre a missão mesmo que tem em vida, sabe? E quando você interrompe isso... Eu dei muito tempo no CAPS, sabe? As crianças que eu dou. Eu converso muito com eles, com vários, tem um cara aí... Você ouvia cada história assim, você fala assim... Nossa, é muito... Aí você fala assim... Antigamente eu falava... Ah, as pessoas podem ter onde vai, mas depois no CAPS...

P: Eutanásia (provocar a morte de uma pessoa que tenha uma doença que não tem cura ou esteja em estágio terminal).

E₃: Não se justifica. Porque a gente interromper, de repente, até uma pessoa... O homem não tem essa decisão. De repente, essa pessoa... A pessoa talvez está sofrendo tanto que não quer ficar aqui, né? Mas, a gente interromper, isso, a gente não limpou direito, sabe?

P: O homem bater na esposa.

E₃: Não se justifica. Porque eu acho que tem que ter o respeito, né? Quando você tá casado com a pessoa, você... Aí o que que é o negócio? Ou seja, você passa a ser um namorado, mas também um amigo, né? E quando são parceiros, isso não justifica. E o inverso também não justifica. Eu acho que violência não justifica em lugar nenhum.

P: Os pais baterem nos filhos.

E₃: Se for pra corrigir, sim.

P: Violência contra outras pessoas.

E₃: Não se justifica. Porque a gente, a violência não resolve nada. Na maioria das vezes, só piora o problema.

P: Terrorismo como meio político, ideológico ou religioso.

E₃: Não se justifica de nenhuma forma. Porque durante a maioria das vezes o terrorismo, as pessoas que estão ali praticando o terrorismo, os autores do terrorismo são pessoas que estão a mando de outras pessoas, de outras pessoas; e essas pessoas são muito manipuladas, muitas vezes até inconscientemente.

P: Ter sexo casual.

E₃: Se justifica, desde que seja seguro.

P: Violência política.

E₃: Não se justifica, porque a política já é um lugar difícil, de discussão, a política é um lugar machista onde as mulheres não têm espaço, e a maioria das pessoas que sofrem violência política são as mulheres, né?! Na forma de falar com as pessoas, o jeito com que as pessoas

falam com as mulheres na política, eu acho que não se justifica a violência em nenhum lugar; na política principalmente porque a política é um lugar de debate, de evolução do debate, quando é feito de forma saudável.

P: Pena de morte.

E₃: Não se justifica porque ninguém tem o direito de tirar a vida. Eu sou a favor da pena de ficar preso.

EIXO 3 – COMO COMPREENDE O CONCEITO DE JUSTIÇA SOCIAL

3.1. Descreva uma situação que você entende como sendo claramente de injustiça social e explique porque é injusta.

E₃: Eu vi isso, assim, acontecendo lá no sócio-educativo¹⁶⁶. Todos aqueles meninos que estão ali, 90% dos que caem na internação sócio-educativa, eles vieram do mesmo lugar... a maioria é de periferia. Quando você olha para aqueles meninos, é um ciclo: o pai e a mãe, também tão naquele lugar. E aqueles meninos não tiveram a oportunidade de estudar. E quando eu converso com eles, converso pra eles entenderem o lugar onde eles estão, entender pra onde eles têm que ir e entenderem da forma que tem que ir. Eu sempre falo assim: lutar contra o sistema não é traficar, não é roubar; é se formar n'uma universidade. Então, a injustiça social é a falta de oportunidades que foram negadas e que levaram eles pra lá.

3.2. Descreva uma situação que você entende como sendo claramente de justiça social e explique porque é justa.

E₃: Num caso que aconteceu recentemente foi o abuso de autoridade das polícias militares; eu vejo que isso é uma justiça social porque os caras foram presos. Um caso bem específico foi aquele caso que o entregador não parou na blitz e foi jogado da ponte. Naquele caso lá, o policial chorou porque tava sendo preso, mas ele já tinha cometido um assassinato; ele teve um preconceito ali com o cara, porque o cara era um entregador; ele fez um abuso de autoridade jogando ele de lá. Então, ele [o policial] sendo preso, pra mim, foi uma justiça social. E é lógico que tem muito ainda pra se trocar idéia, mas, eu sempre falo assim oh: três moleques brancos, camiseta do Marista, tomando uma revista da polícia na praça Rui Barbosa, se tiver alguma coisa de errado ali, eles vão chamar o pai e a mãe. Três moleques negros na esquina do Jardim Triângulo, tomando uma revista da polícia; se tiver alguma coisa de diferente, eles [a polícia] vão sentar o pau! É isso.

3.3. Com base nos exemplos que você descreveu, como você define a ideia de justiça social.

E₃: Justiça social pra mim seria que todo mundo tivesse as mesmas oportunidades e eu não falo assim muito, assim, de você dá as coisas; não existe isso de dá as coisas; a gente precisa é de oportunidade de crescer. Eu, por exemplo, eu hoje sou proprietário da loja; eu saí [de empregado dessa loja] e depois de um tempo, eu voltei e comprei a loja do meu antigo patrão. E por que? Porque eu tive uma oportunidade. O que acontecia na rua da minha casa era muito

¹⁶⁶ Um centro socioeducativo é um espaço que acolhe adolescentes e jovens responsabilizadas(os) pela prática de ato infracional, onde cumprem medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

cabuloso, porque era muito tráfico e tal; pai desempregado... e eu sou um cara que tive oportunidades. Qual a oportunidade que eu tive? Eu sou um cara que eu vim da FETI, do Menor Aprendiz; então eu ficava fazendo curso. Projetos sociais salvam vidas. Eu vim do projeto social Circo do Povo e foi lá que eu conheci o Hip-Hop; e se não fosse o Hip-Hop, o que seria do [REDACTED]? Não existiria o [REDACTED]. Eu acredito nisso: que a justiça social é feita com oportunidades, com projetos sociais, de educação, de esporte, de cultura e, também, com uma mudança de leis em nosso país que puniria mais as pessoas que cometem crimes e que não são punidas; eu falo isso, os políticos, né?! Pô, quantos caras aí, que, de terno e gravata roubam milhões aí.... e, também, a questão, por exemplo, que a lei não é pra todos no Brasil; a partir do momento que você tem dinheiro a coisa muda.

EIXO 4 – COMO JUSTIFICA AS POSTAGENS QUE FEZ SOBRE O TEMA DA JUSTIÇA SOCIAL

4.1 Escolha de três a cinco postagens das suas redes sociais e explique onde está a justiça / injustiça social?¹⁶⁷

¹⁶⁷ *O entrevistado não escolheu nenhuma postagem, ficando à cargo da pesquisadora fazer essa seleção.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação em Valores, Educação Midiática e Justiça Social: como esse diálogo se concretiza na vida de três jovens influenciadores de uma cidade do interior de Minas Gerais

Pesquisador: Alexandra Bujokas de Siqueira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 78864824.0.0000.5154

Instituição Proponente: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.894.565

Apresentação do Projeto:

O projeto está sendo reapresentado com o objetivo de atender pendência apontadas no parecer nº 6.782.496.

As informações elencadas nos campos Apresentação do Projeto, 4 Objetivo da Pesquisa e Avaliação dos Riscos e Benefícios foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2291358.pdf, de 02/05/2024) e do Projeto Detalhado (ProjetoDetalhado_formularioCEP_pos_parecer_final.pdf, de 02/05/2024).

Segundo os pesquisadores:

"Atualmente, vivemos um tempo em que a palavra inovação está em grande evidência. O enorme e generalizado acesso à tecnologia digital e à internet tem proporcionado contato com a mídia escrita e audiovisual e, conseqüentemente, ampliado a quantidade e a qualidade da informação. A popularização da internet fez com que a capacidade de comunicação deixasse de ser algo essencialmente local para se tornar verdadeiramente global, fenômeno esse que fez com que as redes sociais se tornassem um veículo para a expressão cultural. Vivemos a era da globalização do conhecimento e da convivência de natureza virtual. E essa convivência

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 158, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3750-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)



Continuação do Parecer: 6.894.565

virtual, tem forte influência em nossas vidas, pois, à medida que a Internet cresce em número de usuários e na diversidade de serviços, ela se torna mais influente na vida das pessoas₂ (SILVA, 2010), desde a forma como a criança dessa geração de nativos digitais¹ brinca, passando por sua formação, até sua vida adulta posto que, a Internet₂ tem o potencial de construir ou modificar a opinião, a percepção mental e os valores dos indivíduos. O que está sendo criado e publicado online é um reflexo dos valores e crenças das pessoas (MAGNO, 2021).

Hoje, absolutamente tudo passa pela Internet e suas redes sociais contribuindo para novos processos de relacionamentos e vivências. As atividades desempenhadas através de recursos digitais são incontáveis. Há uma infinidade de aplicativos e softwares designados para transações financeiras, divertimento, viagens, comércio em geral, relacionamentos, cuidados físicos e emocionais, delivery (a antiga ₂ entrega à domicílio₂), comunicação e educação, apenas citando alguns aspectos da vida cotidiana impactados pelo advento tecnológico. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) com seus aplicativos e softwares que facilitam o nosso dia-a-dia, promoveram modificações dos processos de produção de bens materiais e imateriais criando novos valores sociais, culturais, econômicos e, sobretudo, políticos.

As novas formas de interação e atuação política têm influenciado de forma contundente as instituições sociais com o surgimento de novas formas de participação da sociedade nas arenas públicas. As redes sociais amplificaram vozes historicamente marginalizadas. Antes das redes sociais, era a agenda da mídia (Agenda-Setting) que pautava o tema. Agora, vozes marginalizadas disputam poder no cenário midiático com as vozes institucionalmente validadas. A capacidade de mobilização e articulação dos cidadãos foi amplificada impactando diretamente na produção de informação que deixou de ser unidirecional e vertical (mídia tradicional), para ser agora multidirecional e horizontal. Nas redes sociais, pessoas comuns que sofrem algum tipo de injustiça podem agora amplificar seus relatos. O compartilhamento de experiências semelhantes pode aumentar a conscientização sobre uma diversidade de questões sobre a injustiça. E essa conscientização torna-se um fermento para a organização de movimentos sociais online que buscam justiça social. Ao compartilhar informações, mobilizar recursos e promover a conscientização sobre causas específicas, eles se empoderam. Essa mudança cultural engendrada pela rápida e intensa evolução tecnológica fez com que o debate público sobre questões ligadas à ética, justiça, direitos, deveres, liberdade, cidadania e demais assuntos ligados à vida cotidiana, tivessem suas fronteiras expandidas para a Internet dando forma ao novo espaço público midiático: a

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 158, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

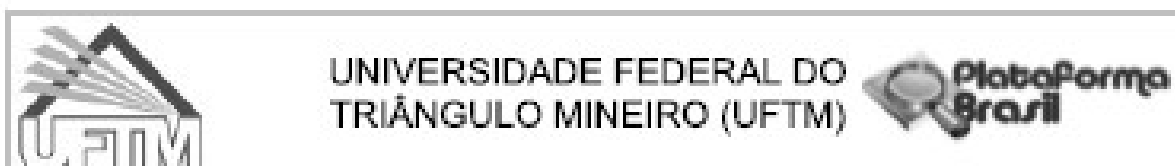
CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



Continuação do Parecer: E.934.565

internet e suas redes sociais.

Juntamente com Saigado e Oliva (2018), podemos seguramente afirmar que, “não há mais como interpretar a situação política e social do país sem levar em conta o protagonismo do sistema midiático”, o qual abrange uma série de diferentes plataformas que agem como meios para disseminar as informações, como os jornais, revistas, a televisão, o rádio e a internet, por exemplo.

Entretanto, juntamente com a disseminação de informações temos, também, a disseminação de notícias falsas. É sabido que notícias falsas ou inverdades existem desde que o mundo é mundo, não tendo sido inventadas juntamente com a prensa de Gutemberg². Como categoricamente afirmado por Eugênio Bucci em seu livro *Existe Democracia sem verdade Factual?* “é óbvio que a mentira faz parte do repertório dos jornais desde que eles foram inventados.” (BUCCI, 2019, p.17).

Recentemente³ Backx (2008), ao fazer uma busca na internet encontrou 278 mil registros para a expressão justiça social (apenas em português!). Verificando a fonte dos resultados apresentados, encontrou os mais diferentes atores e as mais diferentes finalidades: de partidos políticos (independente do espectro, se de direita ou de esquerda), passando por ONGs⁴, páginas de governos (federal, estadual e municipal) até associações de categorias profissionais. Esse resultado ratificou o que Bobbio (2000) já defendia para o uso do termo justiça social como expressão “canônica”, que muitos utilizam como uma máxima, independente da circunstância. E esse abuso na utilização da expressão justiça social “ameaça destruir a concepção de lei que fez dela a salvaguarda da liberdade individual” (HAYEK, 1985, p.80).

No que se refere ao abuso de sua utilização, a expressão justiça social é apenas um dos inúmeros temas que aparecem com frequência nos discursos políticos, sociais e jurídicos de nosso tempo. Todavia, como já apontado por NOVAK (2000), “o problema com a justiça social começa com o próprio significado do termo”, desconhecido ou, na melhor das hipóteses, incompreendido pela grande maioria da população. Tanto que, “Hayek aponta que livros e tratados inteiros foram escritos sobre justiça social sem nunca oferecer uma definição dela” (NOVAK, 2000). E mesmo quando a expressão não aparece de forma explícita, o conceito a que ela se refere “se faz sentir, quase sempre traduzido em reivindicações e protestos”, tais como, “superação da pobreza, dívida social e redistribuição de renda” (LACERDA, 2016), bem como, na defesa da tributação das riquezas como sendo parte “se não, o todo” do que vem a ser justiça social.

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 158, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3750-6603

E-mail: cep@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)



Continuação do Parecer: 6.934.565

Contudo, embora o termo justiça social apareça com frequência não só nos discursos políticos e jurídicos contemporâneos como, também, nos debates midiáticos das redes sociais, podemos afirmar, com segurança, que todos os que dele fazem uso e, também, ou principalmente, os que ouvem esses discursos, conhecem o real significado do que seja justiça social? Com base nos índices de analfabetismo funcional de nosso país que beiram os 30% (LOURENÇO, 2020), há de se esperar que muito do que é discutido nos debates nas redes sociais (e, também, pessoalmente) seja a repetição de idéias (vagas) e discursos propagados aos montes e, atualmente, com um agravante: na velocidade da luz. E esse hábito de repetir a fala e idéias de outras pessoas sem compreender efetivamente os conceitos defendidos ou atacados, provoca outro agravante: a propagação de mentiras como se verdades fossem. E esse hábito que, a priori, pareça inofensivo, contribui sobremaneira para formar uma verdadeira legião de analfabetos políticos funcionais que são “presas fáceis tanto do sistema de dominação quanto do mundo organizado do crime”, fator impeditivo preponderante na busca por “transformar o país numa nação desenvolvida, justa e digna de se viver” (GRABOWSKI, 2017). Esses velhos problemas causados pela desvirtuação da liberdade de expressão, com o advento da internet, atingiram outra dimensão. A difamação, as informações e as notícias falsas ganham agora nova projeção e nomenclatura: desinformação, discurso de ódio, narrativas, extremismo, terrorismo, pós-verdade e fake news⁵. A

desinformação distorce a percepção de questões sociais e cria conflitos que podem resultar na cultura do cancelamento⁶ e até do linchamento virtual. Nesses casos, o julgamento apressado do público e a ausência de um processo de julgamento justo só reforçam as injustiças.

Nesse contexto, não há como falar em promoção da justiça social sem levar em conta a responsabilidade das plataformas de redes sociais. Elas devem moderar conteúdo? Onde está o limite entre moderar e censurar? Elas podem ser responsabilizadas pela epidemia de desinformação? Ou a responsabilidade é de quem posta conteúdo nocivo à promoção da justiça social? Como estabelecer o equilíbrio entre a liberdade de expressão (uma vez que a censura é certamente um tipo de injustiça social) e a prevenção do discurso de ódio (que é outra injustiça?).

Uma forma de investigar criticamente essas questões é descobrir qual é a concepção que jovens influenciadores nos campos da política, da administração pública e da cultura têm de justiça social, onde aprenderam sobre esse conceito e como o expressam nas suas respectivas presenças online. Ao estudar sistematicamente alguns casos, à luz da educação em valores, da educação midiática e do conceito de justiça social segundo John Rawls⁷ e seus leitores, a

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Alameda

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: Uberaba

Telefone: (34)3790-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)



Continuação do Parecer: 6.934.565

pesquisa pretende fornecer uma reflexão sistemática que possa orientar o trabalho daqueles que se comprometem com uma educação humanística.”

“6) MÉTODO(S) A SER(EM) UTILIZADO(S)

Por se dedicar a um fenômeno emergente e ainda pouco conhecido, a pesquisa tem objetivos exploratórios e abordagem qualitativa. Investigações desse tipo têm como meta proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, contribuindo para o aprimoramento de idéias conforme (GIL, 1999). Por terem um desenho metodológico mais flexível, as pesquisas exploratórias permitem que os pesquisadores compreendam melhor o fenômeno em questão e gerem insights que podem servir de base para pesquisas futuras mais aprofundadas.

Considerando a natureza do fenômeno que será estudado nesta pesquisa e valores subjacentes a postagens de influenciadores digitais que se relacionem ao tema da justiça social, serão usados três procedimentos:

- 1) questionário online Political Compass;
- 2) entrevista semi-estruturada;
- 3) análise de postagens (que os participantes da pesquisa fizeram em suas redes sociais) que se relacionam, de alguma forma, com o tema da justiça social.

O questionário será realizado de forma online no site <https://www.politicalcompass.org/>. Os participantes serão convidados a compartilhar o resultado gerado pelo site.

A pesquisa semi-estruturada será desenvolvida em quatro eixos. Inicialmente, será construída uma midlografia do/a entrevistado/a, a fim de caracterizar a identidade cultural midiática. A seguir, serão feitas perguntas específicas sobre a formação em valores, retiradas da investigação da Pesquisa Mundial de Valores (WVS8). Por fim, os eixos três e quatro vão investigar o conceito abstrato de justiça social do/a entrevistado/a e a manifestação prática desse conceito nas postagens que o/a entrevistado/a fez/faz.

O terceiro instrumento fará uma espécie de confronto entre o que o entrevistado respondeu nos eixos 3 e 4 da entrevista e o conteúdo que publicam online.

Para tanto, será feita a leitura de todas as postagens dos três entrevistados e serão selecionadas aquelas que tratam do tema da justiça social, conforme definida no mapeamento das retóricas descrito no objetivo 1.

As postagens analisadas e o conteúdo das entrevistas serão depois organizados em unidades

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 158, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)



Continuação do Parecer: 6.894.565

temáticas que se conectam ao tema da justiça social, de modo que se possa identificar pistas, tendências ou padrões de valores presentes nas manifestações. Essa sistematização será então discutida à luz dos binômios propostos pelo aporte da WVS (valores tradicionais versus valores seculares-racionais e valores de sobrevivência versus valores de auto-expressão). Nesta etapa, será possível identificar temas preponderantes, conexões entre as diversas unidades de informação identificadas, a fim de que se possa definir com mais clareza as questões relacionadas à formação em valores de jovens no contexto das redes sociais.”

“7) CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS PARTICIPANTES

Os critérios para escolha do público participante serão: ser uma pessoa pública e influente, que estejam na faixa etária entre 18 e 35 anos, que demonstrem interesse em participar e que concordem em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(TCLE) referente à sua participação.

Os critérios de exclusão para a escolha do público participante serão: não ser uma pessoa pública e influente, ser menor de idade (faixa etária abaixo dos 18 anos) e não possuir redes sociais ativas.”

Objetivo da Pesquisa:

Segundo os pesquisadores:

“3) OBJETIVO(S)

O objetivo geral do presente projeto é investigar os valores subjacentes a postagens de influenciadores digitais que se relacionem ao tema da justiça social, de modo que seja possível fornecer uma reflexão sistemática que possa orientar o trabalho daqueles que se comprometem com uma educação humanística voltada para questões relacionadas à formação em valores de jovens no contexto das redes sociais. Para tanto, os objetivos específicos previstos são:

1. Construir um mapa teórico sobre as retóricas da justiça social, revisando autores que dialoguem com o conceito de justiça social de John Rawls, a fim de construir categorias primárias de análise;
2. Caracterizar o perfil dos entrevistados identificando aspectos da educação formal e não formal que os influenciaram na formação de um conceito pessoal de justiça social;
3. Avaliar em que medida a expressão online dos sujeitos estudados é coerente com o histórico que traçaram e com as retóricas mapeadas na revisão da literatura.”

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadiá

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6603

E-mail: cep@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)



Continuação do Parecer: 6.894.565

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores:

"8) RISCOS E BENEFÍCIOS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA:

Como em qualquer investigação que envolva entrevistas, os riscos podem incluir o desconforto que os participantes possam sentir durante as indagações ou a preocupação em ter sua identidade revelada. Para garantir a proteção e minimizar esses riscos, informaremos aos participantes que eles têm o direito de solicitar pausa ou interrupção da pesquisa a qualquer momento, além de poderem escolher se desejam ou não responder a certas perguntas. Ressaltaremos que a participação é totalmente voluntária, sem qualquer benefício financeiro ou obrigação, permitindo que abandonem o estudo a qualquer momento, se assim desejarem. Antes de iniciar a gravação das entrevistas, os participantes poderão decidir se desejam ou não participar da pesquisa com a gravação. Toda informação que possa identificar os participantes será eliminada na redação da tese. Eventuais prints de tela que se tomarem necessários terão a autoria velada. Quanto aos benefícios, destacamos alguns pontos em comum entre a educação em valores e a educação midiática: a educação em valores e a educação midiática compartilham da preocupação em desenvolver e promover o pensamento crítico; ambas se comprometem com a promoção do respeito mútuo e da responsabilização por pelos nossos atos; as duas vertentes se comprometem com a formação de pessoas que saibam respeitar a diversidade de perspectivas, culturas e opiniões considerando primordial formar pessoas que saibam o que é tomar decisões éticas em diversas situações. Se a educação em valores procura entender como os valores são formados e aprendidos, a educação midiática procura entender qual é o papel das mídias nesse processo."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de retorno de parecer anterior (6.782.496), em que os pesquisadores atenderam todas as solicitações do CEP-UFTM.

Os pesquisadores propõem realizar um estudo qualitativo sobre a temática/o objeto de estudo sobre educação em valores, educação midiática e justiça social. O estudo será realizado com três participantes, os quais são jovens influenciadores de uma cidade do interior de Minas Gerais, com idade acima de 18 anos. Serão realizados: (1) aplicação de questionário, (2) entrevista e (3) análise de redes sociais dos

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

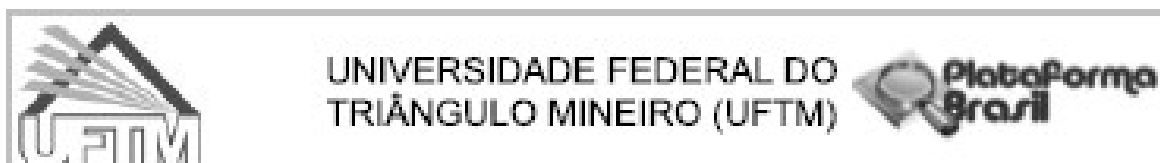
CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3790-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 6.894.565

participantes.

Equipe de pesquisadores vinculada na Plataforma Brasil: Thereza Carolina Gonçalves Vieira (Responsável Principal), Alexandra Bujokas de Siqueira (Docente do Departamento de Educação da UFTM e orientadora do estudo).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios foram apresentados adequadamente, atendendo às exigências do CEP-CONEP, bem como a(s) pendência(s) apontadas em parecer anterior nº 6.782.496.

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 510/16 e Norma Operacional 001/2013, o Colegiado do CEP-UFTM manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto, situação definida em reunião do dia 07/06/2024.

O CEP-UFTM informa que de acordo com as orientações da CONEP, o pesquisador deve notificar na página da Plataforma Brasil, o início do projeto. A partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios parciais (semestrais), assim como também é obrigatória, a apresentação do relatório final, quando do término do estudo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado em reunião realizada em 07/06/2024.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2291358.pdf	02/05/2024 13:01:42		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Educacao_em_valores_pos_parecer_final.pdf	02/05/2024 13:01:22	THEREZA CAROLINA GONCALVES VIEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Educacao_em_valores_pos_parecer_final.doc	02/05/2024 13:01:12	THEREZA CAROLINA GONCALVES VIEIRA	Aceito
Outros	ROTEIRO_entrevista_pos_parecer_final.pdf	02/05/2024 13:00:54	THEREZA CAROLINA	Aceito

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3790-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 6.994.565

Outros	ROTEIRO_entrevista_pos_parecer_final.pdf	02/05/2024 13:00:54	GONCALVES VIEIRA	Aceito
Outros	ROTEIRO_entrevista_pos_parecer_final.doc	02/05/2024 13:00:22	THEREZA CAROLINA GONCALVES VIEIRA	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_adaptadoWVS7_CEP_pos_parecer.pdf	02/05/2024 12:58:20	THEREZA CAROLINA GONCALVES VIEIRA	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_adaptadoWVS7_CEP_pos_parecer.doc	02/05/2024 12:58:09	THEREZA CAROLINA GONCALVES VIEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado_formularioCEP_pos_parecer_final.pdf	02/05/2024 12:56:59	THEREZA CAROLINA GONCALVES VIEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado_formularioCEP_pos_parecer_final.doc	02/05/2024 12:56:46	THEREZA CAROLINA GONCALVES VIEIRA	Aceito
Cronograma	cronogramaCEP_ajustado.pdf	02/05/2024 12:54:59	THEREZA CAROLINA GONCALVES VIEIRA	Aceito
Cronograma	cronogramaCEP_ajustado.doc	02/05/2024 12:54:50	THEREZA CAROLINA GONCALVES VIEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosototherezacomassinaturas.pdf	15/03/2024 17:59:24	Alexandra Bujokas de Siqueira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERABA, 16 de Junho de 2024

Assinado por:

Vitoria Helena Maciel Coelho
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 158, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 5.894.565

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 158, Casa das Comissões
Bairro: Abadia CEP: 38.025-440
UF: MG Município: UBERABA
Telefone: (34)3750-6803 E-mail: cep@uftm.edu.br